

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FLANDER DE ALMEIDA CALIXTO

**A GERAÇÃO DE RENDA NO SERINGUEIRAS
(UBERLÂNDIA-MG), A PARTIR DE TRABALHADORES DE
MÃO-DE-OBRA NÃO QUALIFICADA E DE BAIXA
ESCOLARIZAÇÃO:**

uma leitura de justiça como equidade em processo político
de intervenção do serviço social

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca-SP, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social. Área de concentração: O mundo do trabalho.

Orientador: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira.**

FRANCA – SP

2001

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia

- C154 Calixto, Flander de Almeida.
A geração de renda no Seringueiras, Uberlândia MG a partir de trabalhadores de mão-de-obra não qualificada e de baixa escolarização : uma leitura de justiça como equidade em processo político de intervenção no serviço social /
Flander de Almeida Calixto. Franca, 2001.
211f.
Orientador: Ubaldo Silveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social.
Bibliografia: f. 207 - 211.
1. Mobilidade de mão-de-obra - Uberlândia (MG) - Teses. 2. Política de mão-de-obra - Uberlândia (MG) - Teses. 3. Desempregados - Uberlândia (MG) - Teses. 4. Subemprego - Uberlândia (MG) - Teses. 5. Serviço social - Teses. I. Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social. II. Título.
- CDU: 331.55: 316 (815.12*UDI) (043.3)
364.442. 2 (815.12*UDI) (043.3)
364.23 (815.12*UDI) (043.3)
364.446 (815.12*UDI) (043.3)

À querida Ghrawya, meu grande amor, pelo
compartilhar dos sonhos, que tornaram esse
tempo menos difícil e a esperança de plantarmos
nosso jardim num Brasil menos desigual.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual Paulista Campus de Franca-SP, em particular, a Faculdade de Serviço Social, onde, na vigência diária com professores (as), funcionários (as), e colegas pós-graduandos, encontrei compreensão, estímulo e cooperação, somados ao atendimento amigável, a mim propiciado, pelo Prof. Dr. Ubaldo Silveira, meu orientador.

Aos homens e mulheres que construíram sua história na comunidade do Seringueiras.

À Clarice Jorge, minha mãe, pela cooperação valiosa junto aos meus filhos, em razão das minhas ausências do convívio familiar para os trabalhos do mestrado.

A Assistente Social Adelaide Consoni, uma colega brilhante que não sobreviveu ao sofrimento do desemprego... (*In memoriam*)

“-Sim, com efeito, a Cidade...É talvez uma ilusão perversa!

Insisti logo, com abundância, puxando os punhos, saboreando o meu fácil filosofar. E se ao menos essa ilusão da cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ela cria. O resto a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem! (...) Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão, e as mulheres chorarão. E com este labor e com este pranto dos pobres, meu Príncipe, se edifica a abundância da Cidade!”

*(Extraído de **A cidade e as Serras**, Éça de Queiroz, p.71 Ática. 1998.)*

Sumário

INTRODUÇÃO	07 à 20
Capítulo I	21 à 69
1. GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO MUNDIAL E OS REFLEXOS NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO.	22
1.1. O CASO BRASIL NO CENÁRIO DE “AJUSTES” DA GLOBALIZAÇÃO	27
1.2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL	31
1.3. O BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA	44
1.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: mito ou realidade é a questão?	48
1.5. JUSTIÇA COMO EQUIDADE: caminhos para uma intervenção política.	52
Capítulo II	70 à 114
2. O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO	
2.1. A gênese de formação do Triângulo Mineiro	71
2.2. A fundação de Uberlândia e a contextualização histórica da época.	73
2.3. A mudança do centro hegemônico do vale do Paraíba para São Paulo: Chega a ferrovia.	74
2.4. Uberaba, Uberlândia e Araguari: uma tríade mercantil.	76
2.5. As vias rodoviárias e Uberlândia: a capilaridade comercial	78
2.6. As comunicações: pedra de toque do processo desenvolvimentista	
2.7. Uberlândia solidifica-se em centro comercial atacadista.	79
2.8. Uberlândia e a realidade contemporânea	86
2.9. NASCENDO UMA COMUNIDADE URBANA	94
Capítulo III	115 à 146
3. O ASSISTENTE SOCIAL E A GERAÇÃO DE RENDA	116
3.1. SETASCAD – SINE, Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Criança e Adolescente - Sistema Nacional de Empregos	121
3.2. Prefeitura Municipal de Uberlândia –Programa Mãos à Obra	123
3.3. SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.	124
3.4. SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	125
3.5. FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)	126
SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)	
CETAL (Centro Nacional em Tecnologia de Alimentos)	
SESI (Serviço Social da Indústria)	
NOT (Núcleo FIEMG de Oportunidades de Trabalho)	
3.6. ONGs: Lyons Club e Pastoral da Criança	130
3.7. CME - Comissão Municipal de Emprego	131
3.8. Câmara dos Vereadores do Município de Uberlândia	133
3.9. Geração de Renda com Grupo de Trabalhadores	134
Capítulo IV	147 à 193
Avaliando levantamentos:...uma análise de oportunidades.	147
4. “ Tirando leite de pedra”...	148
4.1. Avaliando Levantamentos	153
4.2. Categorias de Análise	156
4.3. O SINE- Sistema Nacional de Empregos - Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social – MG.	167
4.4. FIEMG –FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS)	
<u>SENAI</u> - SISTEMA NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	
<u>CETAL</u> CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS	
SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA	
<u>NOT</u> - NÚCLEO DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO - FIEMG	172
4.5.. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	175
4.6. SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	179
4.7. Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria M. de Trabalho e Ação Social	183
4.8. Organizações sociais no Seringueiras -(promoção de emprego por agentes externos à comunidade)	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194 à 206
Bibliografia	207 à 211
Poema de uma sonhadora	

INTRODUÇÃO

***“O FULCRO DE UMA SOCIEDADE JUSTA
SERIA UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS
EQÜITATIVA DE TRABALHO E RENDA.”***

Will Hutton. p.18

Compreender a geração de renda, num recorte feito com trabalhadores desempregados de baixa escolaridade e sem qualificação, foi, nos últimos três anos, um marco do compromisso investigativo que tínhamos até então, direcionado, especificamente, para o problema do desemprego e da geração de renda.

A proposta desta pesquisa adotou a intervenção como metodologia de investigação e a pesquisa qualitativa como recurso técnico de trabalho com os dados, por meio do recolhimento de depoimentos durante essa intervenção entre os vários componentes da cena social no universo de investigação, composto pela seguinte rede de atores :

- a) um grupo flutuante¹ de trabalhadores desempregados ou sub-empregados, que viviam no loteamento urbano denominado Seringueiras I, II, III, onde se formou o grupo de referência que acompanhamos em busca de trabalho e renda;
- b) as Instituições tradicionalmente promotoras de geração de renda e emprego existentes no município de Uberlândia, reconhecidas pelos trabalhadores em questão, que foram investigadas quanto à possibilidade de atender aos projetos dos trabalhadores do grupo de referência;
- c) desdobramentos da pesquisa no processo de intervenção em rede², que, no desenrolar das ações, estabelecidas entre o grupo de referencia e as respostas das instituições, emergiram derivadas da intervenção no Seringueiras. Ações que contemplaram outros trabalhadores, além dos mencionados no grupo de referência, na categoria de desempregados de baixa escolarização e sem qualificação técnica.

Objetivamente, nossa pesquisa visa identificar as possibilidades de geração de renda e/ou emprego para trabalhadores desempregados (interatores de intervenção³), isto é, os trabalhadores desempregados e em sub-emprego, que pretendem ampliar a sua

¹ Grupo flutuante é aquele composto de qualquer pessoa da comunidade do Seringueiras, interessada em desenvolver algum projeto de geração de renda e ou, que buscava um emprego.O compromisso do assistente social era atuar cooperando com o interessado na formatação organizada de sua proposta de geração de renda. Alguns trabalhadores saíram quando seus projetos não puderam ser efetivados, outros permaneceram até o fechamento de uma proposta em algo real, por isso, os chamamos de flutuante, devido à instabilidade na permanência.

² A metodologia de intervenção em rede se caracteriza por uma ação direcionada a um local físico específico, que se desdobra em ações correlacionadas, e ou, novas ações com a mesma finalidade em outros locais físicos com objetivos semelhantes ao da ação geradora.

renda pessoal ou familiar mediante suas propostas. A partir dessas propostas, o assistente social propiciou a organização dos procedimentos para a efetivação dos projetos individuais, buscando, nas instituições presentes no município, os meios e os processos capazes de materializar o objetivo de geração de renda e ou capacitação que o interator almeja atingir. Para tanto, procuramos compreender e investigar a prestação de serviço das instituições procuradas frente às demandas do grupo de referência por geração de renda e ou capacitação ao emprego, conforme os projetos individuais e /ou coletivos do grupo de referência . O objetivo era verificar a capacidade das instituições em atender aos trabalhadores não qualificados, de baixa escolaridade, com os meios para geração de renda e/ou qualificarem-se para o emprego.

Para atingir esse fim, foi necessário estabelecer uma metodologia articulada em rede de ações.

Construímos um motivo justificador para nossa presença na comunidade, preservando a naturalidade da aproximação, que foi o oferecimento dos serviços do assistente social a fim de organizar ações para promoção de renda.

No segundo momento, garantida nossa aceitação no grupo, estruturamos um conjunto de processos de intervenção, ou seja, o atendimento dos projetos individuais e ou grupais existentes entre os sujeitos. O objetivo era, a partir da intervenção, avaliar as possibilidades de acesso e adequabilidade dos programas das instituições existentes no município para esses trabalhadores, proporcionando-lhes renda ou algum emprego.

O grupo de referência – é o grupo de trabalhadores do loteamento do Seringueiras I, II, III, de onde irradiavam aspirações e requisições em torno da geração de renda.

Classificamos onze instituições reconhecidas pelos trabalhadores potencialmente capazes de atender à geração de renda e qualificação, apontadas por pessoas em pontos de ônibus, supermercados, filas de emprego, repartições públicas e os membros do grupo de referência do Seringueiras. A consulta pretendeu apontar os locais onde os sujeitos pesquisados e os demais trabalhadores reconhecem como instituições que promovem renda, ou podem facilitar um emprego.

Nesse sentido, nos três últimos anos, pudemos experienciar o serviço social como um instrumento de intervenção no mundo do trabalho, desde que esta profissão atue como um projeto ético político, para além da retórica, voltado ao homem em seu espaço social concreto.

³ Estaremos tratando o conceito de interator no capítulo IV desta pesquisa.

Como especialização inteligente das relações humanas, o serviço social, não apenas interage com uma fria função de prestar serviços sociais a um sujeito que usa nossa força de trabalho; mas podemos estabelecer um projeto profissional com um interator, isto é, o indivíduo e ou grupos humanos, a quem se dirigem serviços sociais mediados pelo assistente social, visando às construções relacionais “livres, razoáveis e racionais”(Rawls, 1997), que objetivem atender às posições, que são, antes de necessidades de interatores, também materializações da humanidade presente no agir profissional do assistente social, para além do limite da relação de compra e venda de seus serviços e ou informação, reconhecendo, na atitude profissional, a cidadania bidirecional.

Aqui se encontra um veio teórico da relação profissional que necessita ser mais explorado pelos assistentes sociais, na direção de uma identidade que migre dos ultrapassados processos de hegemonia de classe burguesa da fase pretérita de implantação do serviço social brasileiro e se “*empodere*”⁴ numa concepção ético-política de sociedade na qual o interator encontra-se com, e não, para, o assistente social, buscando o estabelecimento de relações bidirecionais entre esses dois atores na dimensão política de seus efeitos.

A partir da delimitação do grupo de trabalhadores em busca de renda ou trabalho remunerado, estabelecemos um recorte espacial definido pelos loteamentos do Seringueiras I, II e II, (ver cartografia no capítulo II, nas notas de fim), onde vivem os sujeitos que compõem o grupo de referência. Usamos um questionário pré-elaborado para avaliar as instituições no seu potencial de apoio a esse grupo de referência, ou recolhemos depoimentos em fitas de áudio, das pessoas que optaram por responderem com gravação.

Com base em categorias de análise, que foram construídas em torno de expectativas sentidas pelo grupo, contextualizadas na realidade do município, estabelecemos a investigação entre as instituições que poderiam contemplar os projetos de renda individual, capazes de atender às demandas geradoras dos seus interesses. A partir da convergência entre a oferta de serviços oferecidos pelas instituições do município e os interesses individuais dos sujeitos, foi possível apurar resultados que se aplicassem às necessidades dos dois grupos que mais estiveram presentes durante o processo.

⁴ *Empowerment* (empoderamento) – conceito que reflete, para o serviço social, um fator de fortalecimento do serviço social de caráter generalista na intervenção com o interator, com quem nossa relação profissional se constrói.

A intervenção profissional foi adotada como técnica de pesquisa-ação, iniciou-se apoiando as iniciativas dos trabalhadores interessados em mecanismos de geração de renda e /ou de qualificação para o emprego “empoderadas” pela ação política conjunta ao assistente social. A pesquisa propôs acompanhar esses trabalhadores, durante o desenvolver das propostas individuais de geração de renda, buscando recursos e instituições do município que, tradicionalmente, atuem na geração de renda.

Após avaliadas as possibilidades das onze instituições, no seu potencial de “empoderamento” para os projetos, tabulamos as informações fazendo os confrontos comparativos e as transformamos em meios disponíveis para os trabalhadores do grupo de referência.

No decorrer desse processo, que foi se estabelecendo, identificamos a ação com o interator, como intervenção pública da ação profissional, isto é, quando procuramos intervir dentro do contexto público das instituições, ligando o acesso a setores organizados de trabalhadores às estruturas de mediação política, capazes de promover a renda e o emprego. Desenvolvemos uma ação política direcionada para o objetivo da geração de emprego e renda, aproveitando espaços de mobilização na esfera pública, representando os interesses de trabalhadores desempregados, e aí, incluindo os interesses dos grupos de referência do Seringueiras no Seminário Legislativo do Estado de Minas Gerais (sobre desemprego), nesse sentido, a ação política do assistente social se efetiva política e profissionalmente contextualizada.

Por uma iniciativa do Legislativo Estadual, participamos do **Seminário Legislativo do Desemprego e Direito ao Trabalho**, quando representamos a micro região do Triângulo Mineiro, com mais três lideranças sindicais, na defesa dos interesses da micro região em Belo Horizonte, junto a outras regiões do Estado. Foi elaborado um documento final do encontro mineiro de três⁵ dias, apresentado ao Governador do Estado, com as reflexões das várias micro-regiões mineiras para a geração de renda e onde, possivelmente, poderiam ser investidos recursos do Estado para atender aos interesses dos municípios.

Em paralelo às ações de apoio do grupo do Seringueiras, realizamos um levantamento na área geográfica dos loteamentos do Seringueiras, (vide capítulo II),

⁵ Seminário Legislativo Desemprego e Direto ao Trabalho 27 a 30 de setembro de 1999, em Belo Horizonte.no.Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas. O grupo foi votado em assembléia local como delegados representantes da Micro Região do Triângulo.

procurando identificar os agentes econômicos (por tipo de atividade) existentes e os não existentes no loteamento. O objetivo era sugerir possíveis iniciativas aos integrantes grupo, como alternativas a mais a serem exploradas por eles.

O primeiro grupo de interessados, identificados no capítulo III, progrediu pouco do ponto de vista da concretização dos seus projetos pessoais, não evoluindo concretamente pelos motivos ligados à falta de qualificação para os empreendimentos pretendidos e à falta de capital para alavancar os projetos. Vivemos um momento difícil em nossa intervenção diante da ausência de sucesso na operacionalização das primeiras propostas. Na avaliação feita nas instituições do município, os recursos que encontramos foram poucos e estão descritos no capítulo IV, sendo esse, outro fator que agravou os nossos primeiros resultados.

À medida que fizemos contatos com as instituições, procurando encontrar apoio para os projetos, conseguimos, pela Secretaria do Estado de Trabalho e Assistência Social, o curso de habilidades para pedreiro, bombeiro e armador, para o qual se reuniram trabalhadores do ramo da construção civil que desejavam qualificar-se. Nessa fase de iniciativas, proporcionamos, para o grupo que se formou em seguida à primeira fase, dois cursos patrocinados pela ONG Movimento Direito e Cidadania – MDC-, que, estabelecendo convênios com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, intermediado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social da Criança e Adolescente – (SETASCAD-MG), propiciou qualificação para mão de obra da construção civil e práticas de gerência e gestão. Como resultado desse trabalho, foi criada a cooperativa de trabalhadores da construção civil, primeiro fruto concreto da pesquisa, associando os recursos da cidade. Era interesse deles em organizarem-se empresarialmente num processo de cooperativa de prestação de serviço. Interessante ressaltar que pessoas interessadas em geração de renda, de outros bairros, aproximaram-se do grupo e do apoio que prestávamos, no intuito de participar dos cursos e envolver-se na organização de seus projetos. Assim, foi articulado o grupo de produção de lingüiça defumada para produção independente, utilizando informação de um projeto da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), e surgiram iniciativas com produção de quitandas, comerciantes para a melhorar o desempenho de seu pequeno comércio.

Como já mencionamos, durante a avaliação das instituições do município, foram reconhecidas pelos trabalhadores onze instituições, potencialmente capazes de favorecer a qualificação e promoção da renda. Elas estão identificadas no capítulo III da

dissertação. Aquelas que apresentaram condições para atender às propostas dos trabalhadores em referência e apresentaram possibilidades de acesso a recursos e /ou informações, foram discutidas detalhadamente no capítulo IV, quando confrontamos os interesses dos trabalhadores e o que as instituições ofereceram. Valem-nos das categorias de análise como referencial para criterizar a mediação entre as necessidades dos trabalhadores e as respostas públicas das instituições. O grupo que emergiu das ações no Seringueiras, interessado em organizar uma cooperativa de mão-de-obra para construção civil, teve um maior sucesso na iniciativa, pois conseguiu efetivar o “sonho”.

A partir do desenvolvimento da cooperativa dos trabalhadores do segundo grupo, ficou claro que eles agora poderiam ter uma opção de trabalho com a construção de casas populares e em serviços da construção civil. As estatísticas da construção civil não têm sido animadoras em se tratando de grandes obras, mas o crescente número de trabalhadores que estão nesse setor é expressivo, podendo ser ocupados no que eles chamam de “varejinho”. Particularmente no grupo do Seringueiras, a pesquisa acompanhou os 22 trabalhadores desempregados em busca de realização profissional no trabalho;

“...É nossa chance, fazemos a cooperativa ou continuamos vivendo de cesta básica” (Fala do Dedé, mestre de obras)

O Brasil possui um déficit habitacional em torno de 5 milhões de habitações na zona urbana e, na zona rural, este número é de 1,6 milhões, portanto, há uma necessidade imperiosa desse serviço, embora ele esteja em baixa, no mercado de grandes empreendimentos. Estaria, para quem dele vive, nas habilidades profissionais que conquistaram ao longo da vida?

Metodologicamente, assim se estruturou a pesquisa:

- a) Apresentação e justificção ao grupo local de um projeto de pesquisa seguido da contrapartida voltada para os interesses dos sujeitos significativos ao processo.
- b) Elaboração de um reconhecimento de perfil (na área geográfica), humano, sócio-econômico contextualizado historicamente ao município de Uberlândia. Essa fase, caracterizada por pesquisa documental, desenvolvida nos arquivos da prefeitura municipal, nos documentos publicados, existentes no acervo da biblioteca municipal; pesquisas realizadas pelo departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia e em autores regionais. Posteriormente, planejamos, com alunas voluntárias do 4º período de serviço social, uma

pesquisa na comunidade onde as alunas foram treinadas previamente para coletar informações no poliedro de investigação, delimitado entre os loteamentos do Seringueiras I, II, III. A partir desta pesquisa, conseguimos um levantamento da região, apurando os empreendimentos existentes para apresentarmos aos interessados da comunidade, e aos que estavam se vinculando ao grupo as oportunidades possíveis não exploradas. Percorremos todas as ruas da comunidade anotando num desenho, correspondente ao quarteirão, os empreendimentos codificados previamente, tabulamos por tipo de negócio, para posterior análise e emissão de um laudo por grupo de atividade.

- c) Concomitantemente, por meio de acompanhamento individualizado dos projetos nos 1º e 2º grupos de referência, construímos um diagnóstico das possibilidades individuais, o que nos motivou a criar uma metodologia de avaliação para verificar a possibilidade de sucesso das propostas conforme apresentado no capítulo III e discutidos no capítulo IV.
- d) Durante o desenrolar das ações, procedemos à avaliação nas onze Instituições promotoras de geração de renda e ou qualificação para o trabalho, aplicando um questionário, que foi respondido por escrito e/ou gravado em fita de áudio, conforme escolheram os funcionários que nos atenderam nas onze instituições. Os questionários objetivaram levantar nos dados da missão da instituição, políticas na prestação de serviço, volume de atendimentos à população, grade de cursos oferecidos e as exigências para matricular-se.
- e) Processos desencadeados em rede, que são ações que derivam do objetivo central da pesquisa, têm a mesma finalidade, ou podem criar novas ligações dentro do tema central fortalecendo-se mutuamente no atingir de objetivos.

A dissertação foi escrita em quatro capítulos, seguidos das considerações finais e uma introdução com os seguintes conteúdos:

No capítulo I, discutimos a questão da modernidade, ou pós-modernidade, como entendem os autores que adotamos para o referencial teórico. Analisamos o fenômeno da Globalização e suas conseqüências a se refletirem na vida dos homens, passando pelas manifestações no continente, depois, no Brasil, e, finalmente, no município, onde se materializam as necessidades humanas na unidade política primeira - a família do desempregado; espaço para o embate das contradições sociais objetadas pelo assistente social.

Foram discutidas as mudanças políticas no Leste Europeu, a queda do muro de Berlin, entre outros episódios que fortaleceram a ideologia neoliberal e refletiram-se

politicamente nas estratégias de luta dos trabalhadores, que ficaram abalados na direção teórica, afetando encaminhamentos de estruturação dos seus aparelhos de ação política sindical, uma vez que a vertente socialista de estratégia e luta entrou em “exaustão”, pelo menos, nos formatos tradicionais até então praticados em nossos contextos de América Latina pelas lideranças sindicais. O neoliberalismo foi favorecido com esse quadro acentuando-se o processo de concentração de renda, despontando o Brasil como o país mais injusto entre as nações, com o nível de concentração mais elevado do mundo, segundo dados da ONU/ UNCTAD em 1999.

Discutimos o conceito de justiça como equidade (*justice fairness*), em que procuramos subsídios teóricos para interpretar a questão da condição distributiva entre membros de uma sociedade democrática, pelo qual o filósofo John Rawls defende que uma sociedade bem ordenada deve promover o bem de seus membros e efetivamente regulada por uma concepção comum da justiça. Assim, trata-se de uma sociedade em que todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios da justiça sendo esse fato publicamente reconhecido. A proposta da teoria da justiça como equidade é política, assim como nós a entendemos para os termos desta dissertação. Tentamos demonstrar, para que haja um regime democrático duradouro, que o apoio livre de uma maioria substancial dos seus cidadãos politicamente ativos será o ponto de partida em qualquer instância da transformação social, capaz de efetivar um Estado constitucional bem ordenado...pelo qual cada pessoa tem uma inviolabilidade fundada na justiça, que nem mesmo o bem-estar da sociedade pode anular. *“Por isso em uma sociedade justa, as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos, assegurados pela justiça, não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais”* (Rawls, 1997:4). Rawls desfecha um golpe fatal nas doutrinas neoliberais ao afirmar: *“É com razão que se objeta fortemente contra a determinação da renda total pela competição, já que esse procedimento ignora as exigências da pobreza e de um padrão de vida adequado ibdem.305 (...) Como o mercado não é adequado para responder às reivindicações da pobreza, estas últimas deveriam ser atendidas por um organismo separado. A questão de saber se os princípios da justiça são ou não satisfeitos gira, portanto, em torno da questão de saber se a renda total dos menos favorecidos (salários e transferências) possibilita a maximização de suas expectativas a longo prazo (obedecendo às restrições da liberdade igual e da igualdade eqüitativa de oportunidades) p.306.*

Esses princípios rawlsianos são a base filosófica de nossa proposta, uma vez que foram escritos para a sociedade democrática e que se propõem plural a partir de sua

inserção política no contexto de justiça social.

No capítulo II, o leitor irá encontrar uma avaliação histórica da formação da região onde se situa geograficamente o município de Uberlândia, que agrega vários laços de influência em sua posição geopolítica regional. Uberlândia nasce no cerrado do Triângulo Mineiro a partir de desenvolvimento de relações comerciais ligadas à herança histórica da região, como ponto de passagem de produtos oriundos de São Paulo, centro dinâmico da economia e para escoamento de produtos primários vindos do Centro Oeste e Norte do país. A difícil situação de ficar ilhado entre Araguari e Uberaba, onde chegava a rede ferroviária, forçou os comerciantes locais a buscarem uma alternativa de comercialização de revendas em outras praças pela via rodoviária, que se valeu de uma capilaridade de pequenas estradas, foi se estabelecendo comercialmente, o que alimentou os atacados, comercialmente, tornando-se hoje, a maior força econômica do município. O desenvolvimento da cidade e a conseqüente expansão de sua economia atuaram como fator de atração de populações regionais que vieram em busca de trabalho, e que tem provocado o crescimento demográfico da cidade e a necessidade sempre crescente de políticas públicas voltadas para as demandas de serviços sociais em atendimento a esses grupos humanos.

Dentro desse contexto de desenvolvimento regional, perpassada por uma historicidade voltada para o setor produtivo mercantil, de formação do mercado interno, procuramos encontrar os mecanismos de incremento e desenvolvimento econômico que poderiam atender às populações de baixa escolaridade e sem qualificação em busca de renda.

No capítulo III, procuramos demonstrar, numa realidade de trabalho do assistente social, a intervenção para atender à demanda por renda de um grupo de desempregados e sub-empregados. Adotamos, como parâmetro de avaliação, o potencial de atendimento das instituições municipais de promoção do emprego e renda de Uberlândia. Após a avaliação dos instrumentais para identificar oportunidades nas instituições, balizamos os resultados pelas seis categorias de análises que representarão o universo de problematização vivido pelos trabalhadores em busca ao emprego. Foram apresentadas as instituições identificadas como potencialmente capazes de atender às necessidades de geração de emprego e renda no município. Durante o processo, a SETASCAD (Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social da Criança e Adolescente) apresentou possibilidades do desdobramento da pesquisa numa perspectiva de intervenção em rede. Esse processo deu-se quando iniciamos a intervenção com o trabalho doméstico, que apresentou uma demanda significativa naquele órgão,

necessitando de uma intervenção. Face ao diagnóstico, estabelecemos um campo de estágio com quatro alunas do curso de serviço social, propondo três projetos: organizar processos de atendimento para o trabalhador doméstico, perfil de trabalhadores encaminhados às vagas não preenchidas e à organização da associação das diaristas que está se transformando em uma micro-empresa de prestação de serviços domésticos. Ressaltamos que, coincidentemente, havia três diaristas que residiam no Seringueiras, que integravam as ações da associação das diaristas no SINE-MG.

Entre as onze instituições pesquisadas, dois grupos ficaram definidos por tipo de prestação de serviço:

a) Instituições públicas, dirigindo processos ligados às políticas públicas de emprego e renda:

- Secretaria Estadual de Assistência Social da Criança e do Adolescente,
- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social,
- Comissão Municipal de emprego,
- Câmara dos Vereadores de Uberlândia.
- Sine- Sistema Nacional de Empregos (funciona dentro da SETASCAD)

b) Instituições privadas, que assumiram a operacionalização de processos de incremento do emprego e renda:

- Sistema FIEMG, (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), que agrega estruturas do chamado Sistema S: SENAI, SEBRAE, SESI, SENAC
- Centro Nacional em Tecnologia de Alimentos de Uberlândia - CETAU
- NOT Núcleo Fiemg de oportunidades de Trabalho.
- ONGs Pastoral da Moradia, e Lyons Club.

Paralelamente ao estudo por instituições no universo de domínio do município, procuramos avaliar as possibilidades de geração de renda existentes no local onde vivem os trabalhadores.

Baseamo-nos na interpretação da organicidade das cidades, conforme Le Goff, isto é, Centro-Cidade-Bairros-Subúrbio, sugestiva à proposição que foi estabelecida para compreender a lógica de distribuição humana e de sobrevivência no espaço urbano. Segundo o autor, os “centros” urbanos começam a perder importância devido às dimensões geográficas da cidade atual, que caminha na direção do policentrismo. Os subúrbios são espaços de criação de oportunidades, que os planejadores municipais não alimentam em seus projetos de urbanização. Nesse sentido, fizemos um recorte de área onde os integrantes do grupo de referência residem e acoplamos um estudo de

viabilidade econômica de possíveis negócios para serem desenvolvidos localmente. Esbarramos na questão do crédito, que é um grande problema para os pobres. O problema do crédito aborta qualquer opção, “ os bancos, sem perceber, criaram uma categoria de pessoas que não merecem empréstimos, o que significava que eles não as podiam tocar”(sobre a exclusão criada pelo sistema financeiro praticada em relação as pessoas pobres) (Yunus, 2000:109). Apesar de vislumbrarmos possibilidades de possíveis negócios, a dinâmica financeira atua como retrocesso ao estímulo a agentes econômicos e geração de renda, na verdade “ (...) os pobres são excluídos de tudo, estão cercados de barreiras e obstáculos” (Yunus, 2000:109). Considerando os processos de formação do mercado interno, fator primário do desenvolvimento econômico, concentramos nossa análise da formação do mercado interno fundamentada no capítulo 1, tomando essa referência para entender as possibilidades de renda no ambiente urbano dos loteamentos. Tomamos algumas reflexões em Lênin para compreender os princípios de formação do mercado interno, os quais interferem na situação da lógica mercantil de pequenas comunidades.

Não se pode conceber uma comunidade de geração de renda sem identificar os espaços mais próximos de onde os interessados residem. Os levantamentos dos espaços explorados economicamente revelam que há possibilidades de criação de negócios, desde que os trabalhadores tenham acesso a meios financeiros e educação formadora para o trabalho (...)“*é para viver que os homens começam a viver juntos; é para viver bem que eles vivem juntos*” (Wolff, 1999:91).

Finalmente, no capítulo IV fizemos uma análise das investigações, nas instituições, frente aos interesses do grupo de referência, que não pretendeu ser uma conclusão, mas apontou para alguns pontos importantes que se referem ao processo de geração renda na intervenção do serviço social. A partir de uma concepção de justiça como equidade, mais precisamente considerando o primeiro princípio, “ *cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos*(Rawls, 1997:333), tivemos dificuldades para empregar o termo “usuário de serviços”, tradicionalmente utilizado no serviço social, identificando o sujeito e /ou organização para quem nosso trabalho profissional se dirige. Empregamos o termo interator, que, semanticamente, é construído pela junção das palavras INTERAÇÃO + ATOR, interação, porque o trabalho do assistente social possui um caráter de liberdade bidirecional, ao nos posicionarmos politicamente na relação pertinente ao trinômio Trabalho-Serviços-

Sociedade⁶, o que quer dizer que a ação de trabalho do assistente social é política, no momento em que o profissional se concebe integrante de ação modificadora do contexto de interesses distintos. Como autor de uma construção conjunta, ele é o ente alimentador de soluções e o interator, o cidadão “livre, razoável e racional” (Ralws, 1997), porque sua ação livre só é política quando exercida para si com um outro, que pode ser coletivo ou não, da mesma sociedade, onde ocorre o ato de intervenção. O assistente social, o médico, o enfermeiro, a empregada doméstica, ou qualquer sujeito trabalhador são indivíduos componentes da ação razoável e racional. A partir do momento em que essa relação é política, estamos vivenciando o estado mais alto do bem. A pobreza de uma relação utilitária tem mediocrizado o trabalho do assistente social, à medida que o torna mero atendente de usuários de serviços. Reduz o “interator” a uma categoria sem expressão de voz, um ente passivo, excluindo-o ao identificá-lo como mero usuário. Despersonalizando o caráter de humanidade implícito em qualquer ação dirigida a si, reduz a intervenção a uma relação profissional semelhante ao processo repetitivo, sem vida, e destituído de significado de uma linha de montagem fordista, que Chaplin brilhantemente criticou ao dizer: “*vós não sóis máquinas*”. Talvez tivesse mesmo que ser o gênio do cinema capaz de perceber os movimentos mortos, e, quando os movimentos vivos podem aparecer, ainda queremos que eles sejam apenas imagem destituída de sua essência.

No capítulo IV, apresentamos a avaliação das instituições pesquisadas e o que elas ofereceram ao projeto de geração de renda dos trabalhadores do Seringueiras.

A necessidade de renda dos trabalhadores do Seringueiras reflete-se numa micro-realidade, para nossa análise, pontos importantes do contexto de justiça em que o trabalho insere-se como categoria fundante na sociedade, ao a se verificar, nos estatutos de nossa estrutura básica, uma proposta democrática e plural; muito embora a história de democracia em nosso país seja sempre atropelada pelo autoritarismo das elites dominantes, estruturas retrógradas, que, num conservadorismo engessador, têm atrasado o processo de amadurecimento deste país.

Procuramos estabelecer uma metodologia de estudo, em que a necessidade de renda com grupos de baixa escolarização e sem qualificação, nasceu numa pequena realidade

⁶ Trabalho-serviços-sociedade: onde, **Trabalho** é o formato-dialogal ontológico do assistente social e o interator. Pelo lado do interator, é o momento de acesso a serviços coletivos. **Serviços**, para o assistente social é o modo de realização do profissional em relacionar politicamente com seu interator. Para o interator é a causa material da suas conquistas como ente político da comunidade. Finalmente, a **Sociedade** é a dimensão final do bem que contem o assistente social livre, humano e profissional em busca de soluções razoáveis e racionais e o interator, o ser livre que provoca a motivação da existência dos dois seres políticos que materializam sua comunicação pela compreensão justa de suas competências.

local de subúrbio e se reproduz em infinitas localidades espalhadas por todas as cidades brasileiras. Tomamos esse recorte, aplicamos um processo de trabalho profissional para encontrar respostas aos problemas deste grupo. Encontramos, na teoria da justiça, uma referência teórica importante para a realidade capitalista deste país, ou seja, uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça.

A intervenção, que se iniciou na cidade junto às onze instituições, produziu novas ações, que redundaram no que entendemos como intervenção em rede, ou seja, por um motivo específico, outros mais são agregados ao processo em cadeia que se forma no bojo da teia de relações criada a partir da primeira ação, ou da ação de origem. Esse processo só foi possível concebido em uma instância de atuação política do profissional e os interatores, adotando os parâmetros de uma sociedade democrática e plural definida nos termos da justiça como equidade.

Como resultado final, a formação de uma cooperativa de trabalhadores da construção civil materializou o objetivo da pesquisa no limite do grupo do Seringueiras. No processo educativo dos trabalhadores da cooperativa de construção civil, quando o curso trazido pela SETASCAD-SINE enfocou a dimensão política do mundo do trabalho, fazendo não apenas uma reflexão do processo de capacitação mas da realidade política em que vivem os trabalhadores.

Outros saldos não computáveis diretamente no objetivo principal poderiam ser agregados ao processo, como o que se deu na intervenção no nível da esfera de políticas públicas via encaminhamentos no Seminário Legislativo Desemprego e Direito ao Trabalho, ocorrido em Belo Horizonte-MG, onde as plenárias da região do Triângulo Mineiro manifestaram suas propostas para o direcionamento, em nível estadual, das políticas que dizem respeito ao emprego e geração de renda.

Finalmente, como outro resultado derivado da pesquisa no Seringueiras, a formação da Associação das Diaristas, que se transformou na pequena empresa de serviços domésticos com estrutura autônoma de gestão do próprio negócio. Materializa saldos que vieram no bojo dos trabalhos.

Aqui está o resultado de três anos vividos na comunidade do Seringueiras, no município de Uberlândia MG, em que apresentamos como nosso trabalho de mestrado para defesa na Universidade Estadual Paulista- UNESP, Campus de Franca-SP.

Uberlândia, 14 de janeiro de 2001.

CAPÍTULO I

GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO MUNDIAL E OS REFLEXOS NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO

“Desde o início da industrialização, a novidade daquilo que toda geração traz é muito mais marcante que sua similaridade com o que havia antes.”(Hobsbawm, p.38)

1 GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO MUNDIAL E OS REFLEXOS NO BRASIL DO FIM DE SÉCULO.

*“...things fall apart; the centre cannot hold” W.B.Yeats**

Uma questão candente no universo de discussão da realidade, sobre o mundo do trabalho, é, sem dúvida, a geração de renda e/ou a qualificação para o emprego. Milhões de homens e mulheres vivem esse problema numa procura incessante de respostas; governos, instituições ou núcleos de pesquisa estão envolvidos em muitas horas de trabalho na busca de soluções. Para os termos desta dissertação, elegemos uma microrealidade, no universo de intervenção do serviço social, para darmos nossa contribuição a esse debate. Não pretendemos apresentar uma receita, mesmo porque elas não costumam ser factíveis do ponto de vista de sua universalidade. Mas, a partir de uma intervenção, analisamos os aspectos que foram significativos para compreendermos o problema na percepção do assistente social que pretendemos construir.

Vivemos numa conjuntura internacional de mutações decorrentes da globalização das economias, quando ****as coisas se desmoronam e o centro não se sustenta***, ocorrem reflexos, principalmente nos segmentos de menor inclusão social, causando “sofrimento” aos conservadores, temerosos de que a “anarquia” lhes tire os privilégios. Este fenômeno, que não é uma ideologia, embora contenha muita ideologia, compõe-se de processos complexos, e manifesta-se nos mais diversos países com uma dinâmica própria. Não podemos dizer que há uma homogeneização da globalização em todos países, obedecendo à mesma racionalia. Acompanhamos o enfraquecimento dos estados nacionais e a emergência de uma futura sociedade civil, global, configurando, processualmente, uma conjuntura que se pretende planetária.

“O cenário da globalização sob a égide do capital põe hoje, mais do que nunca, uma nova crise do Estado (e da democracia), vinculada à deterioração dos mecanismos de controle e intervenção das economias internas. O próprio secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Boutros Ghali, reconhece: “Esta claro que em uma sociedade que se está tornando global, a margem de manobra para os responsáveis por decisões nacionais, fica diminuída.”(in:Manfredo,1998:118)

O Brasil inseriu-se de maneira irrefletida no processo, comprometendo, assim, seu parque industrial, seu desenvolvimento e o que de mais precioso uma nação possui: o bem-estar de seus cidadãos, sustentáculos da categoria, que nos nossos dias anda uma tanto amorfa chamada Estado Nacional. Por outro lado, há que se considerar que as metodologias heterodoxas até então praticadas pelos governos democráticos, após o fim do totalitarismo militar, tiveram pouco resultado prático para eliminar a inflação, o expurgo dos tempos do “milagre econômico”, quando se apregoeou a doutrina ideológica de que o bolo deveria crescer para, depois, ser dividido. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, 1994 a 1998, que o Plano Real conseguiu reverter o surto inflacionário, no entanto cresceu o desemprego e o arrocho salarial, fatores que favoreceram uma procura por parte dos trabalhadores, de alternativas que façam crescer a renda ou o interesse por outro emprego de melhor remuneração, já que os ganhos da venda da força de trabalho estão cada vez menores.

“ (...) o Plano real , de 1994, que obtém sucesso em seus objetivos deflacionários, mas assentado numa política monetária restrita e numa abertura comercial que, em linhas gerais, dá continuidade à política neoliberal de Collor . Além disso, conduz o País a um processo recessivo que atinge setores de ponta da indústria nacional, além de promover o desemprego, debilitando, portanto, a base de mobilização operária e sindical.”(Manfredo, 1998:132)

As conseqüências foram expressivas para a vida humana provocadas pela ciranda financeira que gerou conseqüências agravantes no tecido social, mais pobreza, deixando atrás de si um rastro de des-ordem, *“não se pode deixar de reconhecer que a ordem é um bem comum a todas as sociedades, tanto que o termo contrário “desordem” tem uma conotação negativa semelhante à de “opressão”, contrário de “liberdade”, e de “desigualdade”, contrário de “igualdade”. Mas a experiência histórica e a experiência cotidiana nos ensinam que “ordem” e “liberdade” são dois bens em contraste entre si, tanto que uma boa convivência somente pode ser fundada sobre um compromisso entre um e outro, de modo a evitar o limite extremo ou do Estado totalitário ou da anarquia,”(Bobbio,1995:113)* e assim constituindo agressão aos direitos humanos, episódios que a história da humanidade já sofreu. A cupidez do capital especulativo internacional, grande inimigo da saúde financeira das economias nacionais, veio a

agravar as disparidades econômicas, a fome, a violência a miséria e o analfabetismo, sobretudo nos países mais pobres. Um novo inimigo impalpável, virtual, o capitalismo informacional¹, que nem sequer se sabe onde está, e que, a partir do acionar de uma tecla de computador, desloca fortunas de um país ao outro, gerando o desarranjo de economias e instabilidade política social. A cartase humana encontra-se diante o seu maior desafio desde os gregos e suas cidades-estado, desafiando a ética humana e os paradigmas de uma sociedade que se pretende plural, e disso não há dúvida depois de anos de totalitarismo de Esquerda ou Direita pelo mundo. Que se entenda bem o que estes vocábulos querem nos dizer: *“Direita e Esquerda não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaços político”. Representam uma determinada topologia(organização de certas palavras) política, que em nada tem a ver com a ontologia política: Não se é de direita ou de esquerda num mesmo sentido em que se diz que se é ‘comunista’ , ‘liberal’, ‘ou católico’ . Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. (Bobbio, 1995:91).*

Considerando o processo de atuação da esquerda brasileira, que sofreu a injunção orquestrada pelo Estado burocrático-autoritário (Dreifuss, 1981:481), observamos que internamente conflitos que não a permitiram manter-se unida, além de ser ativamente perseguida por vários flancos, objetamos a reflexão. Compreender seu papel é imperativo no contexto de Brasil, que vive um momento de *democracia interrompida* (Netto,2000:237), com atropelos e casuísmo “bem contornados” pelos centros dominantes, e então, *“uma esquerda disposta a uma honesta gestão da ordem burguesa. Uma esquerda em suma aceitável como parceira do grande capital, especialmente pós-marxista e, melhor ainda, se pós-comunista”* (Netto 2000:41). Percebemos a ironia de J. P. Netto ao retratar o sentimento de descrédito a que esse grupo dirigente de governo que poderia trazer uma contribuição ao processo de construção da nova sociedade mais justa.

Num clima de instabilidade e incertezas, o Brasil vem procurando um caminho, com muita desigualdade social, reconhecida inclusive por órgãos internacionais. Era de se esperar que as coisas piorassem quando a quebradeira de vários países da Ásia começou em meados 1998. No Brasil, segundo declarações da imprensa, os próprios protagonistas do “Consenso de Washington” estranharam a afetação de nossa economia, uma vez que, na interpretação desses “tutores”, “o Brasil cumpriu o dever de casa”, ditado pelo FMI. No entanto, o *efeito dominó, numa intensidade mais amena*, não tardou

a atingir nossa economia emergente e frágil. É notório que o FMI é uma agência obsoleta para os propósitos de regulação financeira internacional, que se limita a seguir a orientação do Tesouro Americano, que, na verdade, não funciona bem como prestador internacional de última instância. Apesar disso, o Brasil vem cumprindo as cartas de intenções sob o custo social elevadíssimo para o povo brasileiro.

A dependência de capital de risco, com ausente tradição de poupança interna e inexistência de mecanismos de regulação que disciplinem a entrada e saída de capitais especulativos, fatores que fragilizaram o País, reduzindo a capacidade de gerar emprego, produzir riqueza e atender à qualidade de vida da população. Emprego é direito humano garantido pela Constituição Política do país. Sem emprego, o cidadão não tem meios de sobrevivência, de garantir a dignidade de sua família, excluindo-se do processo social e submetendo-se aos dramas morais e sócio-econômicos da miséria e da marginalidade. A centralidade do trabalho é um atributo da historicidade humana, portanto, inerente ao conceito de homem histórico. Nos quinhentos anos de dependência cíclica que não é só econômica como sociologicamente estão fincadas as bases estruturais desta sociedade. Essa época de transição é o momento do cisma, e os Estados Nacionais não podem abrir mão de buscar uma resposta menos traumática para as populações que não estejam ancoradas no receituário da racionalidade tecnocrática esvaziado de políticas públicas eficientes do neoliberalismo do “sul pobre”.

O Brasil tem demonstrado uma tendenciosidade a mergulhar irrefletidamente no processo, embarcando na fase neoliberal da globalização de forma irresponsável como apontam vários economistas nacionais, que não ignoram a globalização – pois ela não é uma ideologia, é um fato com endereço, paternidade e objetivos claros, apesar de sua natureza ideológica implícita e explícita. O economista americano J.K. Galbraith afirmou:

“Globalização não é um conceito sério, nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países”.²

Em nossa sociedade, ainda marcada pelas inibições e herança colonial, em que, a ação de formadores de opinião, da mídia oficial, apegados aos “enlatados” dos países desenvolvidos, é presente o descaso para com um projeto de caráter nacional para nossa realidade, a ampla difusão de avaliações extravagantes sobre a suposta “globalização” da economia tem produzido um reforço da ideologia neoliberal. A qualidade do debate tem deixado muito a desejar. Para os mais apocalípticos, estaríamos indefesos diante de movimentos irreversíveis de forças internacionais avassaladoras. Uma crítica tem sido

feita a essa interpretação da globalização. A economia internacional ainda não é totalmente global. Os mercados, mesmo para segmentos estratégicos e empresas mais oligopolizadas, ainda estão bem longe de serem integrados com fluxo de capital limitados pelos regulamentos monetários e pelo sistema financeiro, apesar da driblagem a esses processos pelo capitalismo informacional. A partir daí, o governo deveria agir com mais prudência no abrir da economia aos mercados internacionais, ambiente propício para alinhar às receitas da ortodoxia neoliberal, que operam no plano mundial, mantendo uma raiz colonial na periferia emergente. Estrategicamente, valem-se da mídia de comunicação³ para convencimento e adesão das massas a esse projeto. Os governos nacionais, de características populistas, a seu turno, eximem-se de responsabilidade, pelos problemas negativos que sucedem à economia, transferindo a responsabilidade de inação para a esfera supranacional, portanto, fora de seu controle.

É necessário partir de uma reflexão criteriosa e menos ideológica na sua interpretação, pesquisando os verdadeiros fatores interferentes na realidade nacional.

Na verdade, essa absoluta liberdade assegurada à mobilidade do capital, em um sistema financeiro internacionalizado, que mobiliza aproximadamente 1,5 trilhão de operações financeiras diariamente, o esforço na capacidade fiscal, acabam desestimulando investimentos e transferindo empresas, postos de trabalho e negócios para outros países. Os novos marcos impostos por uma economia internacional, desregulada e inspirada no ideário neoliberal, fragilizam os instrumentos de política econômica nacionais, essenciais a uma política econômica de fundo, pós-keynesiano, ou seja, o Estado faz o papel de regulador das relações entre capital e trabalho, sem interferência direta na empresa e suas relações mercantis, promovendo o emprego e a regulação na taxa de juros com incremento dos investimentos públicos.

“ (...)o capitalismo avançado tendeu a concentrar a renda e, subseqüentemente , o capital. O ideal Keynesiano de pleno emprego foi abandonado, o que acarretou a degradação do tecido social com aumento da criminalidade e enfraquecimento da coesão comunitária” (Furtado, 1999:14)

Os anos 80 foram marcados pela crise da dívida, com a estagnação econômica e a inflação acentuada, acrescidas de inadimplência e pobreza crescente. A partir da mudança de paradigma e o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Algum incentivo, para a América Latina, adveio com as renegociações intermediadas pelo Plano Brady⁴ colocando o financiamento privado para o continente e

criando condições para planos de estabilização com relativo nível de crescimento econômico. No entanto, a agenda Neoliberal já estava com sua receita pronta, ou seja, abertura comercial e financeira, privatização, que, no caso do Brasil, foi uma forma de transferir para o capital internacional recursos via pagamento dos serviços da dívida, estado mínimo, flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho são os sinais que marcaram esse “novo” momento de liquidez e endividamento externo.

1.1. O CASO BRASIL NO CENÁRIO DE “AJUSTES” DA GLOBALIZAÇÃO.

O Plano de estabilização brasileiro proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, apresentou gargalos de consistência e sustentabilidade que precipitaram em um déficit de transações correntes superiores a 4,3% do PIB, com um nível de atividade econômica em torno de 0,5% do PIB, mostrando-se, assim, sem caminhos de financiamento externamente e elevado para o baixo nível de atividade na economia. De contrapeso, uma dívida pública de R\$350 bilhões (1999), seguida de déficit público de 8% do PIB, mais taxas de juros, girando em torno de 25 a 30% ao ano. Tal quadro reflete-se num esgotamento notório dos ajustes fiscais recorrentes sufocando a produção.

A recessão atual forja uma estrutura produtiva mais fragilizada e um mercado de trabalho completamente desestruturado e com já elevadas taxas de desemprego⁵, com conseqüências sociais drásticas, piores que as apresentadas na década de 80.

Se, por um lado, temos câmbio e juros pressionando, por outro, a reativação da economia corre um risco de aumentar o déficit comercial e de transações correntes que nos conduz a forte crise cambial. Tal fato foi comprovado e causou sérias baixas no número de postos de trabalho, quando o governo se viu coagido a tomar atitudes impopulares; claro, somente após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

A exploração da agricultura familiar, ocupando os espaços de produção sustentados por financiamento para modernização tecnológica de meios de produção, ao lado de uma reforma agrária sustentável em padrão competitivo, é uma alternativa apoiada, particularmente, pelo fato de 80% do PIB que é produzido no Brasil estar voltado para o mercado interno. No entanto, o Plano Real foi responsável pela queda da renda dos produtores rurais familiares, que perderam renda. Entre 1995 e 1997, a renda per capita das famílias que possuem terra, mas que não tem empregados, caiu de R\$78,30 para R\$75,08 - uma queda de 2,1%. O mais grave é que esse setor representa a maior fatia das famílias que retiram seu sustento principalmente da agricultura: 2,6 milhões de famílias.

Paralelamente, das 40,6 milhões de famílias brasileiras viram sua renda percapita subir de R\$241,42 para R\$243,86, ou seja, um aumento de 0,5%. O contraste é ainda maior se a comparação for feita com a renda daquelas famílias agrícolas que são proprietárias de terra e que possuem mais de dois empregados. Neste pequeno grupo de 46 mil famílias, a renda percapita cresceu 17,7% entre 1995 e 1997, passando de R\$ 941,54 para R\$ 1.304,76. Apenas um outro grupo viu sua renda cair desde a implantação do Real, ocorrida em 1994: o das famílias dos trabalhadores sem terra na agricultura. Sua renda percapita, que é a mais baixa de todas as famílias, caiu 0,9%. O grupo de agricultura familiar sofreu problemas de acesso ao crédito – apesar dos programas oficiais nesse sentido fazerem uma propaganda de inclusão – e viu a concorrência crescer, o que minou seus poucos ganhos; proprietárias de pequenos imóveis rurais, sem ajuda de outro tipo de mão de obra a não ser a de parentes, famílias que não têm produção em escala para se tornar competitiva. Esse quadro conduz ao abandono das propriedades rurais e à migração para as cidades. , “ *a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção(terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc) – ou seja, pressupõe o seu empobrecimento, a sua ruína.*” (Lênin:1982:16). Tal desvantagem torna-se mais grave em um contexto de globalização e importação de alimentos, o que fragiliza o mercado interno, podendo ser essa explicação para a perda de renda no setor. Por outro lado, nos anos 90, houve um crescimento da população rural, não se devendo tal fato à agricultura, mas foi presente uma mudança de padrão: o êxodo rural foi substituído pelo êxodo agrícola. quando a população da área rural encontra ocupação no setor serviços⁶. Ocupações como jardineiro, caseiro, professora primária e empregada doméstica⁷, além de empregos ligados ao lazer rural; hotéis fazenda e pesque-pague, absorveram boa parte da mão de obra, que, em outros tempos, migraria para as cidades⁸. No plano nacional, a preservação de alguns setores industriais estratégicos é fundamental para que o sucateamento das plantas não aconteça via estratégias desregulamentadoras e privatizantes assumidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, a lógica do sistema financeiro internacional se inspira no surto privatista com objetivos bem claros, isto é, (...) *o Estado se alia às finanças sustentando a multiplicação do capital fictício, “pelo toque a vara de condão” das dívidas públicas. Com a diferença de que hoje, avançando o processo de internacionalização e desregulação das finanças, surgiu uma espécie de “dívida pública” mundial que é administrada como sistema de crédito internacional pela finança privada capitaneada por quatro ou cinco Bancos Centrais relevantes. Além do que, desfeitas as fronteiras entre moeda, finanças e capital, as políticas monetárias se*

transformaram em alavancas simultâneas da competição entre estados e do jogo especulativo e de acumulação da “riqueza abstrata”.(Fiori, 1997:143)

Alavancar uma política nacional com uma agenda de defesa da produção e do emprego; procurando as soluções numa ação política do “cidadão-político”⁹, em que as decisões de outorga de poderes representativos já se mostram esgotadas, emerge uma busca de elementos na ação política popular com iniciativas centradas nos grupos de interesses que formam a vanguarda de luta reivindicatória nos dias atuais. Os Novos Movimentos Sociais¹⁰ dos anos 90 trouxeram essas características facilmente identificáveis na ação política de suas militâncias. Temos visto que o crescente modo de intervenção desses grupos tem provocado significativas mudanças no quadro de problematização enfrentadas pelas sociedades européias, no Brasil, ainda que pouco expressivas, com essa nova característica, os Novos Movimentos Sociais têm aparecido com relativa presença no cenário político nacional tendo na sua maior expressão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e agora outro grupo, o Movimento Livre dos Sem Terra, sem mencionar os movimentos de mulheres, donas de casa contra a carestia, a Ação da Cidadania, contra a pobreza, a fome e a miséria, a campanha do voto cidadão dentre outros..

O Brasil poderá encontrar caminhos com maior facilidade que outros países de economia menos desenvolvida e mais dependente do comércio exterior, fora as razões macroeconômicas, uma vez que os desequilíbrios neste setor são violentos, mas porque é um dos poucos países que ainda podem enfrentar uma modificação no seu modelo de desenvolvimento de forma incorporadora, mudando o comportamento de subserviência ao sabor de práticas neoliberais.

A alocação de recursos no mercado interno (80% do PIB), de produtos básicos e de bens de serviços não transacionáveis, é possível. Igualmente, existem oportunidades de aumentar a eficiência e a divisão de trabalho com os vizinhos do Mercosul, mas infelizmente temos progredido pouco nesse terreno.

No cenário internacional, o enfraquecimento do ideal socialista, a queda do muro de Berlin e a dissolução da ex-URSS, fez emergir o indefensável – o ultra-liberalismo de F.Hayeck. A anulação de avanços conquistados em século e meio de lutas por parte de vários trabalhadores nos países capitalistas, de economia de mercado; a exploração da mão de obra na sua expressão mais aviltante, pela qual a *“oligarquia financeira burguesa mundial não parece ameaçada, em que as dimensões públicas da vida são desqualificadas em proveito de um intimismo cinicamente individualista e consumidor”*

(Netto,1998:69), reflexos que incidem diretamente nos chamados países emergentes como o Brasil. A melhor prova de que é indispensável reinventar a esquerda e o socialismo é que, diretamente ou pelo jogo dialético, eles parecem insubstituíveis como catalisadores de mudança social, formando um povo cidadão e essa é uma utopia que nos alimenta o sonho.

O Brasil é um país continental, tem possibilidades de desenvolvimento em condições objetivas, que independem do capital especulativo e de risco, que caracterizam a globalização que “sobrou” para os países emergentes. Tem condições de dar alimentação, vestuário, calçado, escola e um mínimo de saúde e seguridade social à sua população. Claro que não será em tempo breve, mas posto está que as condições objetivas de converter o país numa nação, como o fizeram vários outros países do mundo, podem emergir de um projeto coletivo, se a reforma agrária ocorrer e as organizações da sociedade civil se posicionarem ao lado das forças políticas progressistas. *“No caso Brasil, que mantém grande disponibilidade de solos aráveis sub-utilizados e acentuada heterogeneidade social, o caminho mais curto para o desenvolvimento continuará a ser por muito tempo o dinamismo do mercado interno”*(Furtado, 1999:17). A fartura de solos agricultáveis e a abundância em opções de produção agrícola endossam teses otimistas em relação ao desenvolvimento do país principalmente, explorando a agricultura familiar, com o acesso ao crédito agrícola. Países de grande extensão territorial e volumoso contingente de mão de obra não qualificada para profissões de natureza urbanas poderiam encontrar programas de incentivo à produção de *commodities* agregando critérios de inovação tecnológica, que fartamente as universidades rurais brasileiras têm sobejamente em pesquisas de alta qualidade. *“A população de um país de economia mercantil pouco desenvolvida (ou totalmente atrasada) é quase exclusivamente agrícola; não obstante, isso não significa que ela só se dedique á agricultura: significa apenas que a própria população ocupada na agricultura transforma os produtos agrícolas, que quase não há troca e divisão do trabalho. O desenvolvimento da economia mercantil significa, ao mesmo tempo, que uma parte cada vez maior da população se fastia da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola.”* (Lênin 1982:15)

Embora algumas das pontuações de Lênin citadas não se apliquem *ipso facto* à realidade brasileira, pontos como os atrasos de algumas regiões que possuem uma relação de economia mercantil de natureza rural conferem, em muito, com a configuração de algumas regiões brasileiras, tanto é fato, que o atual desenvolvimento do planalto central no setor agrícola é uma mostra ilustrativa dessa realidade..

1.2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL

Nos tempos em que o manifesto do partido comunista foi escrito K. Marx e F. Engels, a sociedade atravessava o momento da formatação industrial do capitalismo e não havia ainda uma classe média com seu elenco de valores e especificidade. Duzentos anos depois, a organização dos trabalhadores como classe e a sua final tomada do poder não aconteceu. Dessa forma, foi mantido o processo político de dominação da burguesia sobre o proletariado, diversificando-se e complexificando as formas de dominação e sujeição dos trabalhadores na sociedade capitalista.

“Com o colapso da URSS, a experiência do “ socialismo realmente existente “ chegou ao fim. Pois, mesmo onde os regimes comunistas sobreviveram e tiveram êxito, como na China, abandonaram a idéia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada num Estado completamente coletivizado – ou uma economia de propriedade coletiva praticamente operando sem mercado. Será essa experiência, algum dia renovada? Claramente não o será na forma desenvolvida na URSS, nem provavelmente em qualquer outra, a não ser em condições de uma guerra econômica total ou algo semelhante, ou em alguma emergência análoga. Porque a experiência soviética foi tentada não como uma alternativa global ao capitalismo, mas como um conjunto específico de respostas à situação particular de um país imenso e espetacularmente atrasado, numa conjuntura histórica particular e irrepetível. (Hobsbawm 1995:481)

Atualmente, temos observado um esvaziamento no processo de organização dos trabalhadores interferindo nas taxas de sindicalização em todo o mundo. Este fenômeno não é apenas verificável no Brasil, em países de capitalismo desenvolvido da Europa e da América do Norte, já há alguns anos, observa-se a tendência de diminuição de sindicalizados e de dificuldade de mobilização.

O sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, docente na Universidade Estadual de Campinas, pesquisou que, entre 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% nos países da OCED (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, que reúne as nações mais ricas).

Nem mesmo o crescimento do sindicalismo brasileiro no setor público, a partir dos anos 70, em alguns desses países, foi suficiente para anular a retração na sindicalização.

As razões para explicar esse fenômeno são as mais diversas. A transformação do mercado de trabalho fez crescer o emprego em setores nos quais é mais difícil a sindicalização, como o setor de prestação de serviços. Houve também a redução do número de empregos industriais, provocada pela inovação tecnológica e supressão de postos de trabalho. No campo político, o sindicalismo ficou fragilizado com essa série de golpes do capitalismo tecnológico e transnacional, acrescido da derrota do candidato dos sindicatos, em 1994, Luiz Inácio da Silva. Fatores que culminaram numa crise de representatividade dentro do movimento sindical.

*“É possível dizer que existe, hoje, uma crise do sindicalismo brasileiro cuja a característica peculiar é dada pelo predomínio de um **defensismo de novo tipo** com um pronunciado viés neocorporativo, de caráter societal, que se manifesta em categorias importantes do sindicalismo brasileiro que enfrentam uma ofensiva do capital na produção (...)por trás desse **defensismo de novo tipo** oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante da nova ofensiva do capital que se caracteriza pelo debilitamento coletivo do trabalho organizado, principalmente através do desemprego e da terceirização, num cenário de ajuste neoliberal e inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas.” (Manfredo, 1998:109)*

O desemprego, indubitavelmente, é o maior fator de desagregação desse processo de organização de classe, por sua vez, dificulta as mobilizações e a adoção de uma plataforma unificada de reivindicações. Para o professor Leôncio M. Rodrigues, "o sindicalismo recuou em toda parte".

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE TRABALHADORES, EM %

***trabalhadores urbanos, assalariados ou não**

PAÍSES*	ANO	%	Período
Alemanha	1991	30,7	4 anos
	1995	29,6	
Austrália	1985	40,6	9 anos
	1994	28,6	
Canadá	1985	31,2	8 anos
	1993	31,0	
Espanha	1985	7,3	9 anos
	1994:	11,4	
EUA	1985	15,0	9 anos
	1995	12,7	
Finlândia	1985	61,4	9 anos
	1995	59,7	
França	1985	11,6	9 anos
	1995	6,1	
Itália	1985	32,9	9 anos
	1994	30,6	
Japão	1985	22,6	9 anos
	1995	18,6	
Reino Unido	1985	36,0	9 anos
	1995	26,2	
Austrália	1985	40,6	9 anos
	1994	28,6	

Fonte: OIT/1998

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) informa que a adesão aos sindicatos caiu em média 20%, entre 1985 e 1995, em 48 países. O movimento vem sendo sentido também no Brasil, onde sindicatos têm feito campanhas para atrair novos membros, inclusive, sorteando produtos de consumo e bens duráveis nas assembleias de trabalhadores. Avaliamos que, se o sindicato tem de fazer “promoção” para que haja participação dos trabalhadores isto significa que as determinantes políticas estão equivocadas ao conjunto de suas estratégias de representação. O sindicato existe em função dos seus associados que a ele se agregam, não pode ser uma categoria amorfa aos interesses dos trabalhadores com a finalidade em si mesmo. Se essas questões estão obscuras, cremos haver uma inversão de sentido dentro da estrutura sindical em que (a forma), está se tornando mais importante que a essência, portanto distantes daqueles a quem a estrutura se presta existir. Identificamos nitidamente uma ausência de base

teórica na sustentação política das ações dos sindicatos. O sindicalista Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), diz em depoimento à Folha de São Paulo no ano 2000, que a estrutura sindical do País não garante a representatividade necessária para uma adesão maior. Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, estima que houve uma redução de cerca de 15% no número de sindicalizados no país, e culpa o desemprego.

A Organização Internacional do Trabalho avalia que a migração de trabalhadores da indústria para o setor de serviços junto com mudanças na legislação de alguns países são as razões da queda.

No Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, a queda nas taxas de sindicalização foi de 25%, 30% e 55%, respectivamente. O mesmo aconteceu com países que migraram do comunismo para o capitalismo.

Sobre a crise sindical, poderíamos apontar o que Ricardo Antunes expôs como dessindicalização :

“ o desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’ , de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro. Como o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora reduz fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores ‘estáveis’ e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os ‘estáveis’ até os precários vinculados à economia informal” (Antunes, 1999:62)

A Organização Internacional do Trabalho, fundada em 1919, com uma estrutura tripartite, constituída por trabalhadores, governo e empresários, que desempenha papel importante na universalização dos direitos dos trabalhadores tem demonstrado também uma preocupação com esse processo em curso de dessindicalização dos trabalhadores.

“ As mutações sofridas pelo mundo do trabalho, no quadro de redimensionamento global do capitalismo contemporâneo, acarretaram alterações muito expressivas no conjunto da massa trabalhadora, fazendo com que a ponderação do proletariado industrial – que no Manifesto, é, sem dúvidas, o sujeito revolucionário – tenda a reduzir-se, ao mesmo tempo em que se gestam e ampliam novas categorias de vendedores da sua força de trabalho.(Netto, 1998:64)

Para o sociólogo alemão Ulrich Beck, em suas pesquisas sobre a “Sociedade de Riscos”, herdeira dos últimos 30 anos de industrialização, caracterizada pela agressão ao meio ambiente via processos de industrialização, marcada pelo desemprego estrutural oriundo da revolução tecnológica, traz um traço marcante no processo em que o trabalho passa a ser emprego temporário e informal também chamado de ‘*brasilização do ocidente*’. A dificuldade político-estratégica dos sindicatos de trabalhadores não tem se adiantado às mudanças de natureza estrutural e as categorias, a cada novo dia, estão sendo desmobilizadas da sua relação política de classe. O fim da Guerra Fria, a perda da referência no conceito de socialismo, tradicionalmente norteadora da ação dos trabalhadores organizados, foram fatores que fizeram desaparecer o medo dos Estados Capitalistas pela revolução comunista internacional, que, em oito décadas, pressionou as concessões de direitos trabalhistas aos trabalhadores. Os governos investiram massivamente em educação, saúde e habitação públicas, além de seguro contra desemprego e previdência, com a finalidade de afastar o fantasma do comunismo de seus países. Com o desmoronamento da oposição do bloco soviético ao capitalismo, ocorreu o fortalecimento das posições neoliberais, diluindo os ganhos conquistados pelos trabalhadores nos últimos anos. As políticas neoliberais estão novamente minando o processo de conquistas sociais em detrimento da ideologia de mercado como uma categoria *meta-material* agindo pela *mão invisível* que a tudo resolve, o deus mercado.

Nos últimos 20 anos, a revolução tecnológica, que veio com a globalização econômica, dispensou grande volume de trabalhadores do campo, indústria e serviços. Esta mudança de situação provocou uma revolução conservadora, tendo como seus expoentes maiores os Governos de Thatcher na Europa e Reagan nos EUA, que consagraram os conceitos liberais sobre o espólio da guerra fria.

A essa globalização das economias advieram vários golpes à organização dos trabalhadores. No bloco socialista, única força de oposição ao capitalismo, Marx previu

por um tempo curto na fase de transição a uma sociedade sem classes- a “ditadura do proletariado” que transformou-se em totalitarismo de esquerda, se perdendo a força de contrapeso com a desagregação da URSS. Os próprios trabalhadores não se uniram como vanguarda política de intervenção, pelo contrário, o que vemos é uma acirrada competição internacional da mão de obra barata, primeiro nos países capitalistas centrais nos anos 80 (DUPAS, 1999:47) e depois, vigorosamente, nos países emergentes ou pobres, nos anos 90. Os empregos dos países desenvolvidos passaram a ser ameaçados pela importação de produtos manufaturados do Terceiro Mundo, com custo de produção menores frente ao custo interno de mão de obra. Tal situação fez com que os trabalhadores de países desenvolvidos se aliassem a seus governos a exigir cláusulas de proteção para os produtos na elaboração dos acordos com cláusulas de proteção, o que fragilizou a unidade do conjunto dos trabalhadores no mundo emergente e estampou nitidamente a contradição da ideologia do mercado aberto.

O multiplicar de fusões em megaempresas e o surgimento de novas empresas menores e integradas, tanto na economia global, como na nacional e regional, revelam o caráter concentrador da fase de capital monopolista atual (Netto, 1992), em que as empresas com baixo poder de competição tornam-se cada vez mais miseráveis. Os processos organizacionais de *outsourcing*¹¹ e *downsizing*¹² vieram fortalecer o desenvolvimento de empresas com salários mais baixos, o que, na verdade, é uma forma da grande empresa fugir do lastro de “gasto” social para garantir lucros cada vez maiores. As mesmas tarefas são realizadas com custos menores e salários também menores, geralmente, inferiores ao piso da categoria, enquanto as empresas se furtam em recolher a parcela destinada à previdência e demais encargos, via terceirizações. Os antigos funcionários da empresa desmembrada em pequenas outras, na qualidade de “autônomos”, não raro, ganham somente a metade de seu salário anterior sob piores condições de trabalho e com jornadas mais extensas. Essa nova forma de exploração do trabalhador expõe a nu, as lógicas organizacionais, postuladas pela ideologia neoliberal, que na verdade, produz a destruição do capital humano com a aniquilação de empregos e o enxugamento dos quadros funcionais com rebaixamento de salários.

Ainda no cenário de mudanças organizacionais, a questão da jornada de trabalho torna-se um ponto de acaloradas discussões no interior dos sindicatos.

Já nos EUA e na Europa, as organizações empresariais têm relutado à redução da carga horária de trabalho como alternativa para constituir mais empregos, mas esta tem sido a medida buscada para evitar recessões e diminuição da lucratividade. Os empresários e a classe política têm sido permeáveis em torno de um consenso sobre a

jornada de 30 horas semanais, ainda que “com perda”. Historicamente, podemos constatar, ao longo 200 anos de jornada de trabalho capitalista, a tendência à redução. Pelas pesquisas do sociólogo italiano Domenico de Masi a evidência dessa redução pode até ser justificada organizacionalmente:

“ Os dados de uma pesquisa feita na Itália com funcionários públicos registram que, em média, cada um deles não trabalha efetivamente mais de uma hora e meia por dia. As nossas empresas privadas nunca concordariam com uma pesquisa semelhante porque, engajadas em camuflar as horas supérfluas como se fossem desnecessárias, não poderiam tolerar a veracidade de resultados parecidos com os das estatais. A Fuji Bank japonesa foi mais corajosa, encomendando um estudo do qual resulta que pelo menos 4% de seus próprios funcionários passam o dia inteiro no escritório sem fazer absolutamente nada. Na França, de acordo com o Instituto INSEE (Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques)¹³, o horário de trabalho dos franceses em uma jornada média corresponde a duas horas e 31 minutos” (in De Masi, 1999:56)

Ainda nos países europeus e nos EUA, o nível de participação política da sociedade é bem mais expressivo que na América Latina, embora a pressão seja mais pela sociedade como agente coletivo que propriamente pelos sindicatos, principalmente nos EUA.

Alternativas como a do *premiê* trabalhista inglês Tony Blair, seguindo a sociologia da “modernização reflexiva”, de Anthony Giddens produziram a chamada Terceira Via , que tem valorizado a recomposição da renda mediante outras medidas, na forma dos chamados *salários sombras* ou salários sociais: incentivos fiscais para quem dedica tempo a atividades comunitárias ou, no lugar de seguro desemprego, vencimentos pagos pelo Estado a quem trabalhe em entidades de interesse público de prestação de serviços sociais, além da valorização de idosos na relação produtiva de emprego. Das duas, uma, estaria o capitalismo no seu estágio mais estúpido de exploração do homem, reproduzindo a sociedade da fraternidade num ímpeto de humanidade frente à absurda penúria dos seres humanos? Tal visão necessita ser mais pesquisada, no que leva a um outro modo de interpretação do capital e da subjugação do homem histórico a um ser passivo e conduzido.

Identificamos que os interesses dos trabalhadores têm evadido das tradicionais organizações tais como os sindicatos e as organizações de luta internacionais, mas tem feito parcerias com as organizações do terceiro setor que preconizam temas específicos de interesse de setores da sociedade, como o combate ao trabalho infantil. Essas organizações corporativas, emergentes, atuam com estratégias de intervenção na mídia publicitária, fazendo protestos públicos, boicotando ‘marcas’ que infringem normas e direitos dos trabalhadores, promovendo ações civis na justiça oficial, e métodos de ação social mobilizatórias em torno de objetivos específicos e de grupos de interesses, são os Novos Movimentos Sociais – que visam identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar soluções, construindo modelos de intervenção, e ajudar a população na luta cidadã. Ao mesmo tempo, não pretendem-se como intermediários ou substitutos dos movimentos sociais tradicionais, sindicais ou qualquer forma de organização coletiva da sociedade, atuando como suportes e fortalecendo esses movimentos. Não substituem os partidos políticos, ao contrário, não se vinculam partidariamente na sua maioria. Estes grupos surgiram devido ao declínio das tradicionais formas de mobilizações reivindicativa, muito atreladas ao partidarismo político e a estruturas corporativas em movimentos tradicionais de mobilização. No Brasil, os últimos movimentos reivindicatórios mobilizados por sindicatos revelaram a diminuição do poder de pressão sobre as forças conservadoras, (greve geral convocada pela CUT e sindicatos em novembro 1999¹⁴). Os novos movimentos sociais pretendem mostrar que acreditam que um outro mundo é possível e que têm um papel importante na sua construção.

Aliado ao quadro de mudanças no plano mundial, outro fator que se encontra na pauta das transformações no mundo do trabalho é sem dúvida, a flexibilização do uso do trabalho, ou seja, a adequação do tempo de trabalho ao volume da produção, substitui a prática anterior de fazer o ajuste pela quantidade de trabalhadores. Nos últimos 20 anos, o percentual de desempregados foi quase multiplicado por três. O percentual de empregados que trabalham até 39 horas/semana dobrou de 14,2% para 24,8%, enquanto os que estão na faixa de trabalhos inconstitucionalmente ilegais, ou seja, acima do número de horas estabelecido em contrato de trabalho oficial, é superior a 41% da População Economicamente Ativa.

O aumento das pessoas empregadas em ocupações de jornadas menores, sem direitos previdenciários e securitários, reflete a acelerada precarização do mercado: essa difusão do emprego sem registro ou conhecido por “bicos”, foi constatada nas nossas avaliações junto aos trabalhadores com os quais tivemos contato ao longo dos

levantamentos na Secretaria de Trabalho e Assistência Social-MG, no programa do Sistema Nacional de Empregos-Uberlândia, que é procurado mais por trabalhadores, que são de baixa escolaridade e sem qualificação técnica, em que identificou-se a quase maioria dos atendidos, com o ensino básico incompleto, e até 4 anos de escolaridade, na faixa etária dos 25 a 59 anos.

Num plano nacional, essa tendência confirma-se, sendo este o perfil dos “micro-empresários informais”. Das 12,87 milhões de pessoas empregadas no setor informal¹⁵ em outubro/97, 67% eram trabalhadores por conta própria contra os 12% que empregavam outras pessoas. Destes, 10% eram empregados sem carteira assinada e 7% sem carteira, e 4% não recebiam nenhuma remuneração. Fica posta a questão previdenciária :- Destes trabalhadores por conta própria e dos que empregam até cinco pessoas em seus negócios, quantos chegarão a aposentadoria sem nunca ter contribuído com a Previdência?

As lutas sindicais têm se mostrado impotentes contra esse processo, pois não mais dispõem de uma estratégia capaz de agregar forças e sua crítica social está esgotada. Além de afastarem de seu campo de atuação o conjunto dos desempregados, por fatores que o próprio processo neoliberal engendrou. Os sindicatos nada podem fazer frente ao fenômeno dos pretensos pequenos empresários (categorias espúrias da reforma organizacional: os *inempregáveis*) na periferia das megaempresas. O raio de ação sindical restringe-se, cada vez, mais ao pessoal especializado, em via de extinção, de empresas concentradas e globalizadas.

A situação de acefalia política dos sindicatos impele os a reduzir o acompanhamento e o aconselhamento de seus membros, perdendo sua histórica atribuição classista. Os organismos sindicais diluídos fundem-se para além das categorias profissionais em novas unidades, aparecendo os megasindicatos. Esse tipo de união nada mais representará que um produto da divisão social e de um suicídio a prestações, vista a despersonalização das bandeiras de lutas por grupos específicos e, conseqüentemente, a desestruturação política dos fins dos sindicatos.

Nos EUA, regiões com movimento sindical menos atuante tornam-se mais atrativas. No Estado de New York, onde os sindicatos são fortes, houve uma migração de várias fábricas para Estados de legislação mais flexível. A par dessa situação, os sindicatos norte-americanos estão fazendo campanhas de filiação como uma forma de

ganharem visibilidade e virarem instrumento de pressão no Congresso Norte Americano.(GREIDER, 1997)

Já o governo brasileiro está com uma proposta para “modernizar” a legislação getulista de meados do século, que ainda é o sustentáculo das garantias dos trabalhadores assegurados pela constituição de 1988. Mas a proposta é essencialmente desreguladora e favorável ao capital.

Percebemos que, no Brasil, as elites governantes têm buscado mudanças quanto ao formato da regulamentação do trabalho, conforme a agenda “social-democrata” do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo declaração de Francisco Dornelles (Ministro do Trabalho 1999), o governo pretende estimular o fortalecimento de entidades representativas dos atores sociais, seja garantindo autonomia e legitimidade, seja por meio da prática da cooperação e da autocomposição, procedimentos de grande relevância ao entendimento social que são:

- *“O aperfeiçoamento de institutos como o contrato de trabalho por prazo determinado,*
- *a suspensão temporária do contrato de trabalho com qualificação profissional*
- *a composição da jornada (banco de horas),*
- *a participação dos trabalhadores nos lucros da empresas.*
- *a redefinição da organização e do funcionamento da estrutura sindical;*
- *a instituição das comissões de conciliação prévia e a introdução do rito sumaríssimo, essas comissões são formadas por representantes das empresas e empregados e buscam a conciliação nos conflitos trabalhistas de maneira mais ágil”*

O governo propõe alterações de caráter constitucional destinadas a garantir a prevalência do combinado sobre o legislado e introduzir um tratamento diferenciado para micro e pequena empresa, segundo o Ministro Francisco Dornelles (1999), o governo pretende estender benefícios a trabalhadores que estão na marginalidade. Com a participação da sociedade, as propostas visam à modernização do atual quadro legal trabalhista via emancipação dos atores sociais e a promoção do princípio da negociação com vistas a garantir o progresso do País em consonância com os “novos tempos”; para os sindicalistas, leia-se, conforme a cartilha neoliberal.

Na leitura dos sindicatos de maior expressão do País, as reformas não atendem aos interesses dos trabalhadores. As organizações sindicais, mediante suas negociações coletivas, não promovem a melhoria das condições de renda e trabalho, mas retiram e tornam precários os direitos conseguidos em quatro décadas de lutas, referindo-se aos direitos que constam no Art. 7º da Constituição Federal, (13º salário, FGTS, multa rescisória, descanso semanal remunerado, férias, licença maternidade).

O governo instituiu, no contrato de trabalho temporário e a demissão temporária, mecanismos que não surtiram nenhum efeito positivo na abertura de novos postos de trabalho, tendo em vista experiências avaliadas após sua concretização. A alegada rigidez do mercado de trabalho e o alto custo da contratação não sobrevivem à força dos indicadores. A rotatividade da mão-de-obra no Brasil é uma das mais elevadas do mundo. Mais da metade dos trabalhadores formais não completa três anos no emprego (Fonte: Caged/MTE), comprovando que os custos de admissão e demissão não inibem a utilização da rotatividade do emprego como instrumento de redução de salários. Conforme dados IBGE, 50% dos trabalhadores assalariados não têm sequer carteira assinada, evidenciando que as empresas não podem nem mesmo alegar que os custos rescisórios da demissão façam parte do custo-trabalho. Os verdadeiros indicadores da geração de empregos são investimentos produtivos. A obediência ao receituário recessivo do FMI, coroado pela alta das taxas de juros, a ausência de uma política industrial, agrícola, agrária, têm agravado a crise na geração de trabalho e renda. O fortalecimento das negociações coletivas deve coexistir em paralelo aos direitos sociais garantidos na Constituição Federal, estabelecendo um sistema de proteção social básico às categorias que não possuem um grau de organização que possibilite negociações justas com os empregadores.

A linha de financiamento do crédito público vem priorizando apenas os micros e pequenos empreendedores, estando, na sua maioria, condicionadas a empregos formais, todavia o engessamento da economia passa por outro viés de fundo político, (que é) a reforma tributária.

A reforma tributária deve taxar, prioritariamente, as grandes fortunas e o capital especulativo, facilitando o crédito para o setor produtivo, além de desonerar as exportações, e deixar de dar socorro ao sistema financeiro privado. O financiamento dos grandes conglomerados financeiros só tem apresentado resultados de desemprego e elevação do ganhos de capital concentrando mais a renda. A imprensa noticiou o financiamento da indústria automobilística pelo BNDES, que foi o setor que mais

desempregou no País no correr do ano de 1999, além de financiar a compra das estatais por empresas estrangeiras.

As experiências de “Banco do Povo”, disseminadas por alguns Estados como Ceará e São Paulo e Paraná, têm viabilizado pequenos empreendimentos que, na verdade têm maior capacidade de empregar e manter algum ganho trabalhista. Os pequenos empréstimos do chamado *varejo financeiros* têm crescido de forma expressiva, deixando claro que as instituições financeiras já despertaram para a importância do investimento produtivo com taxas de juros de 1% a 4,5% ao mês.

As estratégias que têm encontrado eco efetivo na geração de renda são financeiras populares ou os chamados “Banco do Povo” com sucesso garantido nos Estados do Ceará e em São Paulo.

Em Uberlândia, recentemente, foi criado o Banco da Mulher, instituição que visa fornecer o crédito preferencialmente para mulheres empreendedoras, podendo, também, acolher clientes masculinos em suas linhas de crédito. Os primeiros empréstimos foram assinados em novembro de 2000, e atendem a um público de baixa renda e com baixa escolarização. A proposta foi da Associação para o Desenvolvimento da Mulher de Uberlândia, e iniciou suas atividades com um capital fixo de R\$100.000,00 (cem mil reais). Atualmente, nesse grupo, estão atuando quatro assistentes sociais na diretoria do banco, três voluntárias de serviço social, que fazem entrevistas como agentes de crédito nas comunidades onde vivem os clientes do banco. A presidente é uma assistente social com larga experiência em trabalhos sociais no município e que também atua na vanguarda de luta pelos direitos igualitários da mulher.

Quanto ao pioneirismo do Estado de São Paulo em programas de micro-crédito, podemos observar, na fala do Secretário Walter Barelli que foi feita uma previsão em torno de R\$ 15,5 milhões para essa proposta de desenvolvimento. Um problema apresentado pelo programa é o treinamento de agentes de crédito, que têm a tarefa de analisar os pedidos e que deliberam sobre as condições de pagamento. O governo exige que esses agentes sejam treinados pelo BNDES; a duração do curso é de 5 meses e as turmas são para 25 vagas. A timidez dessa iniciativa induz-nos a crer que, na verdade, não há uma decidida tomada de posição por parte do governo em investir no varejo financeiro do país. Até início de 2000, havia 130 agentes treinados atuando em 29 cidades do Estado paulista, e cada cidade deve ter pelo menos três agentes de crédito, essa última exigência dificulta mais ainda a disseminação do programa. Um outro aspecto que enfraquece a marcha do programa é a ausência de uma cultura de crédito e

poupança¹⁶ no país. Os limites de financiamento variam de R\$200,00 a R\$ 1.500,00 e, para linhas de crédito de maior expressão, é necessário que o proponente seja uma cooperativa de no mínimo 20 pessoas, a taxa de 1% ao mês e o pagamento de 6 a 18 meses. Para ter acesso ao crédito, o proponente deverá residir no município abrangido pelo programa, não ter registro de pendência no SPC –Serviço de Proteção ao Crédito ou no Banco Central e estar trabalhando há, pelo menos, 6 meses. Não é exigido o registro em carteira.

Do total de recursos liberados, 52% foram para projetos informais. Quando processo de crédito e avaliação estiver concluído, o que leva aproximadamente 12 dias, o proponente dirige-se a uma agência da “Nossa Caixa” e retira o cheque nominal à empresa onde ele fará o seu investimento de capital, essa medida visa evitar o desvio do recurso, contudo, acreditamos que a metodologia não desenvolve uma cultura de crédito e independência do cliente, que sempre serão tutelados por uma instância oficial que determina o caráter creditício do empréstimo.

A iniciativa do Banco da Mulher possui um sistema muito mais flexível e mais seguro de operação pública dos seus ativos, que os processos oficiais presentes na praça. Avaliando as informações de funcionamento e investigando o público alvo dos programas governamentais, como o do “Brasil Empreendedor”, foi possível constatar que as informações de acesso a atendimento do cliente, não confere com a fala do banco, abrindo um descompasso entre o que as Instituições falam e o que fazem. Vejamos o depoimento colhido de um cliente do Programa Brasil Empreendedor, que não é regra, mas reflete ainda a resistência das estruturas tradicionais em manter os critérios de exclusão mesmo em programas custeados pelo FAT:

“Eu não consegui dinheiro para nossa cooperativa, eles disseram que eu tinha que arrumar tanta coisa, que eu desisti, sempre tinha uma coisa que estava faltando... me cansei... eu não tenho tempo assim de ficar no banco por conta de burocracia...” (LPM 1998.)

A burocratização excessiva e o volume de taxas de administração mais outras cobranças extras despersonalizam o serviço, que se torna caro ao cliente. O fato mais comprometedor dos programas de crédito que avaliamos é a tutela do cliente, que não é preparado para uma experiência comercial e vê nos programas de micro-crédito um dinheiro fácil para consumismo e não aplica o recurso para investimento produtivo. Mas não são a maioria dos casos.

1.3. O BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

A América Latina é o continente em que se registram as maiores desigualdades sociais, sendo o Brasil o país mais desigual do continente.

“A política econômica tradicionalmente seguida no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, sujeita a crises intermitentes de balança de pagamentos. Não podemos ignorar esse fato se pretendemos compreender a inflação crônica que caracterizou a economia brasileira nas fases de crescimento e também nas de recessão” (Furtado 1999:27)

O décimo da população mais rica no Brasil recebe 47% da renda, na Argentina, os mais ricos recebem 36%, Uruguai 32%, e atrás do Brasil ficam Paraguai, Honduras e El Salvador. Na educação, os 10% dos brasileiros mais pobres estudam em média 2 anos. Na Argentina, eles estudam 7 anos, no Chile e Uruguai, 6 anos, só El Salvador ganha do Brasil, 1,6 anos. O Paraguai, também desigual, apresenta indicador melhor que o do brasileiro, de 3,4 anos de escola.

As famílias pobres são sempre mais numerosas e 10% dos domicílios de menor renda têm 6,5% pessoas, número próximo ao da Argentina.

Conforme dados do equatoriano Walter Franco, representante da ONU em Brasília, o Brasil mantém um alto índice na má distribuição de renda, embora no setor de educação tenha havido uma melhora dos índices. Apoiado por Roberto Martins, presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), conclui: *“a concentração de renda no Brasil é a pior do mundo há décadas, temos renda para diminuir a pobreza, mas a distribuição da renda continua sendo o ponto frágil da melhoria dos indicadores.”*

Para Walter Franco (ONU), as condições de vida no Brasil vêm melhorando desde 1975, mas há ainda muito que fazer. A esperança de vida ao nascer ainda é muito baixa e a taxa de escolaridade também é menor do que a de países com o mesmo perfil econômico. Segundo Franco, o atraso no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é decorrente da extensão do País, acrescido da população volumosa, fatores que, combinados, dificultam a melhora dos indicadores.

Expectativa de vida, Relatório./99, dados de 1997	
Brasileiros	66,8 anos
Argentinos	72,9 anos
Uruguaios	73,9 anos

ONU/1999

O ritmo de melhora dos indicadores sociais no Brasil, entre 90 e 97, foi menos acentuado, comparando com a Indonésia no mesmo período; mas superior ao do Paquistão, países com população semelhantes ao do Brasil, no entanto com uma cultura muito diferente da nossa, acreditamos que este fator seja significativo e não foi levado em conta pelos analistas econômicos responsáveis pelo cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), talvez porque o parâmetro cultural esteja sendo pouco considerado devido às margens de influência nos pesos de análises não serem significativas, uma vez, submetidas aos processos de globalização que afetam os países de forma distintas, porém homogeneizadores. A mudança de metodologia foi criticada pelo governo brasileiro, que apontou que a atual metodologia prejudicou o Brasil e beneficiou a Índia e Paquistão, países que estavam nas últimas posições do ranking, país de origem do economista Amartya Sen (Nobel de economia 1998), que estando a frente dos trabalhos de operacionalização do índice, modificou os padrões metodológicos do cálculo.

O IDH varia de 0 a 1, quanto maior o numeral melhor a condição do país.

Evolução da qualidade de vida em países mais populosos, 1997				
PAÍS	MELHORA DE 90 PARA 97	POPULAÇÃO (Milhões)	POSIÇÃO /RANKING 97	IDH
EUA	17,9%	271,8	3	0,927
JAPÃO	19,5%	126,0	4	0,924
RÚSSIA	-18,4%	147,7	71	0,747
BRASIL	10,7%	163,7	79	0,739
CHINA	20,6%	1.244,2	98	0,701
PAQUISTÃO	9,6%	144,0	138	0,508
NIGÉRIA	6,4%	103,9	146	0,456
BANGLADESH	6,8%	122,7	150	0,681

Fonte : PNUD - 1997

Na América Latina, analistas do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), *Relatorio do Progreso Economico e Social frente las desigualdad en Latino America*

1998 –1999, atestam que a distribuição de renda não está vinculada a uma proteção ao emprego, privilegiando contratos de trabalho tradicionais, restringindo os contratos temporais e de tempo parcial. A existência de um setor informal com rendas diferentes e condições de estabilidade inferiores ao setor formal, não conduz à melhora exclusivamente pela legislação trabalhista. A segmentação de trabalhadores formais e informais pode explicar-se, em grande medida, pela “opção” dos indivíduos, especialmente mulheres, para atividades que lhes contemplam com flexibilidade e lhes permitem aproveitar melhor algumas habilidades, por diferenças e incentivos e mecanismos de remuneração, entre umas e outras atividades, e pela imperfeição dos mercados de crédito. A legislação ao invés de diminuir as desigualdades, aprofundam-nas entre as ocupações formais e informais.

A legislação é mais restritiva na América Latina que na maioria dos países desenvolvidos. Os textos das leis que se referem ao emprego nos países latinos apresenta mais alto o nível de regulamentação em se comparando com os países do sul da Europa, tradicionalmente, considerados como de elevada proteção.

Não se verifica o mesmo nível de proteção em países caribenhos, semelhantes aos dos países desenvolvidos como os do EUA, Reino Unido, e Holanda. Há uma suspeita de que a legislação de proteção ao emprego eleve o nível de rotação da mão de obra, ainda que não se tenha nenhuma comprovação factível sobre essa suspeita. Os dados internacionais mostram que, por regra geral, a permanência no emprego está associada à elevada escolaridade dos trabalhadores em relação ao tamanho da empresa. No Peru e na Bolívia, a rotatividade dos mais educados se dá em igual medida, ressaltamos que o nível de escolaridade desses países é semelhante ao do Brasil. No caso brasileiro, a antigüidade dos trabalhadores em grandes empresas é muito baixa e não supera a verificada nas pequenas empresas. Comparações internacionais de duração do emprego revelam resultados surpreendentes, atribuíveis às legislações de proteção ao trabalho. Apesar da volatilidade verificada no continente ser maior que nos países desenvolvidos, os trabalhadores de certas regiões têm contratos permanentes com as empresas, verificados os níveis de idade similares, educação, os empregados em empresas de tamanho equivalentes registram antigüidade maior que nos EUA, onde não existe proteção ao emprego da forma como acontece na América Latina e Europa.

Nos países que têm maiores taxas de empregos femininos, e, em particular, onde as mulheres têm acesso ao setor formal, as rendas são superiores. Quando ao nível maior de educação, participam em maior medida da força de trabalho, as famílias têm menos filhos

e estes têm mais acesso à educação. Pode-se constatar que os países que estão nessas condições, conseqüentemente, têm uma melhor distribuição de renda. Também, em regiões onde há melhores serviços públicos e infra-estrutura como água, energia e serviços de creche e saúde infantil, também há um ingresso maior de mulheres no mercado de trabalho ou aumento de sua produtividade, quando trabalham em casa reduzindo o tempo dedicado às tarefas domésticas. Serviços de saúde reprodutiva, que incluem ações voluntárias de planejamento familiar, melhoram a saúde das mulheres e sua capacidade para o mercado de trabalho, proporcionando às famílias a opção de retardar o primeiro filho, e, em última instância, concentrar seus cuidados, recursos, e atenção em um menor número de filhos.

Na América Latina e Caribe, as mulheres são mais responsáveis que os homens com relação aos filhos, como conseqüência, os fatores e as políticas públicas, que afetam as oportunidades e o custo do da atenção à infância no período escolar, exercem um importante impacto nas mulheres para que elas entrem no mercado de trabalho, visando aumentar suas rendas. Estudos de vários pesquisadores têm demonstrado que os cuidados maternos à infância e a participação no mercado de trabalho são condições que competem entre si pelo tempo das mães. Mulheres com filhos pequenos, se são menores de três anos de idade, têm uma probabilidade muito menor de entrar no mercado de trabalho, situação que força uma alternativa para os trabalhos em casa, fenômeno que observamos em nossos levantamentos no município de Uberlândia-MG.

Para as mulheres que optam por pagar “para olhar seus filhos” ou serviços mais especializados particulares, ao menor custo, há uma redução do que uma mulher necessita ganhar para cobrir os gastos relacionados com cuidado aos filhos. No Rio de Janeiro, foi realizado um estudo (in: Morrison y Orlando, 1998:134) o qual indica que se se incrementasse a oferta de atendimento infantil de baixo custo para a faixa de 0 a 6 anos, nas favelas cariocas, um maior número de mães poderia incorporar-se à força de trabalho beneficiando-se das creches públicas. As mulheres que têm acesso a serviços dessa natureza têm podido aumentar sua renda em até 20% . Para os caso em que se pagam serviços privados, as rendas crescem de 12 a 29%, incluindo o efeito de seleção de serviços e as características do mercado de serviços de atenção infantil. Um menor custo de cuidados com a infância pode, então, refletir um impacto positivo na renda familiar, particularmente, entre famílias mais pobres, permitindo às mulheres possuírem rendas adicionais. Quando as mulheres ingressam no mercado de trabalho e conseguem ter rendas independentemente de seus cônjuges, surgem benefícios em termos da

distribuição dos recursos dentro da unidade familiar e este fator contribui para diminuir a violência doméstica.

Acreditamos que as políticas públicas que reduzem a desigualdade devem estabelecer e melhorar os programas que ampliem as oportunidades para as mulheres incrementarem seu nível de educação. Serviços de atenção infantil, planejamento familiar e saúde preventiva e o melhoramento dos serviços públicos podem ajudá-las a escolher entre ingressar ou não no mercado de trabalho, aumentando a renda de suas famílias. Fica claro que, sem uma atuação efetiva do Estado, com políticas públicas voltadas para a atenção à criança, nos primeiros seis anos de vida, não será possível a participação feminina no mercado de trabalho, conseqüentemente, isto dificultará aos homens uma consciência de sua maior participação no processo privado da vida no lar, prejudicando a evolução social da mulher, que fica sobre carregada e sem a sua contribuição na vida pública. Entendemos que ambos têm sua contribuição a dar, e não somente o homem, estando aí um indicador dos graves problemas do trabalho nas “novas famílias”. Para os técnicos do BID¹⁷, a baixa remuneração das mulheres deve-se ao pouco tempo que elas acumulam de experiência profissional, face às exigências da maternidade e o trabalho doméstico, que a sociedade tradicionalmente lhes consignou. Leis como a da regulação de licença maternidade, com direitos à escola para os filhos pequenos nas empresas ou outros benefícios podem ter um efeito indesejado e induzem as empresas a contratar mais homens. Essas leis requerem uma revisão cuidadosa de forma que sejam socializados os custos de proteção da mulher, que hoje estão a cargo somente das empresas ou do sistema de seguridade social ou como parte dos programas de saúde e educação cobertos por pressupostos gerais.

Todavia, sem uma proposta razoável que toque na questão da distribuição mais eqüitativa de renda por processos normativos, aceitos e reconhecidos pela sociedade, pouco poderemos conquistar em avanços desejáveis.

1.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: mito ou realidade é a questão?

As ocupações mais procuradas na atualidade são aquelas que exigem maior informação e habilidade generalista, principalmente as que estabelecem um processo de aprendizagem identificado como *lifelong-learning*¹⁸ (aprendizagem permanente), portanto, as profissões exigem um alto nível de escolaridade e capacitação tecnológica. Está esgotado o modelo antigo de formatação de um profissional seguindo o processo em que a atual escola se ancora. A prova maior disso é o volume de cursos que as empresas

têm oferecido a funcionários, a criação de universidades em empresas, o volume de cursos extras que as pessoas fazem ao longo de sua vida, indicadores que mostram uma mudança no padrão de processar o conhecimento. Ainda não encontramos o nosso caminho nem na educação formal, que se encontra em verdadeira acefalia, sem uma condução programática e com números assustadores, como o fato de que, crianças na quarta série do ensino básico não saibam ler.

Predomina, como fator determinante nas novas relações de trabalho, a hegemonia da informação¹⁹ no reinado dos serviços, setor da economia que mais cresceu no mundo nos últimos trinta anos.

A realidade brasileira com seu um milhão de adolescentes fora da escola, revela a exclusão que em futuro próximo atingirá os brasileiros, que já estão, antecipadamente, fora do mercado de trabalho. As chamadas classes de aceleração, que, na verdade, deveriam chamar-se classes de enganação, retratam que o ministério da educação não tem um projeto de educação consistente para apresentar para a sociedade. Pois, ao promover o aluno sem instrumentalizá-lo com as informações necessárias, se reproduz uma falácia, na qual, o educando crê ter alcançado um condição satisfatória pela “mágica” promoção nas séries de formação, enganando-o que ele possui uma condição que o prepara para os próximos ciclos com segurança. Esse processo de enganação pedagógica, oferece dividendos políticos mas pouca concreção para o proveito real destes alunos que sofrem, posteriormente, a frustração ao perceber que o simples diploma não lhes confere um aporte de conhecimentos para o mercado de trabalho, ou para seguir uma graduação universitária.

Acompanhando trabalhadores não qualificados, pudemos verificar que essa condição nada mais é que uma evidência da exclusão educacional. Pessoas que não tiveram acesso a uma escolaridade básica estão com menos condição de inclusão no mercado de trabalho. A diminuição de quadros nos mais diversos setores fez com que houvesse uma inflação de trabalhadores no mercado, pressionando os salários para baixo, em menor intensidade nas profissões mais qualificadas ou técnicas. A lógica dos conglomerados transnacionais trata de novas formas de estruturação do poder, capazes de sobreporem-se aos sistemas tradicionais, constituídos por empresas privadas de atuação local e do estado nacional, cuja força decorre da posição de vanguarda tecnológica que ocupam e da possibilidade que têm de mudar a localização de unidades produtivas em função dos custos relativos, dos insumos e de alterações das taxas de câmbio e de juros.

Tal estratégia das empresas transnacionais é de extrema complexidade e exige fortes ligações políticas para atingir os objetivos de valorização do capital.

Os reflexos dessa trama de interesses vão rebater na vida de milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo, em escalas diferenciadas de consequência, até chegar aos extratos mais baixos da sociedade, com menor proteção e menos meios de acesso à capacitação pelo fator de exclusão intelectual, proporcionado pela baixa escolarização atingida nos primeiros anos de vida.

Motivou-nos as investigações no universo microeconômico, em que as formas e estratégias de sobrevivências dessas pessoas emergem por um imperativo da condição humana, lutando para se manterem, já que critérios de qualidade de vida para quem vive com 1,6 dólar por dia é praticamente inexistente. Ao longo do estudo das estruturas encontradas no município, responsáveis pela geração de renda, buscamos entender a maneira como esses trabalhadores excluídos relacionaram-se com os órgãos promotores de qualificação de mão de obra e geração de renda. Avaliamos no capítulo IV como se deu o contato nas estruturas de atendimento do município e a resposta que eles obtiveram em razão de seus esforços ou para geração de renda ou qualificação para o trabalho.

No entanto, para analisar uma realidade continental, como é a do Brasil, essas conclusões carecem de um critério muito rigoroso. O economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, revela em pesquisas da PNAD, que houve um aumento do produto interno da ordem de 23% entre 93 e 96, mas que em paralelo, evidenciamos uma redução do emprego industrial em todo o país que se encontra diante do desafio competitivo de mercados globalizados. Já os setores da economia, propensos ao emprego estão em desaquecimento da contratação. A par dessa situação, podemos identificar que não se deve dar um exagerado crédito à competitividade no mercado internacional, mesmo porque as exportações no Brasil estão abaixo de 10% do PIB, enquanto 90% são para consumo e produzidas internamente, sem querer minimizar o papel das exportações, mas reconhecendo que a realidade brasileira possui um importante mercado consumidor interno.

Na indústria, os números são claros, não há criação de empregos, que está mais propensa para o que, no Brasil, é mais abundante, mão de obra pouco escolarizada, sem qualificação, e sub empregada. A alternativa pode estar diretamente ligada ao desenvolvimento rural, tendo na sua força de trabalho principal a economia familiar.

“Os países que já avançaram no processo de industrialização principalmente voltado para o mercado interno – o Brasil é o exemplo conspícuo – serão confrontados com um dilema: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio, ou lutar

para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno. Nesta segunda hipótese o acesso á vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais auto dirigido e as forças que apóiam mudanças sociais , mais participativas. Para os que adotam essa posição contestadora a história está longe de apresentar-se como concluída.” (Furtado1999:25)

Os números sobre a presença do mercado interno sinalizam, de forma otimista, para um espaço, mesmo que mercantil, onde os trabalhadores de baixa escolarização e sem qualificação podem se realizar profissionalmente. A questão da qualificação já foi discutida por vários estudiosos e as opiniões são muito controversas, contudo pudemos constatar que a qualificação profissional possui vários níveis de exigência, conforme o espaço mercantil de atuação do empreendimento econômico, sem dúvida, os mais escolarizados sempre levam vantagem sobre os menos escolarizados, quer na capacidade empreendedorística, quer no domínio de novos processos de trabalho. Com os constantes processos de *downsinze (tamanho ideal)* nas empresas, trabalhadores são expulsos do mercado formal, e vão buscar, na informalidade, meios de sobrevivência. Geralmente, já trazem um aporte de processo e treinamento importantes para o trânsito para a atividade mercantil. Naturalmente, vão ocupando os espaços que antes eram ocupados por trabalhadores menos escolarizados, e estes vão rebaixando cada vez mais suas oportunidades de trabalho.

Não queremos advogar que a qualificação é uma questão fechada em si mesma, e nem que é uma exigência não só do mercado como pregam os ideólogos da cultura organizacional. Mas entendemos que, mais que uma exigência do mercado, a qualificação é uma condição de evolução da sociedade e, para esse prisma, a qualificação é mais que um processo de desenvolvimento da produção, ela está agregada a um padrão de exigência do próprio homem como ser histórico. Uma coisa é entender que a formação do trabalhador está inconseqüente ao processo de toda a sociedade, e outra é negar a qualificação como categoria meramente ideológica do capital. Na primeira assertiva, podemos ler a realidade do ponto de vista histórico e antropológico, na segunda, o ponto focado é o político. Em ambos os processos interpretativos, há uma carga de verdade, e nenhum é excludente em si mesmo.

1.5. JUSTIÇA COMO EQUIDADE : caminhos para uma intervenção política.

Ao longo dos últimos três anos, convivemos com um grupo de trabalhadores desempregados, pouco escolarizados, homens, mulheres e jovens, que são conhecidos nos números das estatísticas, nas teses de pesquisadores, na literatura de quem escreve com os rigores de um habilista das palavras. Durante esse período, estabelecemos a construção de uma prerrogativa de aplicação do conhecimento que interpreta e intervenha numa ação entre sujeitos humanos na sua cotidianidade de ausência de trabalho, numa sociedade individualista, que repercute no “*mundo da vida*”²⁰ em que estes seres, **processo-social-humanos**, se encontram.

Estamos diante do típico desafio que assistentes sociais vivenciam no cotidiano de seu processo profissional. No período que vai desde as protoformas do serviço social, prenhe das representações da medicina sob a influência de René Sand²¹, até os dias atuais, atuamos em um conjunto de adversidades complexas, exigindo respostas a problemas maiores que as possibilidades de atendimento dessa demanda, que é sempre crescente, que se apresenta ao Serviço Social assalariado em sua grande maioria, e nesse processo histórico desejamos “(*...*) *perguntar por sua identidade, significa perguntar por sua participação da trama das relações sociais por sua legitimação como prática social de caráter popular...*” (Martinelli, 1995:159). Na sociedade, nossa categoria profissional, de longa data, vem assumindo as especificidades inerentes a um objeto:- o **processo-social-humano**. Em época pretérita, nós classificamos o homem histórico como cliente e, agora, o definimos como o usuário dos serviços, que, trata suas demandas com o assistente social. É significativo que a interpretação de cada época não fique restrita a classificação semântica, ou, ao sabor de uma mudança epistêmica com seu elenco teorizador. Do ponto de vista do ser, que interage com os serviços sociais prestados pelo Assistente social, no conjunto das políticas públicas de onde originam estes serviços, a institucionalização do trabalho profissional não pode ser ignorada, sendo ela, maior que a retórica das definições, pois se projeta numa prática pouco registrada, e, quando registrada, desfocada do contexto de inserção histórica dos profissionais.

Desde as protoformas da profissão, o clima confessional das ações caritativas na mediação da prestação de serviços, super valorização da habilidade individual, até os tempos atuais, na sua matriz, mais articulada com a sociedade; organizado jurídica e teoricamente como disciplina de intervenção, o serviço social, sempre foi exigido em

respostas complexas para situações estruturalmente determinadas, mesmo porque, sempre, o serviço social produziu seu trabalho ao limite das situações de sua prática. Os mais significativos “teorizadores” da categoria ocuparam-se em pesquisas sérias para identificar as raízes das motivações que norteavam o agir profissional. O serviço social pode ser identificado como :

“ (...)um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista.” (Iamamoto,1985:77)

Esta especialidade profissional emerge com mais vigor interventivo face às necessidades provocadas pela questão social que *“é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto,1985:77).*

A maioria dos espaços de trabalho dos assistentes sociais surgiram no Estado e, em menor volume, no setor privado. Em ambos os segmentos, na condição de profissional assalariado. O serviço social, sendo regulamentado como profissão liberal, não obteve na prática este *status*. E acreditamos uma das hipóteses para este não avanço está associada à pressão de outras profissões, em disputa por espaços de trabalho, que também militam no campo social e que, por ocuparem alguns campos do conhecimento, se acham proprietárias do saber que apropriamos para a intervenção. Essa situação nos fez sentir um tanto estigmatizados alimentando uma crise de materialidade e não permitindo a integração de processos derivados de nossas práticas junto a outros conhecimentos elaborados a partir da atuação profissional dos assistentes sociais. Mas o conhecimento não está em um feudo medieval do saber. O conhecimento é exercício inteligente, elaborado, extraído da venda da força de trabalho, competindo ao homem manipulá-lo ao interesse de seu bem estar, na metodologia que lhe aprouver, uma vez que estamos partindo do referencial de uma sociedade plural e democrática. Fazemos isso muito bem, quando não nos enfeixamos em conflitos de identidade, criados, por nós mesmos, ao

submetermos a avaliação de nosso trabalho a apenas um único eixo crítico em detrimento do que o próprio serviço social re-elabora em sua práxis. Nós próprios nos subalternizamos. Nossa produção está profundamente fundamentada no legado marximiliano, no entanto, quando Marx nos diz que *“os filósofos até agora nada mais tinham feito que interpretar o mundo e que agora se tratava de modificá-lo”*, parece que aos assistentes sociais essa tarefa ficou proibida por alguns teóricos que se sentiram “roubados” por nós. Então, quando nossa intervenção se faz presente, trabalhando nos limites das situações difíceis as críticas são de que não há uma materialidade consistente no agir profissional. Querem formatar a materialidade do serviço social no padrão rígido das ciências naturais, sendo que atuamos no campo das subjetividades humanas, poucas vezes medidas pelos números e estatísticas.

A responsabilização deste profissional pela reprodução do modo de produção capitalista parece-nos eivada de exagero da forma como é colocada, sendo apontada por muitos autores no nosso meio, leitura que em outras profissões não é feita da mesma forma, e, no entanto, têm também participação no processo, talvez em intensidades muito maiores que o serviço social. Outro fator que evocamos é o fato de não haver uma base temporal de existência histórica suficiente, em que o corpo de teoria e ação de intervenção possa ser julgado ao rigor dessa crítica. O que significam setenta anos em história? Nosso processo profissional não se estabelece na historicidade? Entretanto esse não é o motivo de nossa discussão agora, mas é importante registrar nossa divergência na leitura da teleologia do serviço social, sustentada em parte dos profissionais que compõem a categoria. Vemos que há um receio de se questionar esse assunto, parece que ele pertence aos deuses do Olimpo, sendo matéria de debate já definido para os assistentes sociais, subalternos profissionais. Sobre o rigor ortodoxo em relação a razão (...) *“o preço de uma educação racionalista é o de nos tornarmos estrangeiros a quase todo gênero humano”* (Bobbio, 1997:5). Quem sabe, estrangeiro a nós próprios na nossa terra? Claro que não vai nenhuma apologia ao metafísico, mas um apelo a pluralidade.

A primeira escola de serviço social foi fundada no Brasil em 1936. Até os anos 90, contamos com aproximadamente 70 anos de trajetória, espaço extremamente curto para que se possa atribuir juízos de valor a uma categoria de trabalho que possui limitada e curta trajetória histórica, sendo submetida ao processo de venda da sua força de trabalho a determinantes de mercado, essencialmente, detentora de poder, fugindo do controle político sua capacidade de auto-determinação, colocada sua condição assalariada em sua grande maioria.

A assistência social, primeiro processo de intervenção, assume um formato de serviço social no início do século²². Na Alemanha, após a I Guerra Mundial e nos EUA, em decorrência da crise provocada pelo “*Crash*” da Bolsa de New York, em 1930, o governo organizou uma rede de assistência aos desempregados, às famílias sem meios para educação de seus filhos, idosos e deficientes. Portanto, o serviço social, historicamente, esteve em interação com esses segmentos sociais marginalizados intermediando soluções.

A questão social dos últimos anos e suas conseqüências para países denominados emergentes tem provocado, por parte deste profissional, um esforço maior; no caso do desemprego, fato que não torna menos árdua a tarefa de intervenção na busca para geração de renda para o segmento mais excluído da população brasileira, naturalmente, a quem sempre se destinaram os serviços profissionais. Aos críticos mais tenazes do serviço social, que o interpretam como mero reprodutor de injustiças por vias indiretas a serviço da classe dominante, fazem-nos rememorar uma citação de Immanuel Kant: “ *do madeiro torto de que é feita a humanidade jamais se talhou qualquer coisa de reto*”. E, por essa razão, nenhuma solução perfeita é possível, não apenas na prática, mas em princípio, para os problemas humanos, e toda a iniciativa resoluta de tornar possível essa solução perfeita provavelmente levará ao sofrimento, à desilusão e ao fracasso.(in, Berlin, 1991:51)

Há uma conjuntura social, submetida a um aporte de forças imensamente maior, em que uma categoria profissional integra ínfima parte no processo. Seria o mesmo que atribuir ao pedreiro a responsabilidade de torturador, porque ele construiu o prédio que abrigou o DOI-CODI no período da ditadura militar. Ou culpar o revólver por ter sido usado no crime contra o inocente. Há um limite para julgar o serviço social como reprodutor do capitalismo. Se assim o fosse, logo estaremos julgando Marx responsável pelo totalitarismo soviético. Há uma ética do indivíduo como pessoa e ela não passa pelo romantismo retórico, mas pela concretude da realidade, que se manifesta de várias formas em vários contextos.

O serviço social deve ser uma profissão que guarda princípios de justiça com equidade para gerir seu processo de trabalho junto a trabalhadores desempregados. A busca da justiça na interpretação do fundamento categorial do fenômeno do desemprego surge no plano das nossas discussões, e é por onde queremos delinear a ação de nossa intervenção, para os termos dessa dissertação. Não nos referimos a uma fundamentação ontoteológica dos fundamentos morais, radicado numa concepção objetiva da Razão, (...) “*a autoridade epistêmica passa, na modernidade das doutrinas religiosas para as*

ciências empíricas” (Manfredo, 1998:89), isso não se discute, uma vez que, por esse veio teórico acreditamos encontrar o processo de nossa interpretação para a questão que abordamos de trabalhadores .

Segundo Habermas, *“dependemos de uma fundamentação pós–metafísica da moral, capaz de estabelecer uma diretriz de cooperação eqüitativa entre os cidadãos como pessoas iguais e livres, ou seja, a resposta do liberalismo político”*²³ aos desafios do pluralismo moderno - é um consenso político fundamental, embasado numa concepção neutra de justiça²⁴ (isto é, o véu de ignorância entre os indivíduos de uma hipotética situação para referência pela qual serão avaliados os princípios de justiça) no sentido de ser uma construção racional, instrumental cognitiva, capaz de garantir aos cidadãos as mesmas liberdades fundamentais, independente dos dotes diferenciadores que lhes são próprios. As fundamentações, que aludimos envolvem as democracias pluralistas contemporâneas em sintonia a um acordo sobre os princípios que, em tese, devem regular as instituições políticas, sociais da estrutura básica – a procura por um fundamento ético para a vida coletiva. O trabalho está no bojo das contradições subjacentes à lógica dessa sociedade, e em especial o trabalho para pessoas que vivem numa faixa bem marginal, como o grupo do Seringueiras.

A questão do desemprego nas sociedades plurais e democráticas, a partir da cooperação eqüitativa entre cidadãos, traz, implicitamente, a condição de justiça como imparcialidade, em que as instituições da estrutura básica²⁵ são justas sempre e quando, satisfaça os princípios das pessoas morais, livres e iguais em uma situação que todos considerem justa com o propósito de regular essa estrutura.

São princípios fundamentais desse propósito:

a) cada pessoa tem o mesmo direito que as demais ao mais amplo esquema das mesmas liberdades básicas , compatíveis com um similar esquema de liberdades para todos;
b) as desigualdades sociais e econômicas são permissíveis sempre e quando se estabeleça que:

b-1) os maiores benefícios se outorguem aos menos privilegiados;

b-2) as posições , os cargos e os postos estão abertos para todos, em condições de justas igualdades de oportunidades. (Rawls 1996:255 L.P.)

Assim como o bem estar de uma pessoa se constrói a partir de elenco de necessidades que são experimentadas em momentos diferentes no decorrer da vida, de

modo semelhante, o bem-estar da sociedade deve ser construído com a satisfação dos sistemas de desejos de numerosos indivíduos que a ela pertencem.

A partir da concepção de justiça como equidade, avaliamos, entre as satisfações almejadas pelo trabalhador, está, de forma radical, enraizada no seu processo biológico de existência humana, a necessidade de prover sua subsistência. Está na concepção das necessidades espirituais da pessoa, não somente do ponto de vista utilitário (em nível do senso comum), mas do ponto de vista do que é justo, diferente do que é o bem. A concepção geral de justiça não impõe restrições quanto aos tipos de desigualdades permissíveis apenas exige que a posição de todos seja melhorada. Reintroduzir os imperativos da justiça social não deve, em momento algum, suprimir a liberdade, o direito do indivíduo, mas nele fincar raízes. “ *Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar*” (Rawls, 1997:4)

Numa sociedade plural, a prioridade da liberdade significa que sempre as liberdades básicas podem ser efetivamente estabelecidas, não é permitido trocar uma liberdade menor ou desigual por uma melhoria do bem-estar econômico, aqui repousa o fundamento que repudia a posição destrutiva do ‘deus mercado’ que a tudo resolve. É notória que há uma tendência ascendente de concentração de renda, necessariamente, a distribuição de renda não necessita de ser igual desde que seja vantajosa para todos e, ao mesmo tempo, as posições de autoridade e responsabilidade devam ser acessíveis a todos.

A referência da Teoria da Justiça para interpretar o fenômeno do desemprego e /ou ausência de trabalho, concebendo a sociedade no desenho de rede o qual está se formando, traz-nos para uma leitura não experimentada, se não vejamos: “ *suponhamos que as desigualdades nas expectativas estão ligadas em cadeia, se uma vantagem tem o efeito de elevar as expectativas da posição mais baixa, ela também eleva as expectativas da posição mais intermediárias. Por exemplo, se as maiores expectativas para os empresários beneficiam os trabalhadores não especializados também deverão beneficiar os semi-especializados. Note-se que a ligação em cadeia não diz nada a respeito do caso em que os menos afortunados não ganham, de modo que não significa que todos os efeitos atuam uns sobre os outros*.” (Rawls 1997:85)

Encontramos, na teoria da justiça como equidade, a fundamentação teórica que transite de forma , livre, razoável e racional entre as doutrinas do socialismo e do capitalismo (dois sistemas de governo que têm polarizado a discussão política do mundo contemporâneo fundados na centralidade do trabalho), estabelecendo, de um modo

esquemático o perfil de um sistema econômico que proponha-se justo, que admita variantes plurais. O julgamento político, em qualquer caso determinado, socialista ou capitalista, dependerá de saber qual variante tem maior probabilidade de trazer o melhor resultado na prática. Uma concepção da justiça é uma parte necessária, mas não suficiente, de qualquer avaliação política, considerando a centralidade do trabalho como categorização fundante para a sociedade plural. A justiça como equidade analisa o sistema social a partir da posição de cidadania igual e dos vários níveis de renda e riqueza. Admitimos que os princípios de justiça podem servir de paradigma para uma doutrina economia política, adotando a tradição utilitarista no nosso referencial.

Um sistema justo deve gerar sua própria sustentação, ou seja, sua ordenação deve procurar, entre seus membros, desencorajá-los em ações que firam o princípio de justiça. Consideramos a exigência da estabilidade e o critério de desencorajar desejos que entrem em conflito com os princípios da justiça, uma vez que impõem maiores restrições às instituições. Estas devem não apenas ser justas, mas também estruturadas de modo a encorajar a virtude da justiça naqueles que delas fazem parte. Neste sentido, os princípios da justiça definem uma parte do ideal da pessoa, que deve ser respeitado pelas organizações sociais e econômicas.

A necessidade de penetrar no campo da economia política se justifica como pressuposto para identificarmos a sustentação prática da Justiça como equidade.

Por uma hipótese imaginária, tomemos o trabalho remunerado ou não como um bem público, e logo nós ficaríamos pensando que há vários bens públicos dependendo do seu grau de indivisibilidade e de dimensão do público envolvido. Mas, como conceber o trabalho como um bem público se ele depende de decisões individuais entre os que o contratam e aqueles que vendem a sua mercadoria - a força de trabalho? Decisões que incluem a vontade racional de uma pessoa, que também está condicionada por um imperativo utilitário, que também é a forma como a sociedade se estruturou. Por exemplo, como (Rawls 1997:295), menciona, o fato da proteção em caso de guerra, todas as pessoas recebem a proteção independente de terem pagado ou não seus impostos. Não podemos dizer que o mercado está decidindo se as pessoas vão ou não ser protegidas pela ação militar do Estado. Em termos do trabalho, desejamos inferir o raciocínio: - Numa sociedade que está fundada no trabalho remunerado e ou outra forma coletiva de repartição, não se pode presumir da falta de trabalho sob pena de provocar a desagregação do tecido social daquela comunidade, se a proteção à categoria trabalho, ou outra qualquer, que garanta a vida dos indivíduos livres e racionais, não for equânime nas oportunidades, a desagregação será certa. O mercado fracassa no caso de bens públicos,

como hipoteticamente estamos considerando o trabalho, porque ele está sendo incluído como bem público, devido a sua mediação coletiva e pela parte integral na sua constituição intelectual e material como categoria que se realiza entre pessoas racionais de um dado contexto sócio-antropológico cultural historicizado em sua lógica.

O senso de justiça leva-nos a promover sistemas justos e a desempenhar neles a nossa parte, quando acreditamos que os outros, ou pelo menos um número suficiente deles, darão a sua contribuição. Nos casos de desastres ecológicos, danos causados ao meio ambiente, esses custos não são geralmente considerados pelo mercado. Portanto, *“há uma divergência entre a contabilidade privada e a social que o mercado deixa de registrar”* (Rawls 1997:296). Todavia uma vantagem significativa de um sistema de mercado é a de que, dadas as instituições básicas exigidas, esse sistema é consistente com as liberdades iguais e a igualdade equitativa de oportunidades. Os cidadãos têm liberdade de escolha em relação às suas carreiras e ocupações. Não há motivo para a distribuição centralizada ou obrigatória do trabalho. Em princípio, o sistema de mercado descentraliza o poder econômico, quando da concorrência livre. Não importa a natureza interna das empresas, estatais ou privadas, de administração individual ou coletiva, elas recebem como dados os preços dos produtos e de insumos, traçando seus planos em função deles. Quando os mercados são, de fato, competitivos, não há guerras de preços ou outras competições pelo poder no mercado. A partir de decisões democráticas, o governo regula o clima econômico, ajustando certos elementos que ele pode controlar, os consumidores e empresas são livres para decidirem de forma independente, desde que obedeçam às condições gerais da economia.

Partimos do pressuposto de que as instituições de mercado pertencem tanto aos regimes de propriedade privada quanto aos regimes socialistas, distinguindo entre as funções alocativa e distributiva dos preços. Precisar qual dos dois sistemas é o mais adequado à aplicação da teoria da justiça foge a intenção deste trabalho, mas a teoria da justiça pode traçar de um modo esquemático o perfil de um sistema econômico justo que admita pluralidade de opções. *“Uma concepção de justiça é necessária mas não suficiente para qualquer avaliação política,”* (Rawls, 1997: 302)

Avaliemos que poderia ser possível existir um sistema de propriedade privada que fosse viável. Ao propormos um exame do sistema de propriedade privada não estamos admitindo que ele não esteja eivado de contradições e graves injustiças. O fato de existir um sistema de propriedade privada ideal não implica que as formas históricas sejam justas, ou toleráveis, valendo o mesmo para um regime socialista.

Referendando-nos na a idéia de justiça como equidade, adotamos alguns princípios para análise importantes na compreensão de um sistema social justo, estruturado de modo que garanta justiça na distribuição em um processo econômico e social, contextualizado a instituições políticas e jurídicas adequadas.

Rawls elege três condições num sistema constitucional justo, importantes para a justiça com equidade. A base é a **liberdade de consciência e pensamento**, depois uma **igualdade de oportunidades eqüitativa** (em oposição a igualdade formal) mediante uma forte intervenção keynesiana em moldes clássicos, sem perder a liberdade de escolha, seja para oportunidades nas atividades econômicas ou na escolha do trabalho. Finalmente, a **garantia de um mínimo social**. Partindo desta idealização, Rawls define o Estado em quatro esferas de atuação.

O **setor de alocação**, garante a competitividade do sistema, para impedir a formação de um poder sobre o mercado que não seja razoável e fira o princípio de equidade em relações comerciais. Esse setor também seria responsável pela identificação e correção dos desvios mais óbvios da eficiência, causados pelo malogro dos preços em medir com precisão os custos e benefícios sociais, podendo recorrer à impostos ou a mudança na definição do direito de propriedade.

O **setor de estabilização**, objetiva garantir o pleno emprego razoável, de maneira que aqueles que querem encontrar trabalho possam encontrá-lo, e a livre escolha de ocupação e o desenvolvimento das finanças sejam assegurados por uma forte demanda efetiva.

Esses dois setores garantem a eficiência da economia de mercado.

No **setor de transferências**, é assegurado o mínimo social. A idéia é que a ação desse setor leva em conta as necessidades dos indivíduos e atribui a elas um peso apropriado com respeito à outras reivindicações. Um sistema de preços competitivos não considera necessidades, e, portanto, não pode ser o único dispositivo de distribuição. Deve haver uma divisão de trabalho entre as partes do sistema social, em resposta aos preceitos da justiça baseados no senso comum. Instituições diferentes respondem a reivindicações diferentes. Mercados competitivos regulados garantem a utilização eficiente de recursos e a alocação de mercadorias entre consumidores.

Como os princípios da justiça regulam toda a estrutura, eles também regulam o equilíbrio de preceitos, esse equilíbrio irá variar de acordo com a concepção política implícita.

A justiça das parcelas a serem distribuídas depende das instituições básicas e de como elas alocam a renda total, isto é, os salários e outros rendimentos acrescidos de

transferências. É com razão que se objeta fortemente contra a determinação da renda total pela competição, já que esse procedimento ignora as exigências da pobreza e de um padrão de vida adequado. Do ponto de vista do estágio legislativo, é racional que asseguremos para nós e nossos descendentes uma proteção contra essas contingências do mercado. Como o mercado não é adequado para responder às reivindicações da pobreza, essas últimas deveriam ser atendidas por um organismo separado. A questão de saber se os princípios da justiça são ou não satisfeitos gira em torno da questão de saber se a renda total dos menos favorecidos (salários e transferências) possibilita a maximização de suas expectativas em longo prazo (obedecendo às restrições da liberdade igual e da igualdade de oportunidades).

Por último o **setor de distribuição**, cuja tarefa é preservar uma justiça aproximativa das partes a serem distribuídas por meio da taxação e dos ajustes no direito de propriedade que se façam necessários. O propósito desses tributos e normas não é aumentar a receita dos governos, mas corrigir, gradual e continuamente, a distribuição da riqueza e impedir a concentração de poder que prejudique o valor eqüitativo da liberdade política e da igualdade eqüitativa de oportunidades. Não objetiva-se engordar as receitas dos governos, mas corrigir gradual e continuamente, a distribuição da riquezas e impedir concentrações de poder que prejudiquem o valor eqüitativo da liberdade política e da igualdade eqüitativa de oportunidades. A equidade de oportunidades significa um certo conjunto de instituições que assegure oportunidades semelhantes de educação e cultura para as pessoas igualmente motivadas e mantenha as posições e os cargos públicos abertos a todos, levando em conta as qualidades e esforços razoavelmente relacionados com os respectivos deveres e tarefas. São essas instituições que correm o risco, quando as desigualdades de riqueza excedem um certo limite, e, da mesma forma, a liberdade política tende a perder o seu valor, e o governo representativo só existirá nas aparências. O objetivo da teoria da justiça é formular princípios que devem regular as instituições básicas.

A teoria mostra o que legisladores racionais, adequadamente limitados pelo véu da ignorância²⁶, e, neste sentido, imparcial, estabelecerá para realizar a concepção da justiça.

Não pretendemos apresentar modelos, mas, a partir de uma concepção racional de princípios contratistas, tomando a justiça como equidade, tentamos apreender a mensagem da teoria da justiça que não deseja criar receitas, mas, recomendar caminhos para o problema da injustiça social e, mais especificamente, a partir da sociedade justa, e para os termos desta dissertação, no que concerne ao direito do trabalho para todos os

homens livres, conforme a concepção de liberalismo político no sistema de cooperação social de dada sociedade democrática.

O aspecto marcante da teoria da justiça de Rawls é a motivação moral. De acordo com Scanlon, ela representa e expressa realmente a disposição das pessoas morais de somente realizar ações que possam ser justificadas perante os demais. Rawls reconhece uma concepção normativa da pessoa, claramente traduzida nas idéias de que cidadãos são igualmente “livres”, “racionais”, “razoáveis”, algo que, então, se solidifica nas práticas institucionais de justiça.

A partir de Bentham²⁷, que propôs o critério do prazer ou da felicidade, como uma motivação científica para o utilitarismo, seria aceitável, em uma sociedade liberal, como critério de justiça, legitimando restrições das liberdades individuais, “o princípio da maior felicidade possível para o maior número”. Portanto, para limitar as liberdades individuais, o único valor aceitável seria a maximização do prazer ou da felicidade, da qual a liberdade é inseparável. **Não se procura ser livre para ser livre, mas para ser feliz.** Foi a partir do utilitarismo do século XIX que nasceu a idéia de subordinar a atividade do legislador a uma teoria “científica” da justiça, definida em parâmetros do prazer em função de um ponto que ofereceria a solução melhor e que permitiria fazer a economia no político.

J.S. Mill faz uma crítica a essa proposição, fincando sua posição em aspectos qualitativos e incomparáveis do prazer e da felicidade individuais, obrigando os economistas do *welfare state* refinarem suas posições. O ponto de partida de Rawls situa-se numa crítica moral da democracia liberal e do utilitarismo, mas igualmente do ultraliberalismo, cujos efeitos são prejudiciais ao presente desenvolvimento das nações. No plano filosófico, ao sustentar a existência de um fim dominante, a felicidade, definida em termos quantitativos e mensuráveis, o utilitarismo coloca-se em contradição com sua rejeição de qualquer verdade dogmática e com o seu caráter científico. Se tomarmos o utilitarismo de Karl Marx e Augusto Comte (a ditadura do proletariado ou a positivação das concepções respectivamente), vamos constatar que ele é inaceitável para Rawls, devido ao seu dogmatismo, que contradiria a base da democracia liberal, quer dizer, o pluralismo dos valores proveniente da capacidade que o indivíduo tem de escolher livremente seus próprios fins. Em lugar de um critério único de arbitragem, ele propõe a noção de equidade (*fairness*), propõe uma situação mental²⁸(posição inicial), em que o indivíduo, compreende racional e razoavelmente, que deve restringir sua busca de felicidade para torná-la compatível com a dos outros. Irá, então, procurar os princípios

que o conduzirão a ajuizar benefício para si e para os outros, sem ferir a liberdade de cada um, pois, só assim, seus interesses serão perenes na vida de sociedade.

Identifica-se uma originalidade em se desvendar a Teoria da Justiça a partir de um instrumento metodológico, que Rawls identificou na posição original, embora o próprio autor escreva que o seu livro é uma organização de idéias pré-existentes. No entanto, essa originalidade é da mesma envergadura que sua proposta na Teoria da Justiça, com o fim de apresentar à sociedade uma alternativa para um reequacionamento das questões da justiça não resolvidas pela arbitragem, até então conhecidas, entre nós, como as questões econômicas de âmbito mundial, ou a volatilidade de capitais, com a conseqüente destruição de economias inteiras por uma simples ação que supervalorize o auto-interesse²⁹, e sim, que, a partir de uma compreensão do auto interesse, numa releitura smithiana, poderíamos ter outra ótica, não nos fixando no texto isolado do açougueiro, poderíamos ir mais além. Quando Smith observou que transações mutuamente vantajosas são comuns, isto não indica radicalizarmos o ponto de vista, a ele atribuído, em que julgava que o amor-próprio **unicamente**, ou na verdade a prudência em uma interpretação abrangente, podia ser suficiente para uma boa sociedade. Smith não dogmatizou que a economia se salvaria em uma única motivação, e o perigo de cair no reducionismo de explicar fenômenos tão complexos a partir do menor número possível de princípios levou muitos economistas e pensadores sociais a interpretações sofismáticas sobre a justiça do comportamento econômico em sociedade, posições que são responsáveis por uma gama enorme de questões sociais emergentes na ótica da matriz ideologizante do ultraliberalismo. Claro, aqui advogamos um leitura de Smith num formato pouco conhecido, de quando ele foi professor de ética na Inglaterra, uma fase anterior à publicação da Riqueza das Nações.

Estamos dessa forma, diante da significação do pluralismo entre as interações do consenso político, e aí resgatar o conceito de político para os termos de nosso estudo é fundamental. Por meio de instituições políticas e do seu funcionamento exprimem-se valores morais com os quais os cidadãos podem se identificar, mas, por motivos diferentes e apesar de, por outro lado, se identificarem como pessoas privadas de valores distintos. Eles compõem a sua cultura política da sua identidade, portanto, renunciar a eles seria renunciar ao tipo de sociedade que os originou. Estas instituições significam o entendimento que apresentamos de democracia e as razões da adesão a esse tipo de regime político. O político mostra-nos um conjunto de valores morais não neutros, que regula a vida pública. Esses valores ‘políticos’ não são mais unificados na qualidade de aplicações diretas de uma mesma doutrina moral, geral e “abrangente” ao conjunto da

sociedade. Estes valores políticos têm somente uma estrutura semelhante decorrente de um consenso numa sociedade não homogênea e pluralista. Por meio de instituições políticas, os cidadãos se interagem entre diferenças a partir dos valores morais que compõem a cultura política.

Em Rawls, esses valores não estão naturalmente de acordo entre si, devido à proveniência histórica cultural variada, segundo a qual os indivíduos podem livremente combinar pluralmente aplicando o princípio da liberdade de pensamento. A moral está presente no campo político, mas não de forma simplista, não como ideologia dominante, condicionante sem falhas, nem como uma simples força de aglutinação, mas, bem ao contrário, sob a forma de um consenso não hegemônico, sempre por ser constituído e reforçado pela discussão e pelo debate.

Ao mostrar-nos como as regras de arbitragem e de justiça que nos devem governar podem, ao mesmo tempo, vincular-se às nossas convicções morais do que é uma democracia e serem independentes de qualquer doutrina particular e, necessariamente, exclusiva, a teoria da justiça pode restituir-nos o senso de cidadania e definir o novo lugar do político com a condição de mudar o que nossa compreensão de político reserva.

A importância da teoria da justiça no contexto deste trabalho vincula-se, visceralmente, à problemática do homem através de condições reais de realização para sua existência como um ser no mundo, com o mundo e para o mundo. Procuramos chegar a uma concepção cujos princípios primeiros forneçam respostas razoáveis às questões clássicas e familiares da justiça social levadas a esse complexo de instituições que compõem a estrutura básica. Essas questões definem, por assim dizer, os dados que a teoria procura explicar. Não interessa formular princípios primeiros que se aplicariam igualmente a todos os objetos. Mesmo porque a proposta da Teoria da Justiça com Equidade acontece em nível de macro estrutura, proporcionando-nos elementos para uma perspectiva plural sustentando um elenco de proposições que balizassem em uma sociedade, comportamentos racionais livres e razoáveis menos injustos, de forma mais equânime para todos, sem, contudo cairmos no reducionismo de entendimentos monolíticos ou dogmáticos.

Os trabalhadores, com os quais procuramos construir o conhecimento, na luta pelo emprego ou renda, numa sociedade injusta, constitucionalista, que não é capaz de interpretar as necessidades além de mera utilidade, aspiram por uma plural e equânime saída para diminuir as desigualdades geradas em sua ordem piramidal e concentracionista da riqueza construída por todos. A teoria da justiça como uma doutrina política, aqui

abordada, uma referência teórica ao pensamento, que alimentou nossos estudos. Assim poderá em alguma medida, apresentar direção a esse problema de magnitude tão vasta, num momento que as sociedades se encontram atrás de respostas em vários caminhos, muito da nossa esperança de uma sociedade mais justa seja uma aspiração não atingida desde os tempos de Rousseau e o Iluminismo.

NOTAS DE FIM DE CAPÍTULO

¹ Capitalismo informacional – categoria mencionada na obra de Manuel Castels, *A sociedade em Rede* .

² Artigo da Folha de São Paulo de 09 de abril de 1998, Caderno: Dinheiro, p.2 Coluna Opinião Econômica. In: **A “globalização” em questão. Batista Junior apud Galbraith, J.K.**

³ Mídia de comunicação – “ No Brasil nos últimos 30 anos a repressão à letra e à escola surge como consequência da configuração do sistema televisivo: o *médium* faz a política. Sem escola, a cultura fônica da MPB é de direita. Esta política é coerente com a oligarquia internacional do dinheiro: *hot money* e videoesfera caminham juntos no combate à ruidocracia ágrafa. Este combate desigual pode se observado politicamente através da batalha da TV Globo contra a escola CIEP, de modo que a oralidade videofinanceira mantém sob controle ideológico o substrato analfabeto popular. Na hora de votar o povo se encanta com os produtos da TV e da MPB. Desde a telenovela de Collor em 1989 até a moeda de FHC em 1994, a urna não tem senão consagrado o *verdictum* da mídia. Nesse sentido o governo de FHC é um instrumento dos interesses econômicos da videoesfera globalizada, a qual comanda a erosão internacionalizante do território e a dilapidação do patrimônio público.” VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *O príncipe da moeda*. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo. 1997 p.224

⁴ O Plano Brady; por Baer, Mônica, *Novos Estudos Cebrap*, N. 24, 1989, p. 94- 100 (282)

Analisa o discurso de Nicholas Brady, secretário do Tesouro dos EUA, que, sinalizando uma possível mudança no tratamento da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, revitaliza a expectativa de que uma solução de caráter mais substancial deste problema possa estar mais próxima. Examina as continuidades de nova proposta em relação ao Plano Baker, identificando possíveis detonadores da mudança de postura do governo norte-americano. Faz algumas críticas à proposta de Brady no que se refere tanto ao seu aspecto inovador - redução da dívida -, quanto aos seus aspectos de continuidade em relação ao Plano Baker. Identifica o impacto que o anúncio do Plano causou no contexto da América Latina, propondo uma definição interna quanto ao padrão de crescimento dessas economias, para se ter clareza de como as condicionalidades associadas à eventual execução do Plano Brady poderiam ser conciliadas à estratégia de política econômica esperada para o país. A essência do Plano Brady, segundo seu próprio idealizador, era restabelecer o fluxo de recursos para os países endividados. Ao trocar as dívidas, os países se comprometiam a fazer ajustes e o dinheiro voltaria", conforme planejou Nicholas Brady. Os países devedores comprometiam-se a controlar a inflação e a direcionar a economia para uma orientação de mercado.

Dados colhidos em 25/03/2000 <http://www.cebrap.org.br/novest/Resumos/282.htm>

5



Folha de São Paulo

⁶ Tabela 1: Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados (em %; total = 100,0)

País/Ano	Agro-pe- Pecuária	Total da Indústria	Serviços				
			Total	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Alemanha							
- Anos 20	33,5	38,9	27,6	11,9	2,1	6,0	7,7
- Anos 70	8,7	47,1	44,2	17,9	4,5	15,7	6,1
- Anos 90	4,1	40,3	55,6	17,7	7,3	24,3	6,3
Brasil							
- Anos 40	66,7	12,8	20,5	8,8	1,1	4,7	5,9
- Anos 70	30,8	27,5	41,7	16,7	1,7	14,2	9,1
- Anos 90	20,9	19,6	59,5	39,3	1,2	14,6	5,6
EUA							
- Anos 20	28,9	32,9	38,2	18,7	2,8	8,7	8,2
- Anos 70	4,6	33,0	62,4	22,4	8,2	22,0	10,0
- Anos 90	3,5	24,7	71,8	20,6	14,0	25,5	11,7
França							
- Anos 20	43,6	29,7	26,7	14,4	1,6	5,3	5,4
- Anos 70	10,3	37,3	52,4	19,3	6,5	19,4	7,2
- Anos 90	6,4	29,5	64,1	20,5	10,0	23,5	10,1
Inglaterra							
- Anos 20	14,2	42,2	56,4	19,3	2,6	8,9	12,9
- Anos 70	4,7	35,7	59,6	19,9	7,5	24,2	8,1
- Anos 90	3,3	27,3	69,4	20,6	12,0	27,2	9,7
Japão							
- Anos 20	56,4	19,6	24,0	12,4	2,6	4,9	5,7
- Anos 70	14,2	33,7	52,1	25,2	6,0	11,6	9,2
- Anos 90	7,2	33,7	59,1	24,3	9,6	14,3	10,2

Fonte: Castells & Aoyama, 1994; FIBGE.

⁷ Atividade de trabalhador doméstico pesquisada conforme monografia de final de curso: **As trabalhadoras domésticas encaminhadas ao mercado de trabalho pelo SINE**, aluna Máisa Aparecida R. Pinto, turma 2000 no UNIT - Centro Universitário do Triângulo, curso de serviço social., em campo de estágio aberto por ocasião desta pesquisa de dissertação de mestrado.

⁸ Dados colhidos no Seminário promovido pela UNICAMP sobre o projeto : O Novo Rural Brasileiro” acontecido em março de 1999, Campinas SP.

⁹ Cidadão político- o termo pretende designar uma forma de cidadão ativo na sua vida pública , participativo das decisões que são fundamentais aos interesses não somente seus pessoais mas numa perspectiva de coletividade, portanto, o cidadão de associações e grupos de interesses com intervenção via organizações sociais .

¹⁰ Novos Movimentos Sociais. A “desafeição” para a política e a crítica ao Estado tem sido determinante par a irrupção de novos atores políticos: os movimentos sociais, que vem atenuar o tradicional alheamento dos partidos políticos a respeito dos interesses dos cidadãos. Os Novos Movimentos Sociais deixam claro que alguns interesses não têm reflexos ou defesas nos partidos políticos e outros segmentos de representação , como sindicatos de natureza patronal ou de trabalhadores, e, certamente, durante algum tempo, teve-se a ilusão de que os movimentos sociais resolviam o problema de representação de determinados interesses sociais não bem representados por outros agentes políticos. E dizer, tinham a mesma entidade que as redes de cidadania identificadas. E não é que essas novas redes cidadãos suponham uma negação da lógica aplicada aos movimentos sociais durante os anos 70, 80, e início dos anos 90, antes sim , parece o desenvolvimento necessário de uma filosofia política que, em boa medida, representava uma alternativa ao sistema político existente. Assim, as redes de cidadania personalizadas tem aspectos semelhantes aos movimentos sociais: inserem-se na lógica política e social, mas não são um estágio ulterior, produto provavelmente em alguns casos do fracasso dos movimentos sociais em proporcionar uma opção política e social diferente a existente, e em outros casos , do êxito na geração de um estilo de vida alternativo. As redes de cidadania rompem com a as regras do mercado em suas relações . O

pagamento em dinheiro é substituído por contra-prestação de serviços, a aquisição de produtos é substituída pelos reciclados, o consumo ostentoso é substituído pelo consumo necessário. As redes de cidadania personalizadas fomentam a ajuda, as relações pessoais, o viver com menos, em ordem política, as relações de igualdade com independência de estruturas partidárias e atividades fora da própria rede. As redes personalizadas de cidadania representam uma alternativa de vida efetiva para seus componentes, estabelecendo uma distância social com seu entrono, alimentando uma lógica autocontida criadora e de uma nova cultura, valores e relações sociais. (Redes de Cidadania y política, por José Antonio Díaz. Revista Debate p.21. Barcelona. 1998)

¹¹ Outsourcing- terminologia da administração de empresas que define o serviço de “limpeza”, passando pela contabilidade ao sistema de entregas, um número cada vez maior de esferas produtivas é transferindo a empresas formalmente autônomas, que, muitas vezes, oferecem salários bem menores ao trabalhador comparando o tempo quando a quando ele estava fazendo o mesmo trabalho na empresa verticalizada, agora, enxuta.

¹² Downsizing- Refere-se ao termo no inglês para designar o tamanho ideal para empresa quanto ao número de trabalhadores, em que demissões encurtam a folha de pagamento.

¹³ <http://www.insee.fr/> em 25/01/2000

¹⁴ “Greve tem hora”, “Vicentinho”, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo explica por que a categoria não aderiu à última greve geral marcada pela CUT, afirma que sindicato revolucionário é o que não pertence a partido e conclui: o diálogo com o governo é importante, desde que a base esteja organizada.(por PAULO DE TARSO VENCESLAU) Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, natural do Rio Grande do Norte, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, é indiscutivelmente uma das maiores lideranças sindicais do Brasil. Na última greve geral marcada pela CUT para 22 e 23 de maio, os metalúrgicos de São Bernardo não pararam. A diretoria do sindicato e Vicentinho, em particular, foram duramente criticados por cutistas e até mesmo acusados de traição. Vicentinho explica os motivos dessa decisão e fala do sindicalismo de São Bernardo e dos problemas da CUT. Revista eletrônica Teoria e debate, s/d Venceslau, P.T.. Fundação Perseu Abramo. <http://www.fpabramo.org.br/td/td15/td15_entrevista2.htm>

¹⁵ O **termo setor informal** foi cunhado pela OIT e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Ghana e Kenya, elaborados no marco do programa Mundial do Emprego, em 1972. (Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo, p.3). Segundo o Programa Regional de Emprego par a América Latina e Caribe da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas geradoras de renda que se desenvolvem fora do marco normativo oficial em mercados desregulamentados e competitivos. Essas atividades utilizam pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda.

¹⁶ (...) no Brasil a forte propensão ao consumo à prática da poupança é quase inexistente, o que explica a insuficiência crônica de recursos destinados à inversão e também explica a propensão ao endividamento externo. Esse contraste entre o desejo de acesso à modernidade e a carência de poupança própria está na raiz da tendência ao desequilíbrio inflacionário (Furtado, 1999:35)

¹⁷ (*Relatorio do Progreso Economico e social frente las desigualdad en Latino America 1998 –1999 - BID*)

¹⁸ DIMESTEIN, Gilberto. Aprendiz do futuro. Prazer é alma do negócio. São Paulo: Editora Ática. 1998. p.10 (aprendizagem por toda a vida)

¹⁹ MANFREDO, Araújo de Oliveira [et.all.]. Neoliberalismo e reestruturação produtiva. São Paulo :Cortez. 1998. p.25

²⁰ Habermas tenta resgatar o potencial emancipatório da razão ao afirmar que a Modernidade é um projeto inacabado. Ele não aceita que a idéia de racionalidade fique reduzida a racionalidade instrumental-cognitiva da ciência, que dominaria as esferas do direito (racionalidade prático-moral) e da arte (racionalidade estético expressiva). Para ele, no “mundo da vida”, existe uma razão comunicativa que se opõe à “reificação” e “colonização” exercida pelo “sistema” (Habermas 1984). Essa razão comunicativa encontra-se na esfera cotidiana do “mundo da vida” constituída pelos elementos da cultura, sociedade e personalidade. A razão comunicativa fundada na linguagem se expressaria na busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. (Vieira, 1999:54)

²¹ Assistimos, através dos séculos, a um desencadear contínuo preparando a evolução que levou da concepção individualizada da assistência a uma concepção sociológica ; da filantropia ao senso cívico; da caridade empírica e dispersa a um serviço social organizado p. 45 VIEIRA, B. O. 1980

²² A partir do século XX, entra em cena outro tipo de instituição: as entidades internacionais, que procuram levar os diferentes países a um consenso sobre a noção de ajuda, agora denominada , serviço social .(p.51, Vieira.B.O. 1980)

²³ RAWLS, J. Liberalismo Politico.política y derecho.Fondo de Cultura Economica.: México. 1996

²⁴ Véu da ignorância – posição original – “A posição original é estabelecer um processo eqüitativo, de modo que quaisquer princípios aceitos sejam justos. O objetivo é usar a noção de justiça procedimental pura como fundamento da teoria.De algum modo devemos anular os efeitos das contingências específicas que colocam os homens em posição de disputa, tentando-os a explorar as circunstâncias naturais e sociais em seu próprio benefício.Com esse propósito, assumo que as partes se situam atrás do véu de ignorância . Ela não sabem como as várias alternativas irão afetar o seu caso particular e são obrigadas a avaliar os princípio unicamente com base nas considerações gerais.” p.146 Teoria da Justiça John Rawls

²⁵ Estrutura básica, entende-se por estrutura básica a maneira pela qual as principais instituições sociais se arranjam em um sistema único , pelo qual consignam direitos e deveres fundamentais e estruturam a distribuição de vantagens resultante da cooperação social. A constituição política, as formas de propriedade legalmente admitidas, a organização da economia, e a natureza da família, todas, portanto fazem parte dela.

²⁶ Véu de ignorância assemelha-se a um dispositivo hipotético no qual a condição de todos os indivíduos é semelhante e eles não sabem a posição dos outros, por isso, suas posições serão tomadas sem a influência de fatores de diferenças, mas pela sua natural condição de escolha.

²⁷ Bentham em pregou o termo utilitarismo desde 1781, numa carta a Wilson para designar a orientação moral de sua doutrina. Em 1802 escreve Dumont que se tinha servido do termo **benthamite** para afastar essa expressão, e propor que se dissesse **utilitarian** (inglês) e **utilitarien** (francês). Conforme Halévy, (La formation du radicalism e philosphique, tomo II: “A Evolução da doutrina utilitária de 1789 a 1815” . b) Louise Boisse – Chama-se utilitarismo ao sistema que consiste em reduzir a noção do justo à do útil; por consequência, a fazer do interesse o princípio do didreito e da moral” (Proudhon, Justice, 8º. Estudo, nota E .) c) A doutrina moral de Bentham e J.S. Mill, tal como é exposta especialmente no seu **Utilitarianism** (1863): ***The creed which accepts as the Greatest Happiness Principle, holds that actions are rights in proportion as they tend to promote happiness, wrong as they tend to produce the reverse of happiness. By happiness is intended pleasure and the absence of pain; by unhappiness, pain and the privation of pleasure.Trad: “A doutrina que tem por fundamento da moral a Utilidade ou o Princípio da Maior Felicidade assegura que as ações são boas à medida que tendem a aumentar a felicidade, mas enquanto são propensas a produzir o contrário. Por felicidade, entende-se o prazer e a ausência de dor; pelo próprio contrario, a dor é a ausência de prazer”***).

²⁸ (posição inicial, TJ pp.13-24) a posição original se caracteriza pela igualdade entre os contratantes e sobretudo pela imparcialidade, sob a forma de “véu da ignorância” . Entre as características essenciais dessa situação, está o fato de que ninguém conhece o seu lugar na sociedade e nem sua situação na distribuição dos dotes e habilidades naturais. Os princípios são escolhidos sob um véu da ignorância, por isso, ninguém é favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios pelo acaso resultado do natural ou pela contingência de circunstâncias sociais .De um princípio eqüitativo deveriam decorrer princípios eqüitativos escolhidos por pessoas livres, razoáveis e racionais. Acontece que raramente somos essas pessoas racionais livres e razoáveis, imparciais e objetivas, mas o único meio de saber onde está a justiça nos casos particulares, sem fazer intervir princípios, transcendentem nem verdades reveladas e autoritárias, é adotar o ponto de vista desses contratantes imaginários e artificiais numa situação original ideal e raciocinar segundo os princípio que eles escolheriam.

²⁹ Auto interesse. “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que devemos busca que esperamos buscar nosso jantar, e sim da atenção que cada qual dá ao seu próprio interesse, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, e sim de seus interesses” A.Smith 1776:26-27. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.

CAPÍTULO II

O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA:

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO
SÓCIOECONÔMICO NA REGIÃO DO
TRIÂNGULO MINEIRO

2. O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO

2.1.A gênese de formação do Triângulo Mineiro

A história é o ponto de partida para toda interpretação da sociedade pelo homem. Quando verdadeira, é subtraída dos homens pelas elites dominantes, quando descoberta, faz nova história, liberta a sociedade da ignorância e seu poder é o da transformação. Sem a história, não podemos saber a que viemos, como viemos, e por que viemos; é a bússola da transformação social.

Compreender a dinâmica do mundo do trabalho, em que se situa o município de Uberlândia, é o caminho para desvendar a gênese econômica da região. Esta é a história de um vilarejo sem expressão que se transformou em pólo principal de desenvolvimento no Triângulo Mineiro.

Neste contexto procuramos identificar o interesse pela realização humana na venda do trabalho, que é o objetivo do homem desde que se estabeleceu o sistema de mercantil nas sociedades como meio de gerar a riqueza. Necessário se faz compreender como este fenômeno se deu na divisão inter-regional do trabalho na região triangulina, considerada precoce e com vigorosa presença na economia nacional.

A fase de ocupação teve início no princípio do século XVII, a essa época, a parte portuguesa denominava-se capitania Hereditária do Espírito Santo. A parte oeste, demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia a Espanha.

A facilidade de penetração na região foi favorecida pela vegetação rarefeita do cerrado. Os portugueses dominavam os índios chegando a vendê-los no comércio de seres humanos por 1.000 réis por “peça”. Por aqui, também chegaram os clérigos da Companhia de Jesus, que objetivavam catequizar os índios, ato que feriu os interesses de sertanistas que *“procuravam capturar e traficar o elemento bugre escravizado”*(Brandão 1989:11).

A Picada de Goiás¹ foi o passo para a chegada a região do então futuro Triângulo Mineiro, que se tornou ponto obrigatório na rota de acesso ao Planalto Central, apresentando fatores que facilitariam sua histórica autonomia. O Triângulo tornou-se rota de mineradores que demandavam as terras de Goiás e Mato Grosso. Em 1736, o ouro foi

descoberto no Rio das Abelhas, atual Rio Araguari. Durante três anos, o local foi explorado até que os índios Caiapós, defendendo-se do invasor português, emboscaram a aldeia. A maior parte da população local foi morta. Os sobreviventes formaram outro arraial, o Arraial das Abelhas, que, de 1743 a 1781, exportou 1.500kg de ouro, fora o contrabandeado, que não se pode avaliar.

O povoamento do Triângulo a esse tempo, encontrou algumas resistências, tendo como destaque a intensa defesa indígena do seu território. Foi marcante também a presença de muitos quilombos, provavelmente, mais de trinta, tornando hostil à presença dos mineradores e colonos. Sobre os quilombos, sabe-se que vieram para a região sob o comando de Ambrosio².

Considerando a resistência dos índios e negros “foragidos”, a coroa tratou de enviar suas milícias. Uma expedição chefiada por Bartolomeu Bueno do Prado, em 1759, eliminou essas barreiras, arrasando os quilombos e escravizando os índios, *deixando “livres as veredas”*³. Estava então aberto o caminho para favorecer um maior adensamento demográfico na região.

Por volta de 1764, foi se formando o povoado de Desemboque⁴ tinha 196 casas e mais de 1.000 habitantes, tornando-se ponto de irradiação populacional, pouso e abastecimento para as tropas além de importante núcleo mineratório. O governo da Capitania de Goiás estava pretendendo anexar a área do atual Triângulo, o Julgado do Desemboque e Julgado do Araxá.

*“Desemboque florescia, como núcleo urbano e colonizador daqueles sertões. Ficou famoso como centro de contrabando e desvio de ouro. Era considerado pelo fisco metropolitano como uma das áreas que mais condições tinha de burlar o seu controle na circulação de ouro. A fraude se avolumava com a multiplicação de pequenas picadas e pela falsificação de guias. Roubos. Jogatina, prostituição faziam parte da vida do julgado. O comércio crescia, abastecido pelas tropas vindas da **Vila de Franca** como ponto de entroncamento de rotas diversas, deu suporte a uma expressiva prosperidade material, assentando inclusive uma incipiente agricultura mercantil de alimentos e uma importante atividade criatória de gado para o abastecimento de tropeiros e mineradores”.*(Brandão, 1989:25)

No século XVIII, ocorreu o declínio da mineração em Desemboque e Paracatu. Esse declínio acentuou-se a partir de 1789, com a proibição do governo paulista de circulação

pela estrada do Desemboque, fomentando o comércio com Araxá e, depois, Uberaba, esse fator, ao mesmo tempo em que soa como limitante, impeliu a procura de alternativas, *vis a vis*, a outras localidades próximas.

No início do século XIX, houve nova série de concessões de sesmarias no Triângulo, nas mesmas proporções territoriais aplicadas em Goiás, isto é, três léguas de comprimento por uma légua de largura, enquanto em Minas, a extensão-padrão era de uma légua. A esse tempo, o Triângulo estava sob a jurisdição da Capitania de Goiás, as novas sesmarias exerceram um papel de apoio importante aos núcleos mineratórios e povoaram rapidamente o local. Comerciantes do Triângulo, situados em Araxá, realizavam um expressivo escambo⁵ com os criadores de gado da Província de Goiás.

“Permutava-se chumbo, cobertores, sal, ferro, ferragens, tecidos, etc por gado, que eram recolhidos nas invernadas triangulinas, para posterior revenda em São Paulo, Rio ou mesmo em Minas,” (Saint-Hilaire. 1944:218)⁶

Esse movimento mercantil já prenunciava a futura função a ser desempenhada pela região. Como vantagem, favorecendo a região, as terras eram salitradas, propícias à multiplicação das invernadas de gado.

2.2. A fundação de Uberlândia e a contextualização histórica da época.

1818 é o ano também da posse do terreno onde surgiria Uberlândia. Essa região sofreu dois golpes que redirecionariam o crescimento econômico regional de Araxá para Bagagem (atualmente Estrela do Sul), em face aos garimpos promissores que lá surgiram. Em 1842, as contendas entre signatários do partido liberal, em antagonismo com o partido conservador refletiram em uma guerra na vila de Paracatu. Fatores que favoreceram a migração de contingentes populacionais, que afluíram para lá, principalmente, depois da descoberta do diamante Estrela do Sul em 1853. Esses movimentos humanos trouxeram a reboque o fortalecimento de Uberaba, emancipada politicamente em 1830, fatos que a consolidaram como forte centro urbano praticamente com influência para todo o Brasil-Central. Em 1860, Uberaba começou a perder sua hegemonia para Frutal, devido ao deslocamento da navegação do Rio Mogi-Mirim para o Rio Frutal. Além deste fator, criaram-se de opções em outras regiões do planalto central, principalmente Goiás, para onde foram canalizadas outras vias de transporte de mercadorias. Houve um enfraquecimento expressivo na venda de sal com o fechamento

de várias casas comerciais.

Durante o período de 1864 a 1870, a guerra com o Paraguai reativou, parcialmente, a importância triangulina, sendo ponto de abastecimento e entreposto local das tropas brasileiras que rumavam para o Paraguai e arranchadas em Coxim com depósitos de suprimentos de Bahús. Nesse período, o transporte de mercadorias encontrava uma forte dificuldade no solo goiano, sendo realizado pelas mulas e carros de boi. A guerra trouxe preocupação com os transportes, principal problema da economia goiana. A navegação fluvial teve destaque pelo rio Araguaia, *“foram transportadas quase 270 toneladas de produtos manufaturados”* (in: Brandão p.38)

2.3.A mudança do centro hegemônico do vale do Paraíba para São Paulo: Chega a ferrovia.

A sociedade que os portugueses estruturaram no Brasil foi, via de regra, uma sociedade de raízes rurais, em que a cidade vivia em função da economia-política-rural, conforme Sergio Buarque de Holanda nos descreve, somente após 1888, com o fim da escravidão, marco divisório de duas épocas, começou o deslocamento do centro de pulsação da vida político social para as cidades.

“ No final do século XIX , no Brasil, ocorria um expansão geográfica do capitalismo que se consolidava. Os ditames do entrelaçamento dos mercados regionais eram arbitrados por São Paulo, que definitivamente se impunha como o núcleo hegemônico da acumulação do capital no País. Em suma desenhava-se uma divisão inter-regional do trabalho patrocinada por São Paulo. A tendência para integração era clara e o Triângulo tinha praticamente todas as condições para, utilizando sua herança histórica de “ponto de passagem”, tornar-se “ponto de intercessão” de um ou mais circuitos mercantis do País, podendo comprar barato em Goiás e Mato Grosso e vender caro em São Paulo.(Brandão 1989:39)

Seguindo o caminho de expansão da fronteira agrícola, durante a segunda metade do século XIX, sucedeu a gradativa transferência do centro econômico do Vale do Paraíba para o oeste paulista, conduzida pelo carro-chefe da agricultura –o café. Agregado a esse movimento, vamos também identificar a substituição do trabalho escravo pelo assalariamento (surgimento no Brasil da Força de Trabalho–Mercadoria) e a vinda

massiva de imigrantes europeus para fazer frente às necessidades capitalistas de expansão do núcleo produtivo de São Paulo. Tal quadro de redirecionamentos produtivos, logicamente, exigiu uma demanda maior de alimentos, face novas relações capitalistas que São Paulo não poderia dar conta de sustentar. Regiões fora de São Paulo aparecem como produtoras de bens alimentícios para o abastecimento do complexo cafeeiro. Entre as regiões, podemos identificar Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

No período de 1844-1894, o crescimento da malha ferroviária interiorana foi expressivo, e por consequência, favoreceu a produção agrícola de outros centros próximos ao centro dinâmico - São Paulo. A ferrovia, ao passar pelas grandes propriedades e por localidades onde estavam instalados os comerciantes mais prósperos, abria um espaço para pontos de transações mercantis, que foram se formando e dando vazão a pequenos negócios.

“A constituição de Ferrovias fez parte da própria gênese do processo de constituição do mercado nacional, permitindo a absorção dos bens industrializados em São Paulo, e por outro lado, viabilizando o escoamento dos bens agropecuários de outras regiões” (Brandão 1989:64)

No caso específico do Triângulo Mineiro, não encontramos referências explicativas na conjuntura da época, que justificassem a vinda da estrada de ferro até a região, que, na verdade, tinha poucos atrativos mercantis e uma baixa densidade demográfica, portanto, um baixo nível de atividade econômica em relação a outras regiões do País em finais do século XIX.

Mas houve fatores que motivaram a chegada da linha férrea na região triangulina:

- A posição geográfica estratégica, situada entre as principais rotas mercantis. Bastou estimular a criação de uma infra-estrutura de transporte favorável para que fossem desenvolvidas, cada vez mais, suas aptidões de entreposto comercial, além de uma busca de potencial produtivo das regiões.
- A privilegiada base de recursos naturais disponíveis, solo, clima, terras férteis, recursos hidrográficos, vegetação etc.
- A ausência de resistências culturais impedindo as relações capitalistas de produção, talvez, a única região mineira com história recente de relações não-escravistas.
- A inexistência de um mercado de trabalho regional, pois a família desempenhava essa tarefa.

2.4. Uberaba, Uberlândia e Araguari: uma tríade mercantil.

Com a chegada dos trilhos da “Mogiana” ao Triângulo, foi facilitado o acesso de produtos agrícolas do centro-oeste ao centro dinâmico, São Paulo. A região do sul e sudoeste goiano, mais boa parte de Mato Grosso tornaram-se dependentes do entreposto em que se constituíam os principais centros triangulinos (Araguari, Uberaba e Uberlândia), pois a condição para a colocar as mercadorias das regiões produtoras estava subordinada à intermediação exercida pelo Triângulo. A esse tempo foram fortalecidos os laços econômicos do Triângulo Mineiro com São Paulo, mais do que com o restante do Estado de Minas Gerais. A “Mogiana” veio ampliar a ligação. Inaugurada em 1872, atingiu Casa Branca em 1878, em Ribeirão Preto chega por volta de 1883 e cruzou o Rio Grande em 1887, chegando a Uberaba em 1889, Uberlândia em 1895 e Araguari em 1896. (Brandão 1989:74). Participaram nessa iniciativa o governo do Estado de Minas e o capital privado regional. Tal passado de incentivos e ajuda econômica do governo mineiro endossou a resistência aos movimentos separatistas do Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais, que reapareceram no Triângulo na segunda metade do século XX, e foram fortemente combatidos pelo governo estadual.

Em 1909 foi construída a ponte Afonso Pena, com a intermediação do Coronel Carneiro, cruzando o rio Paranaíba fortalecendo as ligações com o Estado Mineiro com Goiás.

Em 1910, foi inaugurada a estrada de Ferro Goiás tendo sua sede em Araguari. O Triângulo passou a controlar a distribuição das cargas goianas e mato-grossenses, que vinham do sudoeste. Para Bertran, historiador goiano:

...“o imenso ônus que custou a Goiás a passagem sul via Triângulo Mineiro, território centrico e que nessas condições chamou a si funções de ruptura de carga em direção São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. E como ponto de ruptura, centro inevitável de comércio e intermediação(...) os produtos goianos de exportação com destino ao sudoeste do Brasil passaram a ser reelaborados em Minas Gerais, possibilitando a montagem de um esquema especulativo calcado nos estoques de produtos goianos e mato-grossenses, controlados econômica e geograficamente pelo gargalo do Triângulo Mineiro. Isso significa perda pelo produtor de acesso ao mercado final, com todas as conseqüências advenientes”.⁷

Araguari despontou como centro processador de carne de gado e arroz, que vinham de Goiás demandando a São Paulo. Por estar na rota da Linha Férrea Mogiana, de certa forma, isto assegurava a Araguari a possibilidade de reter boa parte do excedente Goiano, tempo de prosperidade para o município araguarino. Do outro lado do Triângulo, Uberaba tendia a ser também um pólo centralizador de produtos vindos de São Paulo isto é, as manufaturas que abasteceriam Goiás e regiões do Centro-Oeste.

“Goiás fez sua opção pelo Triângulo não tanto por lhe ser vantajoso colocar seus produtos nas praças mineiras, mas porque não lhe descortinava melhor escolha: a quantidade e a qualidade das vias de transporte goianas eram precárias e isto travava o escoamento de sua produção.” (Brandão, 1989:83)

O Triângulo foi se firmando como pólo importador de mercadoria de Goiás (excedentes primários), grande importador de manufaturas paulistas e exportador dessas manufaturas para Goiás. Sua posição de interposto comercial favorecera-o circunstancialmente. Essa situação privilegiada garantiu ao Triângulo a reprodução de capitais locais, que atuaram como alimentadores dos principais centros urbanos, principalmente, São Paulo, diversificando os investimentos.

Referindo-se ao processo de aprofundamento capitalista sobre a região, citou Wilson Cano⁸: *“estavam mais predispostas a receber impactos positivos de integração, praticamente constituindo parte de uma frente avançada do capitalismo paulista”*.

O capital comercial tornou-se o grande promotor do desenvolvimento, *“captando o dinamismo das regiões mais desenvolvidas irradiando ondas de modernidade levando às regiões menos desenvolvidas, isto é, ponta de lança do capital industrial”*. (Brandão1989:91)

O comércio necessitava de uma infra-estrutura urbana e este fator seria determinante no desenvolvimento regional, a partir do momento em que se fazia necessária a criação das redes de serviços, cartórios, escritórios, transportadores, comunicação, que iam se instalando e formando o aparato de base às relações mercantis. Houve também presença de desenvolvimento fluvial, que não abordaremos neste trabalho. Ressalta-se que esse meio de transporte, em alguma medida, também teve importância e destaque no correr do processo de desenvolvimento econômico da região.

2.5. As vias rodoviárias e Uberlândia: a capilaridade comercial.

Por volta de 1912, a Companhia Mineira de Autoviação - CMAVI, foi instalada em Uberlândia, recortando o Brasil-Central, unindo aproximadamente 50 localidades, perfazendo um percurso viário de 4000 quilômetros no eixo principal, alia-se a esse fato que uma capilar rede de estradas vicinais facilitava o escoamento da produção rural até os centros de comércio. A rede geral intermunicipal, que tinha seu centro de comércio em Uberlândia, abrangeu, sem se contar ramais exclusivamente particulares, 2.859 quilômetros em 47 linhas intermunicipais, entrando por Goiás a Uberlândia, pela Ponte Afonso Pena, passando por Santa Rita do Paranaíba, agregando-se mais 2.043 quilômetros, em 23 linhas intermunicipais. Toda essa rede transformou Uberlândia em centro de radiação. A vasta rede mineira estabeleceu contato com 32 povoações do Triângulo Mineiro, sendo 18 sedes de municípios de Minas e 24 povoações de Goiás que só dispunham de transporte animal. O número de brasileiros beneficiados por esse empreendimento foi calculado em, pelo menos, 150.000 habitantes no trecho dos percursos.

Naturalmente, a Uberlândia, coube o maior volume de benefícios comerciais, como o estabelecimento de armazéns, dada a vasta rede autoviária, que estendeu sua influência a toda a região do Brasil Central. A triangulação de mercadorias entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso gerou um expressivo excedente. Ressaltamos que a Ponte Afonso Pena, veio consolidar a via de penetração no sul goiano, tornando Uberlândia o empório natural de todo o movimento de produtos primários que a ferrovia Mogiana transportou para os grandes centros e litoral.

O fator energia foi outro ponto que acelerou o processo de constituição capitalista em Uberlândia. A criação de uma S/A de energia elétrica (Companhia Prada de Eletricidade), com potência de 1.400hp para 800 residências e iluminação pública, além de movimentar máquinas industriais, que se estabeleceram como as máquinas de beneficiar arroz, algodão, serrarias, contando aproximadamente em 20 estabelecimentos industriais movidos à eletricidade.

2.6. As comunicações: pedra de toque do processo desenvolvimentista.

As comunicações em Uberlândia tiveram seu início em 1919 por meio da “Teixeirinha”, empresa de telefonia, que configuraria futuramente, na atual CTBC – Telecom, do Grupo Algar. Até 1922, foram instalados 255 aparelhos telefônicos no município.

Uberlândia e Araguari foram se especializando na comercialização inter-regional, favorecida por essa série de fatores integrativos, além da malha ferroviária próxima, enquanto Uberlândia teve mais a alternativa da exploração da malha viária da Companhia Mineira de Autoviação, sendo a grande beneficiária das comunicações estabelecidas entre 32 povoações do Triângulo Mineiro e Goiás e transformou-se em uma praça distribuidora e re-exportadora dos artigos de consumo, Uberaba foi perdendo sua hegemonia comercial no Triângulo devido à linha férrea de Mato Grosso, que fragilizou sua hegemonia com São Paulo. Uberaba, então, direcionou suas atividades para pecuária do Zebu. Os anos iniciais do século XX prefiguram um momento em que o declínio comercial de Uberaba ficou mais evidente, sendo que os capitais acumulados pelos empresários locais buscavam novas formas de inversão. Foi marcante a participação ativa do Legislativo Mineiro pressionando o Governo Federal para patrocinar algumas levas de gado Zebu para Uberaba, incremento que muito favoreceu fazendeiros de Araxá e Sacramento.

2.7. Uberlândia solidifica-se em centro comercial atacadista.

Por volta dos anos trinta, Uberlândia já se destacava como forte centro atacadista. e solidificou-se como um ativo entreposto, valendo-se da exploração rodoviária, pela Companhia Mineira de Autoviação. A região se firmava no cenário econômico como forte atravessadora dos produtos de Goianos e ponta de lança dos manufaturados Paulistas.

Na década de 50, em Uberlândia, foram criadas duas empresas atacadistas que se transformariam nas maiores do setor na América Latina, o Alô Brasil e o Grupo Martins. Associando a capacidade empreendedora desses segmentos comerciais a uma infraestrutura que se firmou alimentadora do processo, sem escamotear a bem estruturada articulação político-burguesa na direção e dos interesses mercantis, fatores que fundiram

condições ideais para a afirmação do processo vertiginoso de crescimento.

Os anos 50 para o Triângulo foram decisivos para alavancar o desenvolvimento, em nível nacional ocorreu a mudança do padrão de acumulação, com o estabelecimento definitivo do capitalismo monopolista no País. A política de industrialização, iniciada no governo Getúlio Vargas, teve sua dinâmica ampliada na era juelinista; com plano de metas, desenvolvimento da indústria automotiva que veio promover as tendências favoráveis de crescimento no Triângulo Mineiro, mais uma vez, pela localização geográfica, que atuou como alimentador do processo de desenvolvimento econômico. A opção por vias de acesso rodoviário e a indústria automobilística que se instalava no País deram o aval para o desenvolvimento capitalista na região, em especial, pela alternativa rodoviária, que se tornou consoante ao projeto de implantação da indústria automobilística.

Nesse momento, no País, a liderança no setor de bens de produção é incontestável, *vis a vis* os imensos investimentos de infra-estrutura em transporte, armazenagem, energia, comunicação etc. O Estado assume papel preponderante como intermediador e facilitador dos processos de reprodução capitalista, trazendo a reboque as suas contradições inerentes à lógica de exploração da mão de obra.

A construção de Brasília, fortalecendo São Paulo com sua posição de centro dinâmico da economia, valeu-se do Triângulo Mineiro, como ponto próximo para suprir a nova capital. De certa forma, também foram beneficiadas outras cidades triangulinas, como Monte Carmelo, com seu parque cerâmico. Os centros competidores de Goiânia e Anápolis não conseguiram suprir as necessidades demandantes do empreendimento. A experiência e a habilidade do comércio triangulino aproveitaram-se desta situação dando um importante incremento à indústria e comércio local.

No campo das telecomunicações, que, como setor importantíssimo da estratégia de desenvolvimento capitalista, viria ser, nos finais do século XX, a grande cartada da burguesia capitalista nacional para controle de massas; nesse sentido escreveu Vasconcelos sobre o **capital vídeo-financeiro**:

“Sobre a base eletrônica da dinâmica eleitoral, cumpre ter em mira que a TV hegemônica no mercado se transformou, durante a década de 80, em partido político. Assim a expressão “governo da TV” ganha inegável concretude histórica desde 1965.”⁹

Em Uberlândia, por volta de 1957, foi instalada uma estação tronco do sistema de micro-ondas de alta capacidade.

“(...) lutou-se para transformar o Triângulo Mineiro numa importante ponte das telecomunicações brasileiras (ou seja, em estação tronco entre Brasília-Rio de Janeiro-São Paulo)” (Brandão1989:123)

No ano de 1958, Uberlândia sediou a implantação de um depósito de oleogases, sendo, na região, o único posto de distribuição de asfalto do interior. Com o incremento da política de transportes priorizando a malha viária, esse empreendimento destacasse como fundamental ao processo de formação de capital pela burguesia, que, direta e indiretamente, participava ativamente da estratégia de desenvolvimento regional.

Os anos 60 foram os anos de consolidação desse modelo, e do golpe militar de 64, que teve a total adesão do empresariado regional, parte ainda da estratégia da geopolítica integrativa da região, tendo um dos seus maiores mentores intelectuais o Gal. Golbery do C. e Silva.

A criação da Universidade Federal em Uberlândia pelo Decreto-Lei 762, em 14 de agosto de 1969, foi, consolidando o processo de incrementar o desenvolvimento regional, além de trazer mais recursos para a cidade, na forma de empregos públicos e na qualificação para mão de obra, pré-requisito fundamental para se consolidar o pólo desenvolvimentista. A Universidade Federal de Uberlândia, a partir da sua fundação, possuiu um orçamento, durante alguns anos, até meados dos anos 80, maior que o do município e teve uma influência política marcante no conjunto de iniciativas da história de Uberlândia. A classe política, que se forjou até esse momento estava em permanente sintonia com o projeto maior de reprodução do capital mercantil local. Nos anos 70, teve um político atuante, Rondon Pacheco, chefe da casa civil do governo Costa e Silva, e de 1971 a 75, esteve à frente do Governo Estadual Mineiro, e o Estado experimentou expressivo crescimento representando o apogeu da expansão industrial mineira.

A crise dos anos 70 marcou para o Brasil o fim dos tempos áureos de dinheiro barato e desenvolvimento em âmbito nacional a taxas até 7% de crescimento. No Triângulo, as taxas chegaram a 11%. A partir de 1974, a economia brasileira apontava para o esgotamento do ciclo iniciado nos fins da década de 60.

Um novo padrão de desenvolvimento estava posto para que a região se ajustasse, de maneira ativa, no plano nacional. A incorporação das terras dos cerrados e a agroindústria eram, então, as vias de encaminhamento das forças produtivas regionais.

Foram programas de destaque, direcionados para a agroindústria:

- Em 1972, o Programa Corredor de Exportação, com o qual o governo federal planejava assentar suporte infra-estrutural na direção das vias agilizadoras de deslocamento das mercadorias provenientes do Centro-Oeste rumo aos portos do sudeste e sul.
- Bases para uma ação integrada na região IV, o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) propôs readequar a agricultura local (já bastante tecnificada) ao novo momento das exportações
- Ainda em 1972 o PADAP (Plano Estatal de Assentamento Dirigido) visou à ocupação intensiva dos cerrados apresentando sucesso em alguns municípios mineiros do Alto Paranaíba¹⁰ em sua maioria, minifúndios. Foi marcante o caráter nitidamente intervencionista do Estado na questão da distribuição da Terra. Posteriormente, como desdobramento em relativo sucesso alcançado no PADAP, foi criado o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), concebido segundo a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, pela qual caberia à indústria motriz as bases da formulação original, no caso da agricultura, à “empresa rural”, que, bem capitalizada e administrada, sob a égide da “ciência administrativa”, favoreceria a agregação de forças visando quebrar a estagnação produtiva das terras da fronteira agrícola do cerrado.

Transformações de infra-estrutura foram exigidas de todos os setores para a adequação ao novo padrão de desenvolvimento ajustando os cerrados ao desenvolvimento industrial, fatores que encontraram no Triângulo a região de maior sintonia com o novo padrão agrícola, assimilando rapidamente as formas industriais de produzir na agricultura, e que, de certa forma, se ligava com os objetivos de estratégia geopolítica de integração do espaço nacional.

As culturas que assumiram o papel de destaque nas pautas de produção foram a soja, o café do cerrado, a cana de açúcar e o algodão, atraindo capitais e investidores de outras partes do País.

“O Triângulo, que era então uma região produtora insignificante até 1975 passa a maior produtora do Estado em 1988 com 70% da produção de Minas Gerais” (Brandão 1989:153). Para nosso estudo não nos deteremos nos desdobramentos que esse período apresentou. É, entretanto, importante deixar o papel de sujeição da agricultura regional à lógica de exportação que se firmou com os CAI (Centros de Agroindústria). A

agricultura transformou-se numa mera componente de um processo da agroindústria enquadrada pela determinante do capital industrial. A tendência era que a região viesse consolidar-se como pólo processador, armazenador e distribuidor de alimentos. A indústria de derivados da soja teve grande crescimento, principalmente depois da compra da Fujiwara (capital japonês), pela ABC Indústria e Comércio de Uberlândia. Outras indústrias de capital local como a Granja Rezende, que incrementou a produção de farelo e torta para sua fábrica de ração, além da chegada do capital estrangeiro pelo Grupo Cargil. O Grupo Daiwa, que, em 1986, estava com a produção de fios em 7000 ton/ano. Empreendimentos situados em Uberlândia recebia o algodão beneficiado de suas processadoras, situadas no Triângulo Mineiro.

“Como não poderia deixar de ser o Triângulo tornou-se entreposto comercial de uma vasta área detendo o controle de corretagem, comissária, exportação (bolsa de mercadorias) da maior parte de todo o Brasil Central.” (Brandão 1989:164)

O papel de pólo armazenador e processador de produtos agropecuários e redistribuidor atacadista foram, indubitavelmente, a marca peculiar que o processo de desenvolvimento gerou em Uberlândia. Até a primeira metade dos anos 80, a cidade viveu sua pujança, principalmente, quando os níveis de desemprego nesse momento ainda estavam em patamares suportáveis alimentados pelos vários postos de trabalho de suas empresas integradas ao modelo de centros agro-indutriais.

O êxito de Uberlândia poderia ser identificado na capilaridade resultante da apropriação do excedente oriundo do grande sertão, nas pequenas vilas do centro-oeste, que foram apropriados por empresários da cidade e por todo o Triângulo Mineiro, seguida de uma rápida e precoce urbanização. Inferimos a assertiva de que o impulso do desenvolvimento da cidade nasceu de um isolamento provocado pelas vias ferroviárias para transporte; fazendo com que seu comércio migrasse para o transporte rodoviário, mais versátil na distribuição de produtos manufaturados e na captação de excedentes primários. Uberlândia ficou isolada, ao sul, pela via férrea Mogiana em Uberaba, e, ao norte, pela Rede Goiana, que fez ponto principal em Araguari.

O Triângulo foi uma rota avançada do capitalismo paulista desde os tempos mais remotos do século XIX, a lendária estrada do Anhangüera não só foi o grande início como continuou mantendo a forte ligação: Campinas-Ribeirão Preto- Triângulo Mineiro

por bom tempo. Depois o caminho para Brasília, na década de 60, foi um grande reforço.

Na década de 70, o Triângulo engrenou-se na chamada “incorporação produtiva dos cerrados” com forte crescimento agrícola em fluxos de grãos, que, até então, tinham que passar por estas terras, buscando o porto de Santos, de Tubarão em Vitória e o de Paranaguá. No Centro-Oeste e Norte brasileiros, as possibilidades de escoamento e armazenagem eram poucas para a produção de grãos senão pela rota triangulina, principalmente Uberlândia.

A história desta região é, portanto, a história do ponto de passagem, de comercialização, processamento de produtos agrícolas até os meados da década de 80.

A partir do segundo lustro dos anos 80, essa trajetória vem se modificando com a consolidação de uma nova geografia econômica no País, a par de outra trajetória no sentido de que este País continental e toda sua história regional e urbana foram baseadas na construção do mercado interno e de uma forte solidariedade econômica de troca com distintas regiões, isto é, mesmo com a industrialização, as relações de compra e venda entre os Estados é muito presente. Conforme citou o sócio-economista polonês Ignacy Sakcs, *“80% do PIB brasileiro destina-se ao mercado interno ficando 20% para exportação”*¹¹ o que reforça a presença do mercado interno como fator de desenvolvimento em economias mais atrasadas.

Todos os momentos de surtos de descentralização das atividades produtivas, de interiorização nesses movimentos e avanços foram fortes, sobrevivendo uma crise. Portanto, no início dos anos 80, o País estava passando por um processo de interiorização muito forte, veio a crise de meados de 80 e, naturalmente, houve uma “retração” no entorno que percorre todo o processo.

Hoje, parece haver em marcha uma marcante perspectiva de descentralização das atividades produtivas, com taxas de crescimento pouco otimistas para os próximos anos. Esse projeto de interiorização, com raízes no regime militar, iria tender a não ser tão forte quanto seria se estivéssemos numa economia que tivesse taxas de 5% de crescimento. É neste contexto de nova geografia econômica e de arrefecimento do crescimento econômico que poderemos entender as perspectivas de crescimento econômico do Triângulo Mineiro, partindo, portanto, de uma perspectiva futura não muito otimista.

No Brasil, apesar dos cortes em todas as políticas de infra-estrutura, já existem algumas iniciativas relativamente consolidadas, que mudam os fluxos que estão passando pelo Triângulo. Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise dos 42 projetos do “Brasil em Ação”, mas vamos nos ater àqueles que mais nos interessam ao estudo, isto é, aqueles afetam a região, em especial, Uberlândia.

Partindo dos interesses de Minas Gerais para o Governo Federal, teríamos a ferrovia Unaí-Pirapora¹², que iria se articular com a área de Goiás, próxima ao Distrito Federal, que, a seu turno, se ligaria com a Ferrovia Centro Atlântica, o que quer dizer que muito do escoamento de grãos do Estado goiano seria dirigido para a ferrovia Unaí – Pirapora seguindo em conexão com a Centro-Atlântica, que está sendo modernizada para receber um aporte de utilização maior em tempo breve com destino aos portos do litoral. Portanto, boa parte dos grãos que normalmente passariam pelo Triângulo Mineiro estarão sendo desviados para essas ferrovias. Outra infra-estrutura muito importante era a chamada “Ferrovia do Olacir” (o maior produtor de soja do País), que passaria pela ponte Rodo-ferroviária e se localizaria bem abaixo do Triângulo Mineiro, tendendo a trazer um forte crescimento para São José do Rio Preto, e uma série de fluxos que passariam por esse canal.

Outra infra-estrutura também importante é o corredor Bauru-Corumbá, que quase dobrou o transporte de grãos antes de ser privatizada, dobrando o embarque de soja também abaixo do Triângulo Mineiro, sem trazer nenhuma contribuição que altere incrementos para a região mineira.

Uma infra-estrutura que está distante, mas que tem sido acompanhada pela imprensa, por ser a obra de maior êxito de infra-estrutura do País e tem uma participação privada de expressão, que é a hidrovia do Madeira, muito importante para o Triângulo Mineiro no sentido de que por ela está sendo escoada a soja da Chapada dos Parecis, onde verificamos praticamente uma inversão de fluxo no sentido da hidrovia do Rio Madeira até Itacoatiara¹³.

Realmente, esses fluxos, que eram dirigidos até a região triangulina num percurso de aproximadamente 3000 Km em caminhões, estão sendo redirecionados para Porto Velho, depois Itacoatiara¹⁴, onde está sendo implantado o projeto no estilo do Grupo MAGGI.¹⁵

Há outra infra estrutura ligada ao Triângulo Mineiro, é o gasoduto Brasil-Bolívia, que passa ao norte do Triângulo e sobre o qual sempre estamos ouvindo, na imprensa ufanista regional, a afirmação de que ele irá passar por Uberlândia, ou por Goiânia, mas cujo o tronco principal passa por Mato Grosso do Sul, uma região com muitas perspectivas pelas suas ferrovias.

Percebe-se que o passado do Triângulo Mineiro retrata a história do escoamento, da produção, da infra estrutura, daí então ser o chamado entreposto dos grãos do Centro-Oeste para o Norte e para o Sul, e de produtos manufaturados no sentido Sul-Brasil

Central.

2.8. Uberlândia e a realidade contemporânea

Esta história do passado do Triângulo Mineiro, de grande pólo armazenador, processador, e principalmente, administrador de fluxos de armazenamento e de primeiro processador de grãos, carnes, será colocada em questão a partir desta nova geografia econômica e de fluxos, que se vislumbra no cenário regional no Brasil, que, invariavelmente, depende do crescimento econômico. Taxas de crescimentos menores tenderão a uma ocupação de áreas mais consolidadas e próximas à região central, que comanda o crescimento do País.

Para o Triângulo Mineiro, onde está assentada uma forte urbanização, um representativo aporte de infra-estrutura de serviços de apoio à produção, e, em se tratando de Triângulo Mineiro, Uberlândia desponta com seu aporte em telecomunicações, cuja primeira preocupação é com o centro atacadista, que tem interdependências marcantes com a futura reforma tributária, e, dependendo de como ela vier, os grandes atacadistas poderão até mudar a sua localização, prática comum em tempos de globalização, considerando a guerra fiscal que poderá advir. Portanto, o futuro deste centro atacadista será definido muito em função das novas bases da reforma tributária.

Considerando essas mudanças de fluxo a que nos referimos e analisando os mais recentes empreendimentos realizados no município, como o Porto Seco de Uberlândia (EADI – Estação Aduaneira de Interior), inaugurado em 1995, em que só foi feita uma grande exportação nestes últimos três anos. Segundo nos informou a Secretaria de Indústria e Comércio de Uberlândia, tanto a unidade da cidade como a de Uberaba não tiveram um desempenho muito expressivo. Destacou-se a de Uberaba, em razão do maquinário pesado da indústria Black and Decker, que utilizou a estação de lá onde tramitou o processo. No caso da EADI de Uberlândia, a administração da CASEMG Companhia de Armazenamento do Estado de Minas Gerais, detentora da concessão da estação de Uberlândia, apresentou uma dificuldade de dinamizar os negócios que surgiram no município, principalmente, nos itens preços e qualidade de serviços. Esses fatores provocaram um desinteresse por parte do empresariado local devido à inviabilidade econômica daqueles serviços.

No governo de Paulo Ferola (1993-96), foi implementado o PLADIR – Plano Diretor do Município, que pretendeu ser uma estratégia de desenvolvimento regional, partindo de Uberlândia. O que motivou o município a desenvolver essa estratégia foi o

fato de que, sendo a cidade um centro de crescimento regional, para cá afluem muitos migrantes, criando problemas sociais cada vez maiores. A busca do desenvolvimento sustentado na região, envolvendo outros municípios em estratégias de desenvolvimento, desafogaria o município da pressão de demanda. A proposta envolveu 89 municípios, divididos em 12 micro-regiões, conforme critérios dos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento do Município. Para os técnicos da Secretaria, os objetivos do PLADIR não foram atingidos na velocidade que se pretendia, mas cooperaram para fortalecer muito agropecuária da região. O maior empecilho para o sucesso pretendido tem sido a atual política recessiva do governo e as últimas crises de baixa da rentabilidade na produção. Atualmente, a secretaria está estruturando um plano de desenvolvimento para pequenas propriedades, com a participação dos governos, Federal, Estadual, Municipal, em que o Executivo entra com os recursos para comprar a terra, o Estado e Município com outras infra-estruturas. Esse projeto pretende fortalecer a agropecuária regional como alternativa para o desenvolvimento sustentado, agregando um conjunto de agroindústrias para captar a produção em nível comercial.

Para os técnicos do Instituto de Economia da Universidade Federal, esse projeto não deu certo por ignorar a dinâmica de mudanças de fluxos regionais e não conseguiu articular com os outros municípios, dada a heterogeneidade de interesses presentes da região, além dos fatores de natureza política, que atuam como fortes intervenientes.

Outro empreendimento buscado pelos dois últimos governos municipais foi o de transformar Uberlândia em ponto focal para um projeto do Ministério das Relações Exteriores e partir para ser uma espécie de importante “*trade point*” do Brasil, com terminais multimodais de cargas, sendo o município uma referência desses fluxos, principalmente, para grãos e carnes. Segundo informações da Secretaria de Indústria e Comércio do Município, o projeto, ainda não concluído, está em andamento, e seria a meta do atual governo de Virgílio Galassi, (1996-2000).

Nos últimos anos, relações estremecidas entre a Universidade e a Prefeitura Municipal influenciaram negativamente no conjunto de forças para a promoção do desenvolvimento municipal e regional. Uma mostra deste distanciamento foi o Projeto Tecnópolis (1991) da Associação comercial local, que pretendia fazer uma integração da Universidade como centro de difusão e integrador do conhecimento em parceria com as iniciativas produtivas de setores industriais e até comerciais, para promover o desenvolvimento local - uma visão equivocada, que pretendia buscar uma iniciativa para casar pólos de alta tecnologia e desenvolvimento, junto à produção científica da Universidade. Fato que até hoje não aconteceu, ficando apenas iniciativas pouco sólidas

de resultados insipientes.

O Ecoturismo do Cerrado é outra iniciativa que não convence sob o ponto de vista de seu sucesso como espaço de desenvolvimento e de geração de emprego, com o qual se pretende transformar a cidade num centro turístico de grandes eventos nacionais. Acreditamos que dificilmente um País detentor de uma costa vastíssima e atrativa seria sensibilizado a ponto de atrair esse tipo de mercado para o interior, por mais interessante que seja o cerrado. No entanto, as iniciativas no sentido de promover situações que favoreçam esse intento têm, de certa forma, conseguido alguns resultados, e criado empregos, que atingem uma faixa de população com uma qualificação mediana, próxima aos níveis técnicos. O surgimento dos pesque-pagues e das fazendas hotel tem crescido, empregando uma mão de obra com características mistas de ambiente urbano e rural conforme as pesquisas do professor Graziano, da Universidade de Campinas, sobre esse novo perfil rururbano em todo o país.

O aeroporto internacional, que era uma expectativa de provocação para aumento da atividade econômica se justificaria para qual finalidade? Que produtos seriam transportados no “*nosso aeroporto internacional*” que justificassem um investimento desta monta? Talvez os produtos do Grupo Rezende, avicultura de consumo, ou vacinas do Grupo VALEE de produtos veterinários, mas acreditamos que não há uma demanda que justifique, em médio prazo, um retorno econômico e social neste investimento. São questionamentos que fazemos partindo de uma leitura ufanista comum nas lideranças políticas locais, e que pouca concretude contém para a realidade no concretizar de ações capazes de resultados para empregos ou gerando impostos para o município.

A hidrovía Paraná-Tietê, que, muitas vezes, é apresentada como vantagem vocacional do Triângulo, nasce em São Simão, praticamente no extremo oeste do pontal do Triângulo, e irá servir de transporte de grãos até o Mercosul, o que quer dizer pouca interferência na dinâmica básica da região, uma vez configurada a nova geografia de fluxos que vem se conformando.

O que na verdade, fica de sólido é uma especialização muito grande nas cadeias produtivas de alimento, isto é, os complexos de agroindústria (ou agro-negócios) que serão, em princípio, o que a cidade terá de mais forte produtivamente; principalmente, os complexos de carne, soja, café, algodão e laranja, havendo fortes possibilidades de consolidação dessas cadeias produtivas em processamento e conservação de alimentos.

Um nicho consolidado da região é o pólo de biotecnologia de sementes trazido

pela MONSANTO PESQUISAS, o maior produtor e pesquisador de sementes do Brasil. No entanto a área de testes de plantio ficou reservada para a região do Mato Grosso e Tocantins, portanto, distante do Triângulo, onde possíveis espaços de trabalho poderiam surgir para a abundante mão de obra pouco escolarizada e de baixa qualificação empregável na agricultura..

Outro nicho de mercado consolidado é na área de tecnologia de comunicação criado pelo Grupo Algar, com as empresas de telecomunicações e telefonia CTBC-Celular e Companhia de Telecomunicações Brasil Central (CTBC-Telecom), a partir da criação do complexo *Call Center*, para prestação de serviços em telemarketing e sofisticados programas de telefonia. A CTBC- Telecom (empresa de telefonia do Grupo ABC Algar) tem demitido trabalhadores devido à reestruturação organizacional e os contrata com salários menores nas novas empresas da holding, geralmente, jovens com nível de escolaridade média e superior, que se encontram em grande número no município. Um fator positivo e novo é que a empresa está sendo pioneira em admitir deficientes físicos em seus quadros.

A região, na verdade, é adequada a um projeto que vai se consolidar no Brasil, que pretende se transformar em exportador de *commodities*. (Ver censo Agropecuário 85-95 para o Triângulo Mineiro)¹⁶

Em termos de área ocupada¹⁷ na agricultura da região, tida como a agricultura mais desenvolvida do Brasil, a mais moderna, só cresce com lavouras permanentes e com pastagens plantadas, entretanto, no total, a área ocupada com a agricultura caiu de oito milhões de hectares para sete milhões de hectares, ou seja, em dez anos não existiu aumento na área ocupada com agricultura.

É falacioso afirmar que na região, a agricultura é dinâmica, pois ao fazermos uma avaliação da área total, a realidade apresenta-se contraditória.

Pelo lado da produção, o que se vê entre 85 e 95, é a quantidade colhida de algodão cair 24%, arroz 62%, feijão 16%, e o que aparece mesmo é o milho com um crescimento de 156% , café com 173%, cana 80%, e soja 52%.

A produção de leite também sobe, 94%, há uma afirmação corrente de que a bacia leiteira do Triângulo é a segunda do Estado de Minas. A quantidade produzida foi de 1.266.000 litros, enquanto o número de cabeças ordenhadas caiu 3%, o que significa que houve uma produtividade no número de animais. O volume do rebanho (não é a produção de carne), reduziu de 5.150.000 cabeças para 4.950.000. Num espaço de dez anos decresceu aproximadamente 200.000 cabeças no rebanho regional.¹⁸

A partir destas referências, identificamos uma análise de desenvolvimento agro-industrial em descendência na região, destoando do discurso oficial.

A mão de obra ocupada na agricultura, no período de análise 85-95, teve uma redução de 27% na região. Parte desta cifra se deve à modernização, e parte pela queda das atividades agrícolas, tendo em vista a redução da área plantada na região. Chama a atenção o número de empregados temporários crescendo e a queda do número de empregados permanentes. Isso significa que processo de produção, que antes não abrigava maquinário, como colheita de batata, de café, de cana, passou a ser mecanizado.

Nos anos de 1985/6, surgiu um forte movimento na região encabeçado pelas prefeituras municipais de Uberlândia e Uberaba, no sentido de expandir o arrendamento de terras na região, e foram trazidos produtores sulistas, que tinham acesso à tecnologia e crédito bancário. Essa alternativa rendeu bastante para os municípios. Há estudos apresentados pela Secretaria de Indústria e Comércio do Município de Uberlândia que mostram que houve expressivo aumento da área plantada em termos de produção, mas, quando veio a queda da rentabilidade, por volta dos anos 90, esse setor foi atingido duramente.

Então, se pensarmos a região em termos do seu suposto dinamismo incentivado, com o arrendamento das terras pelas prefeituras, sindicatos rurais, cooperativas agrícolas, seria essa estratégia, até então, bem sucedida, abortada pela crise na agricultura dos anos 90.

Essa crise irá também interferir na questão do preço da terra, que caiu violentamente na região. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tiveram a maior queda dentro do Estado de Minas (68% por hectare), apresentando uma acomodação nos preços a partir de setembro de 1997.

Identificamos, na região, uma diminuição na produção seguida de um aumento de produtos, uma queda na área ocupada e no rebanho bovino, com um crescimento não muito expressivo na produção de leite. Comparado com a média brasileira, foi maior que o verificado na região, conseqüentemente, verifica-se uma queda na rentabilidade, que leva a uma queda no preço da terra. Observamos uma coerência nesse pormenor ao identificar que, na entrevista com o Secretário de Agricultura de Uberlândia, foi confirmada no PLADIR (Plano Diretor do Município) uma diretriz de incentivo à pequenas propriedades, o que não se comprova com os dados das pesquisas técnicas feitas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia..

Da queda na produção, do preço da Terra, à estagnação do rebanho, algo bom pode

acontecer, se entendermos como boa a possibilidade de criação de negócios na zona urbana. O setor de arrozeiras, que foi mais afetado pela crise na agricultura, de 150 instalações em 1985, conta com apenas 27 operando. Quanto ao setor voltar a ter importância, é pouco provável empregar muita mão de obra novamente. A produção de arroz foi a que mais caiu na região dificilmente voltará a crescer, enquanto o arroz irrigado (*agricultores gaúchos presentes na região*), que tinha perspectivas de crescimento, plantado no norte de Goiás, escoará pelas hidrovias ao norte, portanto, não virá para estas bandas, principalmente, se der certo o projeto de arroz irrigado dos cerrados, não abrindo espaços para as arrozeiras locais.

Sobre a produção de laticínios, houve crescimento da produtividade próxima da média do Estado e abaixo da média de Goiás e outras regiões, portanto, essa “alta” não sinaliza para um revigoramento da indústria de laticínio da região, e tudo indica que alguns setores produtores de leite, incluindo-se aí, alguns municípios da região, vão ser duramente afetados. No processo de globalização do mercado de leite, de crescimento acentuado das plantas de laticínios, em que vários laticínios pequenos vão sendo engolidos pelos “grandes”, conseqüentemente, haverá perdas grandes, visto que serão postos de empregos desativados no processo de reestruturação produtiva que vem a reboque..

Pensando o processo pelo lado de empresas integradoras, do tipo Granja Resende (frigorífico avícola e pintos de um dia), Agropecuária Algar; Frigorífico Pif-Paf aves e suínos, em Patrocínio, há um ambiente favorável às atividades de integração entre pequenos produtores agrícolas integrados, locais e regionais. Para o produtor que não tem opção, considerando a rentabilidade baixa da agro-pecuária, a alternativa é buscar a integração com as empresas, resta lhe ficar ao sabor do que os contratos das empresas integradoras determinarem.

Outro negócio que está emergindo no momento é a integração para o mercado de verduras processadas (pré-cozidos). A Agropecuária-Algar (Grupo Algar) está com um projeto de implementar uma grande empresa de beneficiadora de legumes e verduras. A crise por que passa o produtor rural coloca os grupos integradores numa posição favorável para empreender seus negócios.

Com o avanço da reforma agrária, considerando uma história de oligarquias rurais extremamente conservadoras, o preço da terra está em queda e muitos proprietários de terra (não produtores), aqueles que só especulam, estão ficando pressionados a colocar as terras para desapropriação, mesmo porque, a crise que está sendo prenunciada a partir de 2000, poderá ser maior para várias culturas que já estão em queda. Supomos, portanto,

que dado esse quadro, pode haver interesse dos especuladores fundiários a fim de que coloquem as terras para serem desapropriadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, ao Noroeste, Paracatu, Unaí), que se tornaram áreas prioritárias para reforma agrária, pois estão perto de grandes centros, possuem terras férteis, clima favorável e o preço da terra está em queda. Porém o conservadorismo da região e dos fazendeiros, ou herdeiros pode ser fator impeditivo desta alternativa.

Há condições significativas para assentamentos rurais na Região, postas pela crise que se coloca na agricultura. Assentamentos rurais criam possibilidades de desenvolvimento urbano, são unidades que têm interesse em integrar-se, gestando oportunidades de aumento das atividades humanas. Com a reforma agrária sendo dinamizada, há uma viabilidade crescente de formação de pequenas propriedades integradas. Por outro lado, a empresa Perdigão, que também necessita dos pequenos produtores para fazer sua integração, não veio para esta região por não encontrar um quadro de pequenos produtores adequados às suas atividades, mas, com a reforma agrária, esse quadro pode ser revertido. A Granja Rezende (aves) exerce influência marcante em muitos grupos de pequenos agricultores, chamados de integrados.

O setor de sementes, que se instala agora com a Monsanto Pesquisas em Uberlândia, tende a crescer, em nível da unidade administrativa. Mas os campos experimentais de agricultura em escala não serão em terras de Uberlândia, mas na Chapada dos Parecis e próximo ao porto de Itacoatiara entre os Estados do Amazonas e Rondônia.

Enfim, a crise apresenta um quadro propício para gerar atividades urbanas, em termos de oportunidades de novos empregos locais. Ficam fora os negócios para as arrozeiras, para a produção de leite, ou no aumento da planta de soja. Portanto, uma *commodities* diferenciada, que tem agregação de valor, como as verduras pré-elaboradas, que agregam um pequeno percentual de trabalho, possuem grande possibilidades comerciais.

Vemos esse panorama do quadro de desenvolvimento regional, mais especificamente carregando nossa avaliação para o caso de Uberlândia, que interessa mais em nossa análise.

Fizemos uma abordagem prospectiva do município de Uberlândia, passando pela sua fundação e o destaque que foi adquirindo ao longo de sua história como entreposto de produtos das regiões goianas e mato-grossenses. Por bom tempo, nas décadas de 20 e 30, Uberlândia não se destacou de forma proeminente, mas a partir do início dos anos 60 um impulso de crescimento provocado pelas atividades comerciais iniciadas nos anos 20 e 30

começou a formatar uma base mercantil, oportunizando promissor avanço econômico e social para a região, a vinda a Universidade e demais investimentos que a partir da sua criação, puderam se desenvolver, formando um conjunto de condições propícias ao desenvolvimento da cidade.

O desenvolvimento de empresas na área de telecomunicação, a estrutura urbana, com equipamentos sociais de atendimento à população, soma-se à nossa avaliação como fator positivo de progresso econômico.

Numa época de pouco emprego, Uberlândia ainda se encontrava em posição relativamente estável, em comparação às outras cidades da mesma região. Esse fator, amplamente divulgado pelas elites oligárquicas no poder, mais precisamente pelas legislaturas municipais do Movimento Democrático Uberlandense (MDU), interferiu como foco de atração de populações das cidades vizinhas em busca de emprego, provocando um inchaço da cidade, um adensamento populacional na periferia que na crise do emprego dos anos 90 teve seu ponto mais crítico. Em pesquisa realizada pelo CEPES – Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica da universidade federal, no ano de 1996, versando sobre as condições sócio-econômicas das famílias na periferia de Uberlândia, podemos identificar alguns dados significativos para nosso estudo. Os números mostram que 36% dos moradores “vindos” de outras cidades são provenientes de cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sendo Minas Gerais responsável por 53,25% da resposta: Outra cidade. O Estado de Goiás ficou com 20,22% , seguido de São Paulo com 10,39% das respostas. Essas informações mostram que a atração exercida pela cidade de Uberlândia repercute de forma mais pronunciada na própria região, o que é de se esperar tanto pela proximidade como pelo papel de polarizadora, que ocupa no âmbito regional. Analisando respostas sobre o motivo da vinda para Uberlândia, em 36 bairros pesquisados, mostram a predominância do motivo trabalho, com 51,79% do total de motivos, seguidos de 19,26% para acompanhar a família. Essa resposta tem em muito a ver com o motivo mais citado, ou seja, a busca de trabalho, e 6,74% atraídos pela qualidade de vida da cidade. Os demais valores são motivos diversos, que somam 22,17% das respostas que, uma pela outra , se analisadas no conjunto, têm uma relação indireta com o motivo: trabalho.

A comunidade do Seringueiras, local onde estabelecemos nossa base de investigação, é uma mostra de que as necessidades das populações por emprego são cada vez maiores no momento em que diminuem as oportunidades de emprego, principalmente, para trabalhadores de baixa escolaridade e sem qualificação técnica, justamente o migrante que aqui veio procurar trabalho remunerado.

Conforme a referida pesquisa do CEPES 1996, o item educação (adultos) foi avaliado em dez bairros pesquisados que foram mais representativos nos itens considerados entre os trinta e seis bairros da amostra. Por analfabetos, entendemos aqueles que nem sequer sabem identificar as letras. Alfabetizado, aqueles que sabem escrever o nome e minimamente conhecer algumas letras, não conseguindo ler ou interpretar um texto. Foi identificado que 6,72% são analfabetos, 0,32% alfabetizados, 63,58% com o ensino fundamental incompleto, 15,60% ensino fundamental completo. Por apenas estes dados, podemos avaliar que o número de pessoas de mão de obra não qualificada é significativo, considerando que a maioria esmagadora está classificada entre aqueles que são analfabetos aos que não concluíram o ensino fundamental.

A partir deste espectro histórico até os dias atuais, vai se delineando a importância de investigarmos as possibilidades de inclusão social pelo trabalho desses trabalhadores, que representam uma parcela significativa nas periferias da cidade, além de buscar delinear estratégias de Serviço Social no sentido de fomentar respostas ao problema do emprego para o trabalhador não qualificado e de baixa escolaridade, que, conforme a pesquisa documental identificou, é a grande maioria na periferia da cidade. A nossa pretensão, portanto, é buscar, nas instituições do município responsáveis pela geração de renda e qualificação profissional, as possíveis respostas ao desemprego, tomando por base um núcleo de alguns trabalhadores residentes no loteamento do Seringueiras, que, buscando alternativas de renda e qualificação, solicitaram nossa cooperação técnica.

A seguir vamos identificar o processo de surgimento dos loteamentos do Seringueiras I, II, III, pesquisados por nós junto aos trabalhadores do Seringueiras e nos órgãos municipais. Nesse setor urbano emergiu o que nós chamamos grupo de referência, nossa base de intervenção para geração de renda..

2.9. NASCENDO UMA COMUNIDADE URBANA

(a gênese de formação do loteamento Seringueiras)

“Um homem na cidade, isto é, solidário a outros sob o teto de leis comuns e obrigado pelas regras comunitárias, é um homem completo, acabado, e, portanto está no seu lugar na hierarquia dos seres, nem deus nem animal, mas o melhor dos animais, porque é capaz de justiça.(...) Nenhuma das suas partes (por exemplo nenhum lar), seria ela mesma sem o todo, pois nenhuma é auto-suficiente. Do mesmo modo, nenhum de seus elementos pode existir independentemente dos outros, pois cada um dos membros de uma cidade tomado separadamente não é auto-suficiente.”(Wolff 1999:94,95)

Ao abordarmos a temática da geração de renda, é necessário compreender a

complexa rede de relações sociais em que homens e mulheres estabelecem, seja no espaço urbano, no rururbano ou no rural. Nosso espaço é o urbano, onde vivem homens e mulheres à procura de renda ou um trabalho remunerado que atenda às suas necessidades. Pretendemos demonstrar, neste capítulo, a gênese sócio-histórica do espaço urbano, onde homens e mulheres vivem a procura de uma alternativa para seus problemas de renda e trabalho.

O homem e a mulher contemporâneos estão inseridos num modelo de sociedade em permanente mutação, que se costura, e em laços naturais de relações coletivas para sobrevivência, perpetuidade, nas suas realizações antropológico-societárias. O trabalho vem sendo a forma histórica de encontrar os meios para subsistir nesse processo, e tem encontrado diferentes caminhos para se realizar, em sua grande maioria, precarizados e insuficientes.

“ A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não põem à disposição do capitalista industrial apenas os operários e seus meios de subsistência e trabalho, mas criam o mercado interno” (Marx, K. em O Capital p.778)

A expansão das cidades, demograficamente exige novas posições das políticas públicas, *“a porcentagem da população urbana cresce constantemente, isto é, a população troca a agricultura por ocupações industriais e comerciais” (Lênin 1989:352)*, diminuem-se as redes de relações primárias entre as pessoas, as relações de vizinhança ficam enfraquecidas devido a estranheza a novos vizinhos, que estão sempre chegando e saindo na periferia. Isso não quer dizer que as relações se extinguem, mas que diminuem e ou se transformam quando os grupos se agregam em torno de semelhanças de credo religioso ou afinidades culturais populares. Vemos nesse fenômeno urbano um fator de importância capital para a participação pública dos cidadãos.

Esse local onde residem os trabalhadores foi formado para dar atendimento à crescente demanda de espaço para moradia, e, conseqüentemente, vai se formando uma rede mercantil com vários serviços e comércios. Não existe, na cidade, um controle de informação sobre a atividade econômica que possa auxiliar o estabelecimento de empreendimentos necessários à comunidades novas.

Faz-se necessário o conhecer do processo de formação de uma comunidade

urbana, que é uma fase importante de qualquer intervenção do serviço social em comunidade. Como nos propusemos a trabalhar com um grupo de trabalhadores desempregados do Seringueiras, constitui detalhe significativo no processo de compreensão da vida dessas pessoas, conhecer o espaço urbano onde vivem na busca pela casa própria, fator de liberação dos encargos com aluguel.

Para tanto, foi realizada uma investigação quantitativa na região próxima às residências onde os integrantes do grupo de referência residem. Levantamos as atividades econômicas existentes e as que poderiam existir na região como fonte de geração de renda. Ao mesmo tempo em que verificamos a dificuldade que os trabalhadores encontram com a ausência de equipamentos sociais, fator que encarece muito o custo de vida naquele espaço urbano, demandando um aporte de recursos públicos com estratégias compensatórias, dificultando a existência de uma política pública que garanta a cidadania ao em vez de ficar sempre no atendimento emergencial.

Nos anos de 1989/90, mais precisamente no início de 89, a prefeitura municipal de Uberlândia pleiteava construir 20.000 unidades habitacionais em final do Governo José Sarney. A Secretaria de Habitação estava montando um programa, quando tomou posse o governo de Fernando Collor de Mello. Logo, vieram as medidas de corte a investimentos sociais que paralisaram vários projetos sociais e atingiram em cheio os programas de habitação popular.

Ao tomar por base a realidade no município, as famílias de baixa, no teto de até três salários mínimos, ficaram excluídas de acesso à moradia. Os programas anteriores foram substituídos pelo **PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação (1992)** para atingir, uma população na faixa de cinco salários mínimos.

Era presente a atuação das construtoras particulares, no mercado imobiliário, que construíam para a clientela na faixa de dez salários mínimos¹⁹ acima, e a demanda maior ficava na faixa inferior a três salários mínimos estava sem programas ou projetos.

“O prefeito municipal Virgílio Galassi, tinha uma proposta para atender esta faixa de candidatos a moradia, visto que a população na faixa de cinco salários mínimos acima, caía na faixa de atendimento da iniciativa privada, conforme padrão de classificação usado no município.” (Fala do engenheiro responsável pelo programa de habitação popular)

A partir do PAIH, a prefeitura municipal buscou recursos para implementar o programa de moradia no município. A prefeitura já tinha áreas adquiridas com recursos

do município para implementar o programa. Nas primeiras unidades, a prefeitura participou com o terreno e o PAIH com material e mão de obra. O PAIH também previa urbanização da área, além da construção do imóvel, limitado a um teto de 650 a 720 UPF²⁰(unidade padrão de financiamento da Caixa Econômica Federal), isto é, se houvesse um gasto muito expressivo na aquisição de terrenos e na infra-estrutura, sobraria pouco recurso para construção.

Em 1989, a prefeitura comprou uma área na ZP21²¹ (zona de processamento número 21) onde está o Bairro São Jorge 4, ao lado do Bairro Granada. Foi adquirida também a área do Bairro Mansour,(outra zona de processamento), que são as duas áreas loteadas com recursos do município. Mais à frente, foram adquiridas as áreas dos loteamentos Paineiras, Laranjeiras e Seringueiras, encerrando, assim, as intenções de investimentos em área física. Os loteamentos Seringueiras 1, 2, e 3 têm uma área para 1801 lotes. O PAIH previa que cada processo aberto não ultrapassaria 500 unidades, como lá havia 1801 unidades, foram montados quatro processos de 450 unidades, ou seja: Residencial Regina, Residencial Jussara, Residencial Carolina, e Residencial Rubens Pereira, todos processos eram etapas dentro do Seringueiras, só que o financiamento do Seringueiras saiu em fins de 1991 início de 1992, portanto:

“ ...próximo a renúncia de Fernando Collor de Mello, a Caixa Econômica começou a segurar recursos. Dos contratos vigentes, de 30% do valor a ser liberado, o agente financeiro estava liberando apenas 3% , 5% , até 10%.As empreiteiras que tinham caixa, continuaram as obras, houve casos de empreiteiras que buscaram recursos na própria Caixa Econômica pagando juros extorsivos para poder terminar as obras e receber da Caixa Econômica posteriormente.
”(Fala do engenheiro responsável pelo programa de habitação)

No loteamento do Seringueiras, foram assinados os contratos somente o conjunto do Residencial Regina, sendo que os 1350 lotes restantes ficaram sem a conclusão do processo. Em fins de 1992, na área do Seringueiras, que ficou para a EMCOP (Empresa Municipal de Construções e Obras Populares), foi concluído apenas o Residencial Regina, inclusive, com a urbanização, sobrando os 1350 lotes sem urbanização. Os lotes do Residencial Regina foram orçados em 38 UPF (Unidade de Padrão Fiscal), para quem adquiriu a casa, na época, foi calculado esse custo composto de preço da terra mais escritura, não “houve lucro” na operação. A prefeitura não teve interesse de venda lucrativa no loteamento. Os loteamentos do Regina, Paineiras e o Laranjeiras foram 38 UPF, lote. Os lotes dos Bairros ²²Mansour e São Jorge 4 foram orçados a custo zero, a

prefeitura doou o lote. Esses foram os primeiros, tanto que a habitação é um pouco melhor, e houve questionamento de populares pois o valor do imóvel no Residencial Regina, que ficou de tamanho menor, estava ao mesmo valor dos imóveis do São Jorge 4 e Mansour. Fica aqui uma incógnita para explicar o porquê da diferenciação, que é fácil de entender, pois o Regina, iniciou-se dentro do programa PAIH, portanto, mais engessado, enquanto o Mansour e São Jorge 4 tiveram a flexibilidade de serem administrados pelo município, podendo fazer remanejamentos de receita, que promoveram uma melhor distribuição de recursos procurando agregar qualidade ao imóvel. Já, no São Jorge 4 e Mansour, os moradores tiveram subsídio integral no lote e até parte da infra estrutura a prefeitura bancou nos anos 90.

Voltando ao Seringueiras, os 1350 lotes que sobraram sem financiamento ficaram a crédito da EMCOP, que possuía um fundo municipal, de ordem jurídica pública, ele estava lotado na Secretaria de Habitação, e foi de 2% da dotação do município, expressivo valor em capital.

“Os 1350 lotes foram transferidos para o Fundo Municipal de Habitação, para que o fundo implementasse algum programa. A estratégia do fundo foi então vender os lotes para populares que queriam ter uma casa, mas estavam em uma faixa de renda bem inferior ao teto de empréstimo da Caixa Econômica, e não tinham condições de comprar nem aquele “embriãozinho” quarto/banheiro.” (Fala do engenheiro responsável pelo programa de habitação popular)

Em 1992, a prefeitura começou a fazer a infra-estrutura do Jussara, Carolina e Rubens Pereira (correspondendo aos Seringueiras I, II, III). A prefeitura montou as licitações por etapas, energia elétrica, água, esgoto, ou seja, foi licitada a infra estrutura para 450 primeiros lotes e depois, sucessivamente, para os demais loteamentos. De setembro de 1992 até outubro 1994, fez-se toda a estrutura do Seringueiras e a sua ocupação, por intermédio de lotes vendidos. Identificamos a ausência de equipamentos sociais na região, fator que fortalece a perda de qualidade de vida da população já muito empobrecida.

A Secretaria de Habitação fez uma triagem pela qual o candidato pleiteava um lote, que era avaliado por critérios do setor de habitação para ver se ele se enquadrava na proposta do fundo, sendo estes os critérios básicos:

- três anos de residência em Uberlândia,
- renda até três mínimos.(1992)

- Prioridade para famílias mais numerosas e mais carentes, idosos, deficientes físicos.

A ocupação dos lotes foi gradativa e lenta, visto que o comprador, ao ocupar o lote, não tinha recursos para iniciar a construção. Os que tinham algum recursos iniciaram a construção, outros levantaram barracos e, até hoje, lá estão, outros estão apenas pagando e fizeram apenas um alicerce, para cumprir a exigência do fundo de construção imediata e evitar que as pessoas oportunistas comprassem os lotes para especular ou vender depois.

O loteamento do Seringueiras está situado abaixo da Rua Geralda Francisca Borges, acima, estão os bairros São Jorge 1, 2, 3. Como não havia um motivo específico, nomearam-se, aleatoriamente, os loteamentos de Seringueiras, Paineiras, Laranjeiras...Portanto, de um loteamento em área do município para construir 1800 casas, ao final, só 450 foram construídas, enquanto os outros 1250 lotes restantes foram loteados e vendidos a preços populares com preços na faixa de R\$25,00 a prestação.

“No fundo municipal reza em seu estatuto que a prestação mensal não pode ultrapassar 20% da renda mensal da família. As famílias que não tinham nenhuma renda comprovada foram admitidas ao programa considerando a referência salarial de 01 salário mínimo. Não se pode colocar um lote fora da capacidade de solvência dos compradores, mesmo porque o prazo de quitação varia entre 60 e 120 meses. A prefeitura, portanto atendeu pessoas sem renda comprovada, sendo essa a grande vantagem de sair da burocracia de órgãos financiadores federais, que vasculham a vida do cidadão em todos os setores, e qualquer problema de crédito ou de comprovação de rendimentos, desqualifica o candidato.” (Fala do engenheiro responsável pelo programa de habitação popular).

A proposta dessa administração municipal tem um importante mérito em considerar critérios que priorizaram as reais necessidades da população excluída, muito embora os lotes tenham sido colocados em uma região sem aparelhos sociais e infra-estrutura asfáltica nas ruas, fator que motivou os moradores em movimentos reivindicativos.

O padrão de 650 UPF- (unidade padrão de financiamento), foi definido pelo prefeito, porque, se o valor financiado ultrapassasse esse teto, haveria um sobre-valor a ser taxado, onerando mais o financiamento. Esse critério, portanto, facilitou para o comprador, porque onde a prefeitura era a proprietária da área, o adquirente **“teve uma casinha melhor”**, ou seja, os loteamentos dos bairros Paineiras o Laranjeiras, o Regina, e o Mansour.

Os loteamentos na cidade, que compuseram o PAIH, com participação da EMCOP - Empresa Municipal de Construções e Obras Populares-, ao mesmo tempo, era o agente promotor; de 8806 casas, e 30% eram em lotes da área institucional da prefeitura. Os restantes 70% tiveram a Empresa municipal como agente promotor. Quando o ex-presidente Fernando Collor de Mello lançou o Plano de Habitação, houve um corte nos outros programas de financiamentos, as construtoras migraram para o PAIH, passaram também a comprar áreas urbanas, só que o terreno entrava na faixa de 90 a 100 UPF, por lote, mais a infra-estrutura. O interessado dispunha de 650 UPF de limite, entre o lote e a infra-estrutura, ao custo de 150 UPF, dessa forma sobravam 500 UPF para construção.

“Aconteceu que a casa “encurtou”. Anteriormente, as casas de um quarto foram transformadas nos embriões de 23 m² para manter o teto de 650 UPF. Mesmo dentro do PAIH a Empresa Municipal trabalhou com a renda entre 2,5 e 3 salários mínimos.” (Fala do engenheiro responsável pelo programa de habitação popular).

Geralmente, quem comprovava 2,5 salários mínimos ficava inscrito no programa. Quando se vai aos conjuntos, as pessoas reclamam do tamanho. Mas os moradores do conjunto eram esclarecidos pelos funcionários da prefeitura, quanto ao poder da renda que lhes permitir comprar um imóvel apenas naquele padrão.

Existem controvérsias, e o próprio técnico da prefeitura, admitiu-nos que teria havido exageros, as casas poderiam ser melhores em termos de acabamento, mas a questão da renda pesou bastante junto ao valor do financiamento.

Segundo nos informou o técnico entrevistado, nem a prefeitura, nem as construtoras definiam o padrão de construção. No município era feito o processo, mas a última palavra era do agente financeiro. Nenhum projeto fora aprovado sem a vistoria da Caixa Federal. O grande inimigo do município continua sendo a própria União, com a sua ingerência e “tecno-burocracia paquiderme”, dificultando a maleabilidade para dar amplitude aos recursos.

Quanto à infra-estrutura: água e esgoto, foi executada integralmente. Quanto à pavimentação ainda não, a não ser nas linhas de ônibus. No Seringueiras, a partir do momento em que o cidadão adquiria o lote, era lhe dada uma autorização para pegar uma planta popular na secretaria de obras. Com a planta popular, ele tinha o alvará e o número do lote, então ele ia ao DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto, fazia o pedido de ligação de água e esgoto com o hidrômetro.

A CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais-, fez as ligações domiciliares, à medida que eram solicitada pelos moradores. A concessão de energia elétrica é feita pela CEMIG, assim, quando vai se fazer um loteamento, a empresa loteadora solicita a autorização à concessionária, que executa ou empreita para terceiros a infra-estrutura. A partir desse início, ela emite ações para o município, isso quando existe um consumo inicial, no caso dos conjuntos habitacionais a Empresa de energia liberou ações para o conjunto, porque já tinha a rede pronta e a casa para ser habitada, portanto, havia consumo. Esse consumo significava receita para a empresa, mas, como ela não podia executar aquele serviço em virtude de nos anos 90 e 91 o orçamento para investimentos estatais ficou restrito, foi passada à iniciativa privada a execução. Nos casos de conjuntos habitacionais, ela emitia ações como ressarcimento ao município, mediante uma fórmula de cálculo do DNAE - Departamento Nacional de Energia Elétrica.

No caso dos conjuntos habitacionais as ações foram passadas para EMCOP, mas, analisando o processo, CEMIG e Caixa Econômica Federal entenderam que as ações não eram da EMCOP, mas do mutuário, visto que ele pagou a rede de energia elétrica. No financiamento do **PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação (1992)**, estava definido o valor do lote, o valor da rede de água, o valor da rede de esgoto, e da rede elétrica. Então, esse montante foi transformado em pavimentação, revertendo as ações dos mutuários em “benefícios”. Quanto à pavimentação do Seringueiras, é responsabilidade da Secretaria de Obras da prefeitura municipal, e são feitas pesquisas e se houver a adesão de 70% da população a secretaria faz o asfaltamento que será cobrado dos moradores. Nas áreas adquiridas pelo município as ações são da prefeitura.

A política de habitação do município, está direcionada para atender o cidadão nas suas necessidades: casa, terreno, “kits” de construção . De acordo com o interesse do candidato, o Pró-Lar (programa municipal de habitação popular da atual gestão (1996-2000), pretendeu atender a população de forma mais versátil, sendo exigido :

- 5 anos de moradia em Uberlândia,
- Título de eleitor local,
- Faixa salarial no teto de três salários mínimos,
- Inscrição preferencialmente para família,
- Se solteiro com filho para cuidar,

O loteamento do Seringueiras foi entregue no fim de 1992. Em 1993, as famílias

começaram a mudar-se para lá. Nesse mesmo ano a prefeitura começou a ajudar a população vendendo um *kit* de material e ajudando na construção, na verdade, foi a Prefeitura Municipal e a Diocese de Uberlândia que levaram a efeito um plano inicial de cinquenta casas, para serem construídas em mutirão, e a prefeitura estipulou dez grupos de cinco famílias, mas não foi muito positiva a experiência. O mutirão não deu certo, as pessoas não solidarizaram-se quando se trata de cooperar com o outro. Não havia uma compreensão em relação ao compromisso de contra-partida nas obras dos vizinhos, e as famílias que tiveram responsabilidade e cooperaram, ficaram prejudicadas. Os que tiveram mão de obra voluntária, depois, não queriam retribuir aqueles que os ajudaram, fugindo da contra-partida de solidariedade e uma debilidade do voluntariado.

A prefeitura diante esta situação, colocou o pessoal da EMCOP para tocar as obras. Inicialmente, a empresa entraria somente com a parte técnica, pessoal de engenharia, mestres de obra, almoxarife.

A prefeitura considerou que o melhor para essas situações fosse a “*auto-construção vigiada*”, ou seja, a prefeitura vai entregando o material por etapa de construção executada. No governo da gestão anterior (88-91) ocorreu um grave erro, o prefeito entregou todo o material aos moradores de uma só vez. Muitos venderam o material e depois a prefeitura teve que “*tapar buraco*”, comprando outros materiais para que as casas fossem acabadas, pois não poderia abandonar os moradores sem a conclusão das casas, mesmo porque isto representaria prejuízo político para a administração.

A prefeitura anterior não deu acompanhamento para os construtores e as casas ficaram com problemas de estrutura, dentre outros.

No Seringueiras, são aproximadamente 60 quadras de 40 lotes, dispostos conforme quadro a baixo.

Os loteamentos do Seringueiras estão situados na Zona de planejamento 21, que abriga dentro do Bairro São Jorge, os seguintes setores, conforme secretaria municipal de planejamento identificou como setores integrados, formando um único bairro:

Setores integrados ao bairro São Jorge ZP21	População	Nº de habitações	Aprovação do loteamento	Nº da Lei municipal de criação
São Jorge I São Jorge III	1311	337	22/04/95	6.286
	424	109	22/04/95	6.286
São Jorge III -prolongamento	1023	263	20/04/95	6.286
Residencial Viviane	1875	482	20/04/95	6.286
São Gabriel	3.789	974	20/04/95	6.286
Seringueiras, 1,2,3,	1751	450	20/04/96	6.286

Fonte:Secretaria de Planejamento do Município de Uberlândia - 1997.

A ZP-21²³ possui os seguintes equipamentos sociais:

Saúde

01- Centro de Saúde

Educação

01- Creche Educacional

01- Escola Municipal de 1º Grau

01- Escola de alfabetização

01- Escola Estadual 1º Grau

Ação social

01- Atendimento à criança

01- Atendimento à criança e Adolescente

01- Atendimento ao Idoso

Esportes

01- Poliesportivo

Segurança

01- Posto de policiamento comunitário

Equipamento previsto

01 Atendimento à Criança - creche-

Todavia identificamos que esses equipamentos sociais são insuficientes, visto que a região é espacialmente muito extensa e, para ela, tem crescido o fluxo de pessoas. Assim, a quase totalidade dos equipamentos sociais, ficam em ponto distante dos loteamentos e impõem à população dificuldades de acesso aos serviços. Para nossa investigação, o estudo do quadro urbano mostrou-se de singular importância, considerando que a geração de renda numa comunidade não pode abrir mão de minuciosa avaliação do espaço urbano, quais os recursos que são oferecidos, buscando compreender a lógica de ocupação e as características que influenciam o modo de vida e as relações produtivas entre as pessoas lá vivem.

Para atender este aspecto do trabalho estruturamos uma pesquisa na área delimitada pelos loteamentos do Seringueiras I, II, III, onde catalogamos toda a atividade econômica identificável pela observação *in loco*, sejam atividades formais ou informais. Percorremos 32 ruas colhendo os dados de 60 quarteirões, perímetro correspondente aos locais onde residem os trabalhadores que estão no grupo de geração de renda. Essa

investigação foi tabulada e se encontra na tabela abaixo. Foram apurados na análise de dados que a maior parte das atividades econômicas, são atividades informais ou sub-emprego com precarização de benefícios legais, vide tabela a seguir:

TABELA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ENCONTRADAS NO POLIEDRO²⁴ DE INVESTIGAÇÃO (por ordem de presença e natureza de atividade econômica)

CÓDIGO	AGENTE ECONÔMICO POR REGIÃO	SETORES DO SERINGUEIRAS				TOTAL
		A	Y	S	W	
BAR	BOTEQUIM, BEBIDAS E PETISCOS	10	13	06	14	43
LAR	LARANJINHA	06	04	04	03	17
CAB	CABELEIREIRO MASC. E OU FEM.	03	01		07	11
COS	COSTUREIRA	03			03	06
ELA	ELETRICISTA AUTÔNOMO	01	02	01	01	05
MAN	MANICURE	02			03	05
ENC	ENCANADOR AUTÔNOMO	02	02			04
ESP	ESCOLA PARTICULAR,	03			01	04
AÇO	AÇOUGUE E DERIVADOS DE CARNE	01	01		01	03
CRA	CARRO DE ALUGUEL	01		02		03
OFB	OFICINA DE BICICLETA	03				03
OFM	OFICINA DE MOTO	03				03
PIN	PINTOR	01		01	01	03
PRA	PEDREIRO AUTÔNOMO		02		01	03
SEC	SECOS E MOLHADOS 01 PORTA	03				03
VAI	PEQUENO VAREJO DE VERDURAS	03				03
ALU	ALUGUEL DE CASA				02	02
CRR	CARROCEIRO			01	01	02
CRT	CARPINTEIRO AUTÔNOMO		01		01	02
DGA	DEPÓSITO DE GÁS	02				02
FUN	FUNILARIA	01		01		02
FVL	FERRO VELHO	02				02
LOR	LOJAS DE ARMARINHO	01		01		02
PAP	PAPELEIRO			01	01	02
LOU	LOJAS DE 1,99	02				02
OFC	OFICINA DE VEÍCULO	01	01			02
PAS	PASTELARIA	01			01	02
SER	SERRALARHEIRO	01			01	02
SUP	SUPERMERCADO MAIS DE 01 PORTA	02				02
TEL	TELEFONE PÚBLICO		01		01	02
VID	VIDRACEIRO				02	02
AMM	MONTA-SE MÓVEIS			01		01
ART	ARTEZANATO DIVERSOS		01			01
AVO	PRODUTOS AVON	01				01
BOI	ROUPA JOVEM EM CASA				01	01
BOU	BOUTIQUE DE ROUPA JOVEM				01	01
BRC	BORRACHARIA					01
LIX	CATADOR DE SUCATA				01	01
PAQ	PADARIA E QUITANDAS		01			01
QIC	QUITANDAS CASEIRAS				01	01
SAC	SACOLÃO DE VERDURAS DIVERSAS				01	01
SEC	SECOS E MOLHADOS			01		01
SGD	SALGADEIRA				01	01
SOR	SORVETERIA				01	01
TOR	TORNEARIA				01	01

FAR	FARMÁCIA POPULAR OU ALOPÁTICA					
LAV	LAVADEIRA DE MALAS DE ROUPA					
LIV	LIVRARIA ESCOLAR					
LOJ	LJ DE TECIDO,CAMA,MESA BANHO					
MCT	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO					
RDC	RÁDIO COMUNITÁRIA					
RES	RESTAURANTE					
SFV	SELF SERVICE					
SPT	SAPATEIRO					
TCA	TEMPLO CATÓLICO	01				01
TEP	TEMPLO ESPÍRITA			02		02
TPT	TEMPLO EVANGÉLICO	01	01			02
TUB	TEMPLO UMBANDA			01		01

Identificamos uma diversidade de atividades econômicas diversificada, e várias delas não foram catalogadas na observação feita em campo, devido ao fato de não estarem identificadas nas residências por algum sinal ou placa informativa.

“Com a economia mercantil, aparecem unidades econômicas heterogêneas: o número de ramos especiais da economia aumenta e diminui a quantidade de unidades que executam a mesma função econômica” (Lênin, 1982:13)

Predominou a existência de bares, fato que geraria outra pesquisa, seguido de “Vende-se Laranjinha” e, depois, cabeleireiro. As demais atividades, em percentual no espaço, seguiram-se em ordem de presença diversificada conforme a tabela demonstra. As atividades informais e sub-emprego predomina no conjunto total.

Não há comércios sólidos devido ao baixo poder aquisitivo da população, portanto, a possibilidade de empreendimentos comerciais maiores não seria viável para quem não dispõe de capital para investimento. Notamos a ausência ou pouca evidência de atividade de alimentação, embora o destaque para bares e botequins esteja mais ligado à venda de bebidas alcoólicas e petiscos. Muitos trabalhadores e oficiais de construção civil fortalecem o setor de prestação de serviços mais precarizados e não qualificados.

As regiões A e W, densamente povoadas e apresentam um nível de atividade econômica mais presente, revelam a emergência de um possível potencial para novos negócios. Enquanto as regiões S e Y, mais pobres, são mais tímidas quanto a possibilidades de comercialização e oferta de serviços. Identificamos que, à medida que são construídas mais habitações nos lotes, há uma tendência de surgimento de atividade econômica, em pequenas “portinhas” que se abrem junto ao imóvel.

Esses levantamentos prestaram-se a auxiliar nossa investigação para estudar as possibilidades de geração de renda no espaço próximo às residências dos trabalhadores integrantes do grupo inicial de geração de renda.

Há uma rede de pequenos negócios, que na verdade, atua com receitas complementares à renda da família, há muitas casas em que a renda do comércio é a principal, não há controle contábil sobre o lucro e custo em muitos deles. Não fizemos uma avaliação técnica da forma organizacional dos pequenos comércios por fugir aos objetivos desta pesquisa. Foi demonstrado aos trabalhadores que a presença de algumas atividades comerciais poderia apresentar-se como opção bem sucedida de empreendimento comercial, mas as baixas condições de acesso ao crédito e a baixa escolarização foram fatores que se mostraram impeditivos ao sucesso da iniciativa,

acrescido também de não terem experiência profissional com a exploração dos comércios pretendidos

Procuramos nesse capítulo, demonstrar o local onde residem os sujeitos de nossa investigação do ponto de vista de seus interesses e apresentar uma avaliação do ambiente físico da comunidade e as possibilidades para abrigar iniciativas de geração de renda e emprego para o grupo de referência..

No próximo capítulo estaremos identificando o grupo de referência dos trabalhadores em atuação para a geração de renda, procurando uma compreensão da questão para pessoas livres razoáveis e racionais, em que os direitos são assegurados pela justiça e não estão sujeitos á barganha política ou ao cálculo de interesses sociais, a partir da leitura da sociedade pela ótica da justiça como equidade.

¹ Picada de Goiás- Há controvérsia sobre este itinerário . Barbosa, W.A.,(*História de Minas*.Belo Horizonte:Comunicação.1979.vo1 p.182) apresenta a picada partindo de São João Del Rei, desembocando em Araxá, Patrocínio, Coromandel e Paracatu depois Goiás. Para Silva H.(A Bandeira do Anhangüera a Goiás em 1722) e Mattos J.F. defendem a partida por São Paulo

³ RODRIGUES, Maura Afonso. Fagulhas de historia do Triângulo Mineiro.S.L.ABC Sabe. 1988 . p.3

VILA BOA DE GOIAS

CAPITAL

CAPITANIA DE GOIAS

COMARCA DO PARAGATU

PARAGATU

CAPITANIA DE MINAS-GERAIS

RIO PARANAIBA

RIO SÃO FRANCISCO

RIO GRANDE

JUIZ DE FORA

JUIZ DE FORA DO ARARIPE

JUIZ DE FORA DO RIO NEGRO

1

2

SEARA DA CANASTA

OURO PRETO

CAPITAL

SÃO JOÃO DEL REI

ESCALA 1:5.000.000

Seles dos Juizes

1: Rio

2: Desemboque

FONTE: KASUT, J.A. (Coord.), op.cit., p. 13.

⁶ SAINT HILAIRE, (Naturalista francês que passou pela região no fim do século XVIII).A. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.218

⁸CANO. Wilson, Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo:DIFEL1972, p.207

¹⁰ Ibiá, São Gotardo, Rio Paranaíba e Campos Altos

¹² Exemplos da redução dos custos de infra-estrutura com o Brasil em Ação podem ser encontrados na área de transportes. Este é o caso do corredor Noroeste (hidrovia do Madeira e BR-364), que permitirá a redução dos custos de transporte de uma tonelada de soja de US\$ 102 (via porto de Santos) para US\$ 66. No corredor Centro-Norte (hidrovia Araguaia-Tocantins, ferrovia Norte-Sul e portos de Ponta da Madeira e Itaqui), essa redução será de US\$ 87 para US\$ 38, e no corredor Leste

(ferrovia Unai-Pirapora, ferrovia Minas-Vitória e porto de Tubarão) a redução dos custos de transporte será de US\$ 62 para US\$ 38. Disponível em< <http://www.planalto.gov.br/secom/colecao/2anos1b.htm>> em 13/01/2000.



13

Imagem cartográfica do rio Madeira em Rede digital da Amazônia, <<http://www.internext.com.br/scooby/hidrovia.htm>> 14/03/2000

¹⁴ Porto de Itacoatiara, Rede digital da Amazônia< <http://www.internext.com.br/scooby/hidrovia.htm>> 14/03/2000



¹⁵ Mais detalhes do investimento do Grupo Maggi em <<http://www.enter-net.com.br/rol/especial/soja.htm>> em 13/012000

¹⁶ Censo Agropecuário para ao Triângulo Mineiro TAB. 2
- CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO MESO- MICRO-REGIÃO, E ALGUNS MUNICÍPIO
1985 1996 – Triângulo Mineiro

MESOREGIÃO	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	43.237	7002.308	3541	336.746	597	37871	2.264	151.413

MICROREGIÃO	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)
ARAXÁ	5.374	997.373	481	63.147	66	8.547	242	23.724
FRUTAL	7.884	1.345.734	739	65.215	45	3.251	432	27.638
ITUIUTABA	3.302	750.795	349	35.918	18	2.648	135	10.968
PATOS DE MINAS	9.042	757.569	306	23.048	96	4.691	552	33.187
PATROCÍNIO	7.503	969.287	349	29.250	117	6.346	415	25.855
UBERABA	2.942	713.923	266	466.307	41	4.897	133	4.481
UBERLÂNDIA	7.190	1.467.627	1.051	73.860	214	7.488	355	25.562

MUNICÍPIOS	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)
ITUIUTABA	3.302	750.795	349	35.918	18	2.648	135	10.968
PATROCÍNIO	2.241	221.496	124	6.030	27	1.042	94	3.052
ARAGUARI	1.361	176.625	71	4.517	19	859	23	895
MONTE ALEGRE	1.284	213.478	292	12.399	70	1.727	169	5.981
UBERABA	1.381	321.622	122	23.898	11	2.315	23	986
UBERLÂNDIA	1.316	330.976	251	23.397	18	438	31	5.084

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DO IBGE 1985-1996

<http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censo/31/d31_102shtm> (em 25/10/1999)

¹⁷ Censo Agropecuário de Minas Gerais (confronto de resultados)
Censo Agropecuário de 1995-1996 - MINAS GERAIS

Tabela 1. Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

Condição do produtor, Utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves	1970	1975	1980	1985	1995~1996
Estabelecimentos	454025	463515	480631	5514	496677
CONDIÇÃO DO PRODUTOR					
Proprietário	387397	41506	422 811	472 853	439335
Arrendatário	24 537	16 1497	21 618	21 521	15688
Parceiro	11 102	9 253	8 840	16335	16018
Ocupante	3098'	22 705	27 362	40779	25636
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Área total (ha)	42 009 504	44 023 333	46 362.289	45 836 654	40 811 660
Lavoura Permanente	548 556	655 363	1 135 748	1 288 913	1 188 053
Lavoura Temporária	2 993 921	3 325 458	3 637 608	4 051 197	2.984 082
Lavoura em descanso	-	183 307	900 325	589 652	748 827
Pastagem Natural	5.163 076	27 784 234	21 430 779	25 773 989	13 654 415
Pastagem Plantada	3 902 529	4 147 048	8 178 017	8 299 443	11 694 188
Matas naturais	3.681 574	4 048776	5 611 201	5.478 555	5.670 306
Matas plantadas	271 522	587 929	1 585 393	1 767 861	1 707 782
Produtivas não utilizadas	2.110881	1 870 544	1 446 583	1.137 109	1 015 748
Pessoal Ocupado	1.979 935	2 189 945	2 284 550	2 660 130	2000 046
Homens	1 472 460	1 545 718	1 687 985	1 949 325	1 439 187
Mulheres	507 475	644 227	596 565	710 805	560 859
TRATORES	19 187	22 685	49 428	60 421	89 667
EFETIVO DA PECUÁRIA	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Bovinos	15 140 493	20 022 834	19 560 399	19 983 506	20 044 616
Suínos	3 277 723	3 629 614	3 214 417	3 008 826	2 631 321
Aves (mil cabeças)	23 222	32 483	50 901	45 185	67 998

Fonte: IBGE <http://www.ibge.gov.br/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/31/d31_t01.shtm>, em 10/10/1999

¹⁸ Dados gravados em palestra do Prof. José Fernandes Flores Filho, professor de economia rural , apresentando dados comparativos no Seminário Pierro Sraffa, patrocinado pelo Instituto de Economia da UFU em Jun/98, com o Tema: O desenvolvimento regional e a dinâmica econômica triangulina

¹⁹ TAB 1.3

RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO - EM URVs – (por faixa de renda) -1996-							
BAIRROS	ATÉ 25	25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
BURITIS	0	22	77	22	11	11	143
CANAÃ	8	32	40	16	0	0	96
COPACABANA	30	30	0	90	60	30	240
DOM A	120	105	120	0	0	0	345
ESPERANÇA	126	108	126	18	0	0	378
GRANADA	0	78	156	312	39	0	585
GUARANI	360	396	1008	288	72	0	2124
INDUSTRIAL	42	84	70	7	0	0	203
LARANJEIRAS	0	195	273	39	0	0	507
MANSOUR	24	186	713	310	93	0	1550
MARAVILHA	98	84	49	7	0	0	238
MARTA	126	90	180	108	36	18	558
N.S. DAS GRAÇAS	190	140	240	140	50	0	760
OLIVEIRA	63	175	175	105	0	0	518
PAINEIRAS	39	39	273	78	0	0	429
PATRIMONIO	0	90	120	60	0	0	270
SANTA LUZIA	55	242	308	110	0	0	715
SANTA MÔNICA II	240	705	780	240	75	0	2040
SANTO INACIO	224	272	360	96	8	0	960
SÃO JORGE	44	187	165	22	0	0	418
SÃO JOSÉ	28	21	42	7	0	0	98
SATÉLITE	14	14	49	84	28	0	189
TAIAMAM	216	72	180	108	108	0	680
TANCREDO NEVES	217	155	248	93	0	0	713
TOCANTINS	360	576	720	180	0	0	1836
TUBALINA	300	180	420	330	120	60	1410
VILA MARIA	49	105	70	21	0	0	245
TOTAL	3197	4383	6962	2891	700	119	18.252

Fonte :Centro de Pesquisa e Documentação Sócio-Econômica- IE-UFU/ 1996 p.35

A renda por equivalente adulto (por faixa de renda) apresenta a faixa de distribuição da renda nos bairros pesquisados. Essa distribuição foi agrupada, o que gerou o gráfico acima, onde está demonstrado que mais de 80% da população pesquisada recebe menos de 3 salários mínimos. Os bairros listados foram identificados pela Prefeitura como bairros com possibilidades de ocorrências de famílias em condições de pobreza. A pesquisa foi realizada pelos órgãos: CEPES, UFU, PMU.

²⁰ UPF – Unidade padrão de financiamento – valor em 01/07/92 CR\$24.971,39 (valor aleatório, apenas para referência, o reajusta da UPF era diário)

²¹ Zona de processamento 21, denominação da secretaria municipal de Planejamento

nesta região urbana se situou o local onde reside os moradores que participaram da pesquisa.

²² Mansour São Jorge 4 são bairros que fazem parte do mesmo processo de loteamentos, mas não fazem parte do universo de pesquisa.

²³ Imagem cartográfica da Zona de Processamento 21 onde se encontra o Loteamento do Seringueiras, e equipamentos sociais

CAPÍTULO III

O ASSISTENTE SOCIAL E A GERAÇÃO DE RENDA: constituindo processos

3. O ASSISTENTE SOCIAL E A GERAÇÃO DE RENDA

- Identificando agentes capacitadores para o trabalho ou promotores de renda -

No capítulo anterior, apresentamos o processo de constituição do espaço urbano da comunidade do Seringueiras I, II, III, ambiente físico onde vivem os indivíduos de nosso grupo de referência. Identificamos a contextualização histórica do município de Uberlândia fundamental para compreender a dinâmica sócio-econômica do nosso universo de investigação. Abordaremos, neste capítulo, a caminhada do nosso grupo de referência, confrontando o potencial individual do grupo, para a geração de renda, e o potencial das instituições existentes no município que poderiam atender a esses trabalhadores de baixa escolarização e sem qualificação profissional. Durante o processo investigativo, procuramos identificar o papel significativo do serviço social e a necessidade desta profissão, sentida em estruturas que hoje, não mais possuem em seus quadros nossa especialização profissional, sendo que, no passado, a tiveram.

Abordar o tema da geração de emprego e renda, a partir das instituições existentes no município de Uberlândia, tendo como foco de demanda trabalhadores de baixa escolaridade e sem qualificação, foi uma opção de nossa dissertação considerando algumas faces do processo de trabalho do serviço social neste município, no que se refere à questão do desemprego e seus desdobramentos sociais para trabalhadores de baixa escolaridade e sem qualificação técnica, que, em boa parte, vieram das zonas agrícolas das regiões centrais e pobres do país e de outros estados mais distantes e periféricos, quanto ao desenvolvimento econômico.

“O desenvolvimento da economia mercantil significa, ao mesmo tempo, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola” (Lênin, 1989:15)

Conforme o processo sócio-histórico da constituição da sociedade brasileira nos demonstra, a estrutura de nossa sociedade tem herança colonial e teve sua base fora dos meios urbanos, nos primeiros anos da ocupação portuguesa; as cidades eram apêndices das regiões rurais. Nos dias de hoje, essa herança na política local ainda se faz muito forte, a mostra principal dessa presença é o alto nível de conservadorismo dos quadros políticos e a representação de classe dominante, predominantemente, no interior do Estado de Minas Gerais. Os reflexos desse processo verificam-se na dificuldade de

vislumbre de uma modernidade inclusiva para a população, permanecendo a exclusão como característica mais marcante nessa sociedade.

Para o serviço social, encontramos os assistentes sociais, progressivamente, ocupando espaços na comunidade em setores chave do campo social e político local, sendo um indicador que merece um trabalho de investigação. Não é nossa pretensão fazê-lo nesta dissertação, porém, algumas informações são importantes e merecem consideração para o conjunto da representação profissional. Na prefeitura municipal, o serviço social está presente com 183 profissionais empregados. Na Secretaria Municipal de Saúde, são 82 profissionais. Na Secretaria Municipal de Trabalho Ação Social, estão trabalhando 56 profissionais, quase todas em postos de gerência, a secretária municipal da pasta é uma assistente social e uma das professoras do curso de Serviço Social em Uberlândia. Também a vice-prefeita é uma assistente social e ex-candidata a prefeita no pleito de 1997. Só na cidade de Uberlândia há registrada a presença de, aproximadamente, 247 assistentes sociais empregados, excluindo aqueles que se formaram e estão atuando na região, graduados na escola de Uberlândia-MG.(Fonte: CRESS/Uberlândia 1999)

Acreditamos que um dos atributos históricos do serviço social como disciplina de intervenção é cooperar com a sociedade, apresentando uma atividade profissional de inclusão junto aos segmentos mais marginalizados. Nossa pesquisa nas instituições promotoras de renda e emprego busca levantar as possibilidades de inclusão desse segmento marginalizado, tomando como ponto de referência uma comunidade de periferia, onde encontramos um grupo de trabalhadores interessados em **“melhorar de vida”** por uma alternativa de aumento da renda, criação de um negócio próprio e rentável, ou capacitação profissional em algum campo de trabalho que produza a melhora da qualidade de vida¹.

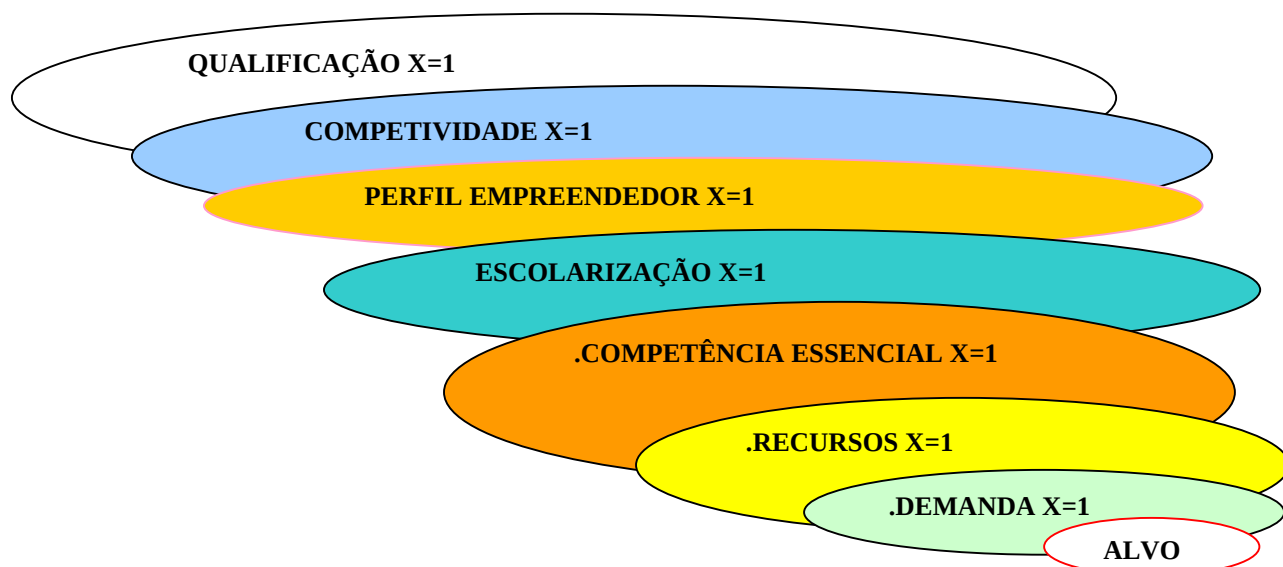
Ao chegarmos no Seringueiras em 1997, fomos recebidos com muita simpatia pelos trabalhadores do referido grupo em formação, de geração de renda. Na ocasião, estávamos atendendo a um convite da Pastoral da Moradia para intervir num processo que os populares estavam iniciando na comunidade de geração de renda.

O processo desencadeado no grupo do Seringueiras desdobrou-se em novas problematizações a serem investigadas. Metodologicamente, estabelecemos, naquele grupo, um centro de referência²: os trabalhadores desempregados, ou no sub-emprego do Seringueiras, que participavam do núcleo católico da Pastoral da Moradia. Adotamos essa microrrealidade, ponto de irradiação das contradições sociais em torno da geração de renda, e a partir daí, como referência, emergiu a necessidade da compreensão de

como funcionam os processos oficiais no âmbito do município para a capacitação de renda e emprego.

Montamos um diagrama para demonstrar os níveis de dificuldade representados por círculos de acesso, em que cada círculo corresponde ao valor **1** e, somados, representam o conjunto de dificuldades para atingir o alvo, que seria a geração de renda. Cada indivíduo, ou grupo de indivíduos, soma um determinado conjunto de círculos, conforme suas dificuldades. Estabelecemos um diagrama para visualizar o nível de dificuldade em relação aos projetos do grupo. Cada círculo, somado, apresenta um número correspondente ao grau de dificuldade. Cada nível vale uma unidade, pois todos os níveis são considerados indispensáveis, portanto, não pode haver diferenças de valoração. Quanto menor o número para cada pessoa mais difícil será a inclusão no acesso à renda ou emprego.

$X = 7 - \Sigma(y)$; Onde x = coeficiente de potencial e $\Sigma(y)$ = somatório das dificuldades (exclui-se o alvo).



São sete os níveis máximos de dificuldade, assim, quanto menor o coeficiente de potencial, maior a chance de sucesso no empreendimento.

Com base na experiência do grupo, construímos o diagrama de dificuldades acima:

Aqui estão os sete níveis de dificuldade mais interferentes nas ações do grupo, definidos em confronto com os recursos e instituições presentes no município para qualificação e geração de renda.

Para termos um parâmetro norteador da investigação, chegamos a seis **categorias de análise**, que balizaram, em nível de estrutura, o caminho dos trabalhadores na busca de suas necessidades, são eles:

- No município, os programas de qualificação e de geração de renda não atendem indivíduos de baixa escolaridade.
- A história dos trabalhadores, que não tiveram acesso a escolaridade regular e ou profissionalizante, reflete na alternativa em procurar o sub-emprego, normalmente, precarizado em seu componente previdenciário e em seguridade.
- A não qualificação técnica tem uma parcela de responsabilidade no desemprego, mas não é unicamente suficiente para gerar emprego ou renda .
- Os postos de trabalho do atual modelo de desenvolvimento econômico em transformação estão diminuindo e provocando uma inflação de mão de obra para baixo, isto é, trabalhadores que ocupavam postos no setor de indústria, serviços e comércio são expulsos pelas reengenharias de produção, e, não encontrando trabalho, voltam-se para postos ocupados por trabalhadores menos qualificados e de baixa escolaridade, que não tem onde se empregar.³
- A política de atendimento da demanda nos órgãos oficiais de incentivo à formação de empreendimentos produtivos prioriza faixas de clientes⁴ que detém qualificação e experiência, não havendo programas alternativos para empreendedores sem qualificação técnica e que desejem iniciar um negócio pela primeira vez.
- A reserva de alguns setores produtivos, alimentados por micro crédito para investimento, destinando-os àqueles trabalhadores que estão sem chances de voltar ao mercado de trabalho, ou que não tenham possibilidades de nele se realizarem produtivamente.

Adotamos como referencial que pretendemos investigar o grupo do Seringueiras, fragilizado pelo desemprego, ou seja, uma situação que atinge os “*pobres antigos*”⁵, que desejam ampliar a sua qualidade de vida mediante um emprego ou qualificação, utilizando-se dos recursos que um município pode oferecer e que gerem renda. A imigração de outras regiões, pela atração provocada propaganda de dias melhores ou possibilidades de empregar-se, são fatores intervenientes na motivação dessas pessoas, mesmo porque o nível de precarização da vida que esses trabalhadores atingiram nos

locais de origem é, muitas vezes, menor do que aquele que encontram nas “cidades atrativas”.

A partir de órgãos estatais e ou privados, e estruturas da sociedade civil existentes no município de Uberlândia, buscamos investigar a atuação dessas organizações no sentido de encontrar caminhos para auxiliar o grupo trabalhadores não qualificados e no desemprego.

Assim, conhecer os órgãos e segmentos da cidade que atuam na promoção de emprego e geração de renda foi a tarefa que se mostrou necessária logo de imediato, a partir do momento em que ficou claro que o perfil dos trabalhadores do Seringueiras estava composto de trabalhadores não qualificados, muitos vivendo de sub-emprego e com baixa escolaridade.

No levantamento realizado na área dos loteamentos, (ver capítulo II), apareceram poucas possibilidades de empreendimentos com chances de sucessos, essa avaliação, foi comentada no terceiro capítulo conforme pesquisa realizada na região geográfica onde os trabalhadores residem. Esgotado esse encaminhamento, procuramos identificar no município as estruturas que poderiam propiciar aos trabalhadores alguma forma de inclusão social pelo trabalho e identificamos aquelas mais procuradas para proceder a nossa investigação.

Numa primeira exploração, com base nas intenções dos projetos, levantamos as seguintes estruturas a serem pesquisadas, que poderiam atender aos trabalhadores do grupo de referência, considerando que essas estruturas são constituídas sob o princípio da universalidade dos programas:

SINE Sistema Nacional de Empregos
SETASCAD Secretaria de Trabalho e Ação social da Criança e do adolescente
SMTAS, -Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI – Serviço social da Indústria
SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem Industrial
CETAL – Centro Nacional em Tecnologia de alimentos
NOT – Núcleo de Oportunidades de Emprego
ONGs – Lyons Club Cruzeiro do Sul e Pastoral da Criança
CME – Comissão Municipal de Emprego
CÂMARA DOS VEREADORES do MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

3.1. SETASCAD-MG – SINE
SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE MG.
SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS

Inicialmente, aplicamos um instrumental nas Instituições que listamos acima, com a finalidade de conhecer a atuação destas no processo de qualificação e geração de renda. As avaliações serão vistas detalhadamente no capítulo IV.

Quando nos apresentamos ao SINE-SETASCAD, a diretora interina era uma Assistente social, com significativa experiência na área da assistência e atuante nas ações do SINE. A profissional estava respondendo interinamente pelo cargo de diretora regional, e apresentamos a ela o nosso projeto de investigação e a necessidade que implicava conhecer o trabalho do SINE, para identificar a possibilidade de atender à geração de renda, conforme o grupo de referência demandava. Após a entrevista, o saldo mostrou-se positivo; articulamos um campo de estágio para quatro acadêmicas de serviço social remuneradas com a bolsa escola, (Convênio do CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, no valor de um salário mínimo para quatro horas diárias de trabalho, na semana útil. Nesse estágio, duas alunas supervisionadas pela assistente social do SINE, ficaram responsáveis para implantar uma modalidade de atendimento para o trabalhador doméstico, o que foi de importância legítima para beneficiar esse segmento de mão de obra que apresentava uma demanda significativa sem um controle de otimização. Na instituição, não havia recursos humanos que pudessem implementar e operacionalizar o atendimento. Outra estagiária foi designada para acompanhar a formação de uma cooperativa de diaristas, pois esse grupo, mais diferenciado de trabalhadoras domésticas estava necessitando de um acompanhamento no seu processo de organização. Identificamos que, em 1978 foi criada uma Central de Prestação de Serviço no SINE-Uberlândia, a partir da fundação deste primeiro trabalho, por iniciativa do projeto da Secretaria de Estado e Ação Social. Assim, foi se formando um grupo de trabalhadoras diaristas que estava tentando se organizar em associação. Finalmente, desse grupo, com o apoio das ações do estágio de serviço social, foi criada de uma empresa de prestação de serviços domésticos com as trabalhadoras interessadas. Até a presente data, a estagiária está vivendo o processo de organização dessas trabalhadoras no sentido de dar uma formatação empresarial no processo.

Observando as listas de vagas preenchidas no Sistema, identificamos que algumas vagas não tinham encaminhamento e, se havia, os candidatos não eram admitidos pelo empregador. Partindo desta constatação, a quarta estagiária ficou responsável por fazer uma investigação com empresários solicitantes e candidatos encaminhados pelo sistema, para identificar os pontos de estrangulamento do processo. Foi identificado, também, um número muito grande de currículos que não eram aproveitados como informação utilizável pelo sistema, sendo necessário um estudo para possível utilização desse material como fonte de apoio para a contratação e ou o encaminhamento de trabalhadores desempregados.

Além deste espaço criado com o estágio, foi conseguida junto ao SINE, a articulação de dois cursos para trabalhadores da construção civil para o grupo do Seringueiras, um nas especialidades de pedreiro, eletricista, bombeiro doméstico e o outro em habilidades de gestão. O primeiro, veio ao encontro a uma demanda já existente no grupo do Seringueiras para trabalhadores que estavam buscando uma capacitação na área de construção civil. A iniciativa atendeu a vinte dois trabalhadores, os recursos desse curso foram patrocinados pelo FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador. A partir dessa experiência de capacitação a que os trabalhadores tiveram acesso, foi oferecido via intermediação do SINE, outra oportunidade de capacitação, que carregava conteúdos em habilidades de gestão empresarial, justamente para favorecer o desenvolvimento de uma experiência de cooperativismo na área de construção civil para os trabalhadores que participaram do primeiro curso.

“ O curso do SINE trouxe para nós uma visão melhor de como podemos organizar uma firma independente ou uma cooperativa que sempre foi meu sonho, duro é que a gente fica tão cansado no fim do dia, mas as aulas são importantes...” (Dedé- mestre de obras)

3.2. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – PROGRAMA MÃOS À OBRA

A Prefeitura Municipal de Uberlândia possui um programa na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, que atende, atualmente, a 152 pessoas/mês no município. O programa denominado “Mãos à Obra” possui ações em áreas que já foram identificadas como essenciais e condizentes com a **“demanda do mercado”**. Segundo nos informou a Secretaria de Trabalho e Ação Social:

“...este programa visa a incentivar autogestão de negócios, qualificação e requalificação de mão de obra. Conta com sete cursos profissionalizantes, e uma infra-estrutura de 35 servidores municipais e prestadores de serviços, que coordenam os cursos, perfazendo uma média aproximada de 5 servidores para cada instruendo.” (M. O. , assistente social da prefeitura, que acompanha as turmas)

Estavam incluídas no programa da prefeitura as lavanderias comunitárias. A partir de 1999, elas se tornaram independentes, desligando-se da assistência municipal. Desvinculando-se do acompanhamento da prefeitura municipal, justamente porque atingiram a maturidade administrativa. Acreditamos que esse tipo de iniciativa poderia ser muito bem aceita em outras comunidades da cidade com a disponibilidade desse tipo de mão de obra em que a demanda esteja presente para esses serviços.

Lavanderia do Bairro do bairro Tubalina

“ Nos começamos em 1980 a chefe daqui era a Dra. Norma Marques, hoje é nós que controlamos o nosso serviço, cada lavadeira tem sua clientela, uma lava e a outra passa, todas somos autônomas. Aqui trabalham seis duplas. Nós tentamos virar cooperativa mas não deu certo é muita burocracia, voltamos pra comunitária mesmo....” (Maria Aparecida, coordenadora da Lavanderia comunitária)

Lavanderia do Bairro Industrial

“Nós não somos as fundadoras, somos em número de sete, mas no início eram doze pessoas, nós não pagamos o INSS e o ISS, o governo do Estado da a energia e o DMAE libera a água. A prefeitura manda as vezes a dona Irene Ribeiro para ajudar a gente com as contas e os custo de serviço, o cliente traz e busca a roupa mas a gente tem muito prejuízo” (Sueli coordenadora da Lavanderia comunitária)

Cursos profissionalizantes da Prefeitura:

“As limitações existentes para atendimento da demanda existente se devem a falta de escolaridade para o ingresso nos mais procurados, ou pela necessidade de colocarmos no mercado, pessoas qualificadas dentro de um padrão de qualidade consideradas ideal para seu ingresso no mundo do trabalho, gerando número limitado de pessoas em cada curso.” (M.O., responsável pelos cursos)

3.3. SEBRAE- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Identificamos que o atendimento dos serviços do SEBRAE aponta para uma clientela mais experiente, desempenhando significativo papel na sociedade, com seus pacotes de serviços destinados à micro e aos pequenos empresários, inclusive, com linhas de crédito. O programa presente nas ações do SEBRAE que nos mais chamou a atenção foi o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), instituído em 1994 e mantido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O programa dispõe de linhas de crédito para financiar empreendimentos industriais, comerciais, ou de serviços na área urbana, com o objetivo de apoiar a geração e a manutenção de emprego e renda. O PROGER deve atender a micro e às pequenas empresas de porte menor, associações e cooperativas, pessoas físicas no setor informal.

O programa é implementado pelo Ministério do trabalho em parceria como seguintes órgãos :

- CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador): composto por 3 representantes dos trabalhadores, 03 representantes dos empregadores, 01 representante de Ministério do Trabalho, 01 do Ministério da Previdência e Assistência Social e um representante do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

- Comissões Municipais e Estaduais de Emprego: composta, no mínimo, de 6 e, no máximo, de 15 representantes, divididos paritariamente entre empregados, empregadores e governo.

- Entidades técnicas qualificadas para elaboração de projetos. SEBRAE, SINE, Consultorias de Empresas Juniores de Universidades e outras entidades qualificadas pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

- Banco do Brasil – Agente Financeiro do Programa.

Em entrevista gravada com o presidente da Comissão Municipal de Empregos, fizemos uma avaliação sobre o PROGER- Programa de Geração de Emprego e Renda que foi detalhada neste capítulo. Em Agosto de 1999, segundo nos informou a assistente de negócios no SEBRAE, “*uma nova cara*” estava surgindo dentro da política da Instituição. Uma iniciativa que caracteriza essa nova fase é o Projeto Despertar, que objetiva dar uma atenção especial aos empreendedores que compõe o mercado mais informal e atuam numa faixa de negócios de pequeno porte.

A partir da criação do programa federal “Brasil Empreendedor”, no qual o SEBRAE tem o papel fundamental na intermediação dos projetos e pelo qual as instituições financeiras ficaram responsáveis por receber o montante de capital para financiar os projetos. Presentemente, as Comissões Municipais de Emprego não mais estão fiscalizando a utilização do recursos que está nas mãos das instituições financeiras.

O SEBRAE, atualmente, não possui no seu quadro o profissional de Serviço Social.

3.4. SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-, é um serviço na área de ensino profissionalizante para os setores de Informática básica, Hotelaria (culinária) e Turismo, Moda e Beleza. Além de oferecer o curso de datilografia e *Office Boy*. Hoje, a instituição não tem um serviço interno que acompanhe os alunos que foram qualificados e estão ou foram empregados na especialidade para qual se capacitaram. A demanda excluída em torno de 20% refere-se a pessoas que não atingiram o conjunto dos critérios para se matricular nos cursos, que são muito concorridos, além de disporem de pouco espaço físico para mais turmas.

A empresa não possui no seu quadro de pessoal profissionais de serviço social.

3.5. FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

CETAL (Centro Nacional em Tecnologia de Alimentos)

SESI (Serviço Social da Indústria)

NOT (Núcleo FIEMG de Oportunidades de Trabalho)

A FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas, por meio das entidades SESI E SENAI, promove cursos de aperfeiçoamento e qualificação, em parceria com as Comissões Estaduais de Emprego, nas áreas: Mecânica, Elétrica, Eletrônica, Alimentos, Modelagem Industrial, Automotiva, Telecomunicações, Hidráulica, Soldagem e Construção Civil. Os cursos são dirigidos a industriários seus dependentes e comunidade, bem como à população e aos órgãos públicos. As estruturas SESI e SENAI são mantidas com uma parcela de recursos assegurados da contribuição setorial e mais a prestação de serviços de seus departamentos. O atual presidente da FIEMG, preocupado com a possível extinção da contribuição setorial, tem preocupado em atingir a auto-sustentação em futuro próximo.

O SESI possui pré-escola, que atende a crianças de 0 a 6 anos. Os currículos para educação das crianças possui aulas de informática nos cursos do Jardim I, Jardim II e o Pré-Escolar, bem como de natação e dança. Essa escola está aberta a filhos de funcionários da indústria e à comunidade local. Há uma tabela de preços para os usuários do Sistema e para a comunidade, com diferenciação de preço. São ministrados cursos especiais para empresários na área de informática, e, para interessados da comunidade, é ministrado o pacote *MS Officer*.

O Serviço Social da Indústria possui três unidades físicas no município: SESI-GRAVATÁS, SESI-MANSOUR e SESI-ROOSEVELT, atendendo ao público em geral, mas, preferencialmente, ao trabalhador da indústria, que é o setor que mantém a prestação de serviços. É atividades do SESI no setor Educação: a manutenção de unidades de berçário a pré-escola, atendendo, aproximadamente, a 400 crianças. A partir de 2001, poderão funcionar as salas de 1ª a 4ª série, que vão atender a 50 alunos. O supletivo de 1º e 2º graus atende, aproximadamente, 840 alunos. São oferecidos cursos de idiomas Espanhol e Inglês, com cerca de 1600 alunos. Na formação profissional, são oferecidos cursos de Informática com 200 alunos.

No setor esporte, são oferecidas vagas atendendo a alunos em natação, handebol, futebol, vôlei e basquete.

No setor de saúde, o SESI possui atendimento odontológico e ginecológico móvel nas três unidades, além de desenvolver atividades de ação comunitária nos bairros que solicitarem. O serviço social foi identificado por um dos administradores como uma modalidade profissional fundamental para as atividades na instituição, mas, no momento, eles não possuem esse profissional no seu quadro.

O Sistema conta com uma biblioteca interna para atender aos alunos dos vários cursos e também a demandas da comunidade. São mantidos cursos supletivos de ensino fundamental e médio que funcionam com aulas durante turnos da manhã e noite.

No SENAI, há o setor de Saúde Ocupacional e o trabalho do técnico de segurança, que atende a empresas de Uberlândia e região, bem como à demanda interna dos serviços. É prestada uma assessoria e consultoria a empresários, exames especializados, além de atender a toda a estrutura funcional do sistema. Por meio dos agentes de negócios, profissionais do sistema, são vendidos os serviços às empresas conforme a necessidade. Quanto à qualificação, são oferecidos cursos de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Levantamento Ambiental, Laudo de Ruídos, Curso de Brigada de Incêndios com inspeções periódicas. É prestado um serviço de saúde denominado PGE- Programa de Ginástica na Empresa-, com ginástica laboral nas pausas de trabalho dos trabalhadores, visando melhorar a qualidade de vida e o processo produtivo com qualidade no local de trabalho. O setor de fonoaudiologia trabalha a voz, a fala e a audição do trabalhador. Como prestação de serviço, é feita a audiometria ocupacional, em sala tecnicamente preparada. São realizados os exames de audição de trabalhadores atuando em áreas de ruído, atendendo às empresas e à comunidade. O acompanhamento dos atendidos é feito pelo Programa de Conservação Auditiva, pelo qual será monitorada a audição do trabalhador da empresa contratante. O médico do trabalho atua junto à fonoaudióloga, monitorando em nível de função os serviços, que de posse do laudo, identifica as áreas de ruído da empresa.

São cursos profissionalizantes presentemente oferecidos pelo SENAI às empresas e à comunidade:

- Curso de Manutenção em computadores, em parceria com empresa de São Paulo, parcelado em três e cinco vezes, ou à vista.

- Curso de administração financeira, curso profissionalizante ministrado por empresa parceira contratada em São Paulo, que visa capacitar o aluno para atuar nas empresas; o pré-requisito básico é 8ª série.
- Curso de modelagem industrial, que atende a empresários no setor de confecção, além dos cursos profissionalizantes formadores de mão de obra. São ministrados curso de estilistas, de modelagem, de operadores de máquinas especiais de confecção. Não há pré-requisitos para participar dos cursos. “O ideal” é que a pessoa tenha o ensino fundamental completo. Há uma prestação de serviço usando o *software* Auto-cad para o confeccionista, em nível de consultoria para empresários do ramo.
- Curso de técnico na área de administração, que habilita o “jovem” a atuar nas empresas, além de qualificar o aluno ao antigo 2º grau, e ao mesmo tempo em que lhe confere a qualificação de técnico em administração. Há também o mesmo curso aplicado a quem já possui o ensino médio completo, portanto, com carga horária menor. O curso foi trazido da Áustria para o Brasil. O estágio do aluno é mantido em empresas da comunidade, onde ele aplicará os conhecimentos auferidos durante o curso.

A folha de pagamento do Sistema “S” apresenta uma característica peculiar dos anos 90, a presença de parceiros e terceiros na estrutura da prestação de serviços. No setor de prestação de serviços, o Departamento de Atendimento ao Cliente, criado recentemente, atende às solicitações de cursos pedidos, de acordo com informações apresentadas pelas empresas e comunidade, os demandantes dos cursos. Neste setor encontra-se toda a demanda de transferência de tecnologia, atendimento sob encomenda das empresas.

O Centro Nacional de Tecnologia em Alimentos possui 97 funcionários. Operando conjuntamente ao SENAI, somam-se mais 163 funcionários, totalizando 260 empregos. O CETAL está voltado para a biotecnologia em alimentos, produtos biofermentados, como a cachaça, usando a produção do fermento selvagem. Foi estabelecida uma parceria com o Departamento de Química da Universidade Federal, que mantém dois acadêmicos em atividade de extensão. Além da cachaça, há experiência na área de leites e laticínios. Está integrado à infra-estrutura um laboratório de Físico-Química, que dá apoio ao aluno dos diversos cursos de alimentos, e, quando

não há ocupação do espaço pelas aulas regulares, o laboratório atende às empresas da comunidade com a prestação de serviço.

Das Instituições que pesquisamos, os serviços do Sistema “S”, ligados à FIEMG, foram os que apresentaram importante estruturação organizacional de prestação de serviços em volume de atendimentos, qualidade e demanda. Observamos que o serviço prestado pelo órgão atende a um usuário que está numa faixa social que permite a manutenção dos cursos, pagos, girando na faixa entre valores de menos de um até um e meio salários mínimos aproximadamente. Foram identificados 117 cursos montados. Os cursos tornam-se ativos conforme cronograma anual de demanda proveniente do segmento industrial e requisições da sociedade.

Os cursos patrocinados pelo FAT foram vinte e sete, captando R\$50.000,00 do FAT. Esses cursos não oferecem custos para os candidatos, mas os demais oferecidos pelo Sistema são todos pagos e a receita vai para o SENAI.

Hoje, o Sistema possui uma assistente social *free-lancer*⁶, que atende à empresa somente na época de matrículas novas para avaliar os critérios de bolsa de estudo.

Tabela de Cursos e Serviços

Serviços e cursos	PREVISTO/turmas	REALIZADO
Aprendizagem	220 cursos	311
Cursos Técnicos	730 cursos	1.064
Aperfeiçoamento	9.000 pessoas	9.065
Qualificação Profissional	480 cursos	629
Assistência em Tecnologia	76 cursos	201
Informações tecnológicas	600 Atendimento	408
Serviços Laboratoriais	1.500 Atendimentos	2.744
Locação de material e espaço	350 Aluguel de material	13

Fonte : Senai – Uberlândia 1999

Encerrando a apresentação do Sistema FIEMG, o Núcleo de Oportunidades de Trabalho atende aos trabalhadores demitidos da indústria que são encaminhados para qualificação e requalificação da mão de obra para serem readmitidos na indústria, atuando em convênio com as unidades do SESI, SENAI e CETAL, buscando atender o

industrial, em conformidade com a política de capacitação das indústrias locais. Este órgão oferece uma prestação de serviços importante pois atua tanto na formação básica como na profissionalizante. Não atende a outros trabalhadores de setores que não estejam ligados às indústrias .

3.6. ONGs: LYONS CLUB E PASTORAL DA CRIANÇA

A prestação de serviços do Lions Club de Uberlândia, Cruzeiro do Sul, empreendeu iniciativas de geração de renda em atividades de ação social com suas equipes de trabalho. No Seringueiras, foi efetivado um desses programas, pela Comissão Pró-Educação e Aprendizado – Projeto de Educação Gestão 98/99. Mas o trabalho empreendido pelo voluntariado do Lyons Club, com trabalhos artesanais e clube de mães, não prosseguiu, encerrando-se antes de terminar o ano de 1999.

Finalmente, a última estrutura pesquisada foi a Pastoral da Criança, que mantém 29 unidades atendimento em Uberlândia. Desses núcleos de atendimento à criança, há uma comunidade com trabalho de geração de renda no bairro Aclimação. Os produtos são vendidos na “feirinha da Emater”.

No Seringueiras, as atividades da pastoral foram restritas às atividades de acompanhamento nutricional, não havendo iniciativas na área de geração de renda.

Em 1999, haviam 18 estagiárias do curso de Serviço social estagiando nos núcleos de atendimento da pastoral da criança em Uberlândia.

No entanto, a coordenação do programa da Pastoral da Criança de Uberlândia, deseja incrementar as atuais iniciativas do órgão e, aumentar o leque de abrangência com opções inovadoras nos próximos anos com profissionais do Serviço social.

3.7.CME - COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO

Fundada em meados de 1997, a Comissão Municipal de Emprego teve como presidente o Sr. Carlos Antonio Silva, que acumulou função por estar na época como diretor do SINE, serviço ligado à SETASCAD - MG. Na época, o trabalho do Sr. Carlos Antônio foi a articulação que objetivava a implantação das CMEs (Comissão Municipal de Emprego) nas cidades da região, incluindo Uberlândia. O processo foi lento, porque não dispunha das informações claras de implantação e operacionalização das Comissões. Nesse período, o papel do Sr. Carlos Antonio foi importante devido ao desencadear do processo de estabelecimento das estruturas nos municípios, sob a responsabilidade da agência de Uberlândia em nível regional e local. A Comissão de Emprego de Uberlândia tem gestão tripartite, organizada com três conselheiros da representação patronal, três de trabalhadores e três representando o poder público. Conforme levantamos, a Comissão empossou cinco presidentes, um, representante do poder público, três, de entidades sindicais patronais, e um representante de entidades sindical de trabalhadores. A diretoria da CME está sendo presidida por um representante de entidade patronal, o atual presidente (2000-2001), representa o setor de processamento de charque bovino e assumiu em 2000. Ele apresenta como proposta de trabalho a seguinte pauta:

- auxiliar as instituições ou pessoas interessadas na formulação de projetos de geração de renda;
- encaminhar os projetos para a secretaria estadual solicitando a aprovação dos projetos;
- tentar reverter o processo rompido pela Secretaria Estadual de Trabalho, que enviou cursos desconectados das propostas nascidas no município de Uberlândia, a revelia das decisões da CME-Uberlândia.

Levantando dados históricos da Comissão Municipal, identificamos que o primeiro período 97-98 foi de implantação da Comissão. Foram priorizadas ações de promoção à geração de renda e emprego através de propostas feitas para o PROGER- Programa de Geração de Renda. Os proponentes de projetos tiveram acesso facilitado às linhas de crédito do Programa, fase em que houve expressiva demanda dos projetos apresentados. Tentamos levantar o número de empregos que esses projetos geraram ou

tipos de empreendimentos individuais iniciados junto aos agentes financeiros, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, que intermediaram as ações de empréstimos. O Banco do Brasil informou-nos que no período de 1997 e 1998, foram realizadas 11 (onze) operações, num total de R\$ 60.489,85 (sessenta mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Estes números referem-se a operações em situação regular e ainda não liquidadas (empréstimos totalmente pagos) até a presente data, portanto, esses dados não são o total das transações. Os dados da Caixa Econômica, que também intermediou empréstimos não nos foram informados, embora tivéssemos pedido por escrito as informações.

Segundo nos informou “C.”, (pessoa que encaminhou os processos), faltou um acompanhamento rigoroso na administração dos recursos que vieram do FAT(Fundo de Amparo ao Trabalhador) entre 97 e 98, havendo muita interferência na liberação de recursos, que mais obedeciam a critérios apadrinhamento entre políticos e interessados nos financiamentos. Em razão desses problemas, vários financiamentos atendiam muito pouco a iniciativas de emprego e renda para trabalhadores em empreendimento próprio, e mais, foram direcionados a capital de giro de alguns dos proponentes, e há caso em que, inclusive, não havia nenhuma ligação do empréstimo com projetos de renda. A inadimplência desses proponentes veio a agravar a situação em fins de 1998. Em início de 1999, já não havia mais recursos sendo liberados, comprometendo a linha de crédito para futuros negócios. Contou-nos “C.” que ele, pessoalmente, foi visitar um dos proponentes e, no endereço que deveria ser da referida empresa tomadora de empréstimo, constatou-se que era uma empresa fantasma. Não houve por parte das instituições financeiras um acompanhamento desses projetos, e, considerando a cláusula de sigilo bancário, as informações dos clientes que propuseram empréstimos não ficaram na CME, os projetos ficaram nas Instituições Financeiras, portanto, dificilmente poderia a Comissão fazer uma fiscalização eficaz no desenvolvimento das iniciativas.

“C.”, na entrevista, informou-nos que outra dificuldade era compreender o grande volume de informações na normatização oficial que gesta o PROGER, dificultando o trabalho da Comissão na fiscalização. Esse processo burocrático impede a transparência na cessão dos recursos, e fragiliza a participação da Comissão.

Informou também que, na modalidade de formação de mão de obra, 96 e 97, muitos do recurso que chegavam a Uberlândia foram para o Sistema “S”: Senac-Senai-Sebrae-Sesi.

Para o ano 2000, o recém criado programa do governo federal, BRASIL EMPREENDEDOR, em outubro de 1999, disponibilizará as ações de negócios

diretamente com os bancos financiadores e projetos de trabalhadores e empresas. Não será mais necessária a participação da CME, intermediando as propostas. A Resolução 227 do CODEFAT é a responsável por essa exclusão da CME como fiscalizadora dos financiamentos dos projetos. Os proponentes passam seus projetos diretamente ao agente financeiro, após uma assessoria do SEBRAE, os financiamentos incluem capital de giro. Os recursos do Programa estão orçados em 8 bilhões de reais disponíveis nas instituições financeiras credenciadas. Porém há denúncias de que os Bancos credenciados, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, estão vinculando empréstimos do PROGER a linhas de empréstimos do banco, priorizando apenas seus clientes. Esses bancos estão cobrando 1% sobre empréstimos de projetos apresentados dentro do programa Brasil Empreendedor, fato que é ilegal. Estes depoimentos foram apurados com pessoas que passaram pelas CMEs e com candidatos a empréstimo que pediram sigilo de suas identidades.

3.8. CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Conforme levantamentos que fizemos na Câmara dos Vereadores⁷, a partir dos últimos dois anos de exercício legislativo, período em que estivemos desenvolvendo a pesquisa de geração de renda no Seringueiras, observamos, pelo acompanhar de pesquisas nacionais, o acentuado agravamento do desemprego em todo o País.

A partir das iniciativas do legislativo uberlandense, investigamos os projetos dos vereadores que promoveriam o emprego, seja por meio da qualificação ou de propostas de geração de renda, bem como eventos e promoções correlatas ao assunto, objetivando a provação de projetos que envolvam a questão do desemprego.

Da pesquisa realizada nos registros da Câmara, foram contados 34 registros, no período de janeiro de 1997 a dezembro de 1999, de vinte nove projetos de lei, leis municipais, Leis complementares e eventos ligados ao trabalhador. Contou-se que 5 registros beneficiam diretamente empresários, todos aprovados e de autoria do prefeito municipal. Dos 34 projetos apresentados contou-se 13 que **não** foram aprovados a favor dos trabalhadores, quase na totalidade, criados pelos vereadores de oposição ou de partidos de centro, além de mais 6, que contemplam os interesses dos trabalhadores, que foram aprovados, quase todos de partidos que **não** são do governo(PPB). Interessante notar que, dos 34 projetos, só o prefeito é responsável por 14 projetos, evidenciando uma forte presença do executivo e uma massiva composição com o legislativo. Dos partidos de oposição, foram contados 15 projetos, apenas 2 foram aprovados.

Finalizamos aqui o relato da averiguação realizada nas estruturas de análise da pesquisa. Estruturas do município que identificamos como os principais vetores de formação de mão de obra e geração de renda para o público preferencial de nossa investigação, ou seja, a mão de obra não qualificada, com baixa escolaridade, tendo como referência o grupo de desempregados do Seringueiras. Propusemo-nos a avaliar essas estruturas presentes na cidade, objetivando identificar a prestação de serviços que elas oferecem em relação à promoção da geração de renda e ou à qualificação de mão de obra no município. Existem outras iniciativas com a finalidade de prestação de serviços na qualificação de mão de obra e geração de renda, mas nossa investigação se prenderá aos órgãos e setores identificados pela população em consulta realizada no terminal de transporte coletivo urbano.

Apresentamos, neste capítulo, uma radiografia da prestação de serviços das instituições identificadas pelo grupo de referência e por outros trabalhadores. No capítulo IV, estaremos expondo o resultado das avaliações destas estruturas consultadas.

A partir dos contatos com os trabalhadores no Seringueiras, dois grupos emergiram interessados no processo de geração de renda e qualificação. Veremos, agora, os projetos do grupo do Seringueiras. Na verdade, dois grupos se formaram: o primeiro apresentou projetos individuais e o segundo conseguiu reunir-se em torno do objetivo de uma cooperativa de construção civil. Foram confrontados os projetos com as instituições da cidade, para medirmos a possibilidade de acesso e adequabilidade dos programas.

3.9. GERAÇÃO DE RENDA COM GRUPO DE TRABALHADORES

Conforme o projeto de pesquisa, ficou proposto o estabelecimento de um grupo de referência em uma comunidade local, pelo qual as pessoas estivessem interessadas em desenvolver iniciativas para a geração de renda e ou qualificação para o trabalho. Estabelecemos contato com um grupo de leigos da Pastoral da Moradia – Catedral Sta. Terezinha de Uberlândia. Na ocasião, falamos-lhes da nossa proposta de apoio e pesquisa ao projeto. Interessados ficaram em apresentá-lo aos populares ligados as ações da pastoral da moradia. Estes religiosos, expuseram o projeto aos paroquianos no loteamento do Seringueiras, que se manifestaram interessados que lá fossem desenvolvidas as ações de geração de renda. Conforme depoimento do líder comunitário local:

-“estamos cansados de ficar recebendo cestas de alimentos, queremos ter nosso dinheiro para comprar os produtos que necessitamos, isso não é o certo para todo mundo?”⁸

A intenção do líder comunitário era montar uma cooperativa de trabalho para os trabalhadores para um pequeno grupo de interessados da comunidade. Conversando individualmente com cada pessoa, identificamos que havia uma diversidade muito grande de habilidades profissionais e que, na verdade, não havia condições apropriadas para estruturar a cooperativa de trabalho com tanta diversidade de habilidades diferenciadas.

Apresentamos a sugestão de, individualmente, o grupo desenvolver trabalhos que cada um tinha como habilidade, associando o que sabiam fazer a projetos de trabalho, já que a intenção de montar a cooperativa era mais uma idéia do líder comunitário, naquele momento, diferindo da vontade do restante do grupo, que era muito heterogêneo do ponto de vista de habilidades profissionais.

Inicialmente, procuramos conhecer as expectativas e aspirações individuais sobre as propostas de trabalho e sobre o cotidiano profissional de cada um dos participantes. Foi planejado um roteiro de etapas para o levantamento de informações básicas:

- Identificação individual dos participantes. Um procedimento que não está sendo muito utilizado pelo serviço social, e que nos foi útil seguiu-se ao “estudo de caso” atualmente com a nomenclatura de diagnóstico social, para fazer um diagnóstico individualizado, em que foram levantadas as aspirações e habilidades profissionais.
- Identificação econômica na área onde estavam residindo as pessoas do grupo, buscando apurar as possibilidades de uma atividade econômica viável, conforme potencial de cada um e necessidades locais.(ver capítulo II), mediante atividades econômicas existentes no bairro que poderiam ser lucrativas, explorando as que poderiam ser potencialmente bem sucedidas por meio de suporte com uma pesquisa local, identificando os melhores negócios.
- Reuniões com os interessados para tratar dos projetos que surgiram por parte dos trabalhadores do grupo⁹ do Seringueiras.
- Acompanhamento das iniciativas que eram fruto da iniciativa individual.

Estabelecemos um escalonamento de dificuldades para mensurar as dificuldades dos trabalhadores na geração de renda. Para tanto, identificamos sete níveis básicos de dificuldades comuns (vide pág.118), os quais podemos observar e fazer a avaliação de

possibilidades do trabalhador. Cada nível corresponde ao valor de uma unidade. De acordo com a magnitude do negócio, os níveis podem ir aumentando ou diminuindo, sempre tendo como referência o potencial do proponente e a magnitude do empreendimento na realidade concreta.

NÍVEIS DE PROBLEMAS BÁSICOS (conforme o contexto dos sujeitos)

- **Qualificação** para o empreendimento (dominar o conhecimento para a produção pela experiência adquirida na vida ou por processos de escolarização profissional)
- **Competitividade** (se o produto possui outros fabricantes, é necessário que haja um fator de diferenciação do produto, dando-lhe um status de competitividade no mercado)
- **Perfil empreendedor** (não basta querer produzir algo, é necessário que o fabricante ou prestador de serviço tenha habilidades no campo comercial para articular as estratégias de venda, comercialização, emprego de técnicas de marketing de baixo custo, explorando os valores morais que atraíam seu cliente.)
- **Escolarização** mínima para o empreendimento
- **Competência essencial** (característica particular, vocacionamento natural, característica da personalidade individual, associação entre o prazer de fazer e a habilidade do indivíduo)
- **Recursos materiais , financeiros** (dinheiro para investimentos)
- **Demanda** (Deve haver no mercado espaço para a realização comercial do produto)

Não existe uma ordem de prioridade, pois cada nível de dificuldade representa, para o empreendedor uma barreira a ser vencida para o sucesso da empresa. Os níveis que foram levantados em número de sete são o resultado de avaliações feitas entre os indivíduos de uma comunidade que pretendiam desenvolver oportunidades de negócios próprios visando à geração de renda. Esses níveis devem ser aplicados na fase de formação do projeto. Outros medidores deverão ser criados posteriormente, para avaliar o desempenho das ações da empresa, não sendo para este momento intenção deste trabalho.

O primeiro grupo foi composto das seguintes pessoas e seus objetivos respectivamente:

NOME	PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA	NÍVEL DE DIFICULDADE	$X=7 - \Sigma(Y)$ POTENCIAL
1-Jose Antonio-(Dede)	Uso do software Auto-cad na leitura de plantas de edificações. E montar uma cooperativa de serviços para os trabalhadores do grupo	Qualificação Recursos materiais 2	5
2-Antonio	Horta de verduras	.Demanda Competitividade 2	5
3-Graça	Sorveteria caseira	.Qualificação Recursos materiais .Competência Essencial 3	4
4-Fátima	Adquirir um <i>freezer</i> para ampliar o serviço que já tinha de salgadeira	Recursos materiais 1	6
5-Maria José	Aumentar a freguesia de salgados pré-cozidos para venda em bares próximos	Recursos materiais 1	6
6-Suzi	Costurar saquinhos em algodão cru para venda em Supermercado com motivo ecológico de suprimir os saquinho de plástico, poluente ambiental.	Demanda Competência essencial 2	5
7-Regina	Desenvolver habilidades com pintura em gesso , Lembrancinhas para batizado , chá de panela, chá de berço em gesso.	Recursos materiais Qualificação 2	5
8-João “o eletricista”	Eletricista de construção civil em busca de uma qualificação.	Qualificação Recursos materiais 2	5
9-Francisca	Montar um salão de massagens	Qualificação, Recursos materiais, Escolarização, 3	4
10- Gildete	Montar uma creche particular para cuidar de crianças no bairro.	Qualificação, Recursos materiais, Espírito Empreendedor, Escolarização, 4	3

A partir deste primeiro grupo, articulamos a intervenção no sentido de atender aos interesses desse grupo em torno da geração de renda. Na avaliação individualizada,

constatamos que as possibilidades de renda nas intenções propostas, traziam uma série de dificuldades e de uma ou de outra forma, tornavam inviável o projeto.

Em avaliação junto a esses trabalhadores, foi notório que a baixa escolaridade, o desconhecimento de procedimentos técnicos de trabalho, a dificuldade de acesso a recursos financeiros, a ausência de domínio das informações na legislação, foram fatores impeditivos do sucesso dos projetos. Atendendo à demanda inicial do grupo, desencadeamos algumas iniciativas:

Conseguimos, junto ao arquiteto da Universidade Federal de Uberlândia, um estágio informal para programa *Autocad*(*leitura de plantas*), apenas para que o José Antonio pudesse iniciar os seus primeiros passos no sentido de compreender o funcionamento do software. Mas as dificuldades que ele enfrentou foram tão grandes que ele desistiu, concluindo que, sem ter um microcomputador, não seria possível um aprendizado eficaz.

Antonio logo abandonou o grupo, não se interessando mais por ter conseguido um emprego de servente de pedreiro, após mais de oito meses desempregado.

A Graça estava muito animada em fazer uma sorveteria em sua garagem, mas desanimou com os custos que teria com montagem do maquinário, sem contar que teria de ter um retorno rápido, pois não poderia deixar suas atividades domésticas, que lhe asseguravam um salário mínimo ao fim do mês. Ficou-lhe a dúvida se o arriscar na sorveteria poderia ser mesmo uma boa alternativa de renda.

Sobre os salgados da Fátima, que eram vendidos para bares, faltava o recurso para adquirir um *freezer*, que potencializaria seu negócio.

Os interesses da Maria José eram no sentido de fazer maior divulgação dos seus produtos para aumentar sua freguesia, também de salgados. Mas fizemos uma avaliação com ela em relação aos investimentos que ela teria de fazer para dinamizar seu empreendimento e ela concluiu que os recursos de que ela dispunha eram insuficientes. Maria José não mais continuou no grupo, desistindo de continuar nas reuniões.

Para atender a Suzi procuramos o empresariado local de supermercados a possibilidade de colocarmos os saquinhos de tecido vendidos (sarja) a cinquenta centavos, a fim de não usar o tradicional saco de plástico para transportar as compras de supermercado. Tentamos contatos com firmas de publicidade, contatos do setor de supermercados, e os esforços foram infrutíferos, primeiramente, devido ao processo de burocracia envolvendo a legislação comercial, a inviabilizar a iniciativa, apesar de viável pelo seu aspecto educativo e solidário, mas com empecilho na forma de operacionalização.

Com atividade de pintura em gesso, Regina iniciou uma experiência de aprendizado em uma loja de artigos para presentes. Conseguimos algumas “madrinhas”¹⁰, que lhe custearam as primeiras aulas na loja-escola, e o material para aprendizado, tintas e peças de gesso. Foi um resultado positivo, pois ela possui muita habilidade e logo se destacou. Continua pintando imagens e peças de enfeites, mas esbarramos no problema de capital para comprar o material e começar sua lojinha de artesanatos em gesso.

O interesse do João era de se capacitar para os serviços de eletricitista, na prestação de pequenos serviços em consertos e serviços em construção civil. Não conseguimos um curso nessa fase do trabalho, pois, na cidade, não havia nenhuma empresa treinadora que oferecesse essa modalidade de qualificação, nem privada ou com recursos subsidiados. Esse caso será abordado no capítulo IV, em que trataremos as possibilidades de qualificação de mão de obra oferecidas na cidade.

Em atividade de massagem, Francisca tentou montar um salão de massagens, mas o projeto não conseguiu prosseguir pelos motivos como falta de recursos financeiros para custear o investimento e a ausência de um preparo técnico especializado que demanda um alto custo de treinamento.

Francisca quis iniciar a fabricação de lingüiça defumada conforme instruções que levantamos junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, usando o manual de defumador caseiro, que consumia serragem de madeira como ingrediente de combustão. Ela ainda não conseguiu fazer o defumador devido a problemas financeiros, embora o empreendimento não seja de custo elevado, a família de Francisca está com muitas dívidas.

Gildete tentou montar uma creche particular, mas os empecilhos foram tantos que ela desistiu, legislação da criança e adolescente, exigências legais da prefeitura, entre outros problemas. Um fato que há muito se comprova é a prática de mães que vão de trabalhar e deixam seus filhos pequenos com pessoas no bairro em troca de pequenos valores previamente combinados. É notório que a responsabilidade de criação de creches públicas é responsabilidade dos governos, mas sabemos que o poder público não consegue montar o número de equipamentos sociais necessários à demanda da população. Assim, como se vê na figura 01¹¹, a prática de **“cuidar de criança”** é comum nas comunidades de periferia, onde há muitas famílias mononucleadas, sem creches públicas, portanto, a mãe jovem com sua criança não tem outra alternativa senão deixar os filhos com alguém que possa “olhar a criança” no período de trabalho.

A partir deste grupo, o núcleo de geração de renda viveu um momento de poucos sucessos, e constatamos que as causas basilares das dificuldades e barreiras estavam centradas em problemas conjunturais manifestos na questão da baixa escolaridade, não acesso a crédito e desqualificação profissional. Acresça-se a estes fatores outros também interferentes na realidade dessas famílias. Esses trabalhadores para poderem se dedicar a uma atividade única, buscando a geração de renda, tinham também pesando a responsabilidade de manter o núcleo familiar, o que já pressupunha uma quantia de retirada mensal para a manutenção de suas necessidades básicas. Portanto, o risco, próprio da incerteza econômica, não é uma variável que possamos ignorar para qualquer empreendimento produtivo, e, que nos casos em questão, inviabilizam o empreendimento, pois não há como não correr riscos.

Esses trabalhadores já acumulavam uma história de precarização de sua vida profissional por serem parte de uma classe social que vive de bicos e baixo assalariamento. Transformá-los em “empresários” ou autônomos, como preconiza a ideologia do sistema, é absolutamente inviável. Interpretando os sonhos de cada um, identificamos uma aspiração ideologizada pelo sistema segundo o fetiche de que “mercado recebe a todos” com oportunidades sempre alcançáveis aos que procuram. Conforme Robert Castel¹² cita, referindo-se aos excluídos do sistema :

“(...)eles exprimem um modo particular de dissociação do vínculo social, que chamarei a desfiliação. (...) as populações suscetíveis de destacar intervenções sociais estão não somente ameaçadas pela insuficiência de seus recursos materiais como também fragilizadas pela labilidade de seu tecido relacional; não somente em vias de pauperização mas também em processo de desfiliação.”

Posterior a essa primeira fase, que não trouxe resultados animadores, um grupo de trabalhadores da construção civil procurou-nos com intuito de conseguirem um curso que os qualificasse para o trabalho na construção civil. Iniciava, a partir dali, um segundo momento que nos propiciou melhores resultados

Fazendo parte dos levantamentos da pesquisa, estávamos entrevistando a diretora do SINE-SETASCAD - (SISTEMA Nacional de Empregos – Secretaria de Trabalho e Ação Social da Criança e Adolescente). Na ocasião, havia chegado um recurso do Estado do FAT (Fundo de amparo ao Trabalhador) direcionado ao setor de qualificação para a construção civil. A partir desse contato, montamos o projeto, que foi aprovado em Belo Horizonte. O curso contemplou 27 trabalhadores do Centro Comunitário Dom Estevão¹³, no Seringueiras, além de ter otimizado um projeto da Pastoral da Moradia, que aplicará a

parte prática do curso nas casas dos próprios moradores do local. Ganharam os trabalhadores e alguns moradores que estavam sem teto.

Sempre entendemos que uma ação voltada para a geração de renda não está dissociada de outras faixas de idade, ainda não trabalhadora, mas que, possivelmente, em futuro próximo o serão. A partir daí, com o apoio voluntário de um astrônomo amador desenvolvemos um “Clubinho de Ciências” cujas, as crianças participantes, por meio de eleição interna, batizaram-no com o nome de Clubinho de Ciências Cecília Meireles. No Clubinho, as crianças interagem conhecimentos de física, química, biologia, matemática e astronomia e relações sociais. O objetivo deste trabalho é deixar na experiência vivencial das crianças um estímulo ao interesse futuro em áreas do conhecimento científico absorvido pelas profissões atuais que mais geram postos de trabalho.

Como trabalho do Clubinho, as crianças¹⁴ já montaram um telescópio astronômico¹⁵ com sucata, sob a orientação do professor Roberto Silvestre, além de diversos experimentos de física química e matemática. As crianças estão na faixa de 11 a 17 anos e tem uma frequência boa nas seções, que são quinzenais. Com a vinda de estagiárias do Curso de Serviço Social, esse trabalho tende a se expandir com a concessão de uma área para a construção do Laboratório do Clubinho.

A geração de renda, que está se sendo investigada no Seringueiras, segue a uma lógica nascida das necessidades emergentes desses trabalhadores. Se adotarmos a primeira iniciativa interventiva conforme o primeiro grupo (vide pág.137), há um hiato entre as demandas por eles apresentadas e os meios que a eles estão acessíveis, para tanto, fizemos uma investigação nos processos de qualificação de mão de obra e programas de geração de renda encontrados no município de Uberlândia, objetivando identificar possíveis recursos.

Estaremos estudando estes dados no Capítulo IV, quando faremos uma avaliação dessas estruturas e da prestação de serviço oferecida ao nosso primeiro grupo de referência.

Notas de Fim de Capítulo

¹ Qualidade de Vida refere-se à condições concretas ou não, presentes na existência cotidiana e responsáveis pelo bem estar individual, familiar, comunitário e societário (Qualidade de vida do trabalhador : o desafio da construção de índices. Org. Ferlauto A.M & Kern F.A. Linha Editorial-SESI: Porto Alegre. 1997)

² Centro de referência: Esta expressão para os termos desta dissertação, será entendida como o espaço social composto por trabalhadores em busca de geração de renda ou capacitação profissional, residentes no loteamento Seringueiras, contextualizados no município de Uberlândia, buscando a prestação de serviços de instituições que capacitem ou ofereçam condições para geração de renda. A partir do Centro de referência, procuramos sentir as motivações das pessoas em busca de suas necessidades, para fazer uma relação da microrealidade local com a macro realidade do ponto de vista da justiça social entendida como justiça como equidade estabelecida para sociedade mais justa.

³ *“Todas as revoluções tecnológicas industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiam obter, com menores custos, os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão humana.”* (Singer, 1998: 16)

⁴ Clientes – nome dado aos cidadãos atendidos pelo SEBRAE

⁵ Pobres antigos- expressão usada por Paul Singer p.11 designando aqueles que há décadas vivem de bicos e subemprego, comércios sazonais, ambulantes, e prestação de serviço que não exige qualificação.

⁶ Assistente social *free lancer* , é a denominação dada a profissionais contratados por tempo determinado para prestação de serviço temporário, em atendimento a demandas específicas.

⁷ Projetos que identificamos na Câmara dos Vereadores do município de Uberlândia, ligados a geração de renda ou de qualificação profissional:

PROJETO	TEMA DO PROJETO	VEREADOR PARTIDO	A*/R*	DATA
010/97	Altera a Lei 4.678, que estabelece a gratuidade do transporte coletivo para idosos acima de 65 anos	Aniceto Ferreira PT	R	
011/97	Criação do imposto territorial progressivo	Aniceto Ferreira PT	R	
061/97	Concede isenção de ISS e IPTU à CASEMG	Prefeito Municipal – PPB	A	10/07/97
100/97	Vetando a suspensão do fornecimento de água ao desempregado	Renato Bouças	R	
146/97	Abre crédito especial para pequenos e médias empresas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Prefeito Municipal PPB	A	28/11/97
002/97	Cria cargos para professor do magistério	Prefeito Municipal PPB	A	10/03/97
006/97	Cria cargos na FERUB	Prefeito Municipal – PPB	A	10/03/97
015/97	Estabelece o sistema de Taxas do município	Prefeito Municipal – PPB	A	12/12/97
018/97	Estruturação do Plano de Cargos e Carreiras da FUTEL	Prefeito Municipal PPB	A	05/12/97
0121/97	Extingue cargos da secretaria de Transportes	Prefeito Municipal PPB	A	05/12/97
230/98	Concessão de incentivo à empresa, convênio CDI, Lei 7109	Prefeito Municipal PPB	A	
247/98	Regulamenta o comércio do Camelo e ambulante	PPB e outros		
250/98	Institui o CONDETUR- Conselho de Desenvolvimento do Turismo, Lei 7097	Luiz Carlos	R	
251/98	Estabelece normas para comércio dos alimentos que especifica	Renato Bouças	R	
258/99	Dispõe sobre cargos e empregos públicos reservados a prestadores de deficiência física. Lei 7142	Aniceto Ferreira PT	A	23/06/98
267/98	Dispõe transporte coletivo aos aposentados	José Corsino	R	
278/98	Crédito para o sindicato rural Lei 7136	Prefeito Municipal	A	20/05/98
320/98	Obrigatoriedade do Cardápio em Braille Lei 7170	Misac Lacerda PMDB	A	10/09/98
324/98	Obriga agências bancárias a colocar à disposição dos usuários , pessoal suficiente no setor de caixas para o atendimento seja efetivado em tempo razoável Lei 7.388	Renato Bouças	A	10/09/98
333/98	Armazenamento de Agrotóxicos	Felipe Attiê	R	14/04/98
350/98	Normas para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros do município de Uberlândia	Carlos Alberto	R	
367/98	Transferência ao SENAC R\$5.100,00 Lei 7.202	Prefeito Municipal PPB	A	
049/98 LC	Instituição do RJU do Servidor Municipal LC 203	Prefeito Municipal PPB	A	23/12/98

465/98	Isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos pela administração direta e indireta do município	Em tramitação Geraldo Rezende Jr. PMDB		07/04/99
479/99	Código de saúde do município de Uberlândia introduzindo normas para fabricação de pão e outros produtos	Felipe Attiê	R	14/04/99
513/99	Fixa a remuneração mínima de servidores da Adm. Direta, autárquica e fundacional em R\$272,00 Lei 7.307	Prefeito Municipal PPB	A	03/08/99
516/99	Concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos	Misac Lacerda PMDB	R	
512/99	Institui o programa de incentivo ao trabalho e requalificação profissional do Município de Uberlândia	Liza Prado PC do B	R	01/06/99
530/99	Institui o Programa Educacional de Tecnologia da Informação PETI no município de Uberlândia Lei 7.327	Aniceto Ferreira PT	A	29/06/99
553/99	Proíbe a utilização do sistema de auto-serviço para o abastecimento de veículos do Município de Uberlândia	Aniceto Ferreira PT		02/08/99
561/99	Cria o serviço de orientação ortográfica	Liza Prado PC do B	R	05/08/99
564/99	Institui o serviço de informação sócio-econômica municipal	Liza Prado PC do B	R	06/08/99
567/99	Revoga a lei 5.021 de 01.02.89 que fixa normas para a concessão de desconto e isenção nas tarifas de transporte coletivo Lei 7396	Prefeito PPB	A	12/08/99
572/99	Cria o sistema de monitoramento e análises físico-bacteriológico de metais pesados e dá outras providências	Aniceto Ferreira Em tramitação PT		
622/99	Autoriza a concessão de incentivo a empresa Center Shopping	Prefeito Municipal PPB		
664/99 PL	Desafeta do domínio público e autoriza o município de Uberlândia a parcelar e alienar os imóveis que especifica à população de baixa renda através do Pró- Lar	Prefeito Municipal PPB	A	08/12/99
063/99 LC	Extingue o FUNDECOM e cria cargos para a SMTAS	Prefeito Municipal PPB	A	06/05/99
047/99	Autoriza a Câmara Municipal a promover o Debate : Crise e Desemprego – As fontes de Trabalho: Uma das propostas emergenciais e dá outras providências	Mesa Diretora PC do B Liza Prado		25/05/99

Fonte : Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Uberlândia 1999.

*A – Aprovado

*R - Retirado

⁸ Transcrição das palavras do Dedé – José Antonio, líder comunitário de Centro Comunitário Dom Estevão do Seringueiras.

⁹ Definição de “Grupos” – (...) os únicos processos válidos são os de serviços social de grupo e de comunidade para organizar grupos, que, “conscientizados”, (aspas são minhas) possam fazer pressão com o propósito de conseguir mudanças que não podem realizar por si mesmos, (entendo o “si mesmo” como sozinhos) p.192 Vieira.B.O.

¹⁰ Madrinhas – Pessoas que, voluntariamente se comprometeram, durante o curso, manter as despesas da Regina com material, transporte e honorários do professor.

¹¹ Figura 01(crecheS.tif) Observar na placa de anuncio: “Cuida-se de criança”



¹² Da indigência , à exclusão, a desfiliação. Castel, Robert p22,23

¹³ Centro Comunitário Dom Estevão Avelar. Quando iniciamos em 1997, a aproximação com a comunidade de Seringueiras o grupo católico se reunia em um barraco. A esse tempo , num segundo momento, já haviam sido construídas três salas amplas com infra estrutura para atendimento da população.



Crianças no clube de ciências com a luneta astronômica e a Fita de Möbius, experimento de matemática, dentre outros.

¹⁵ Referência de pesquisa do Professor Canalle –Oficina de Astronomia – UERJ- Instituto de Física. <wysiwyg://http://www.geocities.com/CapeCanaveral/2939/telessa.htm> em 29/01/1999.

CAPÍTULO IV

Avaliando levantamentos: ...uma análise de oportunidades

4. “TIRANDO LEITE DE PEDRA”...

Para identificar possíveis lugares reconhecidos pelos trabalhadores não qualificados de baixa escolaridade, dirigimos-nos a pontos de parada do transporte coletivo em regiões suburbanas, levantando, junto aos usuários do serviço, o número de anos de escolaridade e onde, no município, a pessoa abordada procuraria uma maneira para capacitar-se profissionalmente e/ou procuraria meios para estruturar um negócio próprio. Fizemos essa abordagem aleatoriamente com as três primeiras pessoas que chegassem no ponto escolhido dentro do bairro, em 10 bairros de periféricos.

Em setores distintos, ponto de ônibus, na região de periferia, buscamos levantar, entre as pessoas, quais os órgãos capazes de qualificar para o trabalho e/ou para montar um negócio autônomo com a finalidade de gerar renda. Foram também entrevistados líderes comunitários e representantes de trabalhadores, e, finalmente, fizemos essas perguntas aos indivíduos que se reuniram no grupo do Seringueiras.

As instituições mais citadas são as identificadas no capítulo III e, agora, passaremos à avaliação confrontando as propostas dos trabalhadores e o que realmente as instituições conhecidas podem oferecer, tomando por base o grupo do Seringueiras, que, metodologicamente, é a referência de demanda que nos interessa.

Desenvolver uma investigação sobre o tema ingrato como é a geração de renda ou a promoção do emprego, numa realidade de população pobre e pouco escolarizada, mostra a ferida exposta da questão social, de longa data presente no capitalismo latino americano. É, para nós, um arrojado desafio investigativo em serviço social, nem por isso, estar atuando com um público que, para a ideologia dominante, “*não vale a pena*”, deixa de ser importante para a trajetória do serviço social, que sempre se viu à frente de difíceis paradigmas da contradição capitalista no contexto sul-americano. Esse juízo pejorativo em relação ao “usuário”¹ é reproduzido no senso comum, conforme identificado por Hannah Arendt, em todo o seu libertarianismo peculiar, que referindo-se ao juízo sobre o outro nos diz:

“ No momento em que desejamos dizer quem alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer o que esse alguém é; enleamos-nos numa descrição de qualidades que a pessoa necessariamente partilha com outras que lhe são semelhantes; passamos a descrever um tipo ou personagem, na antiga acepção da

palavra, e acabamos perdendo de vista o que ela tem de singular e específico”
(Arendt,1997:194)

Essa preocupação saltou-nos à observação, quando, ao investigar as oportunidades de trabalho para trabalhadores sem qualificação e de baixa escolaridade, reconhecemos os brasileiros integrantes da mesma sociedade excludente, na qual os “qualificados” são uma parte cada dia menor, em que, mais tarde, esses poucos também, poderão ocupar um lugar na exclusão. As validações entre os homens, quando estabelecidas pelo critério do “*que esse alguém é*”, apresentam a exclusão do outro como critério de escolha, portanto, não equânime, não moral do ponto de vista político, se somente considerarmos o termo político como a referência da inter-relação e do acordo para finalidades equânimes em questões da justiça social.

Acompanhando historicamente a trajetória do Serviço Social, ao longo dos últimos sessenta anos, identificamos a profissão em estreita relação com o ser humano excluído, apartado² da sociedade. Aqui, para nosso estudo, a exclusão social marca a inexistência de autonomia de escolha de fins (ausência de equidade entre as desigualdades, desde que elas tragam melhora para os mais fracos, considerando o conjunto seres humanos sociedade), regidos pela mesma estrutura básica. Portanto, ocupando a posição daquele que é “usuário”³ de uma prestação de serviço contida no processo de trabalho do serviço social, este ser humano, é percebido por nós, trabalhadores sociais, como “usuário de serviços”, isto é, aquele que usa algo (uso-ário) para um fim específico de seu interesse. Para o assistente social, que é um trabalhador social, fica uma percepção diluída da forma-mercadoria relativa ao produto de troca na relação do seu trabalho, um produto que pode ser concreto (ações objetivas) e ou abstrato (inter-relações políticas), que possui uma essência, elaboração inteligente individual, particular do ser criador, pois atende a uma requisição, desejo ou necessidade também, e não apenas, proveniente de outro interessado ou adquiridor, mas de si próprio, um ser único, resultado de uma identificação com o que faz, a sua ação elaborada. O assistente social não é apenas um fazedor de serviços remunerados por usuários (sentido utilitário) e ou instituição coletiva. Ao conceber-se assim, esse profissional perde sua essência relacional, sua competência humana moral, presente no ato de trabalhar, no *labour* (Marx). A “ditadura” da aproximação entre o útil e o uso encontra-se numa *ex-plicação* da literatura de ciências econômicas, em que utilidade não significa nada mais que a propriedade de satisfazer a uma necessidade ou a um desejo qualquer. Implica um julgamento material, um vínculo de conveniência do objeto com certas necessidades consideradas necessárias para uso

apenas. Transpondo o raciocínio para o cotidiano profissional, essa forma utilitária infunde um caráter reducionista da relação profissional. Poderíamos remeter-nos ao processo de permuta para exemplificar a cumplicidade do assistente social e uma pessoa a quem ele dirige sua ação profissional. Senão, vejamos; um agente, apresenta algo que atende a necessidades, que, a seu turno, sugere um desejo de resposta. Suas necessidades como pessoa serão contempladas com algo que o agente criador da ação-resposta, da dada demanda, apresentar, colocando na ação-resposta, componentes não só de uma necessidade requerida, mas eivado de sua essência criadora e inteligente – a sua ação política de fato, não apenas a sua ação-processo...Não podemos omitir o elemento relacional político do **iterator** com o assistente social, ou, apenas identificar a ação de atendimento a um ‘usuário’, apropriando algo que ele requereu. Se há um caráter de comprometimento social neste trabalho ele não emergiu na interação das pessoas envolvidas. Essa circunstância tem afetado profundamente o trabalho do serviço social, agredindo a identidade profissional na sua subjetividade criadora. Para o entendimento de um serviço social moderno, o usuário é um ser “coisificador” do nosso trabalho, como na condição de iterator, é um ser participante do nosso agir profissional, conosco constrói a cultura e o “mundo-da-vida” (Habermas 1997:43).

A necessidade é uma situação acordada, por escolha de um iterator, a partir de um elenco de vontades acessível por todos os outros, mas que guarda a liberdade de escolha como parâmetro inegociável entre as várias opções, isto é, buscando livremente o caminho para atingir sua aspiração livre, razoável e racional – o assistente social percebe esse momento da relação com um **INTERATOR**, (concepção que agrega todos os elementos de uma lógica, que preconiza a justiça como equidade na mediação das opções entre os indivíduos). NÃO MAIS UM USUÁRIO DE SERVIÇOS (concepção REDUCIONISTA; que preconiza apenas a necessidade como mediação, caráter utilitário(economia), excluindo o aspecto da escolha livre, omitindo do componente político da ação comunicativa entre as partes).

O assistente social, ao intercambiar com seus **INTERATORES**, não só efetiva sua contribuição no tecido sócio-profissional (*se des-utilizando para interatuar na plenitude do plural*), bem como, qualifica a mercadoria que apresenta. Essa mercadoria, no modo utilitário de concepção, reveste-se daquilo que é imanente da relação apenas utilitária. Sob a ótica da justiça com equidade, ele se reveste do seu componente moral kantiano⁴, conforme o sentido entendido por Rawls, isto é, esses princípios morais são objeto de uma escolha racional numa relação ética. A partir dessa concepção de intercâmbio com o trabalho, libertária, de escolha, no ato de trabalhar, seu produto não é só mercadoria é

também parte abstrata do transformar humano da natureza dialogal, uma qualidade da sua mercadoria que ele, como profissional pode ou não agregar ao produto de seu trabalho. Ele é trabalhador inserido numa lógica de atuação sem coação, apenas da necessidade, pois tem uma dimensão maior que a do “trabalho vendido”, sua mais valia é mais valia agregada de sua vontade livre, racional e razoável. Não é o valor moral da pessoa – expresso em termos de mercado no apreço a uma determinada habilidade, talento ou virtude-, mas aquilo que mediante o direito, as instituições lhes asseguram publicamente, que pode ser reconhecido como medida definidora da justa retribuição pelo trabalho de cooperação social.

Nos primórdios da profissão, esse atributo do trabalho profissional esteve presente, quando o trabalho das pioneiras foi alimentado pelo humanismo clássico, posteriormente, diluiu-se e ao invés de avançar para um social-humanismo (Jaguaribe, 2000:146), emaranhou-se no que seria uma proposta de socialismo democrático⁵ de orientação stalinista absorvendo posições não plurais, próprias da concepção utilitária da economia. Este processo ignorou o elemento sutil da ação sócio-política (Serra, 2000:20) dos pioneiros, se é que podemos dizer que, numa história de aproximadamente 70 anos no Brasil, haja material teórico amadurecido para uma aferição científica capaz de arrolar nossa prática como cooptada pelo aparelho de Estado e classes dominantes. As pesquisas com assistentes sociais, que versam sobre a presença do serviço social, por exemplo, no campo da assistência social, e nas estruturas do Estado, enfocam o caráter apenas compensatório das estratégias de intervenção, generalizam a prática profissional no dualismo da ação benemerente, filantropia, e/ou como vendedor de sua força de trabalho a um usuário, atropelando o aspecto da “interatoriedade” presente entre as partes, o elemento subjetivo, a particularidade da diferença peculiar, que nos torna seres irrepetidos, portanto, seres que não são produto de uma suposta linha de montagem epistêmica. Aqui, reside o substrato diferenciador, não aquilatado das análises correntes.

Buscamos, em Habermas, no conceito de “mundo da vida”, o elo que une a lógica da intervenção, em que, na atividade de orientar-se para o entendimento, as pessoas acabam por instituir um conjunto de sentidos gramaticalmente pré-determinados, a partir do qual indivíduos socializados se abastecem para compreender, interpretar e agir sobre o mundo. Os sujeitos falantes criam e agentes, criam o contexto social da vida, produzindo objetos simbólicos, portanto, um local onde o homem e a mulher podem criticar e confirmar essas pretensões de validade, acertar seus desacordos e chegar a acordos.

A partir da observação do cotidiano do assistente social, podemos ampliar a visão sobre a intervenção do profissional com interatores, normalmente, a leitura foca somente o aspecto da razão utilitária no que se refere ao produto do trabalho profissional e a sua destinação, se não vejamos: *“sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados, ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade”* .(Netto e Carvalho,1996:52).

Esse filtro interpretativo, presente na análise teórica da profissão, infunde nos assistentes sociais um consentimento que os desvencilha dos seus interatores, como seres da sociedade política, reduz a intervenção a um estado apenas útil para os serviços que vende no mercado que nos contrata. A sociedade migra lentamente ao processo que pressupõe a coexistência de uma concepção de sociedade a partir da lógica de rede (Castells, 1999) de interatores.

Numa perspectiva política, a partir dessa mediação⁶, encontramos um grupo de pessoas que procurava por uma alternativa de geração de renda. O que poderíamos apresentar como proposta a essas pessoas, já que elas nos procuraram na confiança de podermos construir conjuntamente uma resposta? A respostas para esse público, dada a complexidade que o envolve requer um aporte de esforço na direção de uma intervenção que traz, além da história, um elemento novo, isto é, o poder político que emana da construção de fatos materiais (ação) das necessidades reais(expectativas) dos interatores.

A discussão se o utilitário⁷ perdeu ou não espaço na nossa realidade social⁸ remete-nos ao motivador das crises sociais e exclusão *“agora a identidade de papel é substituída pela identidade do Eu que, na sociedade moderna, tem como suporte o papel profissional”* (Aragão,1997:87).

Posta a leitura do serviço social e sua materialidade, vemos-nos diante do paradigma da chamada pós-modernidade. Há que se entender o fenômeno da globalização, que traz as inquietações do capitalismo para além de monopolista, fato histórico de hegemonia de uma forma de poder mais sutil: - a classe virtual e invisível do reinado da imagem, de especificidade homogenizadora, principalmente, em se tratando de distribuição de renda como fator de equidade, ponto que foi discutido no capítulo quatro com a Teoria da Justiça.

Buscamos na justiça, como equidade, uma referência de outro paradigma interpretativo dos problemas sociais das classes pobres sem acesso à educação técnica e de baixa escolarização - o ponto de maior relevo na discussão sobre a geração de renda.

A partir de um serviço social estabelecido na construção de uma interatoriedade poderemos gestar serviços ou construir a materialidade que vá ao encontro do interesses dos interatores, na rude realidade de altos níveis de concentração de renda e de individualismo exacerbado como o que vivemos na sociedade do mercado.

4.1 AVALIANDO LEVANTAMENTOS

Como assistente social, procuramos subsidiar informações que clareassem a forma mais empreendedora para que essas pessoas pudessem se organizar em projetos de geração de renda. Inicialmente, o grupo apresentou características profissionais heterogêneas, portanto, de difícil articulação em torno de um projeto comum como uma cooperativa de trabalhadores, assim como desejava o líder comunitário local.

O que foi identificado, nesse momento, foram os projetos que eles desejavam implementar. Os projetos eram assentados sobre habilidades individuais, que variavam do artesanato, pequenos comércios do tipo Lojinhas de 1,99, produção de salgados para vender em bares, montagem de sorveteria, creche “particular”, e da busca por capacitação profissional. O grupo entendeu que necessitava de procurar uma alternativa que fosse executável com chances de sucesso.

Não houve avanços de expressão na primeira experiência do grupo de referência, muitos dos empreendimentos que as pessoas deste primeiro contato na comunidade aspiravam, esbarravam em pontos marcantes, tais como: a falta de meios de financiar o empreendimento. Um dos fatores mais presentes, para a efetivação de um projeto de geração de renda foi a ausência de suporte financeiro; Muhammad Yunus⁹, fala-nos das pilhas de papéis que os órgãos governamentais e internacionais geram na sua burocracia, criam extensos diagnósticos que inviabilizam ações concretas de micro crédito para pessoas pobres. Esse é um fator impeditivo presente nas nossas instituições de fomento ao desenvolvimento – a burocracia brasileira. Outros foram os fatores impeditivos: as exigências de legislação; desconhecimento de processos técnicos; e, o mais difícil, essas pessoas não poderiam deixar os “bicos”¹⁰, maneira encontrada de se manter, mesmo que precarizada, para dedicar-se a outras atividades de trabalho a tentar algo que, nem mesmo tinham condições de avaliar o possível sucesso: - o fantasma da incerteza.

Havia, porém, uma vontade de sair da condição de indigência social, uma aspiração à cidadania natural e inerente a qualquer pessoa. É importante lembrar que Rawls não se refere nem à condição absoluta de miséria, nem à da abundância como momentos

propícios à definição do que seja um sistema de distribuição justa. *Para a miséria não há distribuição justa, pois ela é a ausência absoluta de bens.*(Felipe,1997:44). Uma distribuição de benefícios é justa, quando coloca o montante dos bens disponíveis à disposição daqueles cuja expectativa do recebimento é considerada válida, e o faz de modo tal que possa receber o consentimento de todos os cidadãos.

Durante o processo iniciado no Seringueiras, outras pessoas foram atraídas pela atividade que desenvolvíamos na comunidade, o grupo foi crescendo. Os trabalhadores da construção civil, desejavam em qualificação profissional, foram encaminhados a contatos que mantivemos junto ao SINE-Sistema Nacional de Empregos. Assim, foi conseguido o curso de qualificação para pedreiro, bombeiro e armador. A partir desse mesmo grupo, em fevereiro de 2000, iniciamos outra etapa de qualificação, que foi o curso de Habilidades de Gestão e Assessoria Técnica. A perspectiva era que eles progredissem na idéia de montagem de uma cooperativa de prestação de serviços. Outros grupos se matricularam ao curso. Surgiram os grupos de: lingüiça defumada, lavanderia Comunitária para o bairro Aclimação, confeitos e biscoito, todos despertados no curso oferecido no Seringueiras.

A primeira experiência, na tentativa de articular esses trabalhadores em torno de suas capacidades e projetos de renda, impulsionou-nos na busca de parcerias na sociedade, entre instituições que, tradicionalmente, promovem o emprego, ou estabelecem processos para qualificação e gestão de empreendimentos. Vimos-nos diante um quadro complexo e de intrincadas dificuldades. Por um lado, os trabalhadores do grupo tinham objetivos que nasciam da reunião de suas experiências de vida, com indicador de desestímulo: baixa escolaridade na lista dos impedimentos mais interferentes, a maioria deles semi-alfabetizados, com um conhecimento insuficiente para avaliar suas aspirações, desconhecendo os processos mínimos de organização empreendedorística para a montagem de uma unidade geradora de renda.

Como o serviço social poderia intervir num quadro de tamanhas dificuldades? Em Minas Gerais, usamos a expressão “*retirar leite de pedra*” para qualificar situações de difícil operacionalização. Eis aí a matéria prima do Serviço social, que se torna objeto de construção da nossa materialidade profissional – a problemática das injustiças humanas, no contexto histórico da sociedade, instigando-nos à desvendamentos e respostas.

Nosso aparecimento na comunidade católica do Seringueiras ocorreu após o convite dos moradores, porque souberam que estávamos interessados em realizar projetos de geração de renda. A estratégia metodológica de intervenção adotou o grupo inicial (conforme mostramos no capítulo III) como uma base de intervenção local - o loteamento Seringueiras e o grupo de interessados -, o qual estabelecemos contato com o cotidiano dos trabalhadores, objetivando a intervenção, que, por sua vez, nos remeteu a uma segunda fase de investigação, quando estivemos avaliando as estruturas de geração de renda e qualificação de mão de obra do município para atender à demanda das pessoas do grupo de referência, mesclando necessidade com sonho, verdade com utopia. O resultado desse interagir foi a intervenção profissional que investigou respostas das estruturas oficiais de promoção do emprego¹¹ no município. Agora, estaremos avaliando o significado das respostas oficiais dos órgãos pesquisados promotores do emprego e geração de renda a que os trabalhadores do grupo (nossos interatores) poderiam ter acesso. Essa avaliação é a proposta deste capítulo.

Para facilitar a compreensão da forma como estruturamos a investigação, identificamos o primeiro contato no grupo como Estudo Preliminar¹², em que avaliamos as possibilidades de geração de renda e o potencial individual de cada interessado, em conjunto com os projetos propostos individualmente. Procuramos conhecer os projetos dos interessados e identificar os possíveis recursos na própria região urbana onde eles residiam e que, a partir de um estudo de viabilidade de empreendimento fossem capazes de alavancar alguma forma de geração de renda, nosso objeto de intervenção.

A partir dos contatos, paralelamente, aproveitamos um espaço com as crianças, que apareciam nas reuniões noturnas, procurando estabelecer vínculos que se desdobraram na criação de um “Clubinho de Ciências”, um espaço onde pudemos trabalhar as generalidades do conhecimento que estimulassem a curiosidade das crianças em torno de campos onde mais tem crescido o emprego: matemática, biologia, meio-ambiente, física, química, informática, política e astronomia. Contamos com o apoio de um engenheiro de telecomunicações, voluntário no projeto. O objetivo do Clubinho era incentivar as crianças a desenvolver interesse por áreas do conhecimento que estão oferecendo mais oportunidades no mercado de trabalho atualmente, seguindo a filosofia de intervenção em rede.

“O clubinho para a gente é um lugar para entendermos melhor o mundo do trabalho e onde podemos conhecer as coisas que acontecem e a gente não sabe por que” (Luz Divina, uma adolescente membro do Clubinho)

4.2. CATEGORIAS DE ANÁLISE

No capítulo III, identificamos algumas categorias de análise norteadoras da pesquisa em curso, que aqui passaremos a problematização conforme o trabalho realizado:

- *No município, os programas de qualificação e de geração de renda não atendem indivíduos de baixa escolaridade.*

“Eu fui no SENAI, mas tem de ter o segundo grau completo para fazer o curso de plantas em autoCad, e para esse ano na vai ter turmas” (Dedé, líder comunitário e fundador da cooperativa local da construção civil)

Pudemos concluir que, dos onze órgãos mais procurados por trabalhadores e público atendido na pesquisa, foi possível desenvolver um trabalho de serviço social na promoção do emprego e geração de renda em apenas um deles, o SINE – Sistema Nacional de Empregos. Foram intermediados cursos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador-, para qualificação de mão de obra na construção civil, e o curso de gestão empresarial, que, além do pessoal do Seringueiras, agregou pessoas de outros bairros com projetos populares de geração de renda. A partir de nossa intervenção também foi adicionado à estrutura funcional do SINE um campo de estágio com quatro estagiárias de serviço social remuneradas com bolsa escola do Instituto Empresa Escola, em que foram desenvolvidas quatro intervenções distintas :

- a) Projeto de implantação do Atendimento ao Trabalhador Doméstico, no qual foi montada uma rotina que objetivou otimizar o encaminhamento de trabalhadoras domésticas ao emprego. Esse trabalho estava sem uma ordenação e havia uma

demanda muito grande sem o necessário estabelecimento de um processo de atendimento da empregadora e da trabalhadora.

- b) Projeto de Qualificação da mão de obra do trabalhador doméstico. Foi identificado que muitas trabalhadoras não conseguiam firmar-se no trabalho por não oferecerem um serviço que atendesse à empregadora.
- c) Projeto de aproveitamento de Currículos, em que muitos dos profissionais mais qualificados, ao deixarem seus dados funcionais no SINE, não eram aproveitados pelo, Sistema por não haver uma sistematização dessas informações. Esses casos eram mais para profissões qualificadas tecnicamente. Observou-se que havia vagas que não eram preenchidas porque os encaminhamentos realizados não preenchiam os critérios do empregador. Esta investigação objetivou otimizar esse atendimento para que, aproveitando os currículos de trabalhadores especializados, fossem melhor aproveitadas as vagas que surgiam no Sistema.
- d) O SINE constituiu, em 1996, a Central das Diaristas, que foi um espaço por meio do qual o trabalhador doméstico autônomo atende a residências em serviços domésticos por dia de trabalho. A Central agrega qualquer prestador de serviço que necessite de disponibilizar sua mão de obra no mercado; o SINE cede o telefone e o espaço físico para acomodação básica, mesa, cadeira e uma escala das diaristas do dia. Os solicitantes do serviço fazem o contato com as Diaristas e, assim, contratam o serviço. A partir dessa experiência, elas estão tentando montar uma Associação de Prestadores de Serviços Domésticos a evoluir para uma cooperativa de prestação de serviços. Uma das estagiárias de Serviço Social foi designada para atender a esse grupo, objetivando auxiliar no processo de montagem da micro-empresa de prestação de serviços.

Entre as onze instituições pesquisadas, encontramos apoio às ações de geração de renda não como espaços a serem desenvolvidos, como ocorreu no SINE, mas como suporte às iniciativas de trabalhadores. Foi o caso do SEBRAE, que nos deu suporte na fase de organização administrativa das cooperativas de construção civil e das diaristas. Na experiência com o SEBRAE, foi possível identificar duas linhas de atuação para o Assistente social que não estão sendo ocupadas no processo organizacional da Instituição, onde o contato com os segmentos mais simples necessita de uma metodologia apropriada.

- a) Primeira, dirige-se a espaços não ocupados e que são potencialmente importantes na geração de renda, extrapolando os limites da investigação, pois, a partir do Seringueiras, surgiram espaços importantes não só para os casos do Estudo Preliminar como para as demandas de outro grupos, que ficaram sabendo da nossa intervenção. Se nos procuraram, entendemos que há uma demanda de serviços para ser atendida.
- b) Segunda, que diz respeito a órgãos existentes na comunidade, que têm potencial de suporte técnico para subsidiar informações a trabalhadores em processo de organização empreendedorística. Foi possível observar uma mudança, ainda tímida, do SEBRAE em relação ao processo de atendimento dos clientes mais pobres, que o entendiam como um órgão elitizado que só atendia a empresários estabelecidos ou com qualificação diferenciada.

“... as coisa que o M. (consultor do SEBRAE) fala é muito importante mas tem coisa que a gente não entende né... mas precisamos saber” (Depoimento do Jose Carlos , sócio da cooperativa de construção civil)

O Sistema FIEMG, constituído por um conjunto de estruturas denominado Sistema S: SENAC – SENAI - CETAL - SESI - NOT, possui uma significativa ficha de serviços prestados à sociedade no que diz respeito à qualificação de mão de obra. Avaliando os programas dos cursos, acompanhando alguns alunos matriculados, pudemos identificar a confiança que possuem os alunos em relação à importância da qualificação da mão de obra. Pudemos identificar que há uma excessiva propaganda da qualificação como determinante na questão do emprego e renda e que das muitas pessoas que se “qualificam”, apenas pequena parte tem conseguido realizar-se em algum trabalho como empregado ou como “micro-empresário” conforme diz a ideologia. Não há um projeto para atender aos alunos que não conseguem se empregar no município, não foi identificado, até a data dos levantamentos, um banco de mão de obra disponível em toda a rede do Sistema S do Estado, e cremos ser esta uma falha cara. Se existisse um acompanhamento desses egressos dos centros, de formação, cada unidade formadora de mão de obra poderia manter uma rede de contatos de empresas que recebessem essa mão de obra para emprego e a partir daí, colocar trabalhadores no mercado com qualificação. Pela Internet um profissional de serviço social poderia administrar essa reserva de mão de obra, aumentando o número de pessoas empregadas, gerindo informações via rede.

Em relação ao grupo do Seringueiras, identificamos que, provavelmente, os trabalhadores do Seringueiras não teriam acesso a esses cursos oferecidos pelo Sistema S, por um conjunto de fatores.

- a) Econômico - Entre os cursos oferecidos pelo Sistema S, o candidato tem de pagar valores que vão de R\$50,00 a dois salários mínimos. Dos cursos que são patrocinados pelo FAT , em que o trabalhador não tem de arcar com custos, fomos informados que os cursos tem de ser complementados com recursos do Sistema S, porque os valores que vêm para pagamento dos cursos são insuficientes. Dos cursos que são geralmente patrocinados pelo FAT – Programa Estadual de Qualificação-PEQ (vinculado à Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado de Minas Gerais)-, ao todo vinte e sete cursos no anos de 1999, nem todos implementados, por exemplo, identificamos o curso de leitura de plantas, que era uma necessidade de um dos trabalhadores do Seringueiras, mas procurando saber, vimos que, no ano de 1999, esse curso não foi ativado.

“... Eu não tenho dinheiro para pagar os cursos do Senai e do Senac, sei que são bons mas falta dinheiro e além disso tem o ônibus e os meninos pequenos...” (Suzi, desejava fazer um curso de costura industrial)

- b) Escolaridade – A maior parte dos trabalhadores não possui escolaridade do ensino fundamental completa, portanto, não têm acesso aos cursos oferecidos.
- c) Linha de Decisão- Os cursos que são patrocinados pelo Sistema S são definidos dentro do âmbito das empresas , indústria e comércio. Portanto, o critério de necessidade não passa pelas necessidades dos trabalhadores.
- d) Distância entre a periferia e o local das aulas – Muitos dos trabalhadores não possuem recursos para transporte até as sedes físicas onde são ministradas as aulas, além de que o tempo que gastariam no trânsito os impediria de compatibilizar horários.

Ainda o Sistema S tem parcerias com a prefeitura auxiliando nos curso que são oferecidos à população.

A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Trabalho e Ação Social, possui um conjunto de cursos de qualificação com capacidade limitada de atendimento e uma

demanda crescente. Dos cursos oferecidos, o maior problema verificado foi a falta de vagas e a escolaridade exigida.

“ (...) As limitações para atendimento da demanda existente se devem : a falta de escolaridade para ingresso em alguns cursos oferecidos.” (M.O., assistente social da prefeitura municipal)

Os trabalhos de ONGs que atuaram na área no período investigado, foi precisamente a Pastoral da Criança, que apresentou apenas trabalhos de acompanhamento nutricional, e o Lyons Club, que iniciou uma atividade, mas após alguns meses na comunidade, não continuou o projeto inicial, que previa a promoção de iniciativas geração de renda e emprego. Esse grupo de leoninos desenvolveu algumas ações de apoio a reivindicações populares junto a órgãos públicos, foram realizados algumas iniciativas com grupos de senhoras em técnica de bordado. Observamos que a atuação de um assistente social nessa iniciativa seria de importância, estabelecendo as ligações necessárias entre os órgãos de prestação de serviço e a comunidade, articulando a comunicação e otimizando os recursos trazidos pela prestação de serviço voluntária, mas não tivemos esse espaço para atuação junto ao grupo. A realidade de uma comunidade possui seu “código”, seu sistema de valores, e a vivência do assistente social junto à população potencializa os recursos e ações comunitárias.

Sobre Comissão Municipal de Emprego-CME, pudemos identificar uma predominância de presidentes representantes da iniciativa privada. Sendo o penúltimo presidente um representante dos trabalhadores. Foi identificada na CME a predominância de interesses do empresariado, mas a presença dos trabalhadores nas representações sindicais equilibrou os interesses. O ponto de maior engessamento da Comissão foi, realmente, o não envio pelas instâncias superiores, governo Federal e Estadual, dos recursos do FAT para efetivar os cursos solicitados pela agenda de propostas da CME, conforme os levantamentos realizados no período de investigação.

- *A história dos trabalhadores que não tiveram acesso à escolaridade regular e ou profissionalizante reflete-se na alternativa em procurar o sub-emprego, normalmente precarizado em seu componente previdenciário e de seguridade.*

Há uma demanda na emergência do processo para qualificação profissional, considerando que os empregos “disponíveis” estão cada vez mais reduzidos e com um nível de exigência na qualificação cada vez maior. Nossos interatores estão numa faixa de estratificação social em que o subemprego é a forma de relação de trabalho mais comum. Foi encontrado entre os pesquisados o percentual de 60% com ensino fundamental incompleto, dentre estes, 40% apenas com três anos de escolaridade. Apenas 20% dos pesquisados pagam previdência social como autônomo, e 80% vivem de “bicos” e trabalhos sub-remunerados e precarizados. Foi identificado entre os participantes do grupo um forte desejo de aprender alguma profissão ou aprimorar seus conhecimentos para obter mais acesso aos postos de trabalho de melhor remuneração.

- *A não qualificação técnica tem uma parcela de responsabilidade no desemprego, mas não é unicamente suficiente para gerar emprego ou renda.*

Entre trabalhadores do grupo, a procura de “um curso” de qualificação tornou se fator de anseios, por acreditarem que a qualificação seria uma forma eficaz de acesso a melhores posições sociais, essa demanda nasceu deles próprios. Isso devido ao anseio por mobilidade social, no caso específico, os trabalhadores da construção civil desejavam sair da condição de servente de pedreiro (maior parte deles), que oferece uma remuneração bem baixa (um salário mínimo). O curso de pedreiro, bombeiro e eletricista, trazido pela Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social – SETASCAD-MG, acenou como uma oportunidade de mobilidade profissional. Embora o curso representasse para eles uma oportunidade de ampliação dos conhecimentos, não significou a materialização imediata da aspiração por melhora da renda. Todavia apresentou um caráter motivador para se pensar numa cooperativa de trabalhadores da construção civil com uma mão de obra “mais qualificada”.

- *Os postos de trabalho do atual modelo de desenvolvimento econômico em transformação estão diminuindo e provocando uma “inflação de mão de obra”.*

Foi visto, no capítulo II, que os atuais fluxos de desenvolvimento econômico estão sendo redirecionados para outras áreas, como o Norte do país, para circuitos ferroviários ao Leste e hidrovias, que estão circundando o Triângulo Mineiro a Oeste. Essas

inversões de fluxo vão alterar a tradicional e histórica função do Triângulo Mineiro de rota de passagem para interligação do Norte e Noroeste brasileiros, com os centros econômicos mais fortes da economia: Rio de Janeiro e São Paulo, que também passam por processos de transformação.

Os trabalhadores desempregados e atuando em subemprego recebem no município o impacto das mudanças de desenvolvimento regional, refletindo-se no fechamento das arrozeiras, no retraimento do pequeno comércio, e da construção civil, na diminuição da atividade pecuária no fornecimento de leite, decréscimo da área plantada e no crescente processo de adensamento da cidade com aumento da migração para o município, que, por ser pólo com infra-estrutura de saúde e educação, e com políticas sociais muito alardeadas em mídias de comunicação, atraem os fluxos migratórios de outros Estados do Norte Nordeste e Noroeste.

Conforme pesquisa do CEPES¹³, pode-se identificar que o número de pessoas com o grau de escolaridade mínimo (inferior a quatro anos de escolaridade) reflete-se a longo prazo, representando um aumento potencial no número de indivíduos de baixa escolaridade. O processo de aceleração escolar, por sinal, muito controverso na sua dinâmica, não prioriza a qualidade, mas a quantidade de pessoas nos bancos escolares, (educação voltada para processos e conteúdos) o que expõe uma falsa imagem de atendimento das necessidades de formação individual, mas a verdade é que a escola tem reproduzido alunos com certificados oficiais, mas não tem qualificado esses mesmos alunos conforme as exigências da realidade de mercado, tema que merece outra pesquisa.

A falta de capacitação foi sentida nos grupos atendidos no processo da pesquisa. Foi observada uma busca por capacitação entre os envolvidos no grupo do Seringueiras. O excesso de mão de obra não qualificada atua como um elemento barateador do preço do trabalho menos exigente entre aqueles inseridos nessa condição, impulsionando-os a uma busca por mobilidade profissional, o que fica difícil em uma economia com processo de crescimento lento, investimentos produtivos em baixa ou retraídos. No caso do Brasil, o número de postos de trabalho que são criados não consegue atender aos indivíduos que chegam ao mercado a cada ano. Esse processo agrava-se pela financeirização global (Souza Braga,1997:195), como padrão sistêmico do capitalismo contemporâneo altamente danoso para economias retardatárias como a do Brasil.

O desemprego no município, entre profissões menos qualificadas e em indivíduos com baixa escolarização, força a busca por “bicos”, isto é, atividades sem qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público. Não queremos afirmar que os

empregos precarizados são alternativas, mas as pessoas os procuram e acreditam neles por não terem outra opção. Geralmente, os ‘bicos’ são trabalho como prestação de serviço, executada por trabalhadores que vieram do comércio, de pequenos setores da indústria e da zona rural. Ao ingressarem na informalidade, os trabalhadores convertem-se em uma espécie de trabalhador de segunda classe, perdendo o acesso a direitos e garantias previstos na Constituição. Esse quadro aumenta a criação de trabalhos precarizados, e, entre estes, o número de desempregados em “bicos” ou emprego informal. A obtenção de melhores condições sociais e econômicas encontra-se estreitamente relacionada ao grau de escolarização que o indivíduo possui. Esse diagnóstico não só é testemunhado pelos indivíduos como identificado nas pesquisas. O papel da educação é fundamental para diminuir o nível de pobreza das populações pobres nas periferias das cidades.

- *A política de atendimento da demanda nos órgãos oficiais de incentivo à formação de empreendimentos produtivos prioriza faixas de clientes que detêm qualificação e experiência, não havendo programas alternativos para empreendedores sem qualificação técnica e que desejam iniciar um negócio pela primeira vez.*

Dos onze órgãos identificados, foi confirmado que apenas quatro entre eles possuem programas que podem atender ao trabalhador de mão de obra não qualificada, e de baixa escolaridade:

- a) SINE Sistema Nacional de Empregos - SETASCAD - Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Criança e do Adolescente;
- b) SMTAS, -Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;
- c) SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- d) Sistema FIEMG (apenas em estruturas onde há cursos do FAT) – Sistema S.

Ao longo de nossa investigação, acreditamos que estas quatro estruturas são aquelas que poderiam dar maior atenção a trabalhadores com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, pertencentes ao grupo de referência. Os programas da prefeitura municipal, ao serem procurados, mostraram-se com vagas reduzidas, não podendo contemplar os candidatos. O SEBRAE apresentou interesse em atuar junto à cooperativa da construção civil, e observamos que o processo para atender a grupos de

baixa escolaridade e sem qualificação exige uma preparação diferenciada, a qual os consultores oficiais da instituição não dominam, talvez pela tradicional prioridade em atender a um segmento mais qualificado e com mais experiência. Outros órgãos do Sistema S enquadram-se na situação de ter demanda e apresentar poucas vagas, cursos que poderiam atender à demanda dos indivíduos da amostra não estavam sendo oferecidos no momento em que fizemos os levantamentos. Segundo, foi esclarecido junto às pessoas entrevistadas, que Senai e Senac possuem cursos montados conforme a demanda do mercado e não a demanda da comunidade.

“(...)Os cursos de leitura de plantas e autocad não foi oferecido esse ano(...) foi feito um levantamento na cidade a nível de estatística do que as empresas estavam querendo, quando existe algum curso que as empresas estão pedindo , ai nós abrimos” (Senai)

Quanto à SETASCAD-SINE (Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social da Crianças e do Adolescente e Sistema Nacional de Empregos), encontramos apoio da estrutura e foi onde pudemos realizar mais ações que foram ao encontro de expectativas dos indivíduos do grupo.

- *A reserva de alguns setores que são produtivos, por critérios de inclusão destinando-os àqueles trabalhadores que estão sem chances de voltar ao mercado de trabalho, ou que não têm possibilidades de nele se realizarem produtivamente.*

Durante esse processo de acompanhamento das estruturas do município pesquisadas, de geração de emprego e renda, estivemos acompanhando a movimentação em torno da geração de emprego e renda no município de Uberlândia em outros setores. Destacou-se a luta dos Perueiros versos as duas Empresas do Transporte Coletivo, pela exploração do transporte urbano. Retoma-se a problemática dos desempregados, que, sem opção de trabalho, migram para setores que requisitam menor exigência de especialização técnica. Os perueiros enfrentaram o poder público municipal, que detém a concessão do transporte coletivo em favor dos grupos privados, já de longa data estabelecidos no mercado. Uma reserva indireta de um setor que não exige muita qualificação e gera empregos para trabalhadores com baixa escolaridade. Os perueiros passaram a transitar na cidade, fazendo o transporte de passageiros, enfrentando a

polícia e a Secretaria Municipal de Transportes. Eles denominaram a sua atividade profissional de “transporte alternativo”. Depois de muita luta na justiça, entre as liminares de ambas as partes, o processo estacionou, provavelmente devido à proximidade das eleições municipais de 2000, sendo retomado agora com a proteção do prefeito eleito em apoiar o movimento das “Vans”. Esfriou o clima de tensão entre a prefeitura, defendendo o transporte coletivo para o monopólio das Empresas de um lado, e do outro, o “transporte alternativo”, lutando para apropriar de parte dessa fatia do monopólio das empresas privadas.

Na verdade, esse é um caso complexo. Por um lado, os perueiros são trabalhadores desempregados, sem outra opção de renda, mas outros fatores devem ser colocados na discussão. O transporte alternativo não atende a todos os bairros da cidade, enquanto o transporte oficial de concessão pública tem um programa de atender todos os bairros, deficientes e idosos. Acreditamos que este setor poderia comportar as duas empresas de transporte coletivo já existentes e os perueiros, se houvesse um estudo compatibilizando as deficiências do Sistema Único de Transporte Coletivo (SITE) com os interesse dos perueiros.

O episódio dos perueiros foge aos limites de nossa investigação, mas ilustra com propriedade nosso estudo para fazermos uma importante ponte com os princípios da justiça com equidade que é a base teórica de nossas investigações. Tomemos alguns trechos da Constituição Federal Brasileira (que forma a estrutura básica):

“ – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;” parágrafo XIII do capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais.

“ Compete aos municípios: organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão , os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”. Capítulo IV, Art.30, parágrafo V.

“ É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previsto em lei.” Parágrafo Único, Art. 170 Capítulo I, Dos Princípios Gerais da Atividades Econômica.

“ A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”
Capítulo I, Parágrafo 4º, Artigo 172.

Aparentemente, estaríamos em contradição ao propor um reserva de trabalho, o que em princípio fere os limites da liberdade. A concepção de justiça, defendida por Rawls, está mais apropriada para a estrutura básica de uma sociedade democrática regida por uma concepção pública da justiça, ou seja, é uma sociedade na qual cada um aceita e sabe que os demais também aceitam os mesmos princípios de justiça. A estrutura básica deveria autorizar as desigualdades organizacionais e econômicas à medida que elas melhorassem a situação de cada um, inclusive a dos mais desfavorecidos, e desde que essas desigualdades fossem compatíveis com a liberdade igual para todos e com a justa igualdade de oportunidades (excluindo os direitos de monopólios). Com princípios de uma distribuição em partes iguais, os que recebem menos (tomando-se a repartição igual como ponto de referência) têm, por assim dizer, um direito de veto. E assim os parceiros chegam ao princípio da diferença, importante para a sociedade, pois valoriza a pluralidade, condição básica para uma democracia. Aqui a repartição igual é aceita como ponto de referência, porque reflete o modo como as pessoas se situam quando são representadas como pessoas livres e iguais. Entre as pessoas assim definidas, os que ganharam mais do que outros deveriam agir de forma que melhorassem a situação dos que ganharam menos. Essas considerações intuitivas mostram os motivos pelos quais o princípio de diferença é o critério apropriado para governar as desigualdades econômicas e sociais. Compreendendo a liberdade tomada como princípio em Rawls, os cidadãos consideram-se livres de duas maneiras, a saber: eles sentem que têm o direito de intervir na elaboração das instituições sociais em nome dos seus interesses superiores e dos seus fins últimos, com a condição de esses fins ficarem dentro de certas limitações, portanto, eles se consideram fontes autônomas de reivindicações fundamentais. Com a condição de que os seus fins últimos não sejam diretamente contrários aos princípios públicos de justiça, estes, do mesmo modo que seus interesses superiores, justificariam essas reivindicações, cujo peso dependeria, é claro, de circunstâncias particulares. As pessoas são fontes autônomas de reivindicações no sentido de que têm um valor próprio, que não advêm de deveres e obrigações pregressas em relação à sociedade ou a outras pessoas, nem é determinado por seu papel social específico. As reivindicações, consideradas decorrentes dos deveres para consigo

próprio, pensando existirem tais deveres, são igualmente consideradas como autônomas tendo em vista uma concepção da justiça social.

Tomamos por base a referência rawlsiana na interpretação do problema dos perueiros e o monopólio das duas empresas de transporte coletivo, e, como pano de fundo, a participação do Estado mostrando-se defensor dos interesses de grupos em detrimento do bem coletivo. As citações da Constituição não nos permitem uma avaliação parciaisca não nos permitindo juízos periféricos.

4.3. O SINE- SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS

Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social –MG.

Por intermédio do SINE- Sistema Nacional de Empregos, em meados de 1999, quando foi apresentada a proposta de investigação a Assistente Social, que respondia interinamente pelo cargo de Diretora da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado de Minas Gerais em Uberlândia, mostrou-se interessada em cooperar com a pesquisa e abrir espaço para atender ao grupo de referência no Seringueiras.

Nosso objetivo, na ocasião, era identificar o papel do SINE na geração de renda e promoção do emprego no Município, sendo uma das estruturas a ser investigadas inicialmente como o potencialmente provável meio no atendimento às necessidades dos trabalhadores que se apresentaram no primeiro grupo formado, (ver capítulo 3).

Segundo a fala da diretora interina do SINE:

“ as demandas de cursos de qualificação do município de Uberlândia no ano de 1999 foram orçados em R\$5.000.000,00 conforme levantamento da CME- Comissão Municipal de Empregos, enquanto que os recursos que a União destinou via FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Estado de Minas Gerais estavam em R\$17.000.000,00, portanto só Uberlândia consumiria quase 1/3 do total da verba; no Estado são 55 micro regiões ou seja, o valor não é suficiente para atender os programas de qualificação que a demanda requer.”

Os levantamentos realizados pela CME Comissão Municipal de Emprego–Uberlândia, baseiam-se nos relatórios das empresas de trabalhadores formais, que estão buscando diminuir custos com inovação organizacional e tecnológica. Em Uberlândia, o levantamentos de 1998 priorizaram investimentos em qualificação no setor do turismo, devido aos projetos de desenvolvimento da Secretaria de Indústria e Comércio, que tem interesse na exploração deste setor.

Outros setores que influem na determinação das verbas para qualificação oriundas do FAT são a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia(ACIUB); entidades que trabalham com formação de mão de obra, como as do Sistema “S”, além das entidades sindicais representantes de trabalhadores.

Entidades como o SENAI, SENAC, EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-, têm assento na CME como empresas executoras de cursos além de apresentarem demandas.

O CEC - Conselho de Entidades Comunitárias-, entidades sindicais patronais e de trabalhadores também apresentou demandas oriundas dos setores da organização popular. Segundo nos informou a diretora do SINE:

“ a CME é uma instituição bem aberta a fase de captação de demandas.”

Antes da criação das Comissões Municipais de Emprego com estrutura tripartite: empresas, trabalhadores e governo, as políticas de incentivo ao emprego provinham de programas das três esferas de governo municipal, estadual e federal. A CME, criada a partir de 1995¹⁴, é a estrutura que participa da política de geração de emprego no município atualmente.

O maior aporte de recursos aplicados em projetos geridos pelo SINE- Uberlândia é oriundo do Ministério do Trabalho, via FAT, e a outra parte vem pelo Governo do Estado de Minas Gerais, via Secretaria de Estado e Trabalho, Assistência Social, da Criança e Adolescente- SETASCAD. No caso de Uberlândia, não há recursos de outras instituições não governamentais ou municipais. O Estado de Minas Gerais participa com material de consumo e pagamento do pessoal.

Dentro do SINE-, a estrutura administrativa está muito precarizada pela falta funcionários, que se aposentaram e não foram substituídos. São administrativamente três diretorias:

A Diretoria de Emprego e Renda do Estado de Minas é a instância em que é realizada a intermediação de mão de obra, emissão de carteira de trabalho (três funcionários pagos pelo Estado fazem o serviço), e atendimento ao seguro desemprego (dois funcionários). Na captação de vagas, são duas funcionárias, com uma delas na intermediação do mercado informal.

A qualificação profissional destina-se a trabalhadores desempregados, que previamente estão cadastrados no SINE.

A Diretoria de Orientação ao Trabalho, com função orientativa em parceria com a DRT (Delegacia Regional do Trabalho – Min. Trabalho.) é um setor que, atualmente, está desativado, e seria responsável pelas questões da relação de trabalho, apoio a ações sindicais, eventos promovidos por sindicatos, orientação em acordos coletivos. Em administrações anteriores, havia uma estrutura apropriada com profissional de direito trabalhista e assistente social. Com as aposentadorias desses profissionais, essa diretoria ficou desfalcada.

O SINE pode prestar uma assessoria a qualquer grupo de trabalhadores que se interessarem em montar uma cooperativa de prestação de serviço por meio da Diretoria de Qualificação Profissional, que capacitaria esses trabalhadores, via PROGER¹⁵, Programa de Geração de Emprego e Renda, alimentado com recursos do FAT, que financia essas iniciativas mediante linhas de crédito. Hoje, o SINE possui um funcionário que atua na Diretoria de Qualificação Profissional, que acumula funções no atendimento do seguro desemprego. Portanto, se um grupo de trabalhadores desejar montar uma proposta de organização profissional de livre iniciativa, eles contarão com o apoio técnico na estrutura do projeto e, depois de montado, serão encaminhados ao SINE-BH para avaliação e aprovação de uma provável linha de crédito.

A Diretoria de Orientação, Segurança e Saúde no Trabalho, também está desativada porque o profissional da área de Engenharia e Segurança no Trabalho aposentou-se. Ele que fazia o trabalho com as CATs (Cadastro de Acidente de Trabalho) no INSS, onde era acompanhada a evolução do acidente de trabalho e, a partir de um trabalho de orientação, acompanhava, educativamente, essa incidência junto ao empregador.

“(...) Também ligado a essa diretoria era feito o acompanhamento do trabalhador rural chamado de “boia fria” naquele tempo foi estabelecida uma ponte com o DEER (Departamento Estadual de Estrada de Rodagem) no acompanhamento dos trabalhadores nas rodovias de acesso a zona rural, mais a Delegacia Regional do Trabalho, onde cada órgão um fazia

seu trabalho orientando e dando esclarecendo sobre o transporte do trabalhador rural.

Portanto, essas atividades estão paralisadas em virtude da ausência de funcionários no quadro. Percebe-se, nitidamente, o enfraquecimento de políticas públicas nos setores que fazem a proteção ao trabalhador.

O interator tem tido algumas dificuldades para ocupar as vagas que surgem no SINE. Dentro das dificuldades individuais que são mais marcantes estão identificadas:

- QUALIFICAÇÃO,
- ESCOLARIDADE,
- TEMPO DE SERVIÇO COMPROVADO EM CARTEIRA.,
- AUSÊNCIA DE UM FLUXO INSTITUCIONALIZADO DE ENCAMINHAMENTO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.

Termina aqui as reflexões sobre as categorias de análise, e faremos uma abordagem sobre as instituições que mais contribuíram no processo de geração de renda do Seringueiras.

Esta dissertação identificou as tradicionais estruturas de promoção do emprego mencionadas no capítulo 3. Das onze estruturas investigadas, a que mais abriu espaço para um trabalho do serviço social foi a SETASCAD (Secretaria Estadual do Trabalho), que acordou uma proposta da criação de campo de estágio com quatro alunas do Curso de Serviço social, que desenvolveram pesquisa com geração de renda para trabalhadores formais e estratégias de apoio na prestação de serviços, promovendo a empregabilidade¹⁶ dos trabalhadores não qualificados e contribuindo para pesquisar situações que viessem a otimizar a contratação de desempregados. Quando usamos o referido termo, admitimos ser um conceito que se aplica ao estudo do mercado formal. Acreditamos ser importante construir um conceito de empregabilidade para o mercado informal, que é nosso público atendido na pesquisa, mas que foge aos limites dessa dissertação. Percebemos que há especificidades peculiares a esses trabalhadores que necessitam um processo de qualificação especial. Não queremos ter a pretensão de justificar a informalidade como condição natural da relação de trabalho, bom seria se todos os trabalhadores estivessem atuando formalmente, mas o impositivo da realidade de aumento do desemprego obrigamos a oferecer um tratamento diferenciado a essa condição, consideradas as especificidades desse trabalhador e o contexto histórico atual. Não estamos ignorando as questões macro econômicas que precarizam as garantias do trabalhador, mas seria, por

outro lado, injusto que os desempregados ou os trabalhadores precarizados fossem mantidos sem uma opção de realização profissional em suas necessidades de mobilidade social ?

A tentativa de elaborar alternativas que propiciem uma fonte de renda para esses trabalhadores está diretamente associada ao princípio de sobrevivência humano. Quando o serviço social é chamado a atuar em situações limite, pouco de concreto se pode fazer, considerando os limites do contexto ideal, porque nos faltam recursos de intervenção, evidenciada a política de assalto das políticas neoliberais misturadas com a “social-democracia” do governo federal. A estrutura da sociedade traz, em seu processo contraditório, limitações ao profissional de serviço social, que está diante da situação do improvável, citando Weber, “ *o homem não teria atingido o possível, se não houvesse sempre tentado alcançar o impossível*”, o serviço social, nessa perspectiva de contextos sociais difíceis, labora com bravura.

A experiência do estágio no SINE trouxe ricos saldos de conhecimento palmilhando esse terreno inóspito que é a geração de renda. Nesse sentido, quatro alunas do curso de serviço social foram contratadas pelo convênio UNIT Centro Universitário do Triângulo, SETASCAD (Secretaria Estadual de Trabalho) e IEE (Instituto Empresa Escola). Atuando com a Assistente social e então supervisora, as estagiárias montaram pesquisas que trouxeram importantes contribuições práticas e teóricas à atuação do serviço social naquele órgão e, principalmente, para os interatores do serviço. Inicialmente, como nossa proposta era atuar com geração de renda para mão de obra não qualificada de baixa escolaridade, duas acadêmicas assumiram o acompanhamento das trabalhadoras domésticas, pois, até a presente data, não havia uma iniciativa objetiva neste sentido, visando contemplar as necessidades desse segmento. A partir daí, foi montado um projeto de intervenção para aumentar o número de trabalhadoras empregadas, unindo uma metodologia de atendimento que priorizasse uma atenção à empregadora e à trabalhadora. A problemática da qualificação redundou em outro projeto, culminando no estudo do processo de qualificação dessas trabalhadoras para o mercado de trabalho, partindo da hipótese de que uma trabalhadora qualificada poderia, inclusive, pleitear melhoras salariais. As estagiárias trabalharam no horário da manhã fazendo quatro horas de estágio supervisionado, contando com nosso apoio como supervisor pedagógico para alimentar a atividade científica junto à Supervisora, mesmo porque a pesquisa de mestrado exigia uma participação mais ativa no estágio. As outras duas acadêmicas atuaram no turno da tarde com mais duas linhas de intervenção. Uma delas ficou

responsável por acompanhar um grupo de Diaristas, (categoria de trabalhador doméstico para prestação de serviço autônomo). Esse trabalho nasceu quando foi criada a Central de Prestação de Serviços por iniciativa da SETASCAD, no ano de 1995, mas estava sem um acompanhamento. A Central congregou, no primeiro momento, as trabalhadoras diaristas, que sentiram a necessidade de fundar uma Associação de Diaristas. Surgiram discussões preparativas para a fundação da Associação de Diaristas que culminaram com uma nova pretensão, de partir para uma cooperativa de trabalho de diaristas, buscando a independência do SINE, em outra sede física.

A quarta acadêmica ficou responsável por investigar o perfil dos candidatos encaminhados pelo Sistema. Partiu da investigação dos currículos deixados pelos trabalhadores no SINE, que podem ser melhores aproveitados para atender os casos mais específicos. Foi sugerida à diretoria a criação de um banco de dados específico para profissões com qualificação, onde o próprio interator ao sistema poderia fazer seu registro de informações e disponibilizá-lo no mercado.

4.4.FIEMG –FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MG)

SENAI - SISTEMA NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

CETAL CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

NOT- NÚCLEO DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO - FIEMG

As estruturas do sistema FIEMG, avaliadas pelos questionários encaminhados às referidas empresas, acreditamos ter a mais completa infra-estrutura para atender aos objetivos na prestação de serviços aos trabalhadores, no que diz respeito à qualificação de mão de obra. Percebemos o esforço que as unidades de Uberlândia fazem para manter a qualidade no atendimento da demanda de cursos em nível de excelência. A quantidade de serviços e treinamentos que as estruturas oferecem é de uma expressiva significancia para a comunidade local e regional. Desenvolvem tecnologia nos seus programas de treinamento, mais especificamente, no CETAL - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS-, uma das cinco unidades existentes no Brasil, que aqui está implantada atendendo no setor de tecnologia de alimentos. Levantamos, no Sistema, um total de 116 cursos montados, dos quais vinte e sete deles foram identificados como possíveis ao interesse do grupo do Seringueiras, que é nosso grupo de referência para avaliação. Dos vinte e sete cursos identificados como importantes para o grupo, no ano de 1999, foram implementados sete cursos. O curso de leituras de plantas,

de interesse do “Dedé” (mestre de obras) foi ministrado, mas com custos para o candidato, portanto, fora de suas possibilidades poder se capacitar nessa modalidade. No ano seguinte, esse curso não seria ministrado.

Os cursos são dirigidos preferencialmente ao setor industrial e depois para o restante da comunidade através dos “parceiros”. (CETAL)

Tal situação julgamos dificultar o acesso de interessados, mesmo que os cursos de interesse ao membros do grupo de referência sejam patrocinados pelo FAT(sem custos), pois as estruturas físicas e de recursos técnicos são mantidas pelo empresariado e é natural que haja uma preferência para aqueles de interesse privado.

Avaliando os pré-requisitos exigidos para os cursos que interessavam ao grupo de referência, observamos que para qualquer curso da relação dos cursos disponíveis¹⁷, a escolaridade mínima exigida é ter concluído o ensino fundamental, e confrontando com o nível de escolaridade do grupo (coincide com a estatística do BID), em torno de 4,3¹⁸ anos escolares, não contemplarão os trabalhadores que ficarão excluídos pela escolaridade no acesso a esses centros de capacitação. Consideramos que os cursos patrocinados pelo FAT devem apresentar um formato que contemple as necessidades desse volumoso contingente de trabalhadores a condição de escolaridade (exclusiva) e que, quando fossem designados recursos para estruturas privadas, um mínimo percentual deveria ser estipulado para atender às demandas de trabalhadores que estão fora do planejamento regular das instituições que recebem estes recursos. Como essas estruturas respondem à política de qualificação do setor privado, muitos trabalhadores ficam fora da capacitação, que já é direcionada para setores industriais e comércio. Uma crítica acirrada foi feita aos chamados órgãos do Sistema S, por ocasião do Seminário Desemprego e Direito ao Trabalho, ocorrido em setembro de 1999, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Participamos, na ocasião, defendendo as propostas da região, juntamente a outros representantes da delegação triangulina. Em Belo Horizonte, participamos dos debates da plenária e uma das reclamações dos trabalhadores diz respeito ao pouco acesso ao Sistema S, conforme documento final:

Item 54.”Fortalecimento dos centros de formação profissional (Sistema S -Senac, Sesi, Senai e SEBRAE) e democratização do acesso para trabalhadores de baixa renda, com subsídio para os cursos que essas

instituições oferecem. (p.9 no caderno das Propostas da etapa das Regionais.)

A plenária estadual aprovou o texto integralmente no Seminário ocorrido em Belo Horizonte, de 27 a 30 de setembro de 1999. Fica evidente que em todo o Estado os delegados são unânimes em que não há acesso por parte de trabalhadores de baixa renda aos programas de qualificação do Sistema S.

Entre as estruturas do Sistema S, que tem como função a promoção do emprego, o NOT – Núcleo de Oportunidades de Trabalho-, é um órgão responsável pela recolocação no mercado de trabalho de industriários demitidos, buscando qualificação e re-qualificação dessa mão de obra. Colabora com as indústrias na busca de excelência, fortalecendo sua competitividade, por meio de fornecimento de mão de obra qualificada, a baixo custo de qualificação, sendo um centro de informações com dados completos de empregados e empregadores com as ações:

- Recolocação de profissionais da indústria para o mercado de trabalho;
- Desenvolvimento de ações de treinamento para o industriário desempregado;
- Encaminhamento de ex-alunos do SESI/SENAI;
- Atendimento social ao desempregado e seus familiares.

A partir do cruzamento das informações repassadas pelas empresas conveniadas, o NOT facilita a localização do profissional com o perfil desejado, ao encaminhar os desempregados a re-qualificação, o que facilita nova chance de empregar-se no mercado. Iniciou suas atividades em 01 de junho de 1997, na requalificação de industriários desempregados e encaminhando-os a novos empregos conforme demanda das indústrias. Os recursos que mantêm o NOT são provenientes do SENAI e SESI. Conforme dados colhidos na unidade de serviços, 62% é o percentual de readmitidos em 1997 e 1998 das vagas ofertadas pelo NOT. Não foi possível obter os dados dos desempregados que não conseguiram re-emprego nos anos de 97 e 98. Questionamos sobre o número de industriários que, mesmo após o processo de requalificação, não conseguiram outro emprego. Para dados de 97 e 98, o número foi de 129 casos os quais eram principalmente profissionais em serviços operacionais de informática. A média mensal de atendimentos está girando em torno de 140 pessoas. Quanto ao atendimento de trabalhadores de baixa escolaridade, o serviço encaminha aos cursos de supletivos e

telecurso 2000 do SENAI, aí mantemos a nossa crítica sobre os processos de qualificação tradicionais, que não trabalham a posição de participação política na sociedade plural, para que o indivíduo possa vislumbrar outros horizontes para além da opção de ser empregado. Os cursos para onde os trabalhadores do NOT são encaminhados não têm custos, e, quando há custos, as empresas é que bancam. De 97 a Dez/98, os NOT do Estado de Minas Gerais encaminharam 9.339 trabalhadores.

A presença de uma assistente social na estrutura demonstrou que um profissional que seja capaz de mediar alternativas a trabalhadores desempregados é de fundamental importância, considerando as situações decorrentes desse problema social e de seus desdobramentos na vida dos trabalhadores na relação pessoal e com os familiares. Há um campo de estágio do Curso de Serviço Social de Uberlândia, na unidade do NOT-Uberlândia, com uma estagiária.

Pudemos observar a assistente social que nos atendeu e informou-nos que:

“a unidade só atende trabalhadores do setor industrial conforme parceria estabelecida entre as demais unidades, SESI, SENAI que gravitam em torno da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.”

4.5.. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC

O SENAC foi criado em 10 de janeiro de 1946, em São Paulo e passou a funcionar no dia 13 de julho, com a eleição do primeiro Conselho Regional, presidido por Brasília Machado Neto, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. A Administração Regional, instalada à Rua Florêncio de Abreu 305, ocupa o 11º e parte do 12º andar. O primeiro ano foi dedicado à organização da Instituição em três divisões: Administração, Ensino e Serviços. Foram contratados 30 funcionários.

Instituição sem fins lucrativos, o SENAC foi criado, por iniciativa dos empresários do Comércio. Seus objetivos e atribuições encontram-se definidos pelos decretos-lei 8621 e 8622. É administrado pela Confederação Nacional do Comércio e mantido pelos empresários do setor, que contribuem com 1% do total da folha de pagamento das empresas.

Conforme as finalidades da instituição, “o SENAC é uma organização que contribui para a superação dos problemas sociais e econômicos do País, através da capacitação profissional de trabalhadores para o setor de Comércio e Serviços”.¹⁹

Os recentes números absolutos da prestação de serviços contaram 2.011.146 - matrículas (total), 2.063 - municípios atendidos, 642 - unidades escolares, 11.295 -

professores, agentes de formação profissional. Desde sua criação, o Senac preparou mais de 23 milhões de pessoas para o mercado de trabalho, em todo o Brasil. Dados colhidos do Relatório Geral 99.

O SENAC faz parte do Sistema “S”, que tem recebido muitas críticas de diversos setores da sociedade, principalmente dos segmentos ligados a entidades sindicais, que contestam a política de sua estrutura administrativa, especialmente, os critérios de escolha de sua direção, prioridades, e políticas de capacitação de mão de obra. O recurso é recolhido compulsoriamente pela Previdência e distribuído as Confederações, que, por sua vez, repassam-nos às estruturas do Sistema “S”. Além de que os “S” vendem serviços, o que não deveriam fazer, pois operam com recursos do próprio cidadão para matricular-se nos cursos oferecidos pela Instituição, desde que estejam enquadrados seus critérios, indiretamente, esse recolhimento está incluído no imposto embutido no preço da produção. Boa parcela dos nossos interatores (do serviço social de setores empobrecidos) dificilmente estarão incluídos nesses critérios, como é o caso do grupo de referência do Seringueiras.

“ os cursos do Senac são abertos a toda comunidade... certos cursos exigem formação escolar a nível de 2º grau devido ao seu conteúdo programático.”(fala do administrador do órgão)

É importante que os programas que trabalham com capacitação, operando com recursos do FAT (recurso público), tenham rigoroso acompanhamento pela CME, para fiscalizar o emprego desses recursos para as parcelas de trabalhadores que têm direito aos cursos promovidos com dotação orçamentária do FAT.

No caso dos cursos oferecidos pelo SENAC, não foi possível identificar cursos que contemplassem os interesses dos trabalhadores do nosso grupo de referência.

Em Uberlândia, o Senac iniciou suas atividades em 1954, com o curso Aprendizagem Comercial para Menores, tendo a 1ª turma concluído a sua aprendizagem em 1958. Somente em 1974, o Senac inaugurou o seu Centro de Formação Profissional de Uberlândia em prédio próprio. Conforme dados colhidos na sede local:

“Atualmente o SENAC oferece ensino profissionalizante nas áreas de:

- Informática, critério de admissão:(fundamental completo)***
- Hotelaria e turismo, critério de admissão: (fundamental completo)***
- Moda e beleza, critério de admissão: (fundamental completo)***

- Administrativos: Escritório, Vendas e Departamento Pessoal; usando como critério de admissão o ensino fundamental incompleto.”(dados de entrevista colhidos no SENAC)

Estes cursos abertos a comunidade e os pré-requisitos de admissão variam do ensino fundamental ao ensino médio, conforme o curso e seu conteúdo programático. A avaliação concluiu que os cursos têm uma demanda expressiva a julgar pela baixa evasão em torno de 10% demonstrando que a demanda crescente reclama investimentos maiores para contemplar os interessados.

Identificamos que não há um acompanhamento do aluno qualificado após findo o curso, problema que a própria estrutura do SENAC poderia articular, usando um banco de dados na Internet, a fim de disponibilizar as turmas de formandos para as empresas contratantes. O próprio aluno poderia fazer seu cadastro, uma vez ser ele o maior interessado na sua contratação. Não identificamos um intercâmbio efetivo com estruturas locais de promoção ao emprego, tais como: SINE, Associação Comercial, CME ou Empresas privadas que empregam a mão de obra capacitada. Seria uma forma de promover essa integração com o mercado na contratação da mão de obra qualificada, podendo atender não só ao município, mas à região. Esse caminho seria de fundamental importância para que houvesse melhor direcionamento dos recursos para os cursos, frente à demanda. Esse trabalho de elo entre políticas de emprego o assistente social poderia gerir, acompanhando o aluno matriculado para ampliar tanto a taxa de emprego como atender aos alunos que ficam fora dos cursos oferecidos pela instituição, com programas alternativos de apoio.

Entre os alunos que não conseguem vaga nos cursos, 20% dos candidatos, não há estudos sobre esse público e as causas de sua exclusão. Um criterioso estudo sobre esse público poderia ser feito pelo Serviço Social, buscando redirecionar os candidatos para outras modalidades de treinamento, usando recursos do FAT via proposta de atendimento a esse público.

Entre os cursos mais procurados no órgão, estão os de Cabeleireiro e de Informática, e os demais cursos têm suas vagas preenchidas integralmente a cada início de ciclo de formação.

Aos candidatos com baixa escolaridade as opções de curso são datilografia e *office boy*, geralmente, ocupado com público mais jovem, não atendendo a adultos, mesmo porque as opções de emprego que esses cursos oferecem contemplam uma faixa etária que exclui pessoas com mais de 18 anos..

A direção administrativa em Uberlândia entende como objetivo do SENAC:

-“ Desenvolver organizações e pessoas para o mundo do trabalho através de ações educacionais com qualidade, visando a satisfação da clientela”.

Acreditamos que a proposta do SENAC, atualmente, em âmbito nacional, está mais agressiva, considerando as estratégias mantidas com o Terceiro Setor, que vêm consolidando um novo universo de atuação da instituição na sociedade. Foi identificada a necessidade de comunicação entre outros municípios, fato de indiscutível importância para a otimização dos esforços de qualificação para colocar no mercado a mão de obra que ali se forma.

A discussão do pagamento dos cursos pelos alunos, acontecida também em outras estruturas pesquisadas, e revelam que a não gratuidade para candidatos sem renda reforça a exclusão desse segmento, que vai ficando cada vez mais à margem do processo de qualificação. Dados da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe –CEPAL-, atestam sobre a pobreza de crianças e adolescentes nos anos 90. De um total de 204 milhões de pobres (1997), são 110 milhões os indivíduos com menos de vinte anos, dentre os quais, 37 milhões são crianças com menos de seis anos. Mais da metade dos pobres e mais da metade das crianças e adolescentes são pobres. A proporção de lares pobres, em 1980, era de 35%, e, em 1997, era de 36%. Em termos sociais, portanto, os indicadores são indiscutíveis, foram vinte anos de modernização , liberalização, reformas, privatização, democratização, que para os mais pobres nada significaram. Os riscos para a infância incluem o fato de que, em boa parte dos lares de mães pobres, a mãe também carece de “capital intelectual”, ou seja, tende a baixa consciência de que a escola (tradicional como apenas processo monolítico) é uma forma de atingir a mobilidade social e superar a miséria. A atuação do assistente social nesse circuito poderia evitar que houvesse mais inclusão, buscando maximizar as fontes de capacitação, além de encaminhar a outras formas alternativas para esse público, agregando-os em torno de suas necessidades como grupo em que a partir do domínio crítico da sua situação de excluído, ele possa buscar, em estruturas coletivas, o fortalecimento almejado para democratização das oportunidades de trabalho. Como temos no país um volume muito grande de pessoas fora da escola, muitos dos que conseguem uma vaga, apresentam dificuldades herdadas do período de formação básica. Diante disso, os cursos de profissionalização necessitam desenvolver uma linha de experiência pedagógica conforme a realidade desse contingente de mão de obra excluído, utilizando os recursos

que chegam a órgãos como os do Sistema S, para atender, em caráter alternativo, aos alunos que compõem os 20% de candidatos não classificados. Não estamos propondo que o Sistema assuma a responsabilidade da qualificação de forma integral, mas que contemple uma parcela entre os que buscam sua demanda, ao apresentar demandas alternativas, buscando o encaminhamento opcional, estariam articulando um trabalho de inclusão com esse público marginal. Afinal, todos os consumidores brasileiros contribuem com alguma parcela para com o SENAC mediante impostos pagos, repassados como custo ao consumidor. Na interpretação que temos dos fatos, chegamos a essa proposição, por acreditar que, se não partirmos do princípio de inclusão, qualquer estrutura social de prestação de serviço estará minada na sua base. O privado das Instituições tem de migrar para o público que nelas há, e o público delas só será desvendado a partir de seu degelo funcionalista, ou seja, a busca da estreiteza entre o social e o significativo dos indivíduos – substância fundante dos serviços sociais para o momento atual.

Avaliando esses processos, ficamos a indagar qual a chance que os trabalhadores do Seringueiras teriam nas instituições de qualificação e de promoção de renda, quando elas têm a porta de acesso voltada para interesses exclusivos e não inclusivos, impondo processos classificatórios que não se identificam com a realidade de um razoável volume de trabalhadores, determinando aqueles que são “EMPREGÁVEIS E OS INEMPREGÁVEIS”, tomando com base os critérios que partem somente da via de interesse dos empregadores.

Há uma clareza sobre a evolução dos processos organizacionais nas empresas, no entanto, se partirmos de uma concepção de sociedade inclusiva para interpretar os fenômenos sociais, e, entre eles, o desemprego, é necessário ter em paralelo alternativas de atendimento àqueles que ficam fora do processo, para lermos essa realidade com a maturidade da justiça necessária para que esse paradigma seja da justiça como equidade.

4.6. SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Em meados de 1998, procuramos o SEBRAE-MG e aplicamos o instrumental básico de identificação de oportunidades (questionário de pesquisa), a fim de avaliar as possibilidade de acesso a programas e cursos do grupo de referência do Seringueiras para geração de renda e de qualificação de mão de obra que pudessem atender à demanda de trabalhadores não qualificados, mas que têm aspirações de montar algum empreendimento.

Nesse momento, dos órgãos visitados, o que se mostrou mais distante do público de baixa escolarização e não qualificado, foi o serviço apresentado pelo SEBRAE. Do ponto de vista da organização interna, o órgão possui uma invejável folha de serviços prestados a empresas já estabelecidas e com uma experiência com o mercado que lhe garante promover empresas para a competitividade. Dos programas que existem no órgão, o que mais se aproximou de nossos trabalhadores foi o de atividades patrocinadas pelo PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda. Levantamos junto ao ex-presidente da CME- Comissão Municipal de Emprego/99-, o sindicalista Cleber Pereira dos Santos, alguns esclarecimentos sobre o PROGER.

Em agosto de 1999, o SEBRAE iniciou, de forma tímida, alguns projetos em apoio a empreendimentos que contemplam empreendimentos para trabalhadores não qualificados e com baixa escolaridade. Nessa ocasião, como estávamos convivendo com trabalhadores em busca de emprego, tivemos contato com um grupo que pretendia montar uma empresa de reciclagem de lixo. Tivemos presentes a algumas reuniões com o pessoal, para avaliarmos o comprometimento do SEBRAE com os trabalhadores e pudemos observar que, conforme o testemunho do líder do grupo, **“o SEBRAE não se empenha no atendimento”** de iniciativas como a do grupo de reciclagem de lixo e reprocessamento para venda. Embora o consultor designado tenha prestado as informações e acompanhado o grupo com a seriedade necessária, observamos que a política de atendimento segue um formato não adequado a esse público, que exige outro formato de atendimento, visto terem necessidades diferenciadas. Segundo nos informou o líder do grupo de reciclagem de lixo, **“a relação nossa com o SEBRAE aconteceu sem que o órgão demonstrasse um efetivo apoio ao grupo”**. Na verdade, observamos, ao nos aproximarmos do SEBRAE e do grupo, alguns pontos que eram atritantes, por questão de comunicação, como diria a professora Martinelli, **“é preciso acontecer o “desvendamento” da linguagem entre as partes”**. Por um lado, o consultor apresentava uma proposta bem estruturada e com determinados passos a serem seguidos do ponto de vista técnico administrativo voltado para o processo do estabelecimento de uma empresa. Entretanto, os integrantes do grupo, ouvindo a mensagem, não interpretavam as palavras e não compreendiam o seu significado numa leitura empresarial no nível do seu desvendamento, ou seja, aquilo que parecia muito óbvio, na verdade, não chegava a se materializar como processo cognoscível.

Fomos convidados pelo grupo de reciclagem a conhecer o projeto; começamos um trabalho voluntário junto ao processo que se estabelecia na estruturação da empresa deles de reciclagem e venda de papel e outros, participamos de umas três reuniões deles;

usamos a mesma linha de orientação do consultor do SEBRAE, porém, decodificada para uma aproximação daquilo que o grupo poderia, na sua interpretação, fazer. Em outras palavras, usamos a mesma diretriz de raciocínio do consultor, porém “desvendando” para o grupo os significados de determinados passos e o que eles representavam no processo. Concluimos desse episódio que a importância de um atendimento diferenciado a grupos especiais pode ter retornos satisfatórios, trabalho que o assistente social pode realizar e para o qual dar sua contribuição.

“Assim o interprete não pode esclarecer-se sobre o conteúdo semântico de uma expressão, independentemente dos contextos de ação em que os participantes reagem à expressão em questão com um Sim ou Não ou Abstenção.”(Habermas,1989:115)

Durante o desenvolver das ações da pesquisa, teve o SEBRAE uma participação na organização das diaristas no SINE, intervenção fruto da investigação nas instituições, fortalecida com os trabalhos do Estágio supervisionado, e a estagiária procurou o SEBRAE para orientar as diaristas sobre o processo de formação de uma cooperativa de prestação de serviços para trabalhadores em serviços domésticos de higienização e limpeza. Os contatos foram estabelecidos e iniciou-se o processo de acompanhamento da organização do grupo. A experiência foi muito importante para as diaristas, que receberam orientação do consultor para cooperativas com o apoio da estagiária de serviço social. Podemos dizer que o apoio do SEBRAE fez-se presente desde que, com um suporte de acompanhamento, pois, caso contrário, as iniciativas dos grupos definha por não encontrar eco comunicativo durante o processo de transmissão da informação; *“uma expressão satisfaz a pré-condição de racionalidade, se e na medida em que corporifica conhecimento fátil e, portanto, tem uma relação com o mundo objetivo (isto é, uma relação com os fatos) e está aberta ao julgamento objetivo . (Habermas,1984:9)*

No Seringueiras, foram identificados além do grupo de referência, outros grupos, que surgiram interessados na geração de renda. Havia o grupo de trabalhadores desempregados que estavam interessados em capacitação profissional na área da construção civil. Em contatos com o Sine, conseguimos um curso patrocinado pelo FAT, oferecido pelo MDC-Fundação Movimento Direito e Cidadania, identificado no capítulo 3. Em complemento ao primeiro, veio um segundo curso, de Habilidades, Gestão e Assessoria Técnica. A partir dessas iniciativas, esse grupo de trabalhadores da construção

civil motivou-se para montagem de sua cooperativa de prestação de serviços. Tivemos a oportunidade de ministrar um conteúdo de formação e preparação para a estruturação de uma empresa, e, nessa oportunidade, trabalhamos conteúdos de política e participação, que cremos indispensáveis ao processo de formação integral da pessoa cidadã. Nesse momento, o grupo de alunos trabalhadores mantiveram contato como SEBRAE. Fomos recebidos pelo consultor para cooperativas e iniciamos um cronograma de contatos e reuniões para organizar a cooperativa. Observamos a importância que o assistente social possui ao se posicionar como articulador entre a instituição que oferece os serviços de informação e apoio (SEBRAE) e os trabalhadores (os interatores), em busca de atingir sua meta de se organizarem em cooperativas. O nível de informação de grupos, com pouca escolarização, dificulta a compreensão da linguagem do consultor de negócios, habituado a falar com um público de classe média, que, é mais escolarizado, ao passo que grupos excluídos e de pouca escolaridade têm dificuldade de entender o processo, a linguagem e toda a formatação própria de um processo estranho no qual eles apenas são observadores distantes.

Aproximar o trabalhador de outra perspectiva de vida, diferente da relação de empregado/patrão, que implica apenas em trabalhar para comer, tornou-se, para a realidade dos trabalhadores, processo de significativa importância, principalmente, por estarmos interagindo com a esperança dos indivíduos em alcançar um futuro menos injusto e mais equânime.

Evidencia-se, diante os estudos realizados, a importante tarefa de identificar uma metodologia que busque uma proposta de democratizar informações, ao clarear a transmissão da informação de instituições como o SEBRAE, detentoras de um rico cabedal de experiências profissionalizante, necessitando de formatar esse modelo à realidade brasileira, de pessoas pouco escolarizadas.

O grupo dos trabalhadores da construção civil, acompanhado diretamente por nós, beneficiou-se com a prestação de serviço da consultoria do SEBRAE, enquanto o grupo dos papeleiros sentiu-se excluído e desapoiado. A nossa participação com o grupo do Seringueiras foi, sem dúvida, mais ativa e tinha uma historicidade pregressa, enquanto que, com o grupo de reciclagem de lixo, apenas oferecemos alguma cooperação, quando solicitados, mesmo porque eles não faziam parte do universo de investigação, tornando-se parâmetros de comparação no acompanhamento entre dois grupos com semelhanças nos projetos de geração de renda, em que um teve o acompanhamento do assistente social e o outro não.

Por meio do desenvolvimento comparado dos dois grupos, o grupo do Seringueiras, que tinha um processo de acompanhamento de três anos, encontrou-se em melhores condições de receber o apoio do órgão de consultoria, enquanto o outro grupo do trabalho, de reciclagem de lixo, teve dificuldades para se organizar dentro das instruções da consultoria do SEBRAE. Importante lembrar que o nível de informação das pessoas que compunham o grupo do lixo era bem maior que os trabalhadores do Seringueiras (Construção civil). A importância de um trabalho de estruturar grupos em torno de geração de renda passa por uma leitura de processo participativo e não apenas por uma matriz unicamente técnico-administrativa.

4.7. PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Como foi citado no capítulo III, em Uberlândia, a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social foi uma assistente social até dezembro de 2000. O trabalho dessa profissional apresenta-se de singular relevância para nossa categoria por criar um espaço de intervenção político administrativo, onde os assistentes sociais podem efetivar uma enormidade de ações profissionais em consonância com os objetivos e fundamentos da profissão de Serviço Social, além de caracterizar o potencial de intervenção que nossa categoria é capaz de oferecer em postos de comando de ações políticas e técnicas, em nível de gestão de políticas sociais.

Iniciamos nossa investigação conhecendo os objetivos da secretaria municipal que estão relacionados à geração de renda, entre eles:

- Elaborar políticas de trabalho e Ação Social do Município;
- Incentivar a parceria entre as três esferas de governo e a sociedade civil, por intermédio de seus segmentos organizados, buscando condições de financiamentos dos serviços, programas e projetos de assistência social;
- Elaborar e executar programas de assistência social, desenvolvimento comunitário, promoção social e qualificação profissional.

Com base no questionário que apresentamos à Instituição, conseguimos as informações que podem medir o acesso do grupo de referência aos recursos que a prefeitura oferece.

Foi avaliado que há uma estreita relação entre as políticas de trabalho e o setor da assistência social. De onde podemos entender que a busca por trabalho acontece em

paralelo ao apoio dado aos interatores mediante políticas compensatórias que efetivem a assistência como direito e não como filantropismo estéril. Na sua grande maioria, os grupos atendidos, em busca de uma condição de espaço no mercado de trabalho já trazem uma história de precarização das condições de sobrevivência, necessitando de um atendimento emergencial que possa lhes garantir a persistência em uma atividade profissional de renda ou de capacitação para o mercado de trabalho. Uma das divisões da secretaria, Divisão do Trabalho, atua nesse espaço e também é coordenada por outra assistente social, com vasta experiência no setor privado.

Entitulado Programa Mãos à Obra, a Secretaria de Trabalho e Ação Social desenvolve ações que visam a “ *proporcionar condições de resposta às exigências do mercado de trabalho mediante qualificação profissional, propiciando condições para o aumento da renda familiar através de frentes alternativas de trabalho*”²⁰.

O programa Mãos à Obra tem dois núcleos de desenvolvimento de suas ações:

- O Centro de Bairro 1º de Maio
- Centro de Bairro Lagoinha

O Programa Mãos à Obra tem os seguintes cursos:

- Relações interpessoais
- Profissionalização na Arte da Alimentação
- Formação profissional em marcenaria.
- Segurança no trabalho
- Informática
- Formação profissional na linha automotiva
- Aprendizagem em arte de couro
- Formação profissional na linha de confecção.

Anualmente, são atendidos 152 alunos/mês, por 35 funcionários, entre administrativos e instrutores, apresentando uma média de 4,3 de funcionários por aluno. Os candidatos são de faixas etárias distintas, e os critérios para a matrícula nos cursos são diversificados, conforme as especificidades do curso pretendido.

Como informou a assistente social responsável pelo programa, “***as limitações do atendimento se devem a problemas de escolaridade apresentados pelos candidatos. Os cursos destinam-se a pessoas desempregadas e de baixa renda***”.

Os recursos para a manutenção dos programas vêm da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e as parcerias são estabelecidas com os Centros de treinamento do SENAI e UNIMINAS-VOLKSWAGEM.

A Prefeitura apoiou também, quatro lavanderias comunitárias, mas elas se desligaram do atendimento da Secretaria de Ação Social no ano de 1998, e partiram para auto-gestão, mas ainda têm água subsidiada e noutras o subsídio é energia e água. Esse projeto de lavanderias comunitárias nasceu no período do Governador Newton Cardoso (PMDB), anos 80. E, como parte de incentivos para alavancar o empreendimento, foram concedidos na época esses incentivos. As lavanderias estão nos bairros:

- Industrial
- Roosevelt
- Lagoinha
- Tibery
- Tubalina

As quatro Lavanderias Comunitárias foram criadas a partir dos anos 80, apresentando uma resposta positiva, ao estar empregando 51 mulheres trabalhadoras, que administram seu próprio empreendimento, com uma média de 7 trabalhadoras por unidade de produção.

Visitamos as lavanderias e investigamos junto às trabalhadoras como funcionava o empreendimento. Foi constatado que elas desenvolveram um sistema auto gerido de trabalho e a unidade Lavanderia do Tubalina tentou transformar a lavanderia em cooperativa, mas, e segundo nos informou a atual coordenadora, ***“a experiência não foi interessante para o nosso negócio devido ao “processo complicado e ao número de impostos a que ficamos submetidas. A partir dessa experiência nós voltamos para o antigo sistema de lavanderias comunitárias onde nós ficamos protegidas de impostos e burocracia administrativa, e longe de tributação. Nós fazemos a administração da lavanderia, pagando um contabilista apenas para situações específicas”²¹.***

Esse grupo apresentou um nível de organização mais estruturado que as outras três pesquisadas. Esse grupo do Bairro Tubalina é composto por um número de doze trabalhadoras, sendo que elas trabalham em duplas, uma lava e outra passa. Os produtos são comprados e estocados para o consumo diário. Essa lavanderia não recebe subsídio do Estado, e é o grupo mais independente dos quatro. Todas as trabalhadoras pagam o

INSS. A administração da renda é na seguinte proporção : 25% da mala de roupa vai para custos de manutenção e os 75% restantes são rateados entre a lavadeira e a passadeira.

Já as outras três, do bairro Industrial, do bairro Roosevelt, e Bairro Lagoinha, têm o mesmo sistema de trabalho, e foram criadas pelo mesmo projeto do Governo do Estado nos anos 80. As lavanderias têm uma autonomia na administração do trabalho, rateando as despesas entre as participantes. O material de consumo é comprado individualmente para atender a clientela, que é própria a cada lavadeira. Não contribuem com INSS e a maioria delas está na faixa etária de 20 a 50 anos.

“Nós temos o apoio da Prefeitura Municipal na “área social”, ou seja, um técnico da prefeitura acompanha as lavanderias levando apoio técnico e auxiliando as trabalhadoras nas questões de relacionamento humano”²².

Essas três unidades têm subsídios municipais e ou estaduais, variando o subsídio de uma para outra, (não investigamos as causas destas diferenças, que podem estar ligadas a concessões antigas de administradores públicos). Entre os subsídios, podemos identificar a água ou a energia, ou água e energia.

Acreditamos que mais iniciativas desta natureza poderiam ser exploradas na geração de renda, devido ao resultado experimentado nas lavanderias já existentes, de excelente sucesso. Mas o município não investiu num processo de formação educativa capaz de orientá-las para a independência. Além do que o custo de instalação de uma unidade não é alto e a exigência de uma alta qualificação escolarizada é desnecessária. Partindo deste diagnóstico, um dos grupos de trabalhadores que se interessaram pelo curso de Habilidades de Gestão, fruto de nossa intervenção no Seringueiras, pretende iniciar no bairro Aclimação uma lavanderia comunitária.

4.8. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO SERINGUEIRAS (PROMOÇÃO DE EMPREGO POR AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE)

Quando fomos convidados a iniciar nossas atividades na comunidade do Seringueiras, em meados de 1997, os grupos mais atuantes na comunidade eram um Grupo de leigos da Catedral de Santa Terezinha, a Pastoral da Criança com a Celebração da Vida, atividade de pesagem e acompanhamento de nutrízes e bebês e, mais tarde, chegou ao Centro Comunitário o Lyons Club International, que apoiou as reivindicações

populares e marcou presença no segundo semestre de 1998, trazendo, no conjunto de ações, uma proposta de geração de renda para a comunidade.

A finalidade do grupo de leigos na comunidade era de levantar o templo católico e a construção de estruturas físicas para o Centro Comunitário Dom Estevão Avelar, que foi construído e entregue à comunidade em 1998. Por intermédio do grupo da pastoral da moradia é que fomos apresentados à comunidade como interessados na promoção de iniciativas para geração de renda. O grupo da Pastoral da Criança realiza o fundamental trabalho de garantia da vida aos bebês e mães participantes num dos maiores trabalhos sócio-humanitários da América Latina, que merece toda a cooperação da sociedade brasileira pelos resultados conseguidos junto a comunidades excluídas. Neste bairro a pastoral da Criança não realizou ações de geração de renda, embora está no seu programa.

O Lyons Club International – Cruzeiro do Sul-, veio incorporar-se aos esforços da comunidade no sentido de intermediar os interesses dos populares junto às instituições públicas, principalmente, no que diz respeito às reivindicações comunitárias por cidadania, acesso a equipamentos sociais, asfaltamento das ruas, aumento no número de ônibus, e criação de uma nova escola, visto que as existentes estão com um volume elevado de alunos e estão muito distantes da região onde moram os filhos dos moradores; problema que identificamos na investigação que fizemos em 1997, quando foi comprovada a ausência de equipamentos sociais básicos.

Os “Leoninos e as Domadoras” apresentaram um projeto na comunidade, pelo qual, além de mediar a relação reivindicativa com as estruturas de poder político municipal, fizeram parte do projeto iniciativas que buscavam parcerias para qualificação de mão de obra, desenvolvimento de artesanato e culinária com o objetivo final de estruturação de cooperativas de produção, o velho sonho do líder comunitário. Percebemos que o projeto desse grupo de filantropos apresentou inconsistências teóricas, mesmo assim poderia ter evoluído para resultados positivos. Mas identificamos que o tempo para apresentar resultados era curto, portanto, entre uma diretoria e outra, não seria possível que esses resultados fossem alcançados. Além de problema de ordem política, o grupo de leoninos apresentava conflitos entre os membros da equipe e divergências. Os líderes iniciaram as atividades e, por seis meses, atuaram no bairro com grupo de senhoras, atividades de bordado, filantropia e ação reivindicativa de apoio à comunidade. Ao final desse tempo, a equipe foi se diluindo, não perseverando na proposta inicial de apoiar as ações da comunidade na geração de renda.

Se o grupo tivesse mantido suas ações na comunidade, poderia ter contribuído muito mais para o sucesso das ações comunitárias que dali derivariam, inclusive, para o projeto de geração de renda. Porém, iniciativas desta natureza, quando sofrem solução de continuidade, tornam-se um golpe no processo de organização e luta da comunidade, que sente o abandono que a “sociedade” lhe dedica.

Fazendo uma alusão à interpretação na análise dos dois primeiros capítulos de *A Política* de Aristóteles²³, entenderemos que a sociedade não pode de forma alguma descompatibilizar-se da responsabilidade construtiva do coletivo. “*A cidade é um tipo de comunidade*”, e a partir dessa premissa, “*toda comunidade é constituída em vista de um certo bem*”, sendo a *Cidade a mais soberana das comunidades que inclui todas as outras*.” Aristóteles difere-se dos outros os pensadores por caracterizar a cidade justificando-a no conjunto de comunidades com especificidades próprias, fugindo da generalidade ancorada nas necessidades utilitárias, unicamente, conferindo a ela uma razão de ser própria. Essa característica torna a ação política de grupos em interação com as comunidades objeto supremo, que pretende o *bem soberano*, traduzido em nosso cotidiano nada mais é que a cidadania.

Percebemos as entidades não governamentais buscando a sociedade da solidariedade, mas as ações de sua intervenção nem sempre são direcionadas dentro de diagnósticos precisos, o que dificulta a operacionalização eficaz de suas ações. Fato que não ocorre com a Pastoral da Criança, que se articula no contorno político da realidade local com voluntariado motivado por valores e crenças da sua subjetividade. Portanto, se outras ONGs desejam direcionar forças e recursos para uma comunidade qualquer, fica implícito que deverão atuar com processos técnicos adequados àquela realidade. Vemos o espaço preferencial para o assistente social nessa experiência, mas a formação acadêmica necessita ser revista para essa realidade dos Novos Movimentos Sociais.

Quando concebemos uma comunidade de trabalhadores em busca de geração de renda, a característica material e própria daquela dada comunidade reside no “*efeito necessário que haja comunidade de vida entre vários seres humanos diferentes*”(Wolff 1999:40), consubstanciado nas relações de solidariedade que Aristóteles chama de amizade (*philia*), segundo relações de justiça, em que prevalece não apenas uma relação afetiva, mas um sentimento de co-pertencimento. Quando estamos atuando em uma comunidade, a ação, para ser política, e tem de ser vista sob esta perspectiva, que absorve a interpretação aristotelina de Bem Soberano. A unidade é uma pluralidade (comunidade-cidade), a existência de uma finalidade comum e política (o bem soberano que emana da amizade (*philia*) e justiça). A construção do objeto de interesse – o trabalho-, passa pela

noção de justiça com equidade no vocativo, a participação política dos cidadãos, quando numa distribuição de oportunidades em que os que se sobressaírem mais, fazem-no para beneficiar os menos favorecidos.

A partir da intervenção, apresentamos uma trajetória de estudos qualitativos sobre as estruturas que, possivelmente, poderiam cooperar com o processo de inclusão social de trabalhadores de baixa escolarização e sem qualificação técnica, pela via do trabalho remunerado ou pela iniciativa própria de empreendimentos autônomos. As categorias de análise nos forneceram parâmetros para analisar o processo de admissão às instituições e como essa relação atende ao interator que demanda interesses na geração de renda. Encontramos, nas estruturas avaliadas, dificuldade em identificar uma possibilidade de acesso a programas destinados a atender os grupos mais pobres, que são a grande maioria no país, e o objeto de investigação materializado no grupo de referência do Seringueiras. Foi visto que a demanda que as estruturas investigadas recebem é maior que a capacidade de atendimento, e concluímos que os serviços têm procura, mas não têm mecanismos de medição do resultado da prestação de serviços e, portanto, não há como balizar a existência de equidade no acesso para todos os níveis da demanda, uma vez que as leis de nossa sociedade, em princípio, pretendem-se democráticas regidas pelo princípio da igualdade de oportunidades. Óbvio que as contradições do capitalismo perpassam por esse modelo, todavia questionado pela via da justiça como equidade, que tem raízes na cultura ocidental democrática crítica. Outro ponto que ficou claro nos processos públicos das estruturas é o fato que não há uma linguagem para atender a grupos não escolarizados e sem qualificação, no entanto, com potencial de produção. A formatação organizacional de grupos como as instituições do Sistema S possui uma proposta pedagógica idealizada apenas para um público restrito às demandas do setor privado, no entanto, a fonte de financiamento desses serviços é, em princípio, pública, via repasse de preço embutido nos produtos comercializados pelas empresas, que recolhem um percentual destinado à manutenção das instituições (Sistema S), pago por todos os cidadãos. A verdade prática é que nem todos possuem acesso aos serviços que são oferecidos de capacitação. Quanto aos serviços do setor público de promoção ao emprego, podemos observar que a população procura a prestação de serviço, mas não vemos política governamentais objetivas no sentido de tornar esses serviços dimensionados para publicizá-los. É presente uma dissintonia nas várias ações entre as três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Esse complicador torna mais frágil o processo de atendimento, para as fontes de financiamento e a população beneficiária.

Analiticamente, compreender a matriz histórica dessas estruturas formadoras de mão de obra, que nasceram no Estado Novo de Getúlio Vargas, é necessário considerar o processo de interação Estado-sociedade civil que contém dois componentes fundamentais, bloqueadores do desenvolvimento democrático:

- a) a expansão de mecanismos estatais de controle, tendendo a reduzir o espaço de estruturação autônoma da sociedade civil,
- b) a atitude persistente das elites dirigentes, independentemente dos regimes políticos, de dissuadir formas de participação de tipo plural-democrático.

Esses fatores que emergem junto a historicidade dessas instituições, que ainda guardam nuances de conservadorismo e não pluralismo, refletem na sua atuação na sociedade. A partir daí, a posição do Estado não dilui sua importância, mas a moderniza, no entanto ainda vivemos um processo não concluído de modernização de suas representações políticas, fator que reproduz uma forma pouco democrática de serviços. “*A sociedade do futuro necessita ainda de uma estrutura estatal que seja capaz de fazer a transformação produtiva com equidade para que se criem as condições de um governabilidade democrática e sócio-econômica, numa sociedade menos desigual e cidadã . Esse é o grande desafio: romper os obstáculos históricos que bloqueiam os avanços de uma democracia radical.*”²⁴

Nessa perspectiva, julgamos possível escrever um novo processo de instituições que construam formas menos viciadas de respostas mais públicas e menos corporativas, com uma diretriz de desenvolvimento equânime, reconhecendo a necessidade de rompimento da tradição inercial secular enraizada na cultura ibero-americana da combinação entre a lógica liberal e a prática autoritária. Os entraves culturais que bloqueiam a construção da democracia participativa, socialmente justa, e com economia sustentável, necessitam ser superados, sob pena das novas democracias ficarem submetidas às “*democraturas*”²⁵.

Nosso esforço foi apresentar o perfil das instituições em que homens e mulheres históricos procuram respostas, num contexto cada vez mais hostil às suas permanências na vida social, cujas representações estão sem rosto político na sociedade civil a que pertencem. Esperamos que a proposição de um sociedade que abrace a justiça com equidade possa resgatar esse identidade. Ao serviço social moderno é importante se ater ao momento de diversidade metamórfica da sociedade civil, sem perder a referência do humano, não apenas histórico mas também portador de uma individuação peculiar em uma sociedade pluralista na qual se inscreve sua plataforma de intervenção.

Das onze instituições pesquisadas encontramos na avaliação, possibilidades de atendimento possível em quatro delas, a Secretaria de Estado e Assistência social, que abriu as portas para um campo de estágio para atender o público de baixa escolarização e articulou cursos de capacitação na comunidade do Seringueiras, a Prefeitura Municipal com o seu programa Mãos a Obra, porém apresentou dificuldades de vagas para os cursos, o SEBRAE, com a orientação para a montagem da cooperativa, e foi claro que essa ajuda necessitou da intermediação de outro profissional, no caso, o assistente social para facilitar a interlocução entre as partes, trabalhadores e SEBRAE. O Sistema S com características semelhantes ao SEBRAE, tem bom potencial mas o fato de ter cursos não ativados para as necessidades do grupo de referência e custo elevado nos produtos inviabilizou sua capacidade de atendimento aos interessados caracterizados pela pesquisa.

Em nível de interferência política a Comissão Municipal de Emprego está com um papel pouco expressivo devido as limitações impostas pelas forças dirigentes na cidade e em nível de propostas do Governo Federal, mas tem lutado de forma ativa para garantir seu espaço muito prejudicado pela política vertical do Governo Federal na linha de decisão.

Foi percebida a atuação dos partidos de esquerda na análise dos últimos cinco anos de mandato legislativo na Câmara Municipal e podemos concluir o esforço dessa vanguarda no sentido de promoção das forças progressistas na direção da promoção do emprego e renda. todavia os esforços foram tímidos devido ao não consenso da maioria conservadora.

NOTAS DE FIM DE CAPÍTULO

¹ Estaremos propondo outro nome para a expressão usuário dos serviços neste capítulo, baseado no construtivismo Kantiano da Justiça com equidade de John Rawls. O nome usuário dos serviços empobrece o trabalho profissional do assistente social e propomos o emprego do vocábulo interator para identificar aquele a quem nossos serviços se destinam, por isso o vocábulo : usuário está entre aspas.

² Expressão citada pelo prof. Cristovan Buarque, referindo-se à exclusão social.

³ Usuário dos serviços – expressão que caracteriza, dentro do serviço social, aqueles a quem o serviço social dirige sua ação profissional. Ao mesmo tempo em que universaliza o caráter dos serviços prestados, dá também uma conotação de alguém que necessita de algo de outra pessoa ou instituição, para satisfazer a uma necessidade. Consideramos partir da Teoria da Justiça, que o Usuário dos serviços é alguém que não somente o que utiliza os serviços pela necessidade, mas pela opção de escolha livremente realizada em consonância com seus próprios interesses e dos outros (da política e suas relações) que estão convivendo a mesma aspiração, sendo ele um **INTERATOR**.

⁴ Sentido kantiano apropriado por Rawls: Aqui entendido como que uma pessoa age de modo autônomo, quando os princípios de suas ações são escolhidos por ela como expressão mais adequada possível de sua natureza de ser racional igual e livre. Os princípios que norteiam suas ações não são adotados por causa de sua posição social ou de seus dotes naturais, ou em vista do tipo particular de sociedade em que ela vive ou das coisas específicas que venha a querer. Ela não é livre pra ser livre, mas para ser feliz.

⁵ Ibidem, op. 146

⁶ Quando falamos em mediação estamos nos referindo a uma categoria da práxis presente em nossa prática, que tem dimensões mais profundas e um caráter eminentemente político. J.P.Netto & M.C. Brandt Carvalho p. 52

⁷ Utilitário: Reduz a noção do justo ao útil, por consequência, a fazer do interesse o princípio do direito e da moral.

⁸ Deleuze e Guattari já advertiam que o capitalismo vive da carência, que a falta é constitutiva do seu sistema de produção e consumo.

⁹ Muhammad Yunus, economista indiano que criou o Banco *Grameen* de micro-crédito na Índia, que tinha os pobres como seu cliente preferencial.

¹⁰ Expressão que identifica trabalho esporádico, inconstante e de baixa remuneração.

¹¹ Por estruturas oficiais de promoção do emprego, entendemos órgãos estatais, privados e de iniciativa mista, que qualifica mão de obra e oferece meios para geração de renda.

¹² Estamos chamando estudo preliminar a primeira ação do Assistente social numa dada comunidade que solicitou os serviços profissionais para encaminhar alternativas a um problema social, sendo que, a partir desse contato primário, outras investigações surgirão no desenrolar da intervenção que avalia e propõe alternativas discutidas em grupo .Ver Bravo, Luiz. Trabalhando com a comunidade.2ªedição. Rio de Janeiro: Distrilivros.1983

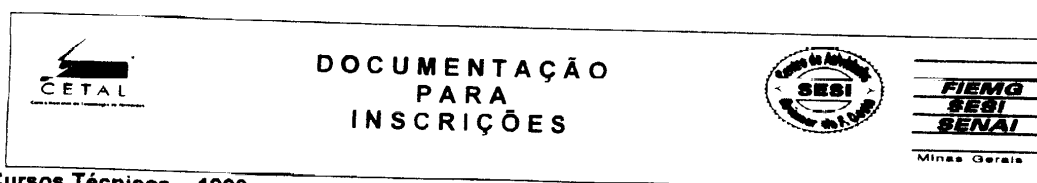
¹³ CEPES Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica da universidade federal de Uberlândia realizada em fevereiro de 1996 sobre as condições sociais das famílias da periferia de Uberlândia,

¹⁴ Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador- Resolução nº 80 de 19 de abril de 1995. (altera a resolução nº 63 de 28 de julho de 1994, que estabelece critérios para o reconhecimento pelo CODEFAT-FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.

¹⁵ PROGER- O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) é um conjunto de linhas de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tanto na área urbana quanto na área rural. O PROGER Urbano, o PROGER Rural e o PRONAF (destinado ao fortalecimento da agricultura <http://www.mtb.gov.br/sppe/proger/proge01.htm>

¹⁶ Empregabilidade: “O conceito de empregabilidade resulta das novas relações de trabalho, que resultam da busca pela competitividade global. As relações de emprego estáveis deixam de existir. Para ter trabalho, não basta dedicar-se à carreira dentro de uma empresa. É preciso pensar em uma carreira em um mercado de trabalho. Para ter facilidade de conseguir trabalho em um mercado de trabalho competitivo, é preciso investir em educação e habilidades polivalentes.” “Grupo de Estudos e Produtividade Administração e Mercado-UNICAMP”. <http://www.fea.unicamp.br/gepam/desenvolvimento/empregabilidade.htm> em 25/02/2000,

17



Cursos Técnicos – 1999

– **Alimentos / Formação Gerencial / Eletrônica / Mecânica / Telecomunicações**

Pré-requisitos: 2º Grau Completo

Documentação necessária para inscrição: Xerox do RG, Comprovante de conclusão do 2º Grau (XEROX autenticado em cartório), 02 fotos 3x4 iguais e recentes, a taxa de inscrição é de R\$ 20,00.

OBS: Toda xerox deve ser apresentada junto com o original para conferência.

Valor Mensalidades: Alimentos/Eletrônica/Mecânica/Telecomunicações – R\$ 120,00

Formação Gerencial – R\$ 180,00

Duração: Alimentos/Eletrônica/Mecânica/Telecomunicações – 18 meses

Formação Gerencial – 24 meses

– **Aprendizagem Eletroeletrônica / Mecânica de Manutenção**

Pré-requisitos: 1º Grau Completo e idade entre 14 e 16 anos (Nascidos entre 03/02/83 À 03/08/85)

Documentação necessária para inscrição: Xerox do RG ou Certidão de Nascimento, Comprovante de Conclusão do 1º Grau e 02 fotos 3x4 iguais e recentes. **Duração:** 18 meses

OBS: Toda xerox deve ser apresentada junto com o original para conferência.

Não há taxa de inscrição nem mensalidade. Inscrições p/ prova de seleção: (A partir de 10/05/99 À 10/06/99)

Política de Qualidade

O SENAI-DRMG adota como Política de Qualidade a melhoria contínua de seus Produtos, buscando a satisfação de seus clientes

Objetivos

- Agregar conhecimento técnico aos profissionais do Setor Industrial
- Desenvolver o Setor Industrial através de Assistência Técnica e Tecnológica
- Capacitar nossos colaboradores para desenvolver excelentes Produtos

¹⁸ Fonte: BID Progreso Economico y social da America Latina pg 48

¹⁹ . “Senac Nacional” . O que é o SENAC..<<http://www.senac.br/oquee.htm>>07 de maio de 2000

²⁰ Texto extraído do folheto informativo fornecido pela Secretaria de Trabalho e Ação Social de Uberlândia, Prefeitura Municipal, 1998

²¹ Transcrição do depoimento oral da coordenadora da lavanderia comunitária do bairro Tubalina

²² Transcrição da fala da Sra. Sueli, a coordenadora do grupo da Lavanderia do Roosevelt

²³ Os capítulo 1 e 2 de *A política de Aristóteles estabelecem* os fundamentos de toda a sua filosofia política.

²⁴ Trindade, Helio. Brasil em Perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada: in: Viagem Incompleta. Organizado por C.G. Motta. São Paulo: Editora Senac. 2000, p.378.

²⁵ Guillermo O' Donnell & Philippe C.S. Transição do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: vértice, 1998 p.74-5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da auto-estima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (Rawls, 1997:66)

Partindo da gênese histórica do município de Uberlândia, vamos encontrar um ambiente histórico-geográfico e econômico com algumas peculiaridades voltadas para a formação do mercado interno na região triangulina. O processo não fugiu ao contexto de uma ocupação com características a que Sérgio Buarque de Holanda chama de *“improvisação quase forçada de uma burguesia urbana”*(1981:55), em paralelo ao patriciado rural, que foi estendido aos setores da sociedade em formação, mais como um esforço dos colonizadores que da imposição do meio. Fizemos um resgate histórico a partir da *“Picada de Goiás”* episódio histórico marcante para o que seria, no futuro, o Triângulo Mineiro, e daí para o acesso ao Planalto Central, que se constituiu em fator que facilitaria sua histórica autonomia econômica.

A partir de 1912, as vias rodoviárias conferiram a Uberlândia um maior volume de benefícios comerciais, com o estabelecimento de armazéns, dada a vasta rede autoviária, que estendeu sua influência a toda a região do Brasil Central. A triangulação de mercadorias entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso gerou um expressivo excedente, que fortaleceu a cidade política e economicamente. As bases do capitalismo na região, com a mudança do centro hegemônico do Vale do Paraíba para São Paulo, foi determinante nesse processo, obedecendo à lógica do desenvolvimento econômico. *“A produção mercantil e, na sua forma absoluta – a produção capitalista -, os produtos são mercadorias , valores-de-uso com valor de troca realizável e conversível em dinheiro somente na medida em que outras mercadorias constituem um equivalente para eles, na medida em que outros produtos se lhes opunham como mercadorias e como valores;ou seja, na medida em que eles são produzidos como meios imediatos de subsistência para os próprios produtores, mas sim produzidos como mercadorias – produtos que só se tornam valores-de-uso mediante a sua conversão em valores de troca (dinheiro), mediante sua alienação.*(Lênin 1982:14)

Uberlândia desenrola processos capitalistas importantes e diversificados, que foram fundamentais a sua ascensão econômica regional, as telecomunicação e o aparato energético, além da consolidação da Universidade Federal em finais dos anos 60, para fornecer mão de obra técnica, são fatores significativos ao projeto geopolítico regional. A incorporação dos cerrados, nos anos 70, foi determinante para o setor agrícola da emergente agro-indústria, que, nos anos 90, catalisou esforços e abriu frentes de trabalho assalariado para segmentos de população menos qualificados e de baixa escolarização. (...) *“a separação entre manufatura e agricultura transforma a própria agricultura em uma indústria, ou seja, num ramo econômico que produz mercadorias”* (Lênin 1982:14).

O êxito de Uberlândia poderia ser identificado na capilaridade resultante da apropriação de excedentes provenientes do grande sertão, as pequenas vilas do centro-oeste que foram apropriados por comerciantes da cidade e pelo Triângulo Mineiro em sua totalidade, seguida de uma rápida e precoce urbanização. Conforme Sérgio Buarque de Holanda escreveu, a partir do terceiro século de colonização, *“teremos um afluxo maior de imigrantes para além da faixa litorânea”*. A história desta região é, portanto, a história do ponto de passagem, de comercialização, processamento de produtos agrícolas até os meados da década a de 80. A partir do segundo lustro dos anos 80, essa trajetória vem-se modificando com a consolidação de uma nova geografia econômica no País, a par de uma nova trajetória no sentido de que este País continental e toda sua história regional e urbana foram baseados na construção do mercado interno e de uma forte capilaridade econômica de troca a isentas e diversas regiões, isto é, mesmo com a industrialização, as relações de compra e venda entre os Estados é algo muito presente. *“Se se pretende analisar as bases teóricas básicas concernentes ao mercado interno, deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista”*(Lênin, 1982:13) ou, como hoje, o neoliberalismo preconiza: economia de mercado.

Atualmente, parece haver em marcha uma marcante perspectiva de descentralização das atividades produtivas com as taxas de crescimento pouco otimistas para os próximos anos. Esta história do passado triangulino, como grande pólo armazenador, processador, e principalmente administrador de fluxos de armazenamento e de processador de grãos e carnes, será colocada em questão a partir desta nova geografia econômica de fluxos que se vislumbra no cenário regional no Brasil, que invariavelmente depende de crescimento econômico. Taxas de crescimentos menores tenderão à uma ocupação de áreas mais consolidadas e próximas a região central que comanda o crescimento do País.

Invariavelmente, já estamos percebendo estes sinais de arrefecimento da economia na cidade de Uberlândia, que, mesmo assim, e em relação a outras cidades triangulinas, tem mantido com um saldo de vantagem que poderá ser atrativo para novos fluxos migratórios para cá, agravando os problemas sociais. A situação de desemprego no município vem tomando vulto, cresce o sub-emprego, o trabalho sem seguridade, embora as estatísticas oficiais apontem a cidade de Uberlândia em posição de destaque em relação às demais do Triângulo e Alto Paranaíba. A construção civil, que empregou fartamente, a mão de obra de baixa escolarização e com pouca qualificação, está

praticamente parada, enquanto a economia “*rururbana*” tem sensível crescimento, mas não se têm dados medidos sobre esse crescimento para uma avaliação criteriosa, que referencie aumento ou diminuição do emprego para pessoas de baixa escolaridade e sem qualificação.

Nesse cenário histórico em que se inscreve o município, desenvolvemos nossa pesquisa sobre a geração de renda para grupos de baixa escolarização mediada por uma intervenção realizada pelo assistente social numa dada comunidade com um grupo a que chamamos grupo de referência, constituído, basicamente, por pessoas que vieram para o município atraídos pela propaganda de emprego farto e ou devido à precariedade da qualidade de vida de seus municípios de origem .

Foram pesquisadas onze instituições, avaliadas no capítulo IV, consideradas nos encontros do grupo as que mais poderiam contribuir para as ações de geração de renda. As mais mencionadas referem-se a instituições criadas na década de 40, no pós guerra, no governo Getúlio Vargas. São elas, SENAC SESI e SENAI. Depois, no segundo bloco, seguem mencionadas intermediariamente: SETASCAD-SINE e Prefeitura Municipal, e as seis restantes, citadas de forma bem tímida pelos pesquisados.

De onde mais articulamos cooperação para apoio ao grupo de referência foi na da Secretaria de Estado de MG - SETASCAD com o SINE.

Para o grupo do Seringueiras, nossa base de referência, apenas duas das onze instituições identificadas abaixo contribuíram efetivamente para os projetos do grupo na geração de renda, embora tenha sido diagnosticado um grande potencial no Sistema S e nas ações da Prefeitura Municipal, são elas:

- a) SETASCAD Secretaria de Trabalho e Assistência Social da Criança e do Adolescente, e SINE, Sistema Nacional de Empregos
- b) SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Quatro instituições apresentaram possibilidades de atendimento na operacionalização dos projetos do grupo, e foi marcante a atuação da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social-SINE, que operacionalizou os cursos de qualificação e gestão aplicados ao pessoal da construção civil. Pudemos, ainda, na SETASCAD-SINE, abrir um campo de estágio com quatro estagiárias de serviço social, que trouxeram significativa contribuição no atendimento de empregadas domésticas, promovendo a organização da Associação das Diaristas, uma modalidade de emprego doméstico como

“trabalho autônomo”, desembocando na independência da Associação do “apoio” do SINE e criando a pequena empresa de prestação de serviços domésticos que hoje funciona nas dependências do Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia, fator politicamente favorável ao processo de fortalecimento de iniciativas populares sem o atrelamento ao Estado. Foi também pesquisado o perfil do trabalhador que procura o SINE e a importância da qualificação para o trabalhador doméstico, uma categoria de expressiva demanda no SINE.

É necessário esclarecer que a linha de intervenção que propusemos na pesquisa visa objetivamente, a estabelecer uma ação profissional com os trabalhadores do grupo do Seringueiras, no sentido de promover as iniciativas de renda e emprego. Ao desencadear do processo, passamos pela identificação das possibilidades das instituições existentes no município capazes de atender a essa demanda. Nesses contatos, o SINE abriu portas importantes para o trabalhador doméstico, que é um tipo de trabalhador de baixa escolarização. Nos cursos de gestão ministrados no Seringueiras para a construção civil, inclusive participaram algumas mulheres que desejavam fundar a Associação das Diaristas, objeto de intervenção de uma das alunas do campo de estágio. Podemos inferir nesse detalhe do trabalho a proposta de intervenção em rede, consolidando o trabalho do assistente social com os seus vários interatores.

O SEBRAE ministrou a assessoria técnica para a formação da cooperativa de mão de obra da construção civil dos trabalhadores do Seringueiras, que participaram dos cursos de qualificação e já estão trabalhando a partir do segundo semestre de 2000. Essa ação teve a participação do assistente social para elaborar o processo de assimilação das informações, apresentadas pelo SEBRAE num formato específico para grupos mais escolarizados, portanto, necessitando de uma mediação comunicativa para contemplar o grupo do Seringueiras que lá foi atendido. Foi trabalhado nos cursos ministrados, aspectos da participação política do cidadão, como condição de cidadania importante para geração de renda.

As demais estruturas apresentaram significativo potencial para atender ao público pouco escolarizado e não qualificado, mas fatores como: vagas limitadas, metodologias inapropriadas para população de baixa escolaridade, custo elevado de cursos, limitação de programas institucionais, linhas de crédito com estruturas de atendimento excludentes, além de muitas delas não disporem de um profissional capaz de ministrar uma metodologia aplicável a grupos humanos de baixa escolarização, que fizesse a “ligação”

entre a Instituição e o perfil do trabalhador com pouca escolarização. Estes fatores de não acesso aos programas e projetos oferecidos contribuem para que os referidos grupos fiquem excluídos dos serviços que poderiam criar oportunidades de trabalho. Acreditamos que não serão grandes e vultosos os esforços para promover a inclusão de excluídos em busca de mobilidade social, mas ações objetivas, que empreguem nessas instituições, mão de obra que conheça as realidades mais carentes, a ampliação de serviços com melhor direcionamento de recursos como os fundos do FAT.

Do ponto de vista político da intervenção, participamos no Seminário Legislativo sobre o Desemprego e Direito ao Trabalho¹ ocorrido em 1999, em que ficou claro que os trabalhadores não se sentem atendidos pelos recursos do FAT da forma como hoje estão sendo encaminhados os processos. Das discussões entre as várias regiões do Estado de Minas Gerais, contaram-se 431 propostas sobre o desemprego e geração de renda aprovadas pelos delegados presentes. Entre estas, dez propostas versavam sobre o acesso a cursos do FAT para capacitação, sete alteravam em algum ponto, o modo de administrar o recurso do fundo. Duas intervinham sobre a forma de controle do fundo e quatro tratavam sobre o uso do recurso para geração de renda para pequenos empreendimentos de baixa renda, totalizando 5,3% das propostas de todo o estado. Acreditamos que o percentual é significativo no conjunto de propostas e merece ser visto pelas autoridades a resposta política desse evento nas questões que os trabalhadores propõem. Coincidentemente, problemas também foram identificados no grupo de referência do Seringueiras. Por outro lado, a baixa participação política desses setores menos escolarizados, no conjunto, foi evidência que nos deixou preocupados. Pudemos ver que os setores mais organizados não incluem representação definida desse segmento, mesmo porque a sua participação política não é efetiva e numericamente expressiva, embora constituam uma grande parcela de trabalhadores.

A experiência da pesquisa traz-nos algumas reflexões para o serviço social que merecem uma averiguação mais criteriosa. Não foi possível um aprofundamento teórico na metodologia que emergiu no processo, dados os limites desta dissertação. Mas podemos alinhar alguns pontos, como a leitura da **intervenção em rede**, que se estabelece no desenho de uma proposta plural de concepção da ação profissional. A partir dessa base de ação, que interfere na contextualização histórica de homens e instituições, tece-se uma teia de proposições possíveis, que, diretamente, se ligam ao mesmo objeto da intervenção em espaços diferentes, estabelecendo uma relação de pertinência entre os atores. Quando buscamos um objetivo comum, o fio de condução das ações pode encontrar semelhantes situações que se interliguem, isto é, a intervenção junto ao grupo

do Seringueiras produziu desdobramentos, que emergiram durante o processo (intervenção em rede). Manifestaram-se no SINE, com a abertura de campo de estágio que tinha a ver com baixa escolarização, organização de uma empresa de iniciativa autônoma, qualificação etc.

Tanto no SINE como no Seringueiras, foram iniciadas duas cooperativas de trabalho autônomo, com características semelhantes e setores diferentes, uma para trabalhadores domésticos diaristas e a outra, a da construção civil.

Na fase de início aos nossos trabalhos na comunidade, o primeiro grupo formado no Seringueiras não foi bem sucedido nas suas iniciativas de geração de renda, devido a fatores específicos de cada caso, o que está explicitado no capítulo IV. Observamos que os objetivos, quando dissociados de ações coletivas, exigem um esforço maior de seus executores, ao passo que ações de grupos, no sentido de produção do trabalho, podem agregar mais possibilidades de sucesso. Ações individualizadas requerem um conjunto maior de pontos a vencer, que, no grupo, são diluídas pela partilha de habilidades em contribuições plurais.

A forma de organização de um perfil profissional requer uma abertura para o mundo sócio-histórico onde se vive, mas não pode apenas ser somente essa a dimensão a criadora de oportunidades. Um ambiente de pluralismo político, que atue no nível da consciência do indivíduo e de rompimento com o elo de dependência do homem em relação ao poder que o subordina, tipificado na estrutura do capital, pressupõe romper o grilhão criado na consciência coletiva de que são seres eternamente dependentes de um “patrão”, cristalizando a sua condição de classe subalterna e empobrecendo sua participação política. Para tanto, partimos de uma referência teórica contratista presente na teoria da justiça como equidade, preconizando que “ *todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da auto-estima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos*” (Rawls,1999:66)

A concepção geral de justiça não impõe restrições quanto aos tipos de desigualdades permissíveis, apenas exige que a posição de todos seja melhorada. E, num sistema desigual como no capitalismo, um caminho para alcançar a independência política do homem no entendimento que tivemos estabelece a via da mobilidade social de oportunidades pela justiça como equidade.

Como constatamos na investigação realizada, entre as Instituições mais conhecidas pelos trabalhadores, há uma dificuldade de acesso a recursos de capacitação,

portanto, um impedimento na oportunidade de inclusão aos mecanismos de capacitação que tais instituições oferecem. Observamos que houve chance de acesso aos mecanismos em apenas quatro das onze instituições e, destas quatro, apenas duas aplicaram objetivamente ações que beneficiaram os trabalhadores do grupo. Em tese, nos estatutos dessas instituições, está previsto o princípio da universalidade de atendimento e, na prática, verificamos que nem todos podem ter esse acesso. Por derivação, está sendo rompido o acordo econômico e social (para o qual foram criadas). Os mercados competitivos recebem restrições de acesso de outros concorrentes, potencialmente capazes, mas excluídos por fatores de desigualdades não desiguais para todos. Estamos diante de várias posições sociais em que homens nascidos em condições diferentes têm expectativas de vida diferentes, determinadas, em parte, pelo sistema político, bem como pelas circunstâncias econômicas e sociais. Assim, podemos dizer que as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais que outros, causando desigualdades profundas, que, contudo, não podem ser justificadas pelas noções mérito ou valor. É a essas desigualdades, supostamente inevitáveis na estrutura básica de qualquer sociedade, que os princípios da justiça social devem ser aplicados em primeiro lugar.

Voltando à analogia e ao nosso objeto de investigação, podemos dizer que, de certa forma, a justiça de um esquema social depende de como se atribuem direitos e deveres fundamentais e das oportunidades econômicas e condições sociais, que existem nos vários setores da sociedade. A estrutura básica da sociedade deve ser planejada, primeiro, para produzir o máximo de bem no sentido do máximo de saldo líquido de satisfação e, segundo, para distribuir satisfações de modo igualitário. Isto é o princípio da utilidade, ele age como padrão de eficiência, (Rawls,1997:333) instigando-nos a produzir o máximo que nos for possível, em circunstâncias iguais, ao passo que o segundo princípio serve como um padrão de justiça forçando a busca do bem-estar coletivo e equilibrando a distribuição de vantagens. (ibdem)

Retomemos os trabalhadores do primeiro grupo de referência, que não obtiveram sucesso nos seus empreendimentos, busquemos nas desigualdades de talentos naturais e dotes, por que são arbitrários, pois não são responsabilidade do “proprietário”. Se não, vejamos: ninguém pode ser responsabilizado por nascer com mais ou menos inteligência, força física, passado genético, por nascer numa família rica ou pobre. Se tomarmos um exemplo de um ourives de excepcional performance na fabricação de jóias, comparado conosco e com outros, ele poderá destacar-se e ganhar muito dinheiro. Ora ele não poderia ser responsabilizado por ter nascido com determinados dotes, as

desigualdades naturais não poderiam, por si só, justificar desigualdades sócio-econômicas. Nosso ourives pode alegar que sabe trabalhar melhor que nós e, por isso, pode ganhar mais, talvez ele alegue isso diante outros ourives, e diante de nós, além de alegar que só irá trabalhar se receber mais, o que parece justificar certa desigualdade. Mas será que ele pode alegar isso diante pessoas deficientes físicas, ou mentais, ou com pouca probabilidade de desenvolvimento por causa da pobreza dos pais? Certamente não. Será que ele poderia alegar isso diante das futuras gerações que nascerão condicionadas pela situação social que a desigualdade gerará? Certamente não.

O filho do ourives não poderá ter nenhum dote ou nenhuma vocação para a arte de ourivesaria, mas ele nem precisará do trabalho para se dar bem na vida, pois a desigualdade não é eqüitativa, e a justiça autoriza intervir e redistribuir parte dos recursos do ourives para aqueles que não foram afortunados. Generalizando, a justiça autoriza a transferência dos recursos daqueles que são mais favorecidos pela “loteria natural” para aqueles que são menos favorecidos, pois os primeiros teriam um duplo benefício, ser melhor dotados naturalmente(e, com isto, conseguir uma vida mais satisfatória e bela, com mais atenção dos outros e capacidade para se cuidar) e, além disto, conseguir mais recursos sócio-econômicos, enquanto os menos favorecidos, além de menor capacidade de apreciar a vida, ficariam com menor recursos. Pelo menos quanto a recursos sociais econômicos, uma sociedade justa tenta diminuir as distinções. Quem precisa de mais recursos da sociedade , são os doentes ou os sãos?

Há mais dois fatores que justificam a idéia de transferência, ou seja, o primeiro, baseado na intuição da igualdade de oportunidades, que sugere uma diminuição da “sorte” na obtenção de recursos, porque ela revela uma desigualdade de pontos de partida, e outro baseado na escolha racional que faríamos se não soubéssemos qual seria nossa situação, se seríamos bem ou mal dotados. Nesta situação, escolheríamos uma sociedade de reciprocidade, em que os mais favorecidos, naturalmente, só pudessem gozar de desigualdade econômica, se colaborassem com a melhora da situação dos menos favorecidos.

Outro fator, secundário, seria a diminuição da agressividade e inveja na sociedade, que não seria estável se não funcionasse de maneira a que todos colaborassem com todos, e os mais favorecidos pela “sorte” colaborassem com os menos.

Durante os últimos três anos, estivemos acompanhando a caminhada de trabalhadores com baixa escolaridade e sem qualificação, buscando a inclusão social no que se refere à renda e ao emprego. Pudemos perceber que as estruturas sociais que

atendem, ou deveriam atender, a essa demanda desempenham seu papel de forma periférica e mesmo quando podem instrumentalizar alternativas, há uma super-estrutura desigualitária, que aumenta os fatores de exclusão por não permitirem a realização das intenções de desenvolvimento dos excluídos.

Tentamos estruturar uma metodologia de intervenção, buscando usar a filosofia de redes, em que as ações de intervenção junto aos trabalhadores do Seringueiras se interligaram com ações de intervenção nos órgãos da estrutura básica, responsáveis pelo processo de qualificação e geração de renda, mediado pelo profissional de serviço social.

A influência da teoria da justiça com equidade, de John Rawls, foi decisiva para nortear uma diretriz teórica para arbitrar as condições da centralidade do trabalho, frente as consequências que a desigualdade social acarreta aos indivíduos desempregados. A Teoria da Justiça como equidade aparece como um caminho não tentado, para pensar o homem hodierno e os desafios da sociedade da informação para alguns. O princípio da transferência é um caminho racional entre a razoabilidade dos conflitos sociais para a liberdade em uma sociedade plural que se pretende democrática.

Que se fará com esses milhões de “seres desnecessários”, enfeitados pelo neoliberalismo, entregues ao mercado, essa entidade indefinida e opaca?

Perguntas que a Teoria da Justiça não pretende responder, mas pode sinalizar com uma aportação teórica para repensar alternativas menos injustas e mais equânimes para o problema que o modelo de capitalismo atual tem construído.

Este trabalho com homens e mulheres, numa luta por dignidade cidadania, provocou situações que nos conduziram a ampliar a interpretação da sociedade para outros enfoques que até então desconhecíamos. Claro que uma Teoria da Justiça com Equidade é apenas uma primeira aproximação ao que podemos ter em referência para o serviço social, pretendendo pensar uma possível metodologia a se confirmar em um futuras pesquisas. Apresentamos no Seminário da Pós-graduação na Unesp 2000, um artigo sobre essa questão especificamente, resgatando algumas categorias da revolução francesa e o espírito Jacobino, que afinizam com estas proposições, para os termos deste trabalho não serão interpostos, e que para futuro poderemos investigar tal fertilidade teórica.

Nosso trabalho perseguiu esse objetivo e esperamos ter dado alguma contribuição ao debate via este caminho. Buscamos “*preservar o monopólio da palavra como conquista emblemática do universo semântico da política*” (Vovelle, 2000:15),

para que, a partir desse espaço de articulação, possamos encontrar as pistas para a questão da equidade nos problemas de nossas sociedades.

Notas de considerações finais

¹ **Comissão de representação Seminário Legislativo sobre Desemprego e direito ao Trabalho**
(eleita na plenária final)

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Secretaria de Meio Ambiente - *Mêncio Salvador* (298-6311 - 298-6342)

Seplan - *Meire Coutinho* (290-4760 - 290-4679/4854)

Setascad - *Darkan Viana Almeida* (275-1512 - 292-2000/2108)

Secretaria da Agricultura - *Marcos Garcia Jansen* (297-3397 - 287-1009)

Secretaria de Indústria e Comércio - *Mário dos Reis Guimarães* (337-6426 - 275-1722)

ENTIDADES SINDICAIS

CUT - *Eduardo Armond* (201-9383 - 291-2040)

Fetaemg - *Vilson Luiz da Silva/ Rômulo Luiz Campos*
(241-1509 - 241-1077)

Dieese - *Carlos Wagner Costa Machado* (222-9787 - 222-9395)

CGT - *Wanderlei Teixeira Fernandes* (271-0111 ramal 115)

Frente de Federações dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais

ENTIDADES EMPRESARIAIS

Fiemg - *Pedro Parisi* (361-4591 - 284-5294 - 284-5303)

Faemg - *Rodrigo de Almeida Ponte* (213-2923 - 213-4011)

Sebrae - *Sílvia Mayrink* (371-9055 - 371-9098)

CDL - *Edilson José de C. Cruz ou Zuleica Rocha*

(2491749 - 249-1799)

ENTIDADES RELIGIOSAS

CNBB - Regional Leste II - *Carlúcia Maria Silva* (224-0017 - 224-2434)

Cáritas Brasileira - *Celi Márcio Santos* (273-8713 - 273-8559)

Pastoral Operária - *Cláudio Ponciano* (463-4478 - 461-4799)

Movimento Evangélico Progressista - MEP - *José Fernandes Pacheco* (361-1505)

UNIVERSIDADES

PUC - (Instituto de Relações do Trabalho) - *Antônio Carvalho Neto* (319-4932 - 319-4371)

UFMG - Unitrabalho - *Carlos Roberto Horta* - (4995191 - 499-5069)

UEMG - *Janice Pereira de Araújo Carvalho* - (3715518 - 273-4611)

ONGs e OUTRAS ENTIDADES

Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - *Márcia Omaia Rodrigues de Campos* (291-9517 - 291-9502)

Federação das Cooperativas de Trabalho de Minas Gerais - Fetrabalho - *Carlos Fabiano Braga* (227-9208 - 224-3448)

MST - *Gílson de Souza* - (222-3879)

Central de Movimentos Populares - *Marcos Landa* (226-3574)

Comissão Estadual de Emprego

REGIÕES

Um representante por região de planejamento do Estado (Noroeste - Norte - Jequitinhonha/Mucuri - Mata - Sul - Triângulo - Centro-Oeste - Alto Paranaíba - Vale do Aço/Rio Doce - Central)

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARAGÃO, Lucia M. de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 146.p.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO. **América Latina frente a la desigualdad**: progreso econômico y social en América Latina. 1998-1999. Washington: IDB Bookstore, 1998.
- _____. **Cómo organizar con éxito los servicios sociales**. Santiago: Fónido de Cultura Econômica, 1997.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa**. In: Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa, 1.,1994, São Paulo: PUC-SP/NEPI, 1994. São Paulo: PUC-SP/NEPI, 1994. 106 p. p.19-26.
- BENJAMIN, César et.all. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BERGER Peter L. e LUCKMANN T. **A construção da realidade social**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano S. Fernandes. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**. Trad.Valter L. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco A. Nogueira. São Paulo: Edunesp, 1995.
- _____. **Os intelectuais e o poder**. Trad. Marco A. Nogueira. São Paulo: Edunesp, 1997.
- BRANDÃO. C. A. **Triângulo Capital comercial geopolítica e agroindústria**. 1989. 183 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. NEAD. **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2000. 380 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. NEAD. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza. 23 a 25 de novembro 1998
- BRASIL. **Constituição 1988**. República Federativa do Brasil.Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRAVO, Luiz. **Trabalhando com a comunidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Distrilivros, 1983.
- BUARQUE, C. **A segunda abolição**: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMPREGHER. G. **Desdobramentos lógicos-históricos de uma ontologia do trabalho em Marx**. 1993. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1993.
- CANO. Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1972. p.207.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Mapa do trabalho informal no município de São Paulo**. São Paulo:2000.p.88.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CODO, Wanderley et.all. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

COLMÁN, Evaristo. O que é serviço social? Vigência de um “velho” problema e desafio para a formação profissional. **Serviço Social em revista**. Universidade Estadual de Londrina. v.1, n.1, p.13-22, Jul./Dez.1998. 25 anos Edição comemorativa.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 9. 1998.Goiânia. **Anais...** Goiânia, 1998. 2.v. v.2. 435.p.

COURTOIS, S. et. all. **El libro negro del comunismo**. Barcelona: Editorial Planeta, 1998.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. Trad. Celso M. Paciornik. São Paulo: Edusp, 1997.

DE FRANCO, Augusto. **Ação local**: a nova política da contemporaneidade. Brasília: Atalaia, 1985.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**.Trad. Eugênia Dehinzelin. São Paulo: Esfera, 1999.

DIMESTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro**. Prazer é a alma do negócio. São Paulo: Ática, 1998. p.10

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DE SOUZA, Carmelinda M. BRAGANÇA Maria das Graças L. **Defumação caseira da carne suína**. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural MG. Belo Horizonte, 1990.

FELIPE, T. Sônia, (org). **Justiça como equidade**: fundamentação e interlocuções polêmicas. Florianópolis: Insular, 1998.

FERLAUTO, Ana Maria ; KERN, Francisco Arseli. **Qualidade de vida do trabalhador**: o desafio da construção de índices. Porto Alegre: SESI/PUCRS, 1997. 72 p.

FERREIRA, I.B. Direito à renda ou direito ao trabalho? . **Revista Inscrita**. v.2, n.4, 1998.

FIORI J. L. (org.). **Poder e dinheiro** : uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Edunesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1987.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**.São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

GIDDENS, Anthony. et. all. **Modernização reflexiva**: política tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1997.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GREIDER,Willian. **One World, ready or not** : the manic logic of global capitalism. New York: Simon e Shuster, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Companhia de Letras.1998.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991.Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

HORKHEIMER, Max ; ADORNO,Theodor. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos.Trad. Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HUTTON, Will. **Como será o futuro Estado**. Trad. Sergio Bath. Instituto Teotônio Vilela. Brasília: Positiva, 1998.

_____. **O Estado que temos hoje**. Trad. Sergio Bath. Brasília: Positiva, 1998.

IAMAMOTO, M. Vilela; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social em tempos de globalização**. Revista Inscrita. v.2, n.3, 1998.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 1998**. Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

INFORME sobre el empleo em el mundo, 1998-99. **Trabajo**, Ginebra: OIT. n. 27, Dez.1998.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil, Homem e Mundo**. Rio de Janeiro : Topbooks. 2000.

KAMEYAMA, N. **A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997)**. Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social. Cadernos ABESS. São Paulo. n. 8, v.1, p.33-76. Gestão ABESS, 1997-1998.

KANT, Immanuel, **Crítica da razão pura**. Trad. Valério Rhoden. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os Pensadores.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Turbío. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico de filosofia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 1335 p.

LE GOFF, Jaques. **Por amor às cidades**. Trad. Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: Edunesp, 1988.

LEFEBVRE, Jean-Pierre ; MACHEREY, P. **Hegel e a sociedade..** Trad. Thereza Christina F. Stummer e Lygia A. Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Clássicos e comentadores)

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

LEO MAAR W. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense,1985. (Coleção Primeiros Passos)

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINELLI, M.L. (Coord.). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: SEMINÁRIO SOBRE METODOLOGIAS QUALITATIVAS DE PESQUISA, 1., 1994, São Paulo: **Anais...** São Paulo. PUC-SP/NEPI, 1994. 106 p. p.5-18.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, Karl ; ENGELS, Friededrich. **Manifesto do partido comunista**. Prólogo José Paulo Netto. São Paulo: Cortez,1998.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política do capital**. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores)

MINAYO, M.C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO A.; BARROS G. **Livre iniciativa: um caminho para o desenvolvimento**. Brasília: Oficina de Letras.1998. Coleção Brasil. Instituto Teotônio Vilela.

MORRIS, D.S. ; HAIGH, R.H. Quem manda em quem. **HSM Management**. Dossiê: Empowerment, o caminho da alta performance. v.1, n.5, p.62-68. Nov./Dez. 1997.

MOTA, C. G. et.all. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000.

NEDER, Carlos. **Geração de Emprego e Renda. A globalização e a tendência do emprego no Brasil nos anos 90**. Economia da solidariedade. São Paulo: CMSP. 1998.(Projeto de Lei do Vereador Carlos Neder)

PAULO NETTO, José ; CARVALHO M.Carmo. **Cotidiano conhecimento e crítica**. São

Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista y servicio social**. Traducción Carlos Montaña. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA H. J. e SANTOS, S. A. (org.). **Criando seu próprio negócio**: como desenvolver o potencial empreendedor. Brasília: SEBRAE. 1995.

PEREIRA, Noemia. et. all. **Cultivando a pesquisa**: reflexões. Franca: Unesp, 1998.

RAWLS, John. **Justiça e Democracia**. Trad. Irene A. Partenot. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

_____. **Liberalismo político**. Traducción Sergio R.M. Báes. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. **O liberalismo político**. Trad. Dinah A. Azevedo. São Paulo: Ed. Ática. 2000.

_____. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M.R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto comunista 150 anos depois**. Karl Marx ; Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 207 p.

RODRIGUES, Maura A. **Fagulhas de história do Triângulo Mineiro**. Uberlândia: ABC-Sabe, 1988.

SADER, E. **O poder, cadê o poder?** Ensaio para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo editorial, 1997.

SAINT HILAIRE. A. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.218

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SEMINÁRIO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, 1998, São Paulo **A globalização e a tendência do emprego no Brasil nos anos 90. Economia da solidariedade**. São Paulo: Câmara Municipal, 1998. 71. p.

SEMINÁRIO LEGISLATIVO, 1999, Belo Horizonte. **Desemprego e Direito ao Trabalho**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa. 1999 (Documentos das Plenárias e da Plenária Final)

SEN, Amartya K. **Sobre ética e economia**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Rose M.S. **Crise de materialidade no serviço social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000. 200.p.

SHIKI, S. ; NEDER, H. (Coords.). **Condições socioeconômicas das famílias da periferia de Uberlândia**. Uberlândia: CEPES/UFU, 1996. 154 p. (Série Relatórios de Pesquisa).

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Possibilidades da economia solidária no Brasil**. In: Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT São Paulo: CUT. 1999. 65.p. p.51-52

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SUPLICY, Eduardo. **Programa de garantia de renda mínima**. Brasília: Senado Federal, 1998.

TEIXEIRA, F.J.S. ; MANFREDO A. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1998.

TODESCHINI, R. ; MAGALHÃES, R.S. **A CUT e a economia solidária**. In: Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT. 1999. p.65.

DESPLAZAMIENTO de las poblaciones: impacto de la globalización sobre la migración. **Trabajo**. Ginebra: OIT. n.34, Abr./ Mayo 2000

VASCONCELLOS, G. F. **O príncipe da moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

VASCONCELOS, A. **A vida em flor de Dona Beija**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986, 50.p.

VASCONCELOS, Maria Helena Falcão. **Dias de Violência: o quebra**. Campinas. Unicamp, 1999.

VIEIRA, Balbina O. **História do Serviço social: contribuição para a construção de sua teoria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e Jacobinismo**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

WANDERLEY, M.B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1993.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. Trad. Thereza Christina F. Stummer e Lygia A. Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Clássicos e Comentadores).

YUNUS, Muhammad. **El libro de lectura del Banco Grameen**. Grameen Foundation: USA. Bangladesh: Gramenn Trust. 1995

_____. **O banqueiro dos pobres**. Trad. Maria Cristina G. Cupertino. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA

Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques. INSEE, Disponível em: <<http://www.insee.fr/>> Acesso em: 25/01/2000.

BAER, Mônica. O Plano Brady. Novos Estudos Cebrap, n. 24, p. 94, 1989. S/L. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/novest/Resumos/282.htm>>. Acesso em: 25/03/2000

REVISTA ELETRÔNICA TEORIA E DEBATE, s/d Venceslau, P.T.. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: < http://www.fpabramo.org.br/td/td15/td15_entrevista2.htm > Acesso em: 25/ 03/2000

GALVÃO, Marcos, Azevedo F.M. , “*esclarecimento Para o ano de 1999, segundo dados sobre exportação da CECEX do MDICE*”. flander@ufu.br 08/ago./2000.

FERROVIA UNAÍ-PIRAPORA, FERROVIA MINAS-VITÓRIA Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/secom/colecao/2anos1b.htm>>. Acesso em 13/01/2000.

IMAGEM cartográfica do rio madeira em Rede digital da Amazônia. Disponível em: <<http://www.internext.com.br/scooby/hidrovia.htm>>. Acesso em: 14/03/2000

PORTO de Itacoatiara, Rede digital da Amazônia. Disponível em: < <http://www.internext.com.br/scooby/hidrovia.htm>> Acesso em: 14/03/2000

Grupo Maggi Disponível em: <<http://www.enter-net.com.br/rol/especial/soja.htm>> Acesso em: 13/01/2000